



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**WILDIANA KÁTIA MONTEIRO JOVINO**

**IGUALDADE SUBSTANTIVA, POLÍTICA RADICAL E EDUCAÇÃO: MEDIAÇÕES  
PARA A NEGAÇÃO DO CAPITAL NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS**

**FORTALEZA**

**2015**

WILDIANA KÁTIA MONTEIRO JOVINO

IGUALDADE SUBSTANTIVA, POLÍTICA RADICAL E EDUCAÇÃO: MEDIAÇÕES  
PARA A NEGAÇÃO DO CAPITAL NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo Ferreira Chagas

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

- J77i Jovino, Wildiana Kátia Monteiro.  
Igualdade substantiva, política radical e educação: mediações para a negação do capital na obra de István Mészáros / Wildiana Kátia Monteiro Jovino. – 2015.  
193 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2015.  
Área de Concentração: Filosofia da Educação.  
Orientação: Eduardo Ferreira Chagas.
1. Educação – Aspectos econômicos. 2. Capitalismo e educação. 3. Mészáros, István, 1930- .4. Educação – Filosofia. I. Título.

CDD 370.1

---

WILDIANA KÁTIA MONTEIRO JOVINO

IGUALDADE SUBSTANTIVA, POLÍTICA RADICAL E EDUCAÇÃO: MEDIAÇÕES  
PARA A NEGAÇÃO DO CAPITAL NA OBRA DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação

Aprovada em: 31 / 07 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Hildemar Luiz Rech  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Antonia Rozimar Machado e Rocha  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Serra Azul Machado Bezerra  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. José Rômulo Soares  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Eduarda e Renata,  
alentos de vida e poesia;  
A Edison,  
pelo amor e incentivo;  
À Lucy, que me arranca sorrisos.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Eduardo Ferreira Chagas, por seu incentivo, força intelectual e precioso direcionamento;

Ao professor Dr. Hildemar Luiz Rech, por sua presença acolhedora e seu inestimável apoio;

À Anita Lustosa, pela parceria e amizade;

À Teresa Buonomo (*in memoriam*), grande amiga e incansável incentivadora de minha formação, cuja partida precoce ainda me assombra os dias;

Aos colegas pesquisadores do Eixo Temático de Pesquisa Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação (FACED/UFC);

A meus pais e irmãos;

Aos integrantes da Banca Examinadora, que se dispuseram à leitura criteriosa deste trabalho e, de forma respeitosa, ressaltaram não somente suas debilidades, mas apontaram caminhos para minimizar seus limites.

Ao Eixo Temático de Pesquisa Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação (FACED/UFC), pelas oportunidades de formação;

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará (UFC);

À CAPES/PROPAG pelo financiamento desta pesquisa.

Mentiram-me. Mentiram-me ontem  
e hoje mentem novamente. Mentem  
de corpo e alma, completamente.  
E mentem de maneira tão pungente  
que acho que mentem sinceramente.

Mentem, sobretudo, impune/mente.  
Não mentem tristes. Alegremente  
mentem. Mentem tão nacional/mente  
que acham que mentindo história afora  
vão enganar a morte eterna/mente.

Mentem. Mentem e calam. Mas suas frases  
falam. E desfilam de tal modo nuas  
que mesmo um cego pode ver  
a verdade em trapos pelas ruas.

Sei que a verdade é difícil  
e para alguns é cara e escura.  
Mas não se chega à verdade  
pela mentira, nem à democracia (verdadeira)  
pela ditadura.  
Affonso Romano de Santanna (1937),  
escritor brasileiro.

## RESUMO

Esta Tese de Doutorado, fundamentada no pensamento do filósofo marxista István Meszáros, defende que a construção do “modo de controle reprodutivo social”, qualificado de socialista, não se separa da negação ontológica do modo de controle metabólico social do capital. Para tanto, faz-se necessário, por um lado, redefinir as condições de vida impostas pelo conjunto de “mediações antagônicas de segunda ordem do capital”, como a família nuclear, a produção alienada, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial, e, por outro, reivindicar a transformação econômica e social radical que deve ser realizada, segundo a nossa interpretação do autor, através de mediações, tais como: 1) **a igualdade substantiva** como princípio *primus inter pares* a gerir as relações sociais, haja vista que a superação definitiva do sistema do capital depende da adoção de uma estrutura de reprodução social fundamentalmente diferente, na qual a “universalização do trabalho” e os frutos positivos da atividade produtiva devem ser igualmente repartidos; 2) **a política radical** que, em expresso e claro combate à política burguesa, exercida por uns em nome de variadas formas de dominação sobre os outros, deve restituir à base social o poder de controle e a tomada de decisão política, dos quais a classe trabalhadora foi mantida sempre alheia; e 3) **a educação**, que, embora se encontre refém do poder mercadológico que a classifica como um campo inesgotável de rendimentos para o capital, se adequadamente engajada no projeto socialista de sociedade, é uma prática social integrante da teia de mediações que rejeita o domínio do capital e é capaz de dar amparo à formação/autoformação crítica dos sujeitos em prol da emancipação humano-social. Nessa perspectiva, percebe-se, portanto, que não será a mera substituição do poder político, de uma classe por outra, ou a “expropriação dos expropriadores” por decreto, que irá alterar a base material das mediações antagônicas de segunda ordem do sistema do capital. A crença na onipotência do Estado como agente da promoção social, como promoveram, por exemplo, a experiência do *Welfare State* e a do sistema soviético, desconsidera o papel decisivo exercido por ele na preservação das estruturas alienadas e desumanas que envolvem a tríplice relação capital, trabalho e Estado, como, também, relativiza a força contundente dos imperativos da expansão e acumulação do capital sobre o desejo político de controle do sistema. Metodologicamente guiados pelo materialismo histórico-dialético, é possível concluir que o desfecho vital da superação da ordem do capital requer transformações históricas e estruturais na relação de subordinação do trabalho ao capital, de modo a instituir a verdadeira igualdade, a participação associada dos produtores e a educação contínua do sujeito emancipatório.

**Palavras-chave:** Educação em Meszáros. Negação do sistema do capital. Igualdade substantiva. Política radical. Emancipação humana.

## ABSTRACT

This doctoral work based on Istvan Meszáros's ideas advances the thesis that to erect the “*mode of social reproductive control*” qualified as socialist does not separate itself from the ontological negation of the mode of the social metabolic control of capital. To this end it is necessary, on the one hand, to redefine life conditions imposed by the set of “antagonistic second-order mediation of capital” such as the nuclear family, alienated production, money, fetishistic objectives of production, wage labor, the State and the world market, and on the other to claim a social and economic radical transformation that should occur, according to an evaluation of Meszáros here, by means of mediations such as: 1) **substantive equality**, as a *primus inter pares* principle to manage social relations considering that overcoming definitely the capital system depends on adoption of a fundamentally different structure of social reproduction by means of which “labor universalization” and the positive benefits of productive activity should be equally shared; 2) **radical politics** that, expressed in a clear fighting stance against bourgeois politics disguised in several dominance practices exerted by a few, should give back to the social basis the controlling power for political decision, an area from which the working class has been removed; 3) **education** which in spite of being held hostage of the market power that has taken it as an inexhaustible source of capital’s gains, if properly engaged in the socialist project of society will function as a social integrating practice within mediation options that reject capital’s domination, and support critical formation/self-formation of subjects involved in the human cause of emancipation. Thereby, it will not be the mere replacement of political power, of one class by another, or by “expropriation of expropriators” by decree that will reshape the material base of antagonistic mediation of a second-order instance of the capital system. Belief in the omnipotence of the State as an agent of social promotion, as seen in the experiences of the Social Welfare and the Soviet system, goes as far as disregarding the decisive role exerted by them in the maintenance of alienating and dehumanizing structures that involve the three pointed relation of capital, labor and State as well as to treat as relative the scathing force of imperatives of expansion and accumulation of capital over the political desire to control the system. If methodologically guided by the historical and dialectic materialism one is led to conclude that the closing and vital overcoming of capital power will require historical and structural transformations within the dominating force that capital exerts over labor to establish true equity, joint participation of producers and continued educational effort directed to the subject in his emancipating role.

**Keywords:** Education According to Meszáros. Negation of the Capital System. Substantive Equality. Radical Politics. Human Emancipation.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>O SOCIOMETABOLISMO DO TRABALHO: A MEDIAÇÃO DA SOCIABILIDADE HUMANA</b> .....	<b>25</b>
2.1	Atividade produtiva no capitalismo: negação e reificação da consciência e da liberdade do homem .....	32
2.2	O movimento do trabalho e sua acomodação defensiva às novas condições históricas .....	44
<b>3</b>	<b>O SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: A PRODUÇÃO ALIENADA DA EXISTÊNCIA HUMANA</b> .....	<b>55</b>
3.1	Capital e capitalismo: as duas faces alienadas da mesma moeda .....	61
3.2	Taxa de utilização decrescente: a medida do progresso capitalista .....	71
3.3	O complexo industrial-militar: a manifestação destrutiva da superprodução capitalista .....	79
3.4	Crise do capital: o momento descendente do desenvolvimento do capital .....	82
3.4.1	<i>Os limites absolutos do capital: o avanço da destrutividade</i> .....	90
<b>4</b>	<b>O ESTADO E A POLÍTICA NA REGÊNCIA DO CAPITAL</b> .....	<b>100</b>
4.1	O Estado como regulador geral das contradições sistêmicas do capital .....	102
4.2	A crise do Estado moderno e a reforma neoliberal .....	108
4.3	A política real: a parcialidade abstrata que limita a revolução social .....	119
<b>5</b>	<b>AS MEDIAÇÕES PARA A NEGAÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL</b> .....	<b>132</b>
5.1	O problema das mediações .....	143
5.2	A igualdade substantiva: a plenitude da auto-satisfação da atividade produtiva humana .....	150
5.3	Política radical: a reestruturação da política capitalista a favor das massas .....	<b>158</b>
5.3.1	<i>Participação genuína: o exercício da tomada de decisão pelo corpo social</i> .....	164
5.5	Educação: o desenvolvimento contínuo da nova consciência .....	170
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>178</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE A – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> .....	<b>191</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Até hoje perplexa  
ante o que murchou  
e não eram pétalas.

(...)

Carlos Drummond de Andrade (1945),  
Poeta brasileiro.

Esta pesquisa é uma tese de doutorado que se insere na produção teórica desenvolvida no eixo temático de pesquisa Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação, que integra a Linha de Pesquisa Filosofia e Sociologia da Educação (FILOS), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem por objetivo defender, embasada no pensamento do filósofo marxista István Mészáros, que a construção do “modo de controle reprodutivo social” qualificado de socialista não se separa da negação ontológica do modo de controle metabólico social do capital. Nesse sentido, a mera superação do capitalismo ou algumas conquistas pós-capitalistas, a exemplo do sistema soviético, se mostram insuficientes para o rompimento com as determinações estruturais do controle do capital.

A transformação econômica e social radical em questão não poderá prescindir das mediações materiais pelas quais são destruídas as relações sociais dominantes e se torna possível uma nova sociabilidade. As mediações que defendo capazes de redefinir as condições de vida impostas pelo conjunto de “mediações antagônicas de segunda ordem do capital” (a família nuclear, a produção alienada, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial), segundo minha interpretação do autor, são: **a igualdade substantiva, a política radical e a educação.**

A motivação que inicialmente me guia é o desejo de compreender e desvendar o mundo em que vivemos e afirmar a leitura marxista da realidade como fundamento teórico capaz de nos orientar nas ações transformadoras necessárias ao enfrentamento do capital no rumo da comunidade humana emancipada do jugo da exploração e dominação. Para tanto, faz-se necessário a incursão nos meandros e na dinâmica do funcionamento da sociedade de produção capitalista e no seu estranho movimento de desenvolvimento, que resignado no binômio riqueza-miséria, na construção e desconstrução dos indivíduos e do gênero humano, engendra não somente a vida material, mas também a própria consciência social em amálgama a esse modelo.

E adentrar no “labirinto do Minotauro” com a perspectiva de êxito requer um método capaz de nos guiar pelos vestígios e pistas históricas para que uma visão de conjunto do objeto estudado emergja. O marxismo do filósofo húngaro István Mészáros será o “fio de Ariadne” que nos conduzirá até o final desejado, qual seja, superar a visão atomizada da realidade para que nos seja assegurado o caráter de totalidade do conhecimento com vistas a uma intervenção consciente e engajada nos problemas sociais, almejando, com isto a construção de uma sociedade mais humana e justa.

O interesse pelo filósofo se deve ao contato inicial mantido com sua obra em meus estudos de mestrado e ao especial interesse que me despertou a sua competente apreensão do legado marxiano e sua ousadia ao se propor à “atualização” de *O Capital*, de Marx. Mészáros, discípulo e principal herdeiro intelectual do pensamento de G. Lúkács, se debruça numa arrojada e dialética crítica acerca da totalidade que envolve o pleno êxito da emancipação socialista frente ao poder alienante e fetichizante que o capital exerce sobre nossas vidas, e das limitações, em especial, da experiência soviética, sempre à luz do legado histórico marxiano e das novas questões que a época nos impõe.

Visto que o pensamento do autor se articula entre diversas obras, numa dinâmica complexa de determinações dialéticas interligadas, seu arcabouço teórico não está imediatamente dado, o que me exigiu uma criteriosa e persistente imersão em seus livros e textos aos quais tive acesso para a apreensão mais elucidativa de suas reflexões mais importantes.

Nesse sentido, a empreitada metodológica inicial me impôs a leitura detalhada de suas obras, especialmente, *Para além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição* (2009), muitas das quais estranhas ao universo vocabular de minha formação em Pedagogia. Tal particularidade me submete ao espectro de possíveis equívocos, haja vista a debilidade teórica da qual atualmente padecem os cursos de formação de professores, como também a abrangência das posições político-ideológicas assumidas por um amplo contingente de pensadores e militantes marxistas, nem sempre coincidentes, e por muitas vezes até antagônicas.

No resultado deste esforço, espero ter superado a mera descrição exegética ou hermenêutica para apontar uma melhor compreensão da nossa realidade e responder de forma mais consistente aos problemas enfrentados pela educação brasileira. Soma-se a este objetivo a indelével crença em outra forma possível de organização da vida social, livre da opressão e tirania e de uma existência humana plenamente vivida.

Entendo que o atual cenário, que mercantiliza as relações sociais e os indivíduos, que exacerba a marginalização e a violência, o anúncio da possibilidade de ruptura com padrões de tamanha força coerciva soa quase como apologia ao impossível. De fato, não há como escamotear a penúria a que muitos estão condenados numa sociedade que concentra grande parte da sua riqueza nas mãos de uns poucos que nada produzem. É mais que evidente que as promessas de educação, trabalho e renda digna para todos não conseguem o mesmo efeito que antes.

O desemprego estrutural, aumento da pobreza, individualismo, competitividade, banalização da violência, precarização das relações de trabalho são os indicadores incômodos que insistem em abarcar o globo terrestre. Atônitos, vemos direitos sociais duramente conquistados caírem por terra, sem grandes chances de milagres pessoais ou de intervenções coletivas que revertam os rumos neoliberais que nos assombram.

Diante de tantos desafios e na contramão de tantas outras previsões cétricas, Mézáros vê a chance real de ruptura com a lógica desumanizadora imposta pelo sistema do capital, desde que instalemos um processo de reestruturação radical de todo o sistema. Esta crença em uma alternativa factível ao capitalismo é o mote inspirador que me lança nessa investigação, haja vista as transformações necessárias a esse salto humano-histórico não ter nada de simples ou premonitório nem estar dado na imediaticidade capitalista. Requer, além do compromisso com a práxis consciente e transformadora, a compreensão dos mecanismos materiais e econômicos que fomentam a reprodução do sistema e das construções ideológicas que criam o consenso hegemônico no qual a esfera da educação formal, como defende o autor, também desempenha um importante papel.

O primado da necessidade do socialismo e o caráter nefasto e moribundo do capitalismo inscritos nos anais da tradição marxista têm alimentado por séculos a luta e o sonho por outro modo de organização da vida dos homens que, livres da exploração, opressão e tirania, iniciarão a verdadeira vida civilizada, muito embora o curso da história tenha demonstrado, sobretudo no século XX, o desfecho trágico do otimismo socialista na revolução da classe trabalhadora.

A ênfase na quebra com a ordem capitalista através da tomada do poder como diretriz fundamental para a virada socialista é a aposta original do pensamento marxista, mormente consagrada na experiência soviética. Tal evento, ainda que cristalize o referencial central para a maioria daqueles que vislumbram a alternativa para além do capital, se deparou com a dinâmica do capitalismo mundial em plena ascendência, em evidente contraste com o atraso

particular da região, que impuseram limitações insuperáveis à experiência e a qualquer outra tentativa fora da perspectiva mundial como aposta para a ruptura.

O entendimento de que a superação do capitalismo se esgota com a conquista do poder do Estado, na substituição de uma classe por outra, não garante e é insuficiente para nos dar a real dimensão dos desafios que a transição para uma nova forma histórica nos exige, haja vista a magnitude que envolve a superação ontológica das estruturas de dominação do sistema sociometabólico do capital.

À revolução proletária - movimento de arranque dessa ruptura sob direção do partido revolucionário - caberia uma imediata e dupla tarefa: a tomada do poder para a instalação do Estado proletário e a “expropriação dos expropriadores” no período histórico que compreende o processo de sua realização, qual seja, a “ditadura revolucionária do proletariado”. Exigia-se deste novo comando tanto a “socialização da economia” (supressão da propriedade privada) como a “socialização da política” (participação efetiva e organizada das massas no planejamento social) para que o domínio dos parâmetros estruturais do capital e sua divisão social hierárquica sobre o trabalho fossem finalmente negados, conjuntamente com o desenvolvimento consciente da “necessidade de uma revolução fundamental” ao andamento da nova sociabilidade.

O papel e ação do “Estado dos trabalhadores”, resultante da reestruturação eficaz do metabolismo social, assim como a “consciência de massa”, a qual evoca as mediações materiais necessárias ao desenvolvimento das mudanças subjetivas, são igualmente importantes para a superação de lacunas históricas, a retomada crítica e a manutenção do ímpeto revolucionário, indispensáveis ao longo processo de emancipação que se segue à revolução.

Os anais da história, no entanto, atestam que as experiências do chamado “socialismo real”, sob o comando de Stálin, se utilizaram das mesmas desumanidades típicas da sociedade de classes<sup>1</sup>. Na medida em que se concentrou na eliminação da figura do expropriador capitalista, o horizonte da emancipação socialista manteve não somente o capital como poderio fundante do metabolismo social, mas também conservou os próprios trabalhadores alienados de suas condições de existência, mediante o inesperado fortalecimento e burocratismo do aparelho estatal. Ora, mas se a abolição da propriedade privada, pressuposto da superação do capitalismo previsto pelo próprio Marx (para a consequente socialização da

---

<sup>1</sup> No balanço de Hobsbawn (1995), acerca da herança letal stalinista: “não importa muito se optamos por uma estimativa “conservadora” mais próxima de 10 do que 20 milhões, ou de um número maior: nada pode ser outra coisa que não vergonhoso e além de qualquer paliativo, quanto mais justificado. Cf. HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 383.

economia), não for capaz de promover a participação real e organizada das massas nas decisões e prioridades sociais (requisito inseparável da socialização política), o projeto da plenitude socialista se torna um anacronismo. É por isso que o alerta de Mészáros enfatiza a necessidade da extinção não somente do capitalismo, mas da superação do sistema do capital como tal e sua forma alienada de controle do metabolismo social.

Na convergência das vicissitudes que culminaram na desintegração da União Soviética, diversos teóricos, inclusive alguns que se autodenominavam marxistas, decretaram o “fim da história”, cedendo, por fim, a um profundo pessimismo frente as ideologias clássicas. Para muitos, o anúncio da morte do sujeito histórico, o proletariado, e do próprio marxismo passaram a fazer sentido; a configuração do capitalismo de “novo tipo”, que emergia das cinzas do sistema soviético e reclamava a hegemonia do capital financeiro transnacional, sinalizava, quando não a extinção, a necessidade de reinvenção do socialismo.

Com o fim da experiência soviética, observa-se a tentativa de varrer a perspectiva socialista da agenda imperialista mundial. Quando rompe com o legado soviético, a esquerda subverte sua tradição ativa e combativa a uma nova roupagem, de cunho defensivo e reativo, apagando de suas bandeiras qualquer ataque frontal ao capitalismo ou defesa do socialismo. A crença em uma parceria conciliatória com o capital via democracia liberal é o caminho defensável que se orquestra para esta concepção de socialismo.

Os equívocos que arrefeceram as estratégias revolucionárias, contudo, não têm como epicentro apenas o desfecho trágico da experiência soviética. Não obstante o imenso desenvolvimento histórico das forças produtivas proporcionado pelo embate com as velhas estruturas sociais, a lição da história nos atesta a estagnação de todas as grandes lutas históricas da esquerda revolucionária do século XX<sup>2</sup>. Ao contrário das previsões e cenários mais otimistas, a luta socialista não conseguiu pôr um fim global à sociedade burguesa, haja vista a correlação de forças prevalentes inclinarem-se sobremaneira para a manutenção do *status quo*.

---

<sup>2</sup> Segundo Hobsbawn, os países cujas fronteiras se separaram do capitalismo mundial se denominando socialistas ampliaram-se dramaticamente em 1945. Na Europa, incluíram toda a área que ia, grosso modo, do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passaram para a zona socialista, assim com parte da Alemanha ocupada pelo exército vermelho após a guerra. A maior parte da área perdida pela Rússia depois da guerra e da revolução pós-1917 e um dos territórios antes pertencentes ao império habsburgo também foram recuperados ou adquiridos pela União Soviética entre 1939 e 1945. Enquanto isso, uma vasta e nova extensão da futura região socialista se dava no Extremo Oriente, com a transferência de poder para regimes comunistas na China (1949) e, em parte, na Coreia (1945) e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), no curso da guerra de trinta anos (1945-75). Houve mais algumas extensões da região comunista um pouco mais tarde, no hemisfério ocidental – Cuba (1959) e África (na década de 1970). Hoje, a maior parte desses países é capitalista. Cf. HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XXI: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 364.

De forma geral, os países envolvidos na luta contra a ordem hegemônica enfrentaram condições adversas e limitações específicas das suas próprias realidades - que não cabem ser aqui analisadas - com ganhos isolados em algumas esferas, os quais não configuraram uma experiência radical de emancipação da humanidade do jugo do capital e das desumanidades impostas pela alienação capitalista. Os desfechos trágicos das revoluções, em especial do século XX, comprovam que os “homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”<sup>3</sup>.

De fato, a superação do capital não é obra apressada. Requer um longo e complexo processo de mudanças no modo de funcionamento e controle do metabolismo social controlado pelo capital, bem como o enfrentamento dos problemas fundamentais da ordem negada, quais sejam, a permanência e o domínio dos parâmetros estruturais do capital sobre o trabalho. Não há dúvidas que muito foi feito e tentado pela classe trabalhadora na direção do projeto socialista. Resta, no entanto, enfrentar a atual conjuntura histórica que assinala a crise estrutural do capital, confrontar os antagonismos internos do sistema do capital, reconhecer a influência nefasta do imperialismo sobre a luta de classes e os limites que a história impôs ao projeto socialista original para, então, impor a sua ofensiva como imperativo histórico objetivo.

Por este motivo, a mudança qualitativa da sociedade não requer somente a transformação das relações que produzem o fetichismo e a reificação, mas exige também a superação das três mediações que estão inseparavelmente entrelaçados no sistema orgânico fundamental da sociedade de mercadorias, qual sejam, o capital, o trabalho assalariado e o Estado político: o capital, que representa não só as condições materiais alienadas de produção, mas também a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho; o trabalho, este que está estruturalmente privado do controle da produção e tanto reproduz o capital como o confronta defensivamente; e o Estado, a estrutura de comando político do sistema que controla e subsume o trabalho ao poderio e necessidade compulsiva do capital.

A estagnação da experiência soviética, portanto, arrefeceu não somente o movimento socialista, mas deu novo fôlego à utopia liberal. Do auspício de sua cartilha conservadora, se defende a intervenção mínima do Estado na vida social e a despolitização da economia em prol do livre movimento dos mercados.

---

<sup>3</sup> KARL, Marx. 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

Na década de 1990, a consolidação vitoriosa da hegemonia do (neo)liberalismo funciona como um alento à ideologia capitalista, que a muitos soou como o desfecho final da caminhada da humanidade. Dessa influência social-político-econômica, um “novo” tempo “pós-moderno” se anuncia e, com ele, a forma de interpretar, viver e compreender o mundo nunca mais seria a mesma.

A preponderância do neoliberalismo no campo da política, economia, educação, religião, nos meios de comunicação, corporações, associações profissionais, instituições financeiras internacionais que regulam as finanças e o comércio globais, o tornam hegemônico e comumente associado à defesa da propriedade, do livre mercado, da livre mobilidade de capitais e, por isso, arauto máximo do desenvolvimento das liberdades e capacidades empreendedoras individuais. O Estado, por sua vez, deve garantir as estruturas necessárias para assegurar, se preciso pela força, o usufruto irrestrito do direito de propriedade e do funcionamento dos mercados, o que na prática legitima uma verdadeira vingança do capital contra o trabalho, através do desmonte de suas conquistas sociais.

Nesse contexto, a revolução tecnológico-informacional é anunciada para o rejuvenescimento do capitalismo, colocando nas mãos dos donos do poder a capacidade de induzir, formar, seduzir e homogeneizar as massas de uma forma nunca antes imaginada. Em paralelo, muitas teorias disseminam a total desfiguração da atividade que produz a existência humana, em formulações que atestam o caráter marginal e acessório do trabalho frente ao pretenso protagonista da produção social, o grande capital. Ao sabor das conveniências, a ciência ou a informação também alçam ao *status* de “força produtiva”, concorrendo com o objetivo de desqualificar o peso do trabalho vivo na produção das mercadorias e anular o ser social. Assim, a velha economia industrial cede lugar a uma “nova economia” na qual o trabalho teria perdido sua centralidade por conta da mudança do peso relativo do emprego industrial na estrutura ocupacional para o setor de serviços.

O predomínio mundial do neoliberalismo não somente como ideologia e prática, mas como modo de compreender e agir, como forma de gestão do mercado e do poder político, da ordenação da sociedade e da visão do mundo, promove o deslocamento das coisas, indivíduos e ideias. O recuo diante do horizonte da revolução social contra a ofensiva do capital, sobremaneira destacado no caráter particularista, de demandas fragmentadas adotadas pelas lutas sociais, se mostra compatível com a atual forma “pós-moderna” de encarar a realidade, haja vista o particular apego dessa “tendência cultural-ideológica” à fragmentação e à dissolução do sujeito social. Seu ceticismo diante toda prescrição universalizante, de pretensão basilar e atemporal para a ação racional e coletiva, traz consequências nada

desprezíveis para a prática política que se pretenda radical, levada a cabo pela classe trabalhadora.

Quando seus ideólogos decretam a falência de todos os discursos totalizantes, das filosofias explicativas, dos valores morais, das instituições e das utopias no devir, projetam-se também a banalidade cotidiana, o conformismo, o consumismo, o niilismo, que se arvoram fonte de uma redefinição axiológica e fase preparatória para a chegada do “super-homem” pós-moderno. A descrença e o fatalismo, no entanto, são os sintomas colaterais indesejáveis que camuflam a incompreensão da existência. No mundo deteriorado pelo capricho da mercadoria, que separa e impõe como condição de sobrevivência o mais arraigado individualismo, o homem dilacerado agoniza na mônada isolada, o vazio de sua existência.

Dos muitos elementos a partir dos quais poderíamos atestar o consenso da “virada neoliberal”, segundo nos diz Harvey, é importante destacar que sua disseminação geográfica se deu de maneira desigual, de acordo com o “clima de negócios” de cada lugar. O autor sugere que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou se tornam irreconhecíveis. Assim, a “neoliberalização” não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital, estagnado desde os anos de 1970, mas teve notável sucesso na restauração ou criação do poder de classe de uma elite econômica<sup>4</sup>.

No espírito da obra de Mészáros, o quadro acima aponta elementos que se relacionam entre si e corroboram com a sua prescrição de “saturação civilizatória” do sistema do capital e responde ao movimento de “instabilidade” provocada por sua crise estrutural, a qual paralisa qualquer margem de ação no interior das estruturas que o regem. A questão, contudo, não deve ser entendida em termos de um paradoxo.

Marx sintetiza magistralmente a dinâmica que está contida nas relações sociais de produção, no Prefácio de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, no qual diz que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência”. Assim, a ação dos seres humanos, suas organizações e decisões também estão atreladas e condicionadas ao nível alcançado pelas forças produtivas.

---

<sup>4</sup> Segundo dados levantados por Harvey (2012), em 1996 o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo foi igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial – 2,3 bilhões de pessoas. E o que é pior: as 200 pessoas mais ricas do mundo mais que dobraram seu patrimônio líquido, nos quatro anos anteriores a 1998, para mais de 1 trilhão de dólares. HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 43.

Optei por não adentrar na discussão acerca do tendencioso estigma de “determinismo” imputado a Marx, já que temos claro que tal crítica é totalmente incompatível com a complexidade dialética de sua teoria e a celeuma já ter sido exaustivamente refutada por grandes estudiosos marxistas. Partimos do pressuposto de que a sociedade não é uma abstração, mas um todo dinâmico e dialético que envolve não somente os indivíduos, mas as relações que nos conectam uns aos outros. Seu desenvolvimento, portanto, pressupõe o movimento e a transformação nessa complexa teia. Acontece que não temos o livre-arbítrio sobre o modo como se desenrolam essas relações, afinal “não é a consciência que determina o ser dos homens, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”<sup>5</sup>. Para sobreviver, os homens devem satisfazer suas necessidades históricas de sobrevivência, se ajustando às condições que lhes permitem assegurar a reprodução da espécie a cada geração, a cada dia, indefinidamente. É nesta lenta marcha que a sociedade caminha e se desenvolve.

Marx, no entanto, adverte que “ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes”. De maneira que as relações que impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas, contraditoriamente se convertem em obstáculos a esse mesmo desenvolvimento. O exemplo mais marcante desse descompasso se apresentou no que Marx tantas vezes denunciou como “miséria alemã”, a qual mantinha a Alemanha do século XIX estagnada em relações feudalistas mesmo diante dos novos tempos inaugurados pela Revolução Francesa de 1789 e pelo desenvolvimento burguês.

A questão, muitas vezes tratada como “atraso político”, imputa à política a instância máxima de resolução das contradições sociais. Nesses termos, é-lhe creditada o poder de transformação de todos os homens em cidadãos e, assim, a instituição da igualdade. O problema ganha outra proporção quando consideramos a esfera da produção, a base da sociedade, na qual os homens, independentes de intervenções políticas, permanecem isolados e verdadeiramente desiguais. Não se trata, contudo, de desprezar as conquistas da “emancipação política”, expressa na forma atual da democracia e da cidadania, mas de compreendê-las dentro dos limites impostos pela própria natureza do capitalismo. A “revolução parcial, meramente política, a revolução que deixa em pé os pilares da casa”<sup>6</sup> não é capaz de garantir relações de igualdade, o fim da exploração ou a participação genuína dos indivíduos nos destinos da comunidade. A defesa desta forma de igualdade se apresenta como

---

<sup>5</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

<sup>6</sup> MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 49.

um ideal abstrato, que nenhuma instância de poder, legal ou política, é capaz de efetivá-la em sua plenitude. A mudança radical dar-se-á com a negação da ordem existente em todos os níveis e de modo global, com novas relações materiais de produção, divergentes das dominantes, as quais inauguram, como disse Marx, uma época de revolução social.

A revolução humano-social demarca uma importante distinção em relação à revolução política. Se esta é o momento limitado do auge revolucionário em que se altera o poder de Estado e a forma jurídica de propriedade, aquela ocupa todo um período histórico, é o processo de transição de um modo de produção a outro, caracterizado, por um lado, pela elevação das forças produtivas a um nível mais elevado e, por outro, pela alteração correspondente das relações materiais de produção<sup>7</sup>. Conforme o objetivo desta tese, seguiremos as prescrições de nosso autor para a consolidação da luta histórica rumo ao socialismo, que englobam intervenções fundamentais ao enfrentamento da estrutura de desigualdade estabelecida, quais sejam: 1) a igualdade substantiva; 2) a política radical e; 3) a educação.

Seguindo nesta direção, a organização dos capítulos que integram esta tese obedece ao esforço de sistematizar o pensamento do filósofo de uma forma mais linear e sistemática para uma análise mais abrangente do sistema de produção do capital no atual estágio do capitalismo, as suas mediações destrutivas e possibilidades de superação. Após uma breve Introdução na qual aponte as condições adversas que inviabilizaram a emancipação socialista como um sistema sustentável e global, frente à dinâmica de expansão material e cultural do capitalismo que se impôs sobre todas as formas sociais de vida e trabalho.

No Capítulo II, intitulado “**O Sociometabolismo do Trabalho: A Mediação da Sociabilidade Humana**”, almejei uma visão inteligível acerca da centralidade do trabalho como metabolismo social que rege o intercâmbio orgânico entre os homens com a natureza e como atividade ineliminável à produção e reprodução da vida humana em sociedade. A partir da leitura de Mészáros em Marx, procurei expor o modo de ser do sociometabolismo do trabalho, que é mediação primária, fonte da consciência e da liberdade dos homens na medida em que se afirma como centralidade da produção e reprodução sóciometabólica. Sua força, contudo, não está aparente na imediaticidade na qual os fenômenos se apresentam.

A reflexão se estende à realização do trabalho humano no capitalismo, mormente marcado pela precarização, degradação e desemprego sem precedentes bem como à estratégia

---

<sup>7</sup> Cf. GERMER, Claus M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo. p. 75-95, s/d. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo172artigo2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo172artigo2.pdf)> Acesso em: dez de 2014.

defensiva que o capital impôs ao movimento do trabalho na luta de classes, prática que aniquila o poder de organização e desvirtua os interesses da classe trabalhadora, que, não obstante o agravamento das condições de penúria a que está progressivamente submetida, não provoca grandes abalos no modo de controle do capital ou nas funções controladoras que ele exerce sobre o trabalho. Os sujeitos sociais, confrontados com as demandas do capital, se alienam de sua força e objeto produzido, se fragmentam e se desumanizam quando são subjugados às exigências massacrantes do processo de trabalho capitalista, que são a expressão de relações sociais mercantilizadas, místicas e impenetráveis.

As graves consequências que a “armadilha reformista” incorreu ao movimento do trabalho são também objeto desta análise, na medida em que até mesmo a referência ao termo “socialismo” passou a ser evitado como “praga” por seus ideólogos. Nesse jogo, as pressões para o controle do trabalho, sobremaneira enfraquecido pela própria conjuntura de crise do capital, solapam veementemente as conquistas sociais e trabalhistas, o poder e a liberdade sindicais e a própria base objetiva da luta de classes, visto que a centralização e concentração crescente do capital imprimem um caráter notadamente reativo do movimento do trabalho.

Nesse sentido, as demandas da classe trabalhadora têm cada vez menos chances de ser supridas por meio das instituições políticas de luta dos trabalhadores. De modo especial, é no interior dos partidos políticos que a “conspiração contra o trabalho” tem lugar garantido. Reféns do estreitamento das margens do capitalismo e da “política do consenso”, qualquer investida na direção do debate pela mudança no controle sociometabólico estabelecido assume contornos heréticos. A atuação dos partidos políticos, inclusive daqueles que se proclamam da esquerda ou comunistas, na medida em que auto-encarceraram os objetivos radicais do movimento do trabalho no interior da estrutura política parlamentar, se restringem à “entrega do trabalho ao capital” e a utilização oportunista das pessoas como “forragem eleitoral”. A despolitização das lutas e relações sociais é outro ingrediente que garante e viabiliza o controle dos detentores do capital sobre o sistema, inclusive parlamentar.

No Capítulo III, **“O Sociometabolismo do Capital: A Produção Alienada da Existência Humana”**, o objetivo é investigar a especificidade do “sistema sociometabólico do capital” ao qual Mészáros se refere de maneira recorrente. O “sociometabolismo da barbárie”<sup>8</sup> é a mais poderosa estrutura “totalizadora” de comando surgido na história, cujo

---

<sup>8</sup> Cf. ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie. **Katálysis**. Florianópolis-SC v. 7, n. 1, p. 33-41, jan/jun, 2004. Disponível em: <file:///D:/Downloads/6912-20887-1-PB.pdf> Acesso em: dez. 2014.

nenhum controle pode ser imposto ao seu objetivo de acumulação e auto-reprodução ampliada.

Nesse sentido, procuramos compreender a lógica interna que comanda seu funcionamento, iniciando com um traço peculiar e decisivo para a teoria de Mészáros, que é sua distinção entre “capital” e “capitalismo”. Com essa prerrogativa, o autor enfatiza que a superação de um não implica a destruição do outro. Isto é, a extinção do capitalismo não implica, por extensão, na superação do sistema do capital da regência da reprodução social. Assim, o capital, como um sistema incontrolável de controle sociometabólico necessariamente hierárquico e alienante, existe antes e pode continuar a existir ainda depois do capitalismo, em sociedades pós-capitalistas, mesmo que haja modificações nas suas determinações estruturais.

Também explorei a prescrição do autor acerca da “taxa de utilização decrescente do uso das mercadorias”, que é, segundo ele, “uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista”. Intimamente ligada aos imperativos de expansão do capital, abrindo-lhe sempre novas “nichos” de expansão, ela funciona como meio insubstituível para realizar a necessária reprodução em escala ampliada, ao mesmo tempo em que mantém, artificialmente, o aumento do consumo.

O complexo industrial-militar, com base na mesma tendência, cumpre o papel de resolução da complexa equação da “máxima expansão possível” versus “taxa de utilização mínima” que o problema da superprodução apresenta ao sistema. A grande inovação do complexo militar-industrial para o desenvolvimento capitalista, contudo, foi eliminar a distinção literalmente vital entre consumo e destruição. Esta mudança foi possível porque consumo e destruição passam a equivalentes funcionais do ponto de vista do “processo de realização” capitalista.

Mesmo diante dessa complexa e interligada teia que desempenha um importante e decisivo papel na administração da auto-reprodução “destrutiva”, o capital continua a ser um sistema estruturalmente em crise, que, para Mészáros, configura-se estrutural e consome não somente o mundo das finanças globais, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural, colocando em jogo até mesmo a continuidade da vida humana que espreita a autodestruição.

Todo sistema de reprodução sociometabólico quando satura sua ascendência histórica, no entanto, tem seus limites intrínsecos ou absolutos ativados. Isso significa, no entendimento de Mészáros, que seu poder de domínio chegou ao limite de sua capacidade civilizatória e abrangência dos rincões do globo terrestre, o que, progressivamente, encurta as possibilidades

de deslocamento das suas contradições. E, de acordo com o filósofo, a “ativação dos limites absolutos do capital” já se consumou em nosso horizonte e isso nos exige o enfrentamento das premissas irracionais do sistema na perspectiva de superá-las, tendo em vista que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico”.

O Capítulo IV, cujo título é “**Estado e Política na Regência do Capital**”, revela que a preservação das relações de destruição e poder não poderiam ser materialmente concretizadas sem que um poder ideológico conferisse mistificação e legitimidade jurídica aos caprichos da dominação capitalista. O Estado burguês é a expressão do poder político que busca assegurar, por meio de sua classe e instituições, interesses específicos particulares e a coesão em torno do projeto do capital.

O maior embrutecimento das regras do sistema do capital sobre os problemas contemporâneos tem, na função desempenhada pelo Estado, a garantia e a proteção das condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente, o que lhe assegura a qualidade de “estrutura totalizadora de comando político do capital” e como tal, indispensável à sustentação material de todo o sistema. Os poderes de persuasão, cooptação e ameaça do aparato estatal mantêm o clima de consentimento necessário à perpetuação da hegemonia neoliberal na reorganização das relações econômicas internacionais e na remoção de toda e qualquer barreira ao livre funcionamento e à mobilidade do capital entre setores, regiões e países e, por conseguinte, a administração “saudável” das contradições do capitalismo, cuja legitimidade social e política mostram sinais de esgotamento.

Neste contexto, a função, o meio e o fim assumidos pela política guarda um grande distanciamento da tipologia clássica da política aristotélica, para a qual a política é a atividade que se exerce na *pólis*, em nome e voltada para o bem comum. Com esse distanciamento, a política se aproxima da esfera que tem a ver com a conquista e o exercício do poder, que se realiza tão somente no ato do voto, na união pelo consenso, no rodízio entre partidos, cargos e rostos que se alternam no rateio dos postos do poder.

Por fim, considerada a complexa rede de contradições expostas nos capítulos anteriores, trataremos das possibilidades de construção de um novo projeto civilizatório, capaz de superar definitivamente as relações de poder material da desigualdade estrutural socialmente criada. **As Mediações para a Negação do Sistema do Capital** serão objeto do Capítulo V. Para apontar elementos de superação dos discursos e práticas hegemônicos tão afetos à exclusão sistemática dos indivíduos nas decisões sociais, a categoria “mediação” resguarda grande importância e complexidade para o estabelecimento, tanto teórico como

prático, dos meios e formas necessárias à erradicação tanto do capital, do processo sociometabólico, como da alienação imposta aos sujeitos.

Lembramos que o homem não é um ser mudo, produto fechado de seu contexto social; ele é também sujeito ativo na criação das condições sociais, do trabalho e dos instrumentos que fazem a mediação entre o homem e o mundo e os outros homens ao longo da história e do desenvolvimento de cada indivíduo. Como veremos mais adiante, a origem da sociedade humana é resultado do princípio integrador fundamental do ser social, o trabalho. É através do trabalho (em conjunto com outros complexos) que o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, também se transforma. É a realização de sua atividade que impulsiona o homem ao seu semelhante e ao fabrico dos instrumentos que mediarão a realização da atividade humana, provocando mudanças e abrindo caminhos para o desenvolvimento da práxis social humana.

Nesse sentido, a pergunta fundamental que procuro responder nesse capítulo refere-se ao significado da categoria mediação e, como, por exemplo, quais intervenções seriam capazes de canalizar as forças humanas para a transformação radical da sociedade? E como mobilizá-las? As respostas constituem o subsídio central ao que se propõe esta tese, que é apontar os meios pelos quais é possível a negação do sistema do capital e afirmar a emancipação humano-social.

Nesse intuito, retomei a breve tentativa soviética, a experiência mais significativa e inspiradora da luta de superação do “velho” pelo novo e de imenso significado para o marxismo, por crer na necessidade de buscar a avaliação crítica acerca dos limites que estagnaram a Revolução de 1917. Seguindo Mészáros, é possível apontar para a síntese de que a “expropriação dos expropriadores”, anunciada para o objetivo da emancipação do trabalho, mostrou-se “totalmente insuficiente” para a sustentabilidade das mudanças requeridas à emancipação social. Para fundamentar essa interpretação, segui os passos do filósofo, debruçando-me não somente sobre a influência da revolução de outubro e de seus idealizadores, mas na trajetória teórica de G. Lukács, que teve importante envolvimento político-teórico-prático com os eventos revolucionários dos séculos XIX e XX.

Substancialmente, na medida em que as sociedades pós-capitalistas se fixaram na luta política contra o capitalismo, estagnando a revolução social, demonstraram sua incapacidade de superar o sistema sociometabólico do capital e de enfrentar os problemas fundamentais da ordem negada, quais sejam, a permanência e o domínio dos parâmetros estruturais do capital e sua divisão social hierárquica sobre o trabalho. Com a estagnação da revolução social, o objetivo estratégico da transformação socialista findou paralisado, condenado a “girar em

círculos”, na medida em que o não rompimento com as determinações operantes da reprodução do poder do capital manteve a dinâmica da “mais elevada extração praticável de trabalho excedente” e o imperativo da riqueza alienada perdulária.

Nesse sentido, a transformação qualitativa da ordem estabelecida requer a radical negação da complexa rede de mediações antagônicas que regulam o metabolismo social do capital. Outras intervenções, “não-conflitivas”, deverão mobilizar os produtores associados para o exercício consciente do poder de decisão sobre todos os âmbitos da atividade produtiva humana para que o alcance do projeto societário proposto se torne realidade. Para tanto, as intervenções estratégicas voltadas ao enfrentamento da tirania opressora que se abate sobre os homens devem ultrapassar as crenças reformistas, atacar o modelo de sociedade e negar as ideias hegemônicas que naturalizam preconceitos e estimulam a não-participação das massas nas decisões políticas da vida social por meio da força incapacitante da miséria material e espiritual a que estão condenados.

Contrapor-se ao discurso hegemônico reducionista, requer, antes de qualquer coisa, compreender que a gênese da “exclusão” dos sujeitos dos bens materiais e espirituais construídos socialmente tem amparo na existência de classes sociais antagônicas e nas desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção, mas que são encobertas pela ideologia da “diferenças individuais”. A “culpabilidade” dos sujeitos alimenta não somente as diferenças individuais e as de classe, mas sedimenta outras formas de exclusão social, como a intolerância, a discriminação, o isolamento social e a desigualdade de oportunidades, que, na sua aparência fenomênica pseudo-igualitária, dissimula a legitimação manipuladora do Estado, reproduz o modelo de exclusão próprio do modelo produtivo do capital e manifesta a precarização da formação humana na atualidade.

A esfera formal educacional, por sua vez, acumula um extenso passado histórico de falta de oportunidade de acesso, elevado nível de evasão e repetência e, o mais agravante, a “permanência nas escolas por longos períodos de tempo de crianças e jovens que nunca chegam a se apropriar de fato dos conteúdos escolares”, ou seja, a instituição escolar não apenas produz a exclusão em seu interior, mas a reproduz de forma ampliada, na medida em que “se apresenta como uma das formas contemporâneas importantes de produção da miséria social”<sup>9</sup>. Em sintonia com o projeto do capital, a educação cumpre a missão de moldar as

---

<sup>9</sup> Cf. FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; TULESKI, Silvana Calvo. **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2011.

subjetividades para a devoção às relações de exploração e antagonismos entre as classes sociais.

Assim, o conhecimento assume papel acessório diante das informações, qualificações e habilidades demandadas pelas atividades produtivas que enaltecem a capacidade de flexibilidade e adaptação constante da força de trabalho ao “tempo das incertezas”, como o principal fim da mão-de-obra escolarizada.

Em síntese, pretende-se com esta tese uma melhor compreensão da realidade, a crítica teórica à estrutura da sociedade em meio à acirrada contradição capital-trabalho, à dinâmica social que engendra a desumanização e a degradação do homem e, especialmente, mobilizar a busca de soluções para os problemas enfrentados pela educação brasileira, afirmando, dentre outras mediações, a igualdade substantiva, única capaz de promover a maior equidade e justiça nos intercâmbios humanos. Tal princípio implica tanto a “universalização” do trabalho, como também os frutos positivos da atividade humana, que devem ser “igualmente repartidos” entre todos os homens para, por conseguinte, se fazer avançar um novo modo de fazer política, descolada dos interesses particulares, mas enlaçada nas questões vitais da comunidade; e a educação, como mediação insubstituível à orientação das lutas dos trabalhadores contra a alienação capitalista, pois não há como emancipar o homem e dotá-lo de uma vida plena de significado enquanto seguirmos, passíveis e doutrinados, a cartilha do capital.

## 2 O SOCIOMETABOLISMO DO TRABALHO: A MEDIAÇÃO DA SOCIABILIDADE HUMANA

(...)
   
Mãos talhadas em silêncio
   
e ternura,
   
que plantam a cada dia
   
sementes de liberdade
   
e colhem ao fim da tarde
   
celeiros de escravidão. (...)
   
Pedro Terra (1948),
   
poeta brasileiro.

No capitalismo contemporâneo, o papel do trabalho humano assume contornos trágicos<sup>10</sup>. No culto do ideário dominante, muitas teorias disseminam a total desfiguração da atividade que produz a existência humana em formulações que lhe atestam um caráter marginal e acessório frente ao pretense protagonista da produção social, o grande capital. Ao sabor das conveniências, a ciência ou a informação também galgam o *status* de “força produtiva”, concorrendo com o objetivo de desqualificar o peso do trabalho vivo na produção dos bens e anular o ser social.

O trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil é indispensável à existência do homem. Essa premissa marxiana ressalta a fragilidade dos críticos do trabalho, que desconsideram a dimensão do trabalho concreto na realização da base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Daí, ressaltamos que somente com a ampla compreensão da atividade humana como o grande “salto ontológico de ruptura” é que será possível reconhecer o seu sentido ativo de liberdade e transformação e perceber que a luta pelo controle da força de trabalho levado ao extremo pelo capital, com o patrocínio do Estado, são as amarras que temos que desatar. Esta investigação é a promessa desse capítulo.

O indivíduo humano, quando se distancia dos nossos ancestrais hominídeos em direção à sociedade humana, desenvolve um fazer livre e consciente, direcionado e distinto da atividade animal, que o conduz ao rompimento definitivo com a simples reprodução do existente e o ergue das formas inorgânicas pré-existentes de vida como ser social. Mesmo que

---

<sup>10</sup> Sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo, sugerimos: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006a; \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006b; \_\_\_\_\_. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004; DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

as relações naturais originais não possam ser recriadas para efeitos de comprovação, o decurso histórico-dialético que culmina na organização social, pode ser associado a um “organismo”, cujo metabolismo está constantemente submetido a processos de formação, evolução e seleção natural por meio de processos físicos, químicos e biológicos, num constante processo de tornar-se outro, desde que não desvinculado do caráter de distinção, articulação e desdobramento que perpassam todas as esferas inorgânica, orgânica e social do ser. Da simbiose do complexo orgânico sobre a natureza inorgânica, o caminho da evolução promove a “ruptura ontológica” que prioriza o domínio da esfera da vida, da reprodução biológica sobre os complexos inferiores, agrupando no complexo social todos os outros complexos primitivos fundamentais, suas propriedades e modos de operar que somente se desdobram e se fazem presentes no ser social já constituído. Essa “unidade ontológica” que se condensa no ser, se evidencia na exigência que a reprodução social vai nos impor, qual seja, a permanente troca orgânica com o mundo natural e com a natureza<sup>11</sup>.

É por meio do princípio integrador originário fundamental do ser social, o trabalho, em conjunto com os demais complexos, tais como a linguagem, educação, religião, etc, que se garante a sobrevivência e a satisfação das necessidades humanas universais. Este “salto” de transformação rompe com a simples reprodução do existente, ergue o ser social das formas pré-existentes de vida, que se torna um ser que satisfaz as necessidades postas socialmente, se lançando a posições cada vez mais complexas que o transformam e o desenvolvem indefinidamente.

Via trabalho, o homem pode antever na consciência o resultado de sua ação pela prévia-ideação. Numa relação articulada entre teleologia (agir mediante a projeção de fins) e causalidade (realidade objetiva) há um processo de objetivação cujo resultado é a produção do objeto. No trabalho realizam-se posições teleológicas que dirigem as escolhas e a busca dos meios, e estas desencadeiam séries causais que põem em movimento sempre novas alternativas que abrem caminho para o desenvolvimento da práxis social humana. E quando produz os bens materiais necessários a sua saciedade, põe seu corpo em movimento e dá início a uma íntima relação entre seus atributos corporais e mentais com a natureza e seus recursos naturais voltadas à produção de coisas úteis que satisfaçam as necessidades postas socialmente. Estes elementos percorrem diversas etapas para se objetivarem num objeto da natureza que foi modificada em sua forma e adaptado à vontade humana, mas também distinto

---

<sup>11</sup> Cf. LUKÁCS, Georg. **Por uma ontologia do ser social**. vol I, . Roma: Riunite, 1981 (mimeo); LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

dela, ou seja, por mais que o objeto traga as marcas de seu criador, eles são distintos entre si, não compartilham nenhuma relação de identidade<sup>12</sup>.

O homem domina e modifica a natureza de acordo com as suas necessidades e desenvolve as potencialidades necessárias à efetivação de sua vontade por meio de instrumentos obtidos mediante o direcionamento das propriedades físicas, químicas e mecânicas das coisas como força sobre outras, multiplicando enormemente a sua capacidade de transformar a si próprio e a sociedade. Este processo não se desvincula do inevitável intercâmbio “orgânico” do homem com a natureza, essa que se apresenta como parte da vida, do seu corpo, da consciência e da atividade humana, como um meio imediato da sua vida física e mental, o seu corpo inorgânico, com a qual ele tem de ficar num processo contínuo de interconexão para não morrer<sup>13</sup>.

É através dessa relação ontológica auto-mediada com a natureza que o homem produz sua sobrevivência, cria a cultura, a beleza e dá sentido à história, tornando esse intercâmbio em um momento inseparável e integrante de si mesmo, “que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e a digestão”<sup>14</sup>. E na medida que a natureza se apresenta como um meio imediato da vida física e mental do homem, torna-se parte inseparável de seu corpo. Desse intercâmbio, o homem submete o mundo orgânico a sua vontade e sobrevivência mediante um fazer distinto da atividade do melhor animal, que produz somente para atender as suas exigências imediatas ou da sua cria, não sendo a sua atividade, portanto, livre, já que é determinada pelo seu instinto. Vejamos a conhecida distinção realizada por Marx:

Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. (MARX, 2008b, p. 211-212).

A forma de realização da liberdade é um tema central que Mészáros resgata em Marx. Não a liberdade como um princípio abstrato, metafísico, mas a liberdade como substrato do homem que se autodetermina e transforma a vida. Refazendo o percurso do mouro, Mészáros

---

<sup>12</sup> Cf. LUKÁCS, Georg. **Por uma ontologia do ser social**. vol I, . Roma: Riunite, 1981 (mimeo); LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

<sup>13</sup> MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a, p. 84.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 84.

chega à conclusão de que “a liberdade humana não é a *transcendência* das limitações da natureza humana, mas uma *coincidência* com elas, ou seja, a liberdade humana não é a *negação* daquilo que é especificamente *natural* no ser humano mas, ao contrário, sua *afirmação*”<sup>15</sup>.

Segundo o autor, os ideais transcendentais dos sistemas filosóficos anteriores, que buscaram justamente a superação das limitações inerentemente humanas, são o resultado de uma concepção a-histórica que identifica a natureza humana ao “egoísmo” inato do homem. Em contrapartida, os ideais morais sobrepõem a esse “homem egoísta” a imagem de um “homem fictício”, particular, que está preso a uma dada situação histórica.

A afirmação moderna de que o homem é um ser egoísta por natureza só é possível porque vivemos numa sociedade alienada, na qual o homem é, de fato, egoísta. A crítica a esta visão, para ter sentido, deve estar aliada à negação de todo transcendentalismo ou dualismo das concepções que pregam a natureza egoísta do homem desvinculada das implicações e contradições históricas que produzem o “homem-mercadoria alienado”. Somente a negação a esta concepção pode revelar o ser humano real.

Como relembra Mészáros, o ponto de partida ontológico de Marx situa o homem como uma parte específica da natureza e deve, portanto, ser descrito nos termos de suas necessidades, poderes e satisfação das necessidades inerentemente humanas. Essa identificação homem-natureza-homem o livra de suposições teológicas, de ideais e regras morais correspondentes, em contraposição a suposta natureza “animal” do homem, que é vista como um obstáculo a ser negado e, assim, restando-lhe somente a abnegação ao “pecado original” e a gratidão pela sua existência. Considerado esses termos, a realização d’

A atividade produtiva, imposta ao homem pela necessidade natural, como condição fundamental da sobrevivência e do desenvolvimento humanos, torna-se assim idêntica à plenitude humana, isto é, à realização da liberdade humana. (MÉSZÁROS, 2006, p. 153).

Para Mészáros, o modo de existência humana é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pelo trabalho. Mas, a visão da natureza de Mészáros, à exemplo da concepção materialista de Marx, não envolve nenhuma nostalgia romântica, mistificação ou defesa de retorno a algum tipo de “estado natural” de necessidades primitivas, ela clama pela “plena realização da natureza do homem por intermédio de uma atividade humana adequadamente automediadora”.

---

<sup>15</sup> MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 149, grifos do autor.

A atividade produtiva é, portanto, o *mediador* na “relação sujeito-objeto” entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no “objeto”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 79, grifos do autor).

A afirmação de Mészáros enfatiza a atividade humana como “fonte da consciência”, da liberdade humana. A falsa consciência é reflexo da atividade alienada<sup>16</sup>, da atividade produtiva capitalista. É esta forma de intercâmbio, que impede a troca metabólica entre o homem e a natureza, que “reifica” o homem, suas relações e impede a sua plena realização.

Definir o homem como uma parte da natureza significa que ele é um ser natural, um ser que carece da natureza que existe fora de si, que não está circunscrito em si mesmo, que através dessa simbiose, submete e transforma o mundo orgânico de acordo com a sua vontade. O “corpo inorgânico do homem” não é simplesmente o que é dado pela natureza, mas a “materialização de uma fase e estrutura historicamente dadas da atividade produtiva, na forma de seus produtos, dos bens materiais às obras de arte”<sup>17</sup>.

Como ser natural vivo, cuja característica é essa “autoconstituição automediadora”, ele pode transformar-se naquilo que é e no que as circunstâncias lhe permitem. Mesmo limitado historicamente ao tempo, espaço e circunstâncias, ainda assim, o homem terá que satisfazer suas necessidades naturais para garantir sua sobrevivência, o que só será possível mediante a atividade produtiva, “fator ontologicamente absoluto” que funciona como a “mediação” humana da relação sujeito-objeto entre o homem e a natureza.

A relação entre o homem e a natureza é “automediadora” num duplo sentido. Primeiro porque é a natureza que se media consigo mesma no homem. E em segundo lugar, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro de seus aspectos ontológicos duais, a natureza medeia a si mesma com a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social –, o homem medeia a si mesmo com o homem. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Nesse complexo de relações, é importante ressaltar que não apenas a saciedade de necessidades físicas está em jogo quando se considera a atividade produtiva. Mészáros, a partir de Marx, deixa claro que a satisfação das necessidades primitivas do homem também faz surgir uma complexa hierarquia de necessidades não-físicas que se tornam igualmente necessárias e complementares à satisfação de suas necessidades físicas originais. As

<sup>16</sup> Ao longo deste trabalho, sempre que me referir à alienação a relaciono a forma da divisão do trabalho – propriedade privada e intercâmbio capitalistas.

<sup>17</sup> MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 80.

atividades e necessidades humanas de tipo espirituais têm sua base ontológica última na esfera da produção material como expressões específicas do intercâmbio homem-natureza mediado de formas e maneiras complexas.

A compreensão das relações ontológicas estruturais fundamentais necessárias à realização das funções físicas vitais do homem, que precisa produzir para se manter vivo e se reproduzir por meio do intercâmbio dos indivíduos de uns com os outros e com a natureza, de forma a ampliar suas próprias forças criativas como indivíduos sociais, é representativa da categoria “sociometabolismo” utilizado por Mészáros. É a reunião dialética combinada da interação entre a humanidade e a natureza que concorrem para a afirmação da “atividade produtiva ontologicamente fundamental”<sup>18</sup> como a atividade mediadora primeira da produção e reprodução da sociedade humana, que devem ser obrigatoriamente satisfeitas a cada dia e a cada hora e por todo o sempre.

A atividade humana automediadora é o que Mészáros chama de “mediação primária ou de primeira ordem”, que é a única forma viável do relacionamento entre o homem, a natureza e o próprio homem que, ao transformá-la, sendo parte dela, também se modifica, compreende o mundo em que vive e o papel ativo, transformador que é chamado a executar. Todas essas “funções vitais” da reprodução individual e social devem ser realizadas – de alguma forma – por todos os sistemas de intercâmbio mediador produtivo. Segundo o autor, as características da mediação primária são definidas por duas condições inalteráveis:

- 1) os seres humanos são uma *parte* da natureza que deve satisfazer suas necessidades elementares por meio de um constante intercâmbio com a natureza – e ...
- 2) eles são constituídos de tal maneira que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem (a única espécie “intervencionista” do mundo natural) num intercâmbio *não-mediado* com a natureza – como fazem os animais – regulado pelo comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza, por mais complexo que seja esse comportamento instintivo dos animais. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 212, grifos do autor).

Com base nessas premissas, Mészáros reforça o imperativo de realização dessas condições ontológicas fundamentais para que as funções vitais da mediação primária se imponham como condição indispensável da produção e reprodução sóciometabólica. Essas condições ontológicas exigem atenção dos indivíduos às exigências materiais e culturais da sua sobrevivência, que devem ser atendidas por meio das “funções primárias de mediação” estabelecidas entre os homens e no intercâmbio com a natureza. Essas “funções vitais”, que

---

<sup>18</sup> MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 85.

abrangem as interações culturais, intelectuais, morais e materiais, nas quais a vida se desenrola nas formas permitidas pelas circunstâncias, incluem:

- a regulação da atividade reprodutiva biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
- a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;
- o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);
- a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;
- a alocação racional dos recursos humanos e materiais humanos disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas, e
- a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 213).

É importante observar, como bem alerta nosso autor, que nenhuma dessas funções primárias exigem uma estrutura hierarquizada de dominação e subordinação como suporte indispensável à reprodução metabólica. Esses parâmetros se circunscrevem e se definem a partir do modo dominante e alienado de atividade produtiva, das mistificações ideológicas que as disseminam como ideais e à forma correspondente de distribuição do produto social total produzido. É por isso que as personificações do capital, a despeito de seu horizonte social, incorporam orientações metodológicas que conceituam a realidade de maneira condizente às crenças, valores e interesses sociais afetos aos interesses vitais do sistema do capital, que se não forem constantemente renovados e reafirmados não teriam como sustentar-se. Tentando exemplificar, a função vital citada anteriormente acerca da “regulação da atividade reprodutiva biológica” e “o tamanho da população sustentável” poderia ser conduzida ao entendimento de que a exigência compactua com algum preceito teórico populacional malthusiano, de equalização dos problemas de subsistência à suposta escassez imanente dos estoques da natureza ou que a proposição traz em si o interesse universal da sociedade e não a expressão de uma força estruturalmente dominante. Por outro lado, na mesma análise poderia ser explorado o fato de que a terra tem a potência de alimentar os homens; as leis por eles criadas é que legitimam a

expropriação, liquidam e exploram os meios de subsistência disponíveis à imensa massa populacional pauperizada - pelas relações de produção - e com os instintos adulterados pela alienação da sociedade capitalista.

O exemplo acima buscou dar destaque à relação estabelecida por Mészáros entre a estrutura social e as formas de consciência que engendram as concepções de mundo, afinal “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”<sup>19</sup>. Na era do capital, a consciência se circunscreve a sua força social dominante, em conformidade ao tipo de atividade produtiva e a correspondente modalidade de distribuição, mormente desigual.

Nesse contexto, o homem socialmente ativo quando tem suas necessidades naturais originais transformadas e as integra numa rede mais ampla de necessidades que, no conjunto, é seu produto, cria a sua “segunda natureza”, que é a sociedade. Essa realização, no entanto, pode efetivar-se de forma problemática, negando ao homem a chance de “contemplar-se num mundo que ele mesmo criou”. É sobre a desfiguração da atividade produtiva humana e a afirmação do capital como a síntese universal da razão capitalista, que pretendo discorrer a seguir.

## 2.1 Atividade produtiva no capitalismo: negação e reificação da consciência e da liberdade do homem

Como se sabe, é o trabalho que produz e reproduz a existência humana quando cria, a partir da natureza, objetos de trabalho. A efetivação do mundo objetivo no produto do trabalho é a objetivação da sua vida genérica e confirma o homem como ser. O objeto que o trabalho produz, entretanto, ao tornar-se mercadoria, acaba por sobrepor-se ao seu criador, dominando-o.

Na sociedade capitalista, a apropriação dos objetos que o trabalho produz dá-se, sobretudo, como perda da obra humana que não mais lhe pertence. Como diz Marx, “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria”<sup>20</sup>.

A atividade produtiva, subvertida à lógica do capital, é realizada única e exclusivamente para a manutenção imediata da vida do indivíduo, deixa de ser atividade

<sup>19</sup> Cf. MARX, Karl, ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

<sup>20</sup> MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a, p. 80.

humanizadora e formativa. No capitalismo, portanto, sob o julgo do capital, o trabalho não é uma atividade livre e consciente, manifesta-se, prioritariamente, como mero dispêndio da força humana de trabalho, princípio real e necessário à sociedade que reifica e converte todas as relações sociais, e o próprio homem, em mercadorias.

Marx, quando trata da relação antagônica e contraditória entre capital e trabalho, coloca lado a lado os dois grandes pecados infringido à humanidade que estão na base desse processo: pela via teológica, a condenação do homem a comer o pão com o suor do próprio rosto e, pela via econômica, a rota de fuga pela qual alguns conseguiram esquivar-se dessa condenação divina<sup>21</sup>.

Cumprindo seu destino e apto a vender sua força de trabalho livremente no mercado, o trabalhador deixa para trás a marca da expropriação feudal, “inscritas a sangue e fogo nos anais da humanidade” e marcha rumo à “disciplina sanguinária” do assalariamento, por meio de “um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”<sup>22</sup>.

Esse processo primitivo de acumulação traz em si as condições básicas da produção capitalista, a saber, a retirada do trabalhador a propriedade dos seus meios de produção e subsistência e sua transformação em trabalhador assalariado. Desse modo, tipos bem diferenciados de possuidores de mercadorias (proprietário do dinheiro e trabalhadores) têm de defrontar-se e entrar em contato numa aparente relação de igualdade. Essa dissociação, plasmada numa relação de compra e venda da força humana de trabalho, não somente será mantida, mas reproduzida em escala cada vez mais ampliada à medida que a produção capitalista se torna mais independente. Essa é a primeira forma de subordinação que o capital submete ao trabalho para sua valorização.

Nesse momento histórico, dar-se, segundo Marx, a “subsunção formal do trabalho no capital”, que “é a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é, porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção capitalista desenvolvido”<sup>23</sup>. Isso porque o próprio modo de produção ainda não possuía um caráter “especificamente capitalista”, já que a parte variável do capital ainda predominava sobre a constante e a única forma de extorquir sobretrabalho era através do prolongamento do tempo de trabalho, quer dizer, como mais-valia absoluta.

---

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Vol. II. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 851.

<sup>23</sup> MARX, K. **Capítulo inédito de o capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985, p. 87.

Neste primeiro momento de subsunção formal, as bases materiais para a realização produtiva do trabalho ainda são limitados tecnicamente, na medida em que a produção se dá no mesmo espaço da oficina do mestre-artesão, por uma espécie particular de “cooperação”, que é a forma de organização do trabalho “em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”<sup>24</sup>. Aqui, a contradição essencial do modo de produção capitalista, que se apropria privadamente da riqueza social, já se consubstancia. Além disso, a relação “puramente monetária” entre o capitalista como “capital” e o produtor direto como “trabalho” se consolida e a dependência econômica vital de um é monopolizada e catalisada para a coerção desse mesmo à hegemonia do outro. Outro aspecto essencial na subsunção formal é que “quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e formalmente se estabelece a relação de dominação do capital sobre o trabalho assalariado”<sup>25</sup> e tanto mais a relação de hegemonia e subordinação se torna condição e premissa da subsunção real.

Com o desenvolvimento do sistema de máquinas e a ciência por aliada, o capital faz o operário trabalhar não mais com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos, elevando a produtividade à custa do sangue e suor de mulheres e crianças<sup>26</sup>. Mas, antes de tudo, o movimento do instrumental acaba por tornar-se independente do trabalhador, confiscando toda a sua atividade física e espiritual livre. Uma nova etapa no sistema capitalista de produção é inaugurada. Tem-se a subsunção real do trabalho no capital.

Do mesmo modo que a produção da mais-valia absoluta é a expressão material da subsunção formal do trabalho no capital, a produção da mais-valia relativa é a insígnia da subsunção real do trabalho no capital. Nesta, efetua-se uma “revolução total, que prossegue e se repete continuamente, no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário”.

Nas palavras de Marx,

---

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. vol. I. 26. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b, p 378.

<sup>25</sup> MARX, K. **Capítulo inédito de o capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985, p. 94.

<sup>26</sup> Segundo Marx, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar a trabalho das mulheres e das crianças como forma de aumentar o número de assalariados. Colocou todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade e de sexo, sob o domínio direto do capital. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Vol. I. 26. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b, p. 451.

“A produção pela produção” – a produção como fim em si mesma – já entra, é claro, em cena com a subordinação formal do trabalho no capital, logo que o objetivo imediato da produção é produzir a maior quantidade possível de mais-valia, logo que o valor de troca do produto se torna o objetivo decisivo. Mas esta tendência inerente à relação capitalista só se realiza de maneira adequada – convertendo-se numa condição necessária inclusivamente do ponto de vista tecnológico – logo que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a subordinação real do trabalho ao capital. (MARX, 1985, p. 107).

A cobiça crescente por trabalho alheio dá andamento a uma forma “modificada da produção material”.

É uma produção que não está ligada a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades, (o seu caráter antagônico implica a criação de barreiras à produção que ela sem cessar procura superar. Daqui as crises, a superprodução, etc). Este é um dos aspectos que distinguem esta produção do modo de produção precedente. (MARX, 1985, p. 107).

É essa mesma avidez que dá impulso a intensa alienação do trabalho como uma das principais implicações da subsunção real do trabalho no capital e trazem à tona as mazelas do sistema capitalista: a concentração da riqueza, o pauperismo, o exército industrial de reserva, a exploração do trabalho e o rebaixamento dos salários. Ao subsumir definitivamente o trabalho ao seu poderio para reproduzir-se livremente, em contrapartida, concentra-se decisivamente nas mãos da burguesa, que utilizará todo seu poderio coercitivo para subjugar os trabalhadores.

A indústria moderna funcionou como um ultimato à organização do trabalho na forma dada na manufatura. O pleno desenvolvimento do capital não poderia manter-se à mercê do trabalho vivo e dos antigos métodos que tolhiam o movimento livre de ascensão do capital. A introdução da máquina-ferramenta toma o lugar da simples ferramenta. A organização do trabalho suprime a força humana de trabalho que lhe reserva apenas o dever de adaptar-se ao ritmo imperioso da máquina. Se na manufatura, a quantidade e o tempo de trabalho necessário à feitura do objeto era, de certo modo, determinado pelo ritmo do trabalhador, na produção mecanizada a máquina passa a determinar o tempo, a quantidade e a qualidade do trabalho.

De fato, desde o século XVIII, com o amadurecimento das relações sociais burguesas e a quebra da unidade entre a necessidade e produção que garantia a produção social do valor de uso como a medida do processo produtivo, naturaliza-se os imperativos de valorização e reprodução do capital, e, com eles, a posição do indivíduo isolado, desvinculado de todos os laços de dependências recíprocas. Este conjunto social que se apresenta ao indivíduo apenas

como o *locus* incontestado de realização de desejos privados egoístas, abstraídos do bem-estar comum, é o solo ideal para o apogeu do mundo reificado das mercadorias.

Ancorada nessas premissas, a reprodução social segue adaptando os produtos da natureza aos objetos que serão distribuídos segundo as prescrições sociais e jurídicas dominantes e, de acordo com as necessidades individuais, serão novamente trocados. Esse ciclo de reprodução do capital, no entendimento de Mészáros, na medida em que interrompe uma importante e histórica forma de intercâmbio metabólico voltado à produção do valor de uso, em prol da valorização e ampliação do sistema do capital, põe em relevo a “dupla ruptura” do seu sistema, que, paradoxalmente, gera uma “nova unidade” da base material e da força motivadora e operacional do sistema do capital:

Primeiro, os produtores são radicalmente separados do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso [...]. E, segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como valores de uso relacionados à necessidade. Elas requerem a intervenção de um momento estranho para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. [...] Além disso, é uma determinação estruturante vital do sistema que o capital não possa se renovar sem apropriação do *trabalho excedente* da sociedade [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 624).

A indiferenciação de todos os fatores que constituem o sistema de produção e distribuição característica do capitalismo impossibilita a realização do valor de uso das mercadorias fora da esfera de troca do capital. A complexidade de tal estrutura é ressaltada por Mészáros, quando diz que “mesmo a singular e única posse real dos trabalhadores – sua força de trabalho – não pode se constituir em valor de uso para eles, mas apenas para o capital que a coloca em movimento”<sup>27</sup>.

Tal conjuntura pressupõe, além da alienação dos meios e do produto do trabalho, a “separação radical e permanente de todas as funções vitais de controle tanto do processo de trabalho como da distribuição do produto social do próprio trabalho”<sup>28</sup>. Esta “homogeneização desumanizadora” redundando na fragmentação e degradação extremas do trabalho e do trabalhador e compromete a realização do valor de uso da própria força de trabalho do trabalhador para-si. Subsumido e dominado pela “estrutura de mercadorias”, o trabalho humano, ainda que indispensável à criação do valor, tem importância secundária na

<sup>27</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 625.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 626.

equação do capital, na medida em que se torna indiferenciável dos demais outros produtos disponíveis no mercado. Fato esse, porém, que não implica na sua descartabilidade.

Vale ressaltar que a realização plena do valor de uso no sistema capitalista revela-se impossível, visto que não pode conceber a produção de valores de uso exclusivamente voltados às necessidades humanas. Ainda que o valor de uso se constitua numa propriedade inerente a toda coisa útil que satisfaça necessidades do homem ou da sociedade, no regime capitalista, o valor de uso só interessa como veículo portador de valor e de mais-valia, já que seu fim essencial e imediato consiste em realizar lucro e alimentar o mercado.

Nas palavras de Mészáros, a legitimação de sua produção é possível apenas na relação “bem-sucedida de valorização/realização” do capital e desde que viabilize a “constante expansão da massa de riqueza material acumulada”<sup>29</sup>. E ao se subsumir a necessidade social à necessidade de valorização e reprodução do capital, a contradição entre produção e troca encontra, paradoxalmente, na fragmentação e degradação do trabalho, a única forma possível de integração entre a necessidade e a continuidade da produção, na medida em que é o “trabalho mercantilizado e homogeneizado” que integra tanto o “momento estranho da troca”<sup>30</sup> como também auxilia a suspensão da contradição entre produção e troca para a garantia do processo de produção. Contudo, a necessidade que prevalece é a imperativa realização do valor e da reprodução do capital, que são legitimadas como viáveis e lucrativas, e não a necessidade humana dos produtores. Tal relação resvala na classe e na “quota-parte” de valores de uso aos quais o trabalhador terá acesso, independente de suas necessidades reais.

Com base em Mészáros, fica claro que o funcionamento do sistema do capital busca a qualquer custo a validade absoluta e o pretense equilíbrio de tais contradições, o que leva às últimas consequências o antagonismo estrutural entre o trabalho e o capital. É também:

Por esta via o trabalhador internaliza as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição dos valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades. E, pior que isso, simultaneamente o trabalhador também se acorrenta à sorte do sistema produtivo dominante pela internalização do que ele aceita serem suas próprias necessidades “legítimas”. De tal modo que, no devido tempo, sob as condições do “capitalismo de consumidores” internalizado, o trabalhador, se ousar desafiar a ordem estabelecida, tem de fato muito mais a perder que seus “*grilhões externos*”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 628, grifos do autor).

<sup>29</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 625.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 627.

Os “grilhões” que acorrentam o trabalhador sob a forma da divisão e fragmentação do trabalho homogeneizados na estrutura da produção de mercadorias privam o trabalho vivo da “supervisão” e do “controle” do processo de trabalho e condiciona também a sua “dimensão distributiva”. Produção e consumo passam à tônica das relações de produção burguesas na mesma proporção que o trabalho objetivado, concreto, se transforma em trabalho abstrato, alienado e com isso “a institucionalização permanente dos meios e dos materiais alienados do trabalho, como propriedade do capital, deve ser considerada o aspecto secundário da dominação autoritária do capital sobre o trabalho”<sup>31</sup>.

O emblemático é que para dar continuidade a sua hegemonia, o modo de produção capitalista não pode eximir-se de revolucionar continuamente os instrumentos de produção e isso não pode concretizar-se *ad infinitum*, já que a base do desenvolvimento se funda em recurso materiais e humanos finitos tão absurdamente desperdiçados. Tal limitação nos aponta para o agravamento das contradições a cada nova fase do sistema que, indiferente ao humano, coloca em perigo a própria existência da humanidade.

Acrescentamos, a partir de Mészáros, outro urgente problema que a necessidade perversa do capital impõe sobre incontáveis milhões, a saber, o desemprego mundial<sup>32</sup>. Ele já não mais se limita a um “exército de reserva” no aguardo de sua iminente utilização pelo cenário de expansão produtiva do capital de outrora, agora ele assume o caráter crônico. Conforme descreve o autor, o crescimento do desemprego nos países “capitalisticamente” avançados é um fenômeno típico, necessário e cada vez pior da crise estrutural do capital. Essa “contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo”, de acordo com Mészáros, é um problema que:

[...] não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. [...] E o mais importante de tudo é que quem sofre as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as

<sup>31</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 628.

<sup>32</sup> De acordo com o relatório “Tendências Mundiais de Emprego 2014”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados no mundo atingiu a taxa de 6%, o que representa 210 milhões de pessoas sem trabalho no período. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-global-cresce-e-ja-atinge-mais-de-200-milhoes-de-pessoas-9833.html>> Acesso em: 04/2015.

categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade. (MÉSZÁROS, 2007, p. 143, grifos do autor).

Mesmo os países industrialmente desenvolvidos não estão livres do avanço dessa “chaga” que lança uma parcela sempre crescente da humanidade na esfera do “trabalho supérfluo”. Conforme dados levantados por Mézáros, países tais como o Japão, Inglaterra, Alemanha, Índia, Rússia, Hungria e a própria Europa assistem ao desemprego crescente de sua força de trabalho. Soma-se ao quadro a estagnação dos salários, o baixo investimento privado e a crescente pressão para redução de gastos no setor público que endossam as dificuldades a serem enfrentadas.

A produção do desemprego surge dos imperativos produtivos antagônicos do capital que deve manter seu impulso auto-expansivo inexorável rumo ao lucro e à acumulação de riqueza sem finalidade coletiva. Essa prioridade, indiferente à função não apenas social, mas subjetiva<sup>33</sup> do trabalho, se sobrepõe, inclusive, à sobrevivência da maioria da humanidade se privada do seu trabalho.

Para Mézáros, os verdadeiros obstáculos a serem confrontados pelo trabalho no presente e no futuro próximo se resumem em duas palavras: “desregulamentação”. E “flexibilidade”<sup>34</sup>. Nestes, o processo de produção, por ser fragmentado, dá origem a diversas formas de “parcerias”, que facilitam a subcontratação, emprego temporário, atividades autônomas, etc., e a investida contra os direitos trabalhistas.

Nas reflexões de Mézáros temos implícito o conjunto das práticas de controle do trabalho, técnicas, hábitos de consumo e configurações do poder político-econômico operadas no âmbito do período de expansão de pós-guerra (1945-1973), comumente designado de

---

<sup>33</sup> A influência do trabalho na determinação da subjetividade humana é apontada por Chagas (2012). Segundo ele “o trabalho não é um simples fazer fortuito, mecânico e restrito, mas uma atividade voltada para um fim [...]. Através do trabalho, o sujeito manifesta-se como ser genérico, suplanta a atividade muda dos animais, produz sua existência, cria a consciência de um ser universal e livre à medida que é um sujeito universal e livre” (p. 52-53). Também destaca, a partir de Marx, “a condição trágica da subjetividade no mundo”. Isso porque no processo produtivo da sociedade de mercadorias a objetividade surge como anulação dos próprios indivíduos, vinculada a uma “objetividade sem subjetividade, ou de uma subjetividade mutilada, esvaziada, para qual a realidade aparece como um mundo exterior; quer dizer, o sujeito desconhece o mundo, a sua própria atividade, as condições pelas quais se produzem a sua própria existência, percebendo o mundo, a existência real, como fora dele, externa e alheia a ele, e não como um produto de seu próprio trabalho, de sua própria subjetividade”. (p. 62-62). Cf. CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. CHAGAS, Eduardo; RECH, Hildemar; VASCONCELOS, Raquel; DA MATA, Vilson. **Subjetividade e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 37-62.

<sup>34</sup> No momento de construção deste trabalho, a sociedade brasileira luta contra a aprovação do PL 4.330 que quer retirar todas as barreiras e restrições à contratação da mão-de-obra na forma “terceirizada”, que já corresponde a 25% dos trabalhadores do País. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/a-terceirizacao-do-trabalho-sera-liberada-no-brasil-3999.html> > Acesso em: abr de 2015.

fordista/keynesiano<sup>35</sup> e o colapso que afogou a acumulação do capital na rigidez dos processos do modelo. A idéia da flexibilidade surge justamente da necessidade de confronto a essa camisa-de-força que aprisionava a economia capitalista.

Por conseguinte, os contrastes e as mudanças no sistema produtivo ditam um processo de transformações comumente identificados com a “reestruturação produtiva”, que irá orientar as novas formas de reprodução do valor que alimentam o capital e os reparos necessários às contradições do capitalismo por meio da “acumulação flexível”<sup>36</sup>.

Face à complexidade das implicações do fenômeno, no que tange ao trabalho, Mézáros diz:

[...] a “flexibilidade” com relação às práticas do trabalho – que devem ser facilitadas e aplicadas por meio de vários tipos de “desregulamentação” – equivale, na realidade, à implacável *precarização* da força de trabalho. Com freqüência, faz-se acompanhar por uma legislação autoritária antitrabalho [...]. E mesmo as pessoas que chamam a difusão das mais precárias condições de trabalho pelo nome da “flexibilidade” universalmente benéfica também têm o sangue frio de chamar de “democracia” a prática da autoritária legislação anti-trabalho. . (MÉSZÁROS, 2007, p. 148, grifos do autor).

Mas, nem mesmo esse nível de exploração da força de trabalho pelo capital tem se mostrado suficiente. O prolongamento do tempo de trabalho é outra característica selvagem do sistema que Mézáros denuncia, citando o exemplo de uma das potências econômicas do mundo capitalista, o Japão. A intensificação de regimes de trabalhos exploradores em nome da “flexibilidade”, em conjunto com a legislação trabalhista - patrocinada pelo Estado - traz à tona a defesa da “*equalização por baixo da taxa diferencial de exploração*”<sup>37</sup>, como lei tendencial fundamental ao desenvolvimento do capital mundial. Como esclarece nosso autor, mesmo as diferentes taxas de exploração e de lucro observadas no interior de dado país ou no sistema mundial do capital não altera a tendência à implacável dominação do trabalho pelo capital como um fenômeno global. Por sua vez, a volta da mais-valia absoluta em um grau

<sup>35</sup> HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 119.

<sup>36</sup> Acumulação flexível é a denominação de Harvey (1992) para “uma reveladora maneira de caracterizar a história recente” do regime de acumulação capitalista. Harvey, embora considere que a lógica inerente da acumulação capitalista e de sua tendência a crise permaneça a mesma, levanta a hipótese de que o quadro de mudanças observados na aparência superficial do capitalismo pode assinalar o nascimento de um novo regime de acumulação. Pondera, no entanto, se o novo modelo de acumulação se mostra capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marca somente uma série de reparos temporários na configuração do capitalismo do final do século XX. Cf. HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 119.

<sup>37</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 151, grifos do autor.

crescente nas sociedades de “capitalismo avançado” é apontada por Mészáros como um desafio urgente e de longo alcance que deve ser enfrentado pelo movimento operário.

Mészáros também chama atenção para a organização e a divisão do trabalho que se põem na base desse processo, no qual o “valor” designado aos “constituintes improdutivos e parasitários” (os capitalistas empregadores) têm grande destaque. Especialmente no “capitalismo avançado”, eles influenciam tanto o curso da distribuição da riqueza como a sua produção, na medida em que incorporam a si, por dispositivos ideológicos diversos, o valoroso status de “criadores da riqueza”, legitimam a apropriação privada do que não produzem e, ao mesmo tempo, alimentam, com a produção social, o “desperdício institucionalizado”.

Nesse sentido, Mészáros pontua que o aumento “quantitativo” dos constituintes não-produtivos do processo de trabalho capitalista finda por influenciar, “qualitativamente”, o funcionamento de toda a estrutura produtiva, e, como resultado, os segmentos genuinamente produtivos (os trabalhadores) se tornam cada vez mais dependentes da manutenção e crescimento dos setores “parasitários”, haja vista a sua necessidade imediata de sobrevivência ou de consumo<sup>38</sup>. É a precisa imposição da estrutura de relações de troca dominantes sobre o trabalho humano, reconhecido apenas como “força produtiva”, que alimenta a “universalização” da estrutura de mercadorias sobre o trabalho vivo, uma vez que, mercantilizado, pode ser utilizado e controlado de forma cada vez mais dinâmica e flexível, de acordo com os imperativos que emanam da divisão hierárquica do processo de trabalho capitalista.

No processo de trabalho capitalista, a organização das jornadas de trabalho de forma única e homogênea é determinada pela “flexibilidade horizontal das novas determinações organizacionais”, no modelo da especialização e departamentalização, formas predominantes da divisão do trabalho, que estreitam as perspectivas dos trabalhadores. Mas mesmo a “padronização” das habilidades com vistas ao aumento da produtividade não impede que múltiplas jornadas coexistam e sejam “supervisionadas lado a lado”, “ainda que esparramadas por vários países – num padrão funcionalmente adequado e dinamicamente modificável”<sup>39</sup>.

A crescente “especialização horizontal”, com sua profusão de especialistas, torna maior a necessidade de controle e “integração” das diferentes tarefas por meio de uma outra forma de especialização, que é estruturada verticalmente. A “estruturação vertical” – que corresponde à estrutura de comando do capital – é vital para se assegurar o desenvolvimento

---

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 618.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 622.

dinâmico da empresa capitalista, na medida em que “constitui a garantia da aplicabilidade segura e da completa difusão do próprio princípio organizacional horizontal, junto com as potencialidades produtivas inerentes a ele”<sup>40</sup>.

No que tange às jornadas de trabalho do processo de trabalho capitalista, Mészáros ressalta sua estreita relação com as exigências de auto-reprodução ampliada do capital. A redução, reificação e mercantilização do trabalho vivo abre espaço para a sua desumanização, facilitando sua utilização e controle, tanto na estruturação organizacional horizontal como vertical, em prol da salvaguarda dos interesses vitais do sistema dominante. A luta por uma redução significativa da jornada de trabalho tem, por isso, uma importância estratégica fundamental para o trabalho, uma vez que é uma demanda “não-negociável”, ou seja, é incompatível com a exigência de controle intrínseco ao capital. Fortemente relacionada à questão da emancipação dos indivíduos, o sentido positivo e libertador do “tempo disponível” não pode se constituir numa demanda sindical confinada ao mecanismo da negociação salarial, deve, portanto, assumir a dianteira das lutas contra a tirania do capital.

Contudo, de acordo com nosso autor, é a determinação vertical do processo de trabalho (que separa o trabalho intelectual do manual) que mais diretamente corresponde à estrutura de comando do capital, cuja função é assegurar o desenvolvimento dinâmico do sistema capitalista, haja vista o caráter resguardador dos interesses vitais do sistema capitalista dominante, qual seja, “a expansão contínua da mais-valia com base na máxima exploração praticável da totalidade do trabalho”<sup>41</sup>. Tal imperativo confere aos princípios estruturantes, tanto horizontais como verticais da empresa capitalista, uma “reciprocidade dialética” que, sob a predominância do último, asseguram os interesses globais do capital por meio de “estruturas de controle altamente adaptáveis”, como se observa na organização empresarial, volátil às mais extremas e radicais mudanças, em nome do *status quo* das hierarquias corporativas, ainda que, por fim, mantenham-se confinadas aos limites interesseiros do capital.

A segmentação da classe trabalhadora em grupos distintos reserva aos “subcontratados” a precarização das relações de trabalho e renda, como também importantes repercussões na sua organização política que solapa o poder de coesão e organização da classe através de seus sindicatos. Frente às novas demandas do capitalismo através das ofensivas neoliberais de desregulamentação e flexibilização, a ação marcadamente defensiva dos

---

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 622.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 623.

sindicatos põe em destaque o “fenômeno da dessindicalização” e o aprofundamento do entrenchamento entre os trabalhadores estáveis e os precarizados<sup>42</sup>.

Se, no início da organização/controlado das atividades de trabalho os trabalhadores exerciam um maior controle e domínio no processo de produção, mantendo difusos os limites entre as áreas de planejamento, coordenação, controle e execução, o avanço da industrialização e o surgimento dos grandes monopólios transnacionais implicaram em novas complexidades para o processo de produção e novas formas de controle sobre o trabalho humano que é essencial para a produção de lucros.

Em cada época a organização da força de trabalho para os fins de acumulação do capital exige a interiorização de regras e processos sociais para que se possa garantir seu funcionamento. A materialização do regime de acumulação que se realiza na constituição de hábitos, leis, comportamentos individuais, etc. garantem a unidade entre a consciência e o modo de reprodução<sup>43</sup>.

Como tentamos demonstrar ao longo dessa seção, os contrastes observados na busca infinita da eficiência, competitividade e produtividade capitalistas, de modo geral, esbarraram sempre na tensão entre classes sociais que disputam a socialização dos frutos da produção social. Nesse jogo, as pressões para o controle do trabalho, sobremaneira enfraquecido pela própria conjuntura de crise do capital, solapam veementemente o mercado de trabalho, o poder sindical e a própria base objetiva da luta de classes, na medida em que a centralização e concentração crescente do capital, aliado a uma política conservadora, imprimem um caráter notadamente reativo do movimento do trabalho. Refletir sobre os motivos que confinaram as forças do trabalho à estratégia defensiva é a tarefa da próxima seção, ou seja, buscar a

<sup>42</sup> Antunes (2006a) complementa as tendências que contextualizam a crise do movimento sindical. São elas: 1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta para uma relação cada vez mais individualizada. [...]; 2) [...] desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho [...]; 3) a opção pelo “sindicalismo de participação”; 4) uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos [...]; 5) [...] o clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006a, p. 67-78.

<sup>43</sup> Segundo Harvey (1992, p. 117), todo regime de acumulação está associado a um “modo de regulamentação” social e político. Partindo de outros autores e escolas, ele assume o pensamento da “escola de regulamentação” para duas importantes definições. “Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção de reprodução de assalariados”. [...] Tem de haver, portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados em o nome de *modo de regulamentação*””. HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 119, *grifos do autor*.

compreensão do fenômeno que acomoda o movimento do trabalho às exigências do sistema do capital, numa dinâmica que Mészáros tipifica como sendo a “linha de menor resistência” no enfrentamento do capital.

## 2.2 O movimento do trabalho e sua acomodação à linha de menor resistência

São inegáveis as grandes transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais conservadoras que têm marcado a sociedade contemporânea, em especial na realidade do trabalho, que se nos apresenta bastante preocupante: crescimento do trabalho temporário, trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e uma consciência cada vez mais alheia à organização sindical e à participação social. Esse quadro tem motivado análises pautadas por polêmicas e controvérsias que ora advogam o “fim do trabalho” ou exigem a “modernização” do pensamento para a adaptação a esse “novo” paradigma que a época nos impõe. As dificuldades do movimento do trabalho em compreender ou talvez diagnosticar o impacto que as mudanças tecnológicas imprimem à produção capitalista têm levado a dificuldades na solidez dos interesses e no projeto histórico dos trabalhadores.

Diante das iniciativas de “ajustamento” das políticas sociais à propalada “nova” sociedade “pós-industrial”, temos que ter claro que para o funcionamento contínuo do sistema do capital, com sua estruturação problemática mutuamente antagônica, suas premissas estruturais devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital, afinal suas margens de acumulação, cada vez mais encolhida, só podem ser alargadas à custa do trabalho. Essa “subordinação estrutural” tem resistido às circunstâncias históricas e aos argumentos em prol de mudanças racionais, muito embora a crise de acumulação capitalista multiplicar os perigos ao limite da destruição da vida civilizada.

A “força material” da ordem estabelecida, fixada nos interesses do capital e de suas personificações, procura neutralizar inclusive a validade teórica do projeto socialista marxista, cuja posição sempre dependeu “da capacidade ou incapacidade da teoria socialista radical de “agarrar as massas” e de realizá-lo”. Realização essa que dependia de que as “aspirações nele expressas correspondessem às necessidades reais das pessoas<sup>44</sup>, ou, em outras palavras, o socialismo precisaria não somente de um solo objetivo, mas também da ação consciente

---

<sup>44</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 218.

revolucionária da classe operária. A clareza quanto aos interesses da classe é condição indispensável para a ação que se pretenda revolucionária, haja vista que o seu alheamento é requisito indispensável para fomentar a ação dominante. E como constata Mészáros, a não concretização do ímpeto revolucionário do passado torna “óbvio que as mudanças sociais impostas em nome do projeto socialista [...] estavam tragicamente distantes da “realização das necessidades do povo””. Ainda assim, “a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado”<sup>45</sup>.

Para Mészáros, atualmente a situação é outra, muito embora as derrotas e falhas do movimento socialista tenham influenciado a recusa do pensamento em caminhar na direção da realidade e “lutar por sua própria realização”. Para o filósofo, o aprofundamento da crise estrutural do capital indica que “a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento”<sup>46</sup>. Não obstante, a crise estrutural do sistema do capital, em si e por si estar muito longe de ser suficiente para inspirar uma fé mística em um desfecho definitivo do capitalismo, o processo de acumulação do capital, que sempre foi a força motriz do desenvolvimento capitalista, está atolado no lamaçal da estagnação.

A engenhosidade do argumento do autor, de que a crise estrutural e a ativação dos limites absolutos do sistema nos abrem “brechas” para a realização de um projeto radical de sociedade, é parte importante do constructo mental a que este trabalho se propõe, que é justamente sistematizar as mediações que permitam a negação do sistema do capital, através da interação dialética entre a verdadeira igualdade, a participação genuína na política radical e a educação das massas como aporte imprescindível à construção da consciência socialista de sociedade. Mas, para o momento, se faz necessário buscar a compreensão de: como e porquê o trabalho segue um caminho defensivo, de menor resistência à sanha do capital, se essa prática aniquila todos os interesses da classe trabalhadora e revela o espectro selvagem que envolve a condescendência do capital ao trabalho? ou, posto de forma mais incisiva, andar na direção do socialismo ainda se configura uma possibilidade real para o presente e futuro do trabalho, mormente atrelado às ilusões da democracia burguesa? A natureza dessa problemática, acreditamos, é de crucial importância para a orientação ideológico-prática do marxismo, da classe trabalhadora e das instituições de luta socialista no presente.

Mészáros chama a atenção para o fato de que a estratégia defensiva adotada pelo trabalho, restrita aos limites da menor resistência, finca raízes no “caráter objetivo das novas

---

<sup>45</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 219.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 219.

condições históricas”<sup>47</sup>, ultrapassa, portanto, o nível do “discurso sobre a consciência de classe” ou a “autoconsciência das organizações envolvidas”. A mudança na relação de forças e nas circunstâncias, aliada à natureza “incontrolável” do capital, é que bloqueiam as potencialidades objetivas da via para a emancipação e a “articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista”<sup>48</sup>.

Como evidencia nosso autor, estamos firmemente mantidos sob as rédeas do capital. Para muitos, inclusive, a presente situação tem a insígnia da inalterabilidade, sistematicamente reforçada pelo *slogan* político do “não há alternativa” para os efeitos colaterais do capitalismo. Essa filosofia, adotada por grandes líderes políticos, é utilizada tanto para justificar políticas que defendem a “acomodação racional” às restrições existentes e cada vez mais destrutivas do capital, como também para a defesa de uma negação parcial, remediadora, integrável à continuidade do funcionamento do modo de controle metabólico do capital até mesmo pelos outrora defensores do projeto socialista e da classe trabalhadora.

Mészáros acrescenta que a “perda de sentido” do movimento do trabalho e a sua acomodação às amarras do capital data da “última terça parte do século XIX”<sup>49</sup>. Suas consequências negativas ganham destaque no “sucesso parlamentar dos partidos socialdemocratas e trabalhistas”, repercutindo no “enfraquecimento estrutural” da luta do trabalho que divide-se, segundo Mészáros, nos denominados “*braço político*” e “*braço sindical*” do trabalho. Na prática, a estratégia significou que:

O “braço político”, ao invés de fazer valer seu mandato político com estreita colaboração com o “braço sindical”, utilizou as regras do jogo parlamentar com a finalidade de subordinar os sindicatos a seu favor e das determinações políticas finais do capital, impostas através do Parlamento. Assim, em vez de reforçar politicamente a capacidade de luta do “braço sindical” em suas disputas com as empresas, o braço “político” – em nome de sua própria exclusividade política – confinou os sindicatos às “*disputas estritamente econômicas do trabalho*”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 834, grifos do autor).

A divisão do movimento do trabalho em “braço político” e “braço sindical” conduziram o trabalho ao pseudo-entendimento e de que os objetivos socialistas eram inteiramente compatíveis com as “coações objetivas materiais do capital” e à internalização de que a luta por “altos escalões de comando da economia” encurtaria o horizonte histórico previsto a ser alcançado pelo trabalho.

<sup>47</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 788.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 789.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 833.

É desnecessário discorrer sobre as graves consequências que esta “armadilha reformista” incorreu à luta do trabalho. O próprio reformismo socialdemocrata, que paulatinamente perdeu toda a identificação com os dantes professados interesses socialistas é um bom exemplo disso. Nessa perspectiva, como diz Mészáros, até mesmo as referências ao termo “socialismo” passaram a ser evitados como praga<sup>50</sup> por seus ideólogos. Sobre o jogo de acomodação do movimento do trabalho à estrutura de comando político do capital, coroado na separação paralisante entre o “braço político” e o “braço sindical”, é também digna de nota a referência que o autor faz acerca da perniciosa disjunção entre economia e política.

Como temos já claro, o sistema do capital é a mais poderosa estrutura “totalizadora” surgido na história. A ele, nenhum controle pode ser imposto à realização dos seus objetivos metabólicos fundamentais. Para operar nesses moldes deve ter uma estrutura de comando adequada, com instrumentos que garantam a execução dessas funções, “complementados pela dimensão coesiva do poder de controle da “mão invisível” e das funções legais e políticas do Estado moderno<sup>51</sup>”. Isso significa que o poder do capital não está, e nunca estará, limitado apenas às funções produtivas que precisam ser por ele controladas. Por este motivo, é que o capital necessita ser complementado pelo seu próprio modo de controle político.

Mészáros explica:

É característica singular do sistema do capital que, na sua normalidade, as funções materiais reprodutivas sejam executadas num compartimento separado, sob uma estrutura de comando substancialmente diferente da ampla estrutura de comando político do capital corporificada no Estado moderno. Essa separação e essa “disjunção”, constituídas ao longo da supremacia histórica do capital dirigida para a auto-expansão do valor de troca, de modo algum são desvantajosas para o próprio sistema. Ao contrário, as personificações econômico/gerenciais do capital podem exercer sua autoridade sobre as unidades reprodutivas particulares, antecipando um *feedback* do mercado a ser convertido no devido tempo em ação corretiva e o Estado cumpre suas funções complementares, em parte na esfera internacional do mercado mundial (inclusive a garantia dos interesses do capital em guerras se necessário for), em parte diante de uma força de trabalho potencial ou realmente recalcitrante. Assim, nos dois casos, o antagonista estrutural do capital é firmemente mantido sob controle pela compartimentação e pela radical alienação dos produtores do poder de tomar decisões – em todas as esferas – num sistema ajustado às necessidades da reprodução e da acumulação ampliada do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 849, *grifos do autor*).

---

<sup>50</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 834.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 848.

É pela conservação da dimensão política numa autoridade separada, divorciada das funções reprodutivas materiais da força de trabalho, que se torna possível a manutenção da dependência e subordinação estrutural do trabalho ao capital. No quadro apresentado, a defesa pelos interesses do trabalho exige o enfrentamento de dois importantes obstáculos: “as forças abertamente hostis ao trabalho” e os “seus próprios partidos e lideranças sindicais, que cumprem a função especial de personificações do capital no interior do próprio movimento do trabalho”<sup>52</sup>.

As proposições deixam claro que a disputa entre capital e trabalho na estrutura do sistema parlamentar nunca foram, nem poderia ser, “justas” e “iguais”. Nesse jogo de forças, o capital incorpora o *status* da força política, na medida em que seus interesses são adequadamente representados e geralmente prevalentes no Parlamento. As “diferenças particulares” conflitantes em disputa são vencidas com argumentos legais e políticos que beneficiam e afirmam os interesses do sistema sob o argumento de que representam o interesse geral da coletividade.

No confronto político-legislativo com o capital, portanto, o trabalho sempre estará em desvantagem. Independente do joguete da “constitucionalidade democrática” ou da possibilidade formal que lhe garante a participação no interior da estrutura parlamentar, objetivamente, é o capital que representa “o poder produtivo social do trabalho” e o trabalho produtivo, frente ao capital, representa “o trabalho de trabalhadores isolados”<sup>53</sup>. Essa força do capital decorre de sua própria base de constituição, que é o trabalho acumulado e alienado, como também da natureza mistificadora das relações produtivas, que ao mesmo tempo em que mantêm o trabalho subsumido ao capital também torna nebulosa “a verdadeira questão que habita o plano da reprodução sociometabólica, qual seja, o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua participação irrefutável garantidora da reprodução do próprio capital”<sup>54</sup>.

A relação de dominação estrutural do capital sobre o trabalho também se corporifica nas instituições políticas do sistema do capital, que pode ser demonstrada na sua fidelidade à idéia de que a “pluralidade do capital” mobiliza a estrutura política parlamentar. Já a representação política do trabalho é “vazia” ou “autocontraditória”<sup>55</sup>. A desigualdade material existente entre as classes, por exemplo, os custos para adentrar ao Parlamento, acrescida às

---

<sup>52</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 850.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 854.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 855.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 854.

vantagens ideológicas e educacionais da qual usufrui a classe detentora do controle material e cultural dominante, são os ingredientes apontados por nosso autor que fizeram da classe trabalhadora um “apêndice tardio” do sistema parlamentar burguês.

O quadro concorre para que o capital se afirme perante a sociedade como “representante do poder produtivo” e como “condição necessária e objetiva da reprodução societária”, legitimando-se como o “fundamento constitucional de sua própria ordem política”. Ao se apropriar do poder produtivo, usurpado do trabalho, o capital também naturaliza a ilusão de que incorpora os interesses de todos e, por isso, seria a única base capaz de garantir a continuidade da existência dos indivíduos, pois, afinal “o capital emprega o trabalho”<sup>56</sup> e desta sentença nenhum trabalhador pode se eximir, sob pena de ruína.

Como esclarece Mészáros, tudo isso depende do fato de que “as condições objetivas do trabalho não aparecem como subsumidas ao trabalhador”, mas, “este aparece subsumido àquelas”. A subsunção real do trabalho ao capital neutraliza o poder do trabalho de agir autonomamente ou de se eximir da lógica que o escraviza à produção alienada da existência. E como o capital não pode “compartilhar” ou “abdicar” dos seus “poderes socioprodutivos” em favor do trabalho, outro fundamento ideológico legitimador se apresenta necessário. Nesse sentido, Mészáros aponta:

Já que “as condições objetivas do trabalho não aparecem como subsumidas ao trabalhador” – muito pelo contrário -, o trabalhador como trabalhador isolado no processo de trabalho pode legitimamente ser considerado como tal em outras importantes esferas do processo de reprodução e distribuição social. Na política, ele ou ela podem politicamente agir como eleitores (isolados) que tomam suas decisões estritamente sozinhos na privacidade da cabine de votação. E na esfera material do “consumo produtivo”, da maior importância, o que completa o ciclo da reprodução ampliada do capital eles podem novamente surgir como “consumidores soberanos” – estritamente individuais e isolados – que não mantêm qualquer relação com a sua classe. Ao contrário, agem desta vez consultando, não suas *consciências moral e política* na inviolabilidade da cabine eleitoral, como o fizeram na condição de “eleitores soberanos”, mas sua *consciência racional* (ou “faculdade racional”) para calcular e maximizar as “utilidades marginais privadas”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 856, grifos do autor).

Se o isolamento das classes na “massa amorfa de um eleitorado” equivale, na esfera política, ao “trabalhador impotente” do processo de produção, que não se percebe como força ineliminável do sociometabolismo e, como tal, é o que assegura a permanência do capital, a contenda, infelizmente, não pode ser equacionada ao nível de reformas ou decretos políticos

---

<sup>56</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 855.

parlamentares, pois a assimetria da relação entre capital e trabalho impossibilita o equilíbrio de poder e interesses em disputa.

Ademais, face à dominação que o poder reificado e alienado do capital exerce sobre as massas, “seria absurdo esperar a abolição por decreto político da *“personificação de coisas e reificação de pessoas”*, assim como seria absurdo esperar a proclamação de tal reforma nos limites das instituições políticas do capital”<sup>57</sup>. A mesma impossibilidade se aplica à reintegração dos poderes socioprodutivos ao movimento do trabalho que está confinado à estrita esfera da ação e das reformas políticas parlamentares. Se as reformas políticas são impermeáveis às contestações do movimento do trabalho e sendo esta a única esfera possível de reivindicações que lhe é concedida, o mesmo não se aplica ao capital, a *força extraparlamentar par excellence*, cujo poder transcende o campo da política e se espraia por toda a sociedade, e, por conseguinte não pode ser “politicamente limitado” em seu poder de controle sociometabólico. E sendo o poder do capital politicamente ilimitado, a única forma de representação compatível com seu modo de funcionamento, é aquela que nega, politicamente, a possibilidade de contestação do seu poder material no âmbito econômico.

A separação entre política e economia operada pelo sistema do capital mostra-se plenamente justificada. Ao confinar “a ação política legítima” à legislação parlamentar, inviabiliza-se qualquer mudança significativa, primeiro nas condições objetivas e produtivas do trabalho, mantidas alienadas e, segundo, nos limites impostos ao poder de tomada de decisão, que, confinados à esfera política, castram a política socialista e acorrentam a classe trabalhadoras ao nada inocente rótulo de “eleitor”, e, na esfera econômica, ao de “consumidores soberanos”.

O parecer dessa desmobilização também se aplica, segundo nosso autor, ao “sistema pós-capitalista de tipo soviético”. Segundo Mészáros, mesmo a abolição da forma do capitalista privado como personificação do capital não foi capaz de libertar o trabalhador, que permaneceu subsumido às condições objetivas do seu próprio trabalho e ao controle autoritário do Estado gerido pelas personificações pós-capitalistas do capital. O trabalho em si não adquiriu legitimidade como agente coletivo do processo de trabalho, muito menos o controle da reprodução sociometabólica. Aos indivíduos socialistas soviéticos manteve-se assegurado a “ficção do voto secreto”, através do qual poderiam legitimar, por unanimidade, o “estado de coisas”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 855.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 857.

A reação defensiva da luta da classe trabalhadora envolve todas as instituições sociais existentes, na medida em que perseguem modos de ação correspondentes ao caráter defensivo adotado. Certamente que as organizações e os instrumentos políticos do movimento do trabalho contabilizam ganhos importantes na via para um tipo particular de emancipação, no entanto, nenhum deles poderiam ultrapassar o horizonte das lutas específicas, limitadas e incapazes de desdobramentos globais e articulação prática correspondente à magnitude do desafio histórico de superar o capital. Também não podemos ignorar o fato de que a contabilidade de tais ganhos esbarra num incômodo constrangimento: as vantagens concedidas a uma parte da classe trabalhadora são financiadas à custa da superexploração da outra parte restante da força de trabalho. Esquecidas nos rincões da pobreza, do subdesenvolvimento e da precarização extrema das condições de trabalho, elas arcam com o preço das contradições do sistema do capital que são deslocadas de um lugar a outro do planeta.

Nesse contexto, Mészáros aponta as dificuldades que conduziram as tentativas de organização internacional combativa do movimento operário, sobretudo as Internacionais<sup>59</sup>, à desintegração. Seus desfechos, se contextualizadas no dinamismo da expansão global do capital que acirra a luta de classes, das pressões e contradições que prevaleceram entre as

---

<sup>59</sup> Ao longo dos últimos 150 anos foram realizadas quatro importantes Internacionais para o enfrentamento adequado do imperialismo e a construção do socialismo em nível mundial. Já no século XIX, várias gerações de marxistas se dedicaram ao combate das terríveis condições de trabalho oferecidas pela burguesia à classe operária nascente. Os verdadeiros resultados de suas lutas não deve ser buscado somente no êxito imediato, que não foram poucos, mas, principalmente no papel desempenhado na consciência operária, despertando-a para as grandes questões de sua classe, a denúncia do capitalismo, a necessidade da solidariedade e a unidade mundial dos trabalhadores. A Primeira Internacional (1864) foi um movimento de grandes conquistas trabalhistas, tais como: legislação mais progressista, diminuição da jornada de trabalho, oposição ao trabalho noturno e todas as formas de trabalho prejudiciais para mulheres e crianças, estímulo à organização sindical, etc. Apesar de contar com a liderança intelectual e política de Marx, não conseguiu evitar a divisão e oposição internas que levaram-na à decadência e, por fim, a sua dissolução em 1878. Dessa experiência, surge a Segunda Internacional, fundada no final da década de 1880. Do seu interior se desenvolve uma ala esquerda, em oposição ao reformismo e ao oportunismo crescentes, da qual fizeram parte Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, etc. Sob a liderança de Lênin, fundaram a Terceira Internacional, em março de 1919, com a promessa de reorientação estratégica radical do movimento socialista radical, mas que no fim, após a morte de Lênin, acaba se transformando em um instrumento das políticas do Estado stalinista e, como resultado foi também dissolvida. A Quarta Internacional é fundada por Trotsky em 1938. Lembramos ao leitor, que o pequeno resumo geral apresentado não implica a desvalorização da grande importância dessas organizações. Consideramos que há uma vasta bibliografia dissecando seus acertos e erros, que poderão ser consultadas. Mészáros, por sua vez, reconsidera a história das Internacionais e as submete ao crivo da história e a acidez da crítica, não fazendo vistas grossas ao pesado fardo das fragmentações e divisões internas da ala radical do movimento socialista.

Defende que a negação efetiva do sistema global do capital só é concebível por meio de uma intervenção organizacional estrategicamente viável e consciente em seu cenário global adequado. Segundo sua idéia, não se trata da “Quinta” ou a “Sexta Internacional”, mas a “*Nova Internacional*” engajada na negação revolucionária da presente ordem destrutiva do capital, confrontando os desafios históricos no quadro internacional coesivo de ação para estabelecer a base organizacional necessária à igualdade substantiva. Cf. MÉSZÁROS, I. Reflexões sobre a nova internacional. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo, n. 22, p. 67-90. abr de 2014.

partes constituintes ou dos desvios e capitulações que migraram para o revisionismo, não se mostram surpreendentes, visto que nenhuma das quatro tentativas tenha conseguido vitória ofensiva duradoura. Mészáros pensa que nem mesmo a experiência da Comuna de Paris pode ser considerada uma importante ofensiva socialista “não simplesmente porque foi brutalmente derrotada, mas principalmente devido ao fato, fortemente acentuado pelo próprio Marx, de que não era em absoluto socialista”<sup>60</sup>, ou seja, mesmo o movimento comuneiro servir como importante referência de um “meio organizado de ação”, naquele contexto não tinha como extinguir a luta de classes<sup>61</sup>,.

Somam-se aos fatos defensivos, as organizações constituídas da classe operária dos maiores países capitalistas ocidentais, como os Partidos Comunistas italiano e francês, que diante das circunstâncias tiveram que se acomodar ao sistema parlamentar, transformando-se em formações políticas de tipo neoliberal, e, assim, em pilares da ordem estabelecida. Desse modo, um “círculo mágico paralisante” torna ainda mais inglória a luta dos órgãos socialistas. Diz Mészáros, que as coisas se tornam ainda piores com a permanência do domínio das mitologias sobre a “autoconsciência das organizações envolvidas”, que descrevem o partido leninista, por exemplo, como a instituição da ofensiva estratégica *par excellence*, pois mesmo os *bocheviques* de Lênin, no seu partido de vanguarda, diz Mészáros, permaneceram constringidos pelo Parlamento. Os sindicatos, que também poderiam ser uma força extraparlamentar, foram refreados por sua identificação com os partidos reformistas.

Mészáros complementa:

Tratar os sindicatos, junto com outras (muito menos importantes) organizações setoriais, como se pertencessem, de alguma maneira, apenas à “sociedade civil”, e que, portanto, poderiam ser usados contra o Estado político para uma profunda transformação socialista, é um sonho romântico e irreal. Isto porque o círculo institucional do capital, na realidade, é feito das totalizações recíprocas da sociedade civil e do Estado político, que se interpenetram profundamente um no outro. Por isso, seria necessário muito mais que a derrubada de um dos três pilares – o Parlamento, por exemplo –

<sup>60</sup> Mészáros apóia seu argumento tomando por base a referência citada na nota nº 5 do cap. 19: “Carta de Marx a Donatella Nieuwenhuis, 22 de fevereiro de 1881”. Cf. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 792.

<sup>61</sup> Alertamos para que esta avaliação de Mészáros sobre a experiência da Comuna de Paris não seja entendida deslocada da totalidade de seu pensamento ou termos de uma análise revisionista, de negação do significado histórico do movimento revolucionário para todos que se identificam com a leitura marxista da realidade, mas como uma “ousadia” que somente a crítica radical deve sempre permitir. Nessa passagem, o filósofo se apega ao desfecho frustrado da revolução social “abrangente”, que fora prevista pelo próprio Marx, mas que não foi possível ser concretizada pela insurreição dos comunardos, haja vista que as condições objetivas para o vislumbre de uma ofensiva hegemônica, como pensa Mészáros, “nem sequer estavam à vista” (p. 792). Consideramos que a Comuna foi a primeira tentativa da revolução proletária para derrubada o Estado burguês, além de demarcar a referência teórico-prática para a Revolução de 1917. Para maior conhecimento, sugerimos: COSTA, Sílvio. **Comuna de Paris**: o proletariado toma o céu de assalto. Goiânia: Editora UCG, 1998.

para produzir a mudança necessária. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 793, grifos do autor).

Esperar concessões do capital ao trabalho, portanto, é parte do sonho utópico que credita à mera ação política parlamentar a responsabilidade pela superação das limitações da ação defensiva do movimento do trabalho em relação ao capital, bem como a expectativa de mudança de atitude para uma intervenção ofensiva. Nesse sentido, a experiência histórica dos partidos políticos tradicionalmente de esquerda é sintomática da dificuldade em unificar a luta do movimento operário. A análise de Meszáros sobre as consequências dessa acomodação dos partidos identificados com a esquerda é esclarecedora e atual:

O principal papel dos partidos socialdemocratas (sob uma variedade de nomes, incluindo os dos antigos partidos comunistas hoje rebatizados) limita-se atualmente à *entrega do trabalho ao capital* e a usar as pessoas como *forragem eleitoral* para os propósitos de legitimação espúria do *status quo* perpetuado sob o pretexto do processo eleitoral “aberto” e “plenamente democrático”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 826, grifos do autor).

Na ordem da questão abordada não se pode esquecer ou minimizar o fato de que capital e trabalho, na sua forma viável de existência, estão inter-relacionados. Eles estão estruturalmente ligados, e não somente em uma base legal/política. O capital emprega trabalho. O círculo vicioso que prende o trabalho à dependência estrutural do capital leva-o a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, haja vista a alienação dos produtores do processo de produção. Com o reforço do Estado, essa dependência é institucionalizada, na medida em que, juntos, Estado e trabalho assalariado constituem os pilares fundamentais de sustentabilidade ao sistema do capital.

Considerados esses termos, o próximo capítulo tentará compreender e sistematizar a estranha lógica de existência do capital, que consideramos fundamental para a apreciação crítica do capitalismo, das condições de nossa existência e do espectro da destruição que nos assombra. No âmbito dos objetivos dessa tese, essa análise deverá dar suporte às estratégias requeridas para a negação desse poder alienado, em prol de um novo projeto de organização social.

Até aqui, temos claro o papel acessório e isolado que o trabalho humano foi adquirindo ao longo do tempo frente ao poder abrangente e totalizante exercido pelo sistema do capital. Resumidamente, discorri sobre o caráter ontológico do trabalho, condição ineliminável da existência humana, até a sua desfiguração, realização capitalista que lhe destituiu a liberdade e lhe desumaniza a essência. Vimos que a repercussão histórica de tais desdobramentos são implacáveis não somente para a realização da atividade humana, mas

para a organização e enfrentamento das condições cada vez mais restritivas à sobrevivência humana digna, aprisionada que está à cultura hegemônica da desigualdade, da exclusão do saber e do poder de decisão. Ter claro a natureza constitutiva de seu algoz, o sistema do capital, é por onde segue a caminhada.

### 3 O SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: A PRODUÇÃO ALIENADA DA EXISTÊNCIA HUMANA

Já vivemos o melhor de nosso tempo.  
maquinações, fraqueza interior, traição,  
toda espécie de desordens  
nos levam inquietos para a cova.  
(Shakespeare, Rei Lear, 1606).

Neste capítulo tenho por objetivo de investigar a especificidade do “sociometabolismo do capital”, conforme teoriza Mészáros, procurando entender a lógica interna do seu funcionamento, as estruturas econômicas, políticas e ideológicas que garantem e reforçam o seu permanente confronto com o trabalho e a sua auto-reprodução destrutiva. Ressalto que esta sistematização foi garimpada dentro do universo intelectual do autor, com o propósito de situar o complexo sistema que gere e regula a vida social e enfatizar a complexa teia de reciprocidade que interagem centrifugamente no interior da sociedade, ditando-lhe os duros caminhos. Como veremos, a regra do capital, não estabelece a desejável homogeneização da riqueza entre os indivíduos e as nações, ao contrário, a reforça e a condensa nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que exclui um grande contingente humano das benesses do desenvolvimento.

O passo inicial para a ampla compreensão deste “complexo de complexos” requer a a distinção peculiar realizada pelo filósofo húngaro entre capital e capitalismo, que coloca em pauta a necessidade de superação não somente do capitalismo, mas especialmente do capital, se quisermos mudanças sustentáveis e duradouras. Ao longo deste capítulo também me deterei em fenômenos, tais como a crise estrutural do capital, taxa de utilização decrescentes do uso das mercadorias e o complexo industrial-militar, intimamente vinculados aos imperativos da expansão do capital e extração do sobretrabalho como mais-valia.

O conceito de capital, de forma geral, é comumente associado à “riqueza” ou a “dinheiro”. Face à totalidade do pensamento marxista e à complexidade que engloba, é mais coerente relacioná-lo com a categoria “mercadoria”, na medida em que ela pode ser associada a estruturas materiais e incorpora uma miríade de processos que concretizam relações sociais específicas. No capitalismo, o processo de produção de mercadorias incrementa relações fetichizadas, nas quais o excedente, a mais-valia, o trabalho assalariado, a acumulação, etc., determinam a expansão do sistema como se guiado por vontade própria, inesgotável e incontrolável. É esta especificidade que o “sistema sociometabólico do capital”, ao qual Mészáros se refere de forma recorrente, carrega em si.

Nesse sentido, o autor insiste que o capital não é simplesmente uma “entidade material”, nem um “mecanismo racionalmente controlável”. O capital é um poderoso sistema de reprodução da vida social, no qual elementos estruturantes atuam em conjunto, mas de forma subordinada e contraditória na definição, controle e dominação do metabolismo social. São eles: o capital, o trabalho assalariado e o Estado. Assim,

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 188-9).

Quando Mézáros se refere ao “sistema sociometabólico do capital”, ele nos remete à fase capitalista do desenvolvimento, quando a mediação negativa das categorias econômicas da sociedade, como a propriedade privada, a divisão do trabalho e o assalariamento se introduzem no núcleo da atividade vital, exercendo o controle absoluto da produção e reprodução da humanidade. Por meio de uma rede interligada de “mediações de segunda ordem”, a realização de quaisquer das funções primárias de mediação (que incluem a atividade reprodutiva biológica, o processo de trabalho, relações adequadas de troca, as múltiplas atividades materiais e culturais, a alocação racional dos recursos materiais e disponíveis e as normas e regulamentos do conjunto da sociedade) são alteradas, de modo que se tornam quase irreconhecíveis, sobrepujando as necessidades humanas, adequando-as às necessidades auto-expansivas de um sistema de controle reprodutivo social alienante e fetichista que subordina tudo ao imperativo de acumulação de capital.

As mediações de segunda ordem do sistema do capital de acordo com Mézáros englobam:

- 1) A família nuclear, que “articulada como o “microcosmo” da sociedade, além de reproduzir a espécie – e o Estado –, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social;
- 2) a produção alienada e suas personificações, que dota o capital de “vontade férrea” na imposição das exigências objetivas sobre as consciências;
- 3) o dinheiro, como “força opressora global” cada vez mais dominante;
- 4) os objetivos fetichistas da produção, que submete as necessidades humanas aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- 5) o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto na sua forma capitalista assalariada, “coagido e explorado pela compulsão

econômica como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada”;

6) as variedades de formação do Estado do capital que se enfrentam como Estados nacionais autônomos;

7) o mercado mundial, que, na busca das “maiores vantagens” e protegidos por seus Estados nacionais, são impelidos à destruição dos rivais, propagando as sementes de conflitos cada vez mais destrutivos. (MÉSZÁROS, 2006, p. 180).

Mészáros, assim como Marx, nos lembra que o homem transforma o mundo a sua volta de uma maneira *sui generis*, através de uma singular relação “automediada” com a natureza, imprimindo naquela a sua marca. Quando, porém, se aparta da função humana mediadora da relação sujeito-objeto entre o homem e natureza, a atividade humana é, então, atividade alienada.

A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista – em que “os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie” – não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque “reifica” o homem e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da “consciência da espécie” do homem, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

O trabalho estruturado em moldes capitalistas instaura uma ruptura no sistema de troca entre o homem e a natureza, tornando-se não o catalizador das forças sociais humanas, mas a base de toda a alienação<sup>62</sup>. Como resultado dessa oposição, “o “corpo inorgânico do homem” agora surge como apartado, desprendido dele e, dessa forma, pode ser transformado em mercadoria. O que emerge é a reificação, sobre a qual “as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo”<sup>63</sup>

São as “mediações de segunda ordem” (família nuclear, produção alienada, dinheiro, trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial) que se interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza e, entre os homens, afetando a realização de quaisquer das funções autorrealizadoras da mediação primária, alterando-as de modo a torná-las irreconhecíveis, prejudiciais à própria humanidade. As “mediações de segunda ordem” prescritas por Mészáros, imprimem o ímpeto do capital sobre a interação metabólica essencial dos indivíduos e produzem uma inversão completa da “verdadeira relação”. Assim, a ordem

<sup>62</sup> Seguiremos a conceituação de Mészáros que utiliza o termo alienação como estranhamento. O autor, no entanto, reconhece a complexidade e a diferença entre os termos *Entäusserung/Entfremdung*. Segundo ele, quando Marx usa o termo *Entäusserung* a ênfase recai sobre a “externalização” ou “objetivação”, ao passo que *Entfremdung* é usado quando a intenção é ressaltar o fato de que o homem se encontra em oposição a um poder hostil, criado por ele mesmo, que frustra o seu próprio propósito. Cf. MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 20.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 80.

primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar. Em termos concretos, isso significa que o capitalismo instaura uma ruptura no sistema de trocas entre o homem e a natureza (e entre os homens entre si), e, de forma velada ou não, se utiliza de uma série de mecanismos que imprimem a lógica predatória do capital sobre as necessidades humanas que foram subvertidas no decorrer do tempo. Em decorrência de tais desdobramentos, o valor de uso correspondente à necessidade só pode existir se estiver em conformidade com os imperativos do valor de troca auto-expansivo.

As mediações de segunda ordem do capital podem ser entendidas ainda como “os meios alienados da produção e suas “personificações”, que se sobrepõem na própria realidade à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação entre eles”<sup>64</sup>. Importante destacar que tais mediações “alienadas e alienantes” constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga, na medida em que elas se interpõem entre os seres humanos e às condições vitais para sua reprodução como “mediações destrutivas”.

De acordo com o autor, essas mediações de segunda ordem (família nuclear, produção alienada, dinheiro, trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial) sustentam-se juntas e reciprocamente num todo orgânico, de forma que mantêm o poder de “autorregeneração” e “autoimposição” do sistema global, tornando impossível meras ações isoladas sobre qualquer uma delas. Através das “interconexões estruturais” das partes citadas acima, o sistema do capital mantém-se incólume aos esforços emancipadores parciais que visem alvos setoriais limitados, pois cada uma de suas partes se interconecta às demais, restabelecendo as ligações eventualmente danificadas, caso não sejam atacadas no seu conjunto.

É com base nesse argumento que Mézáros estipula que a “verdadeira meta” da transformação socialista deve concentrar-se no “próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem e não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital”<sup>65</sup>, estratégia utilizada pelos idealizadores da revolução soviética de 1917. O problema é, segundo o filósofo, que ao proporem o fim da supremacia política da burguesia com a eliminação da sua base econômica e a alteração do sistema de propriedade, se mantiveram intactas as relações de produção autoritárias dentro da fábrica<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 71.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>66</sup> Em estudo realizado sobre a Revolução Russa se pontua que milhares de indivíduos ligados à classe expropriada voltaram a desempenhar papel de mando como diretores de fábrica do “Estado operário”. Incorporaram-se ao partido para legitimar sua volta a posições dominantes nas relações de produção. TRATEMBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 95.

Nesse contexto, a questão crucial que se apresenta é: que forças se sobrepueram à transformação radical levada à cabo pelo movimento do trabalho? O argumento de Mészároa se centra na concepção de que as relações sociais de produção não se limitam à propriedade jurídica dos meios de produção, compreendem também a opressão: o modo como a divisão do trabalho provoca a concorrência entre os trabalhadores, o modo de integrar o processo de trabalho na empresa, o sistema de troca, distribuição e consumo dado, a extorsão do tempo livre, do saber e do poder de decisão do trabalhador. Ademais, a força e o “dinamismo totalizador” do sistema do capital se impõe a todos, capitalistas e trabalhadores, não permitindo dissidências haja vista exigir total obediência a si sob pena de ruína aos rebeldes ou dissidentes.

É sem dúvida a intensificação da crise estrutural global do capital que impõe um maior embrutecimento das regras do jogo do capital sobre os problemas contemporâneos. O movimento desse objeto desperta em Mészáros o interesse de desvendar as raízes de sua gênese. Nesse sentido, o conceito de alienação<sup>67</sup> assume o foco de análise do húngaro a partir da uma idéia sintetizadora, segundo a qual a “alienação do trabalho” é a raiz causal do todo complexo de alienações.

Como diz Mészáros, “a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta o indivíduo como um poder hostil e potencialmente destrutivo”<sup>68</sup>. E esse “poder” não é uma “fatalidade da natureza” ou o resultado de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas uma forma de “autoalienação”, resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico-social que, de acordo com Mészáros, pode ser “positivamente” alterado pela intervenção consciente no processo histórico, de forma que se transcenda a “autoalienação do trabalho”. É “autoalienação” no sentido de que é a força dos imperativos do sistema global do capital sobre o sujeito, destituído dos elementos necessários para a negação do estado de coisas existentes, dá movimento a relação de subordinação ao capital.

Sempre atentos ao alerta de Mészáros quanto a “enganosa simplicidade” da obra de Marx e as “múltiplas conexões filosóficas” necessárias à correta compreensão de seu legado e, em especial, o conceito de alienação, com sua “multifacetada complexidade

---

<sup>67</sup> Na obra, *A teoria da alienação em Marx*, Mészáros dedica-se ao estudo da temática mergulhando nas obras de Marx, a partir de uma perspectiva totalizadora e dinâmica de seu pensamento, o que, por sua vez, lhe estimula ao desafio de atualizar a síntese sobre o funcionamento cada vez mais crítico do sistema do capital. Na apresentação da referida obra, Maria Orlanda Pinassi afirma que nosso autor atende “à composição da mais poderosa crítica marxista contemporânea até aqui desferida contra a ordem sociometabólica do capital” Cf. MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p 12.

<sup>68</sup> *Ibid*, p. 14.

condicionante”, retomo quatro dos principais aspectos que Mészáros destaca dos “Manuscritos de Paris”: 1) o homem está alienado da natureza; 2) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); 3) de seu “ser genérico” (de seu ser como membros da espécie humana); 4) o homem está alienado do homem (dos outros homens). Segundo a análise de Mészáros,

A primeira dessas quatro características do “trabalho alienado” expressa a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho [...]; A segunda, por sua vez é a expressão da relação do trabalho com o ato de produção no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa [...]; O terceiro aspecto – a alienação do homem com relação ao seu ser genérico – está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem “se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele”. [...]; A terceira característica está implícita nas duas primeiras, sendo expressão delas em termos de relações humanas, como também o é a quarta característica anteriormente mencionada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

No curso da “autoalienação”, quando a produção do objeto da atividade humana dar-se como capital, no qual toda a determinidade natural e social do objeto está extinta, em que a propriedade privada perde sua qualidade natural e social, perde a sua “essência subjetiva”, a verdadeira e única carência produzida pela economia política surge fulgurosa, qual seja, a carência do dinheiro. Como bem avalia Mészáros, o enriquecimento do “sujeito” físico, sozinho, é o enriquecimento da “mercadoria humana”, essa que põe todos os sentidos físicos e mentais na consumação do “ter” e na posse do dinheiro. O dinheiro se interpõe entre o homem e seu objeto e o homem assume por sua “natureza genérica” tão somente a “universalidade do dinheiro”.

O **dinheiro**, na medida em que possui o **atributo** de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o **objeto** enquanto possessão eminente. A universalidade de seu **atributo** é o onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente ... O dinheiro é o **alcoviteiro** entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 164, grifos do autor).

Do culto ao dinheiro à imbricada relação capital, trabalho e alienação, o mundo torna-se “coisa”. E sendo o capital uma poderosa estrutura totalizadora, suas regras e objetivos metabólicos fundamentais de expansão e acumulação devem ser seguidos por todos. É nesse sentido que Mészáros insiste em que o capital não é simplesmente uma “entidade material” ou

um “mecanismo racionalmente controlável”, mas uma “forma incontrolável de controle sociometabólico”<sup>69</sup>.

É com base nessas constatações que Mészáros, a partir da leitura que faz de Marx, recomenda a superação da alienação (“*Aufhebung*”)<sup>70</sup>, que ele define como a “transcendência” das mediações capitalistas para a instauração da nova sociedade emancipada. A superação da alienação requer, portanto, a superação das mediações de segunda ordem para que a atividade fundante, o trabalho, assuma a centralidade da produção e reprodução da vida social.

### 3.1 Capital e capitalismo: as duas faces alienadas da mesma moeda

A distinção entre “capital” e “capitalismo” é traço peculiar e decisivo para a teoria de Mészáros. Com essa prerrogativa, ele enfatiza que a superação de um não implica a destruição do outro. Isto é, a extinção do capitalismo não implica, por extensão, na superação do sistema do capital da regência da reprodução social. O capital, como um sistema incontrolável de controle sociometabólico necessariamente hierárquico e alienante, existe antes e pode continuar a existir mesmo depois do capitalismo, em sociedades pós-capitalistas<sup>71</sup>. Até que a divisão social hierárquica do trabalho seja superada e a sociedade seja completamente reestruturada pela livre associação dos indivíduos conscientes e associados, a necessidade de produção do capital tem sobrevivência garantida, ou seja, se Mészáros estiver correto, a superação do capitalismo não pode oferecer garantias duradouras contra a possível revitalização do poder do capital.

<sup>69</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p.96.

<sup>70</sup> Segundo um importante intérprete, na leitura meszariana de Marx “a ideia de *Aufhebung* significa movimento social do sujeito coletivo capaz de negar o estado de coisas existente (o capital), um movimento sociometabólico alternativo, mais propriamente social que político e, portanto, que nasce por baixo, abrangendo a totalidade da vida social”, ou seja, o *Aufhebung* é a mediação do indivíduo que, de um estado de aparente apatia e insensibilidade às causas sociais, salta a uma nova forma de consciência que é despertada e se torna prática a partir do próprio desenvolvimento e movimento da luta de massas que se assume sujeito social por excelência. ALVES, Giovanni. Trabalho e alienação no século XXI: notas críticas sobre a construção de Mészáros e Lukács. In.: JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo (Org). **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 57-62.

<sup>71</sup> Mészáros denomina “sistema de capital pós-capitalista” os países nos quais o capital se manteve mesmo após o capitalismo ser considerado superado, como ocorreu, por exemplo, na URSS e demais países do Leste Europeu durante várias décadas do século XX. Segundo ele, o capital mantém o seu domínio nas sociedades pós-revolucionárias principalmente através de: 1) dos imperativos materiais que circunscrevem a totalidade social; 2) da divisão social do trabalho herdada que, apesar das suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento das livres individualidades”; 3) da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível e da forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico; 4) dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica”, quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 1030.

Para Mészáros, o capitalismo<sup>72</sup> é aquela fase de um período histórico particular, da produção do capital, cujo núcleo vital da atividade humana primária do sociometabolismo homem-natureza-homem, o trabalho, é despojado de sua essência ontológica fundamental. A formação social capitalista assume por características:

1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante;
2. a própria força de trabalho, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;
3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 737, grifos do autor).

Nesse sistema social se instaura uma complexa forma de produção, na qual o sujeito que trabalha é desvinculado das condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade, plasmando a relação estranhada e subjugada do homem com as condições objetivadas/alienadas de produção. Sob o comando do capital as relações produtivas promovem uma profunda alteração nas necessidades humanas e nas condições para a sua satisfação e, por conseguinte, subvertem a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva – o ter domina o ser.

---

<sup>72</sup> A natureza do surgimento e desenvolvimento histórico do capitalismo se associa à visões distintas. Cada uma delas lhe atribui divergências seja quanto às fronteiras cronológicas ou quanto a sua origem e desenvolvimento. Catani (1984) apresenta duas correntes representadas por Max Weber e Karl Marx. A primeira, chamada “culturalista”, busca explicar o capitalismo através de fatores externos à economia, a partir da herança de um modo de pensar as relações sociais legada pelo movimento da Reforma na Europa: do protestantismo de Lutero e mais ainda o calvinismo. A idéia principal desta concepção refere-se à extrema valorização do trabalho na busca da salvação individual. No seu conjunto, formaria o fundamento de uma ética que implica a aceitação de princípios, normas para conduta, que seriam a expressão do “espírito de uma época”; A segunda corrente, “histórica”, define capitalismo como sendo um modo de produção de mercadorias, gerado historicamente, desde o início da idade moderna, no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. Dobb (1983), acrescenta ainda outra corrente, a dos que identificam o capitalismo com a organização da produção para um mercado distante. O critério essencial é “a relação existente entre produção e consumo de bens”; ou, ainda, encontramos o capitalismo descrito como “o sistema em que a riqueza outra em que não a terra é usada para conseguir uma renda”; ou, “um sistema de economia de trocas, no qual o princípio orientador da atividade econômica é o lucro irrestrito”. A tendência dos que assim concebem é buscar as origens do capitalismo nas primeiras invasões de transações especificamente comerciais sobre os estreitos horizontes econômicos e a suposta economia natural do mundo medieval, e assinalar os principais estágios do crescimento do capitalismo de acordo com estágios na ampliação do mercado ou com as formas variáveis de investimentos e empresa comercial às quais tal ampliação se ligava; CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984; DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

Assim, uma formação social onde não há identificação com o objeto produzido, onde o produto adquire força, volta-se contra seu criador e domina-o, o homem também é reduzido a mero elemento material de produção, e, como tal, é produzido de acordo com esta determinação, a saber: como um ser empobrecido, desumanizado e subjugado à produção de mercadorias. Acorrentado às férreas leis do processo de trabalho capitalista para a manutenção da sua vida imediata e “legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias”<sup>73</sup> não poderiam ser, sob domínio do capital, reconhecidos como os parâmetros ideais da produção da riqueza.

Portanto, já que os seres humanos apenas podem se encaixar na maquinaria produtiva do sistema do capital como engrenagens do mecanismo geral, suas qualidades humanas devem ser consideradas obstáculos à eficácia ótima de um sistema que tem sua própria lógica e medida de legitimação. Correspondentemente, os mesmos critérios devem ser aplicados na avaliação tanto da performance humana como na da locomotiva, desse modo não apenas equalizando, mas subordinando a sensível e inoportuna humanidade à eficácia pouco exigente dos lucrativos procedimentos mecânicos, muito mais facilmente administráveis. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 616).

O aprofundamento da oposição entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante, direcionada para a auto-reprodução<sup>74</sup> do capital é

---

<sup>73</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p.611.

<sup>74</sup> Em sua forma mais amadurecida, a acumulação do capital se expressa na fórmula geral  $D - M - D'$ . Nesse circuito, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, pois o dinheiro obtido ao final do processo será quantitativamente maior do que o inicialmente investido, e este movimento transforma o dinheiro em capital. Esta transformação só pode ser explicada a partir do momento em que as condições históricas fazem surgir uma mercadoria peculiar, a força de trabalho humano, cujo processo de consumo é um processo de criação de mais valor do que ela já possui. O capitalista compra máquinas, utensílios, instrumentos, matérias-primas (capital constante) e força de trabalho (capital variável) para produzir novas mercadorias, as quais terão um valor maior do que o inicialmente gasto por ele. É essa diferença entre o inicial investido na compra e o final arrecadado na venda que alimenta e motiva o capitalista, o lucro. Marx, porém, dá-nos os elementos para uma leitura mais apurada dessa imediatividade e nos esclarece que o lucro do capitalista não reside na totalidade do capital empregado. O lucro é apenas a pulsão inicial do processo de produção. É no capital variável investido, no uso da mercadoria força de trabalho que podemos vislumbrar a fonte do valor excedente. O montante desse excedente será determinado pela crescente duração e intensidade da parcela não-remunerada do trabalho, projeto que conduz o capitalista ao investimento em novas e melhores formas de extração do excedente, transformando-o novamente em capital, e, por conseguinte, dar andamento a acumulação ampliada. Quando há o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), o capitalista motiva, por exemplo, a produção de 20 cadeiras, ao invés das 15 produzidas nas oito horas habituais de trabalho. Pode-se, ainda, aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo o tempo de trabalho necessário à produção do equivalente à subsistência do trabalhador, que se era de quatro, por exemplo, passa a três horas, sendo incorporado essa diferença como acréscimo ao trabalho excedente, que passa a cinco horas e o trabalho necessário se reduz a três horas, ou seja, o excedente, que já pertence ao capitalista, era de quatro, agora passou a cinco horas (mais-valia relativa). Esta proeza é o que torna possível a acumulação do capital, ora facilitada pela aplicação de novos métodos de produção. É daí que surge o fetiche da técnica como condição e caminho para o progresso da humanidade, o qual camufla o princípio basilar que credencia o trabalho vivo como a única fonte de novo valor, o que finda por enaltecer os disfarces que a produção capitalista assume para o pleno êxito de seu objetivo predominante, a saber, a extração incessante do excedente do trabalho humano. Mas, a produção capitalista não é somente a reprodução de mercadorias e mais-valia, pressupõe também a produção e reprodução das relações sociais de

a marca de destaque no capitalismo, especialmente com o fim da fase expansionista global do capital, quando estourou a crise estrutural do sistema e o neoliberalismo impera como expressão teórica do movimento do real. Nesse cenário, o conflito vital entre a riqueza e a miséria, a igualdade e a desigualdade, o desenvolvimento amplo e rico dos indivíduos e sua deformação e empobrecimento, a relação harmoniosa entre o homem com a natureza e a sua devastação e degradação ganham proporções inimagináveis.

No curso dos acontecimentos, a forte influência da mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais, o esforço de compreender a configuração do capitalismo contemporâneo<sup>75</sup> não poderia ser tarefa simples, linear ou conclusiva uma vez que comporta elementos de avanços e recuos. O redesenho das práticas produtivas, a busca incessante por novos nichos de acumulação e as mudanças políticas impostas pela doutrina neoliberal, dentre outros, são alguns elementos que precisam ser considerados nas mutações assumidas pelo capital e impostas ao modo de produção capitalista.

Resultado das transformações econômico-político-culturais que se desdobram desde os anos de 1970 e que acirram o cenário de crise estrutural do capital, o capitalismo atingiu um estágio em que a “disjunção radical” entre produção genuína e auto-reprodução<sup>76</sup> do capital ganha contornos irreversíveis. A sua produção, de base necessariamente destrutiva, incide sobre a totalidade da vida social, na qual a barbárie se generaliza. Tais anomalias, no entanto,

---

produção que lhe servem de base: De um lado, sujeitos aptos a comprar mercadorias a fim de produzir outras novas que se impõem a outros indivíduos que necessitam vender sua força de trabalho pelo preço que a eles mesmos custam. A equação capitalista, portanto, ainda que se alimente da produção de mercadorias e excedentes, necessita igualmente de relações sociais que lhes dêem sustentação e legitimidade, pois, para que tenha continuidade, faz-se mister que os indivíduos adotem “as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como limites inquestionáveis de suas próprias aspirações”. Cf. JOVINO, W. K. M. Marx e Mészáros: uma análise da crise do capital e da transição socialista. *In.*: CHAGAS, E. F. (Org.), RECH, H. L. (Org.); VASCONCELOS, R. C. S. (Org.); JOVINO, W. K. M. (Org.). **Indivíduo e educação na crise do capitalismo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. v. 1. 481p.

<sup>75</sup> Quando o economista e historiador húngaro Karl Polanyi publicou sua obra clássica *A grande transformação*, sobre as mudanças que permitiram, no século XIX, o pleno desenvolvimento da economia de mercado e a época de ouro da “civilização liberal”, percebeu os sinais de que estava em curso uma nova mudança radical do capitalismo, que apontava para o nascimento, depois da Segunda Guerra Mundial, do que se chamou *welfare state*. Hoje, de acordo com Fiori (2002), uma nova grande transformação da sociedade capitalista e da economia de mercado mundial se movimenta ao reencontro da ideia de uma nova “época de ouro” do liberalismo econômico. Segundo aponta, entre 1968 e 1973, um conjunto de decisões e acontecimentos, cujas consequências acabaram mudando a face do sistema capitalista. A escalada dos conflitos sociais nos países centrais; a vitória de várias lutas de libertação nacional, na periferia da “ordem americana”; e a “indisciplina” dos capitais privados em fuga na direção do euromercado, junto com o incipiente questionamento da política externa norte-americana por parte de seus principais aliados europeus e asiáticos. Estes fatos e a resposta a estes desafios estão na origem das mudanças responsáveis por essa “segunda grande transformação” da ordem capitalista que se cristalizou nos últimos 25 anos do século XX. Cf. FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 95-106.

<sup>76</sup> Destaco a “distinção vital” que Mészáros aponta entre produção e auto-reprodução no âmbito do sistema do capital. Segundo ele, “o capital não está, em absoluto, preocupado com a produção em si, mas somente com a auto-reprodução”. Ele “só tende à expansão global de sua auto-reprodução, em oposição aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora”. MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 698.

seguem encobertas por uma capa que turva a compreensão. Isso põe a problematização acerca da alienação, absolutamente dominante, na ordem do dia. Alicerce da lógica perversa que sustenta o capitalismo, sua análise deve ser mantida e considerada em qualquer análise que se pretenda desmistificadora, na medida em que a alienação cria a ilusão de ser essa a ordem correta das coisas, funcionando como um tipo ideal de confirmação do capital como força onipresente da organização social.

Na forma sócio-histórica do capitalismo burguês, Mészáros identifica a “tendência objetiva” do envolvimento sempre crescente do capital na superação das suas limitações sistêmicas e na reprodução ampliada desse modo de produção. O resultado dessas tentativas, que envolvem desde o Estado do bem-estar ao neoliberalismo ou os conflitos nucleares e as guerras, demonstra o caráter híbrido assumido pelo sistema do capital. No entanto, a tendência de hibridização, que se mostra essencial para o prolongamento da vida útil do sistema do capital, não deve ser considerada um remédio estrutural permanente.

Nesse sentido, ao longo do século XX o capital foi forçado a essa “mudança de forma” em vários momentos de crise, de dimensões cada vez mais profundas e extensas que produziram duas guerras mundiais no passado e assombra o futuro com a possibilidade do extermínio nuclear. A ilusória pregação do “mecanismo de mercado” como regulador absolutamente dominante do metabolismo social e o conseqüente “reco das fronteiras do Estado” assumem proporções de grande sofrimento social, haja vista o custo que tais experiência implicam à maioria da população, especialmente os grupos mais marginalizados. Mesmo os países “capitalisticamente” desenvolvidos não conseguem evitar o envolvimento direto do Estado capitalista e a necessidade da injeção massiva de fundos públicos na revitalização dos empreendimentos com pretensões de “livre mercado”.

Os “remédios” restauradores da coesão do sistema foram teorizados e insistentemente defendidos por grandes pensadores ao longo do tempo. Conforme Mészáros pontua, desde Adam Smith com sua “mão invisível” a dirigir soberanamente o curso da vida, o reino da “paz perpétua”, de Kant e o Estado como imagem da razão, de Hegel, apenas algumas soluções idealizadas foram alcançadas.

A articulação estrutural do “capitalismo avançado” à perdulária taxa de utilização decrescente é um desses “remédios” que surgem como condição de continuidade de expansão, que resalta um problema fundamental do sistema do capital: a sua incapacidade de completar seu próprio sistema na forma de capitalismo global, por meio da regulação absolutamente econômica da extração do sobretrabalho como mais-valia, haja vista, como exemplifica nosso autor, “hoje quase metade da população do mundo ser forçada a reproduzir suas condições de

existência sob condições informais e de precarização, que contrastam fortemente com o “mecanismo de mercado” idealizado como o regulador absolutamente dominante do metabolismo social”<sup>77</sup>. No “capitalismo avançado” também se observa a retomada da mais-valia absoluta em grau crescente, em especial na intensificação de práticas exploratórias do trabalho de crianças e mulheres, em países como a Itália e a Inglaterra<sup>78</sup>.

Outra lei, já mapeada por Marx e Engels, que continua importante para a compreensão do capitalismo contemporâneo é a tendência imperativa à “concentração violenta de capitais”, através da união dos grandes produtores nacionais de um ramo industrial em *trusts*, que, por sua vez tornam-se grandes sociedades anônimas, fugindo da concorrência interna e tornando-se grandes monopólios<sup>79</sup>.

Seguindo essa tendência, o “monopólio” tende a prevalecer sobre a “concorrência”, a “centralização” sobre a “fragmentação”. Quando considerado o poder das corporações transnacionais, o “internacionalismo” se sobrepõe aos “particularismos nacionais e regionais” à medida que o sistema do capital avança em seus limites estruturais. Por fim, a “quebra do equilíbrio” se afirma como a tendência dominante do sistema do capital, pondo em destaque a insuficiência dos esforços artificiais de restauração do equilíbrio que se perde periodicamente. Segue-se que a conquista de novos mercados consumidores e a demanda por novas tecnologias para o barateamento dos custos de produção têm importância fundamental na superação da concorrência entre as empresas.

A necessidade irrefreável do grande capital industrial em “unificar” o ciclo auto-imposto de expansão da produção traz à tona mais um fenômeno, o da globalização<sup>80</sup>, que de acordo com Méészáros,

<sup>77</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 92.

<sup>78</sup> MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 153.

<sup>79</sup> ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

<sup>80</sup> Fiori (2002) destaca o valor semântico que a palavra “globalização” incorpora desde a década de 1990. Segundo ele, apesar da “imprecisão conceitual” transformou-se em palavra-síntese que se propõe designar, diagnosticar e explicar, ao mesmo tempo, todas as transformações vividas pelo sistema econômico capitalista e pela ordem política internacional, nos últimos 25 anos do século XX. Não há dúvidas de que nenhuma outra alcançou tamanha difusão e importância política, nem provocou tanta confusão teórica. Mas sua verdadeira força, destaca, situa-se no campo mágico e ideológico, quando aglutina e se torna refúgio das esperanças coletivas de um tempo moribundo e carcomido. Identifica, também, quatro conotações fundamentais que acompanham a palavra globalização, no debate político, econômico da década 1990. São elas: 1) que a globalização é um produto natural das forças de mercado, ou seja, é uma nova configuração da economia mundial gerada pela “terceira revolução” tecnológica-microeletrônica e informacional - e pelo aumento da extensão e intensidade da competição empresarial à escala global, tratando-se, portanto, de uma realidade econômica necessária e irrecusável; 2) que deu origem a uma “nova economia”, em que o aumento constante da produtividade permite pensar que o capitalismo tenha alcançado uma etapa livre de crises; 3) que é um processo universal, inclusivo e homogeneizador, com a promessa de desenvolvimento e aumento da participação dos países mais pobres na riqueza mundial; e 4) que a globalização promoveria uma redução pacífica e positiva da soberania dos Estados nacionais. No limite, significaria o fim dos Estados. Contudo, tudo

O termo “globalização” entrou na moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar do tipo de “globalização” viável sob o domínio do capital. Em vez disso, é muito mais fácil pressupor que, por sua própria natureza, a globalização não é de modo algum problemática e é realmente uma mudança necessariamente positiva que traz resultados elogiáveis para todos os interessados. É melhor que se deixe fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como benéfica, nada se oferece aos “países subdesenvolvidos” além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração. Isto está muito bem ilustrado pelos números reconhecidos até mesmo pela revista *The Economist* de Londres, segundo a qual, nas fábricas norte-americanas recentemente estabelecidas na região da fronteira norte do México, os trabalhadores não ganham mais do que 7 por cento do que recebe a força de trabalho norte-americana para fazer o mesmo trabalho na Califórnia. (MÉSZÁROS, 2009b, p.63-64).

Para Mézszáros, a expansão e integração globais do capital, entendido como um fenômeno “radicalmente” novo, destinado a resolver todos os nossos problemas, não passa de um pensamento ilusório, posto que o sistema do capital é totalmente incompatível com suas próprias projeções de universalidade globalizante. Seguindo a tendência própria do capital, seu projeto não ultrapassa as fronteiras que reforçam o poder de dominação e exploração dos detentores do capital e a desigualdade para a grande maioria dependente.

Por isso, não é nada fortuito que, para Mézszáros, o conceito de capital seja mais fundamental que o de capitalismo, posto que este esteja limitado a um curto período de nossa história, de aproximadamente quinhentos anos, o que é uma mera fração em termos históricos universais. O capital é bem mais amplo e abrangente, pois se ocupa não apenas do modo de funcionamento da sociedade capitalista, mas das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital desde os remotos tempos nos quais a produção de mercadorias ainda não é dominante como o é no capitalismo burguês.

A identificação conceitual entre capital e capitalismo, segundo o autor, trouxe consequências danosas para as experiências revolucionárias desde a Revolução de Outubro, na medida em que “o sistema de tipo soviético”, mesmo apresentando “configuração pós-capitalista”, se mostrou incapaz de superar radicalmente os pressupostos materiais do sistema sociometabólico do capital, qual seja, o complexo tripé capital-trabalho-Estado, componentes

---

indica que a globalização tem sido um fenômeno extremamente restrito, excludente e polarizante da riqueza, entre as classes e as nações, conclui o autor. Cf. FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 28-30.

que estão inseparavelmente entrelaçados e que subordinam as funções vitais primárias da reprodução social aos ditames do capital. Até que a própria divisão hierárquica do trabalho seja superada e que a sociedade seja completamente reestruturada de acordo com a livre associação dos indivíduos sociais regulando conscientemente suas atividades, a produção de capital se mantém como necessidade insuperável.

Poderoso e abrangente, o capital é a potência econômica que domina a sociedade burguesa. A apropriação contínua do trabalho é o pressuposto irrefutável da reprodução contínua desse sistema. O capital também é uma forma de relação social de produção. Uma relação de produção da sociedade burguesa que não se compõe apenas de elementos materiais - instrumentos de trabalho, matérias-primas e meios de subsistência. O capital é também a personificação do valor de troca, na medida em que todos os produtos que o constitui são mercadorias.

Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma *função* econômica *relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 176, grifos do autor).

Nesse sentido, o capital traz em sua dinâmica interna de reprodução, o comando absoluto (e alienado) sobre o trabalho, na medida em que se autorreproduz e progride como o “poder soberano” de domínio sobre a força de trabalho e todas as demais facetas do processo de reprodução social. Isso porque no curso de seu desenvolvimento, quando o dinheiro se converte em capital e o capital se personifica como riqueza abstrata, ele incorpora a si os pressupostos que lhe dão base, o capital constante, o capital variável e a mais-valia, e não mais reconhece o trabalho vivo como fundamento que dá base a sua existência, mas como criação e resultado de si mesmo, no valor<sup>81</sup> que se autoconstitui, e, nessa forma, sujeita o próprio valor de uso ao valor de troca, tornando-se “verdadeiramente *causa sui*”.

O fato é que ao longo do desenvolvimento histórico do capital, a força impositora da produção da riqueza que se autorreproduz precisou se impor como o fim último da humanidade. Assim, o significado original de importantes categorias sociais foram redefinidas

---

<sup>81</sup> O valor, aqui, não significa uma propriedade natural das coisas que se autorrevela e se estabelece nas relações de troca como uma lei natural, mas o valor como expressão de uma relação social de produção estabelecida entre os homens, mas que assume a forma de uma relação entre coisas que os subverte e os domina. (Cf. MARX, 2008b).

sob o impacto das relações de produção e divisão do trabalho estabelecidas. O próprio sentido original de “produção”, de “riqueza” e de “propriedade” são esquecidos ou desvirtuados a favor da legitimação das relações de produção, dominação e apropriação correspondentes ao capitalismo.

Mészáros, citando Marx, esclarece:

Originalmente, *propriedade* não significava mais que a relação de um ser humano com suas *condições naturais* de produção como *pertencentes a ele*, como suas, e pressupostas junto com *o seu próprio ser*; [...]. Propriedade originalmente significava – em sua forma asiática, eslava, clássica, antiga, germânica – a relação do *sujeito* que trabalha (que produz ou se autorreproduz) com as *condições* de sua produção ou reprodução enquanto *pertencentes a ele*. Ela terá diferentes formas, portanto, dependendo das condições de sua reprodução. A própria produção visa à reprodução do produtor dentro de suas condições objetivas de existência e em conjunto com elas. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 611, grifos do autor).

Como se vê, relações produtivas estabelecidas em tais condições, de complementaridade extensiva do próprio ser, que é sentido, pensado e organicamente desfrutado, apropriado pelo corpo que trabalha muito se distancia do conceito capitalista de “propriedade”. Essa se constitui materialmente por meio da privação aos pressupostos naturais, essências à existência dos indivíduos, obrigando-os à degradação e fragmentação da produção de mercadorias.

Quando trata da constituição estrutural do sistema do capital, Mészáros identifica três conjuntos de determinações que permanecem cronologicamente incorporadas a sua estrutura como se fossem “camadas geológicas” ou “arqueológicas”<sup>82</sup>. A camada mais recente pertence à fase capitalista de desenvolvimento do capital. Na forma do capitalismo burguês, todos os elementos da sociedade se subordinam ao capital, que assume e impõe seu domínio absoluto como um “sistema social global”. Nesta etapa, a produção generalizada de mercadorias é universalmente difundida e se afirmando definitivamente como pressuposto do capital. Todos os produtos assumem a forma de mercadorias e todos os produtores são, necessariamente, produtores de mercadorias.

A “camada intermediária” abrange uma escala de tempo bem maior, cobrindo os muitos séculos em que emergem e se consolidam algumas “mediações antagônicas” do capital, tais como o primitivo capital monetário e comercial, onde o capital não é ainda o seu elemento predominante. Essas mediações demarcam as primeiras formas de subordinação do

---

<sup>82</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 206.

trabalho ao capital, chamadas de “subordinação formal do trabalho ao capital” já abordadas anteriormente.

Já a fase mais antiga de origem do capital, segundo Mészáros, data dos tempos da Antiguidade clássica, em especial, nas civilizações grega e romana, ou seja, milhares de anos antes do capitalismo, nas quais já se observava as primeiras formas de produção de mercadorias, muito embora o capital ainda não tivesse penetrado na produção como a força soberana do processo de reprodução societária, regulando os desígnios da vida. Nesta fase, o capital não exercia o pleno controle sobre o trabalho, que estava subordinado a uma ordem de relações bem diferentes do modo de funcionamento do capital plenamente desenvolvido, fase em que a produção dos valores de uso está subordinada não às necessidades humanas, mas à valorização do valor.

Note-se que mesmo que a produção de mercadorias não seja dominante nessas sociedades, devido ao caráter cumulativo (o que não quer dizer uniforme) das mediações de segunda ordem do capital, a “divisão hierárquico-estrutural do trabalho” já se impõe como uma necessidade inevitável do sistema, de modo que assume a forma específica da “dominação de classes”<sup>83</sup>. A troca generalizada de mercadorias e a completa dependência das necessidades humanas à reprodução do valor de troca se tornam a força dominante do metabolismo socioeconômico somente a partir do ponto em que o capital industrial objetivamente define a fase clássica da formação capitalista.

A subordinação das necessidades humanas à reprodução ampliada do valor de troca tem sido o traço marcante e característico do capitalismo ao longo de seu desenvolvimento. Se na Antiguidade clássica o “cidadão livre”, em detrimento de suas relações escravistas, aparece como a finalidade da produção, a consolidação do domínio e controle do capital sobre a produção operou uma reversão radical nesse princípio quando separa e subordina o valor de uso ao valor de troca, tornando a produção da riqueza a finalidade da humanidade.

É importante lembrar que para analisar as características definidoras essenciais do sistema do capital, Mészáros se inspira no princípio metodológico de Marx. Segundo ele “a

---

<sup>83</sup> Como entende Anderson (1976), a antiguidade greco-romana constituirá sempre um universo centrado nas cidades. O esplendor e solidez da antiga *polis* helênica e da posterior República romana, que ofuscaram tantas épocas subsequentes, representaram um meridiano de organização e cultura urbanas que nunca seria igualado em nenhum outro milênio. Filosofia, ciência, poesia, história, arquitetura, escultura; direito, administração, dinheiro, fisco; sufrágio, debate, recrutamento – tudo isso apareceu ou desenvolveu-se a um nível de força e apuramento sem exemplo. Contudo, ao mesmo tempo, por detrás desta cultura e organização sua vitalidade intelectual e cívica provinha do campo. Cabe também o registro da intensa atividade comercial desenvolvida também por outros povos da Antiguidade, tais como os árabes, egípcios, hindus, eslavos, etc., Cf. ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 2. ed. Edições Afrontamento, 1982, p. 18.

chave para a “anatomia do macaco” deve ser buscada na anatomia humana”<sup>84</sup>. Ele persegue a compreensão do capital em sua forma plenamente desenvolvida, quando este se caracteriza como um “sistema orgânico”<sup>85</sup>, a potência econômica que domina a reprodução sociometabólica mediante a apropriação contínua do trabalho, ditando as leis de organização e desenvolvimento da sociedade moderna.

A opção metodológica, no entanto, nega qualquer identificação da origem do capital apenas com o início do capitalismo ou indiferença aos antecedentes e implicações históricas do sistema do capital, em suas formas de capital comercial ou usurário, pois, como bem enfatiza Mészáros, não se pode perder de vista que “o capital não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital”<sup>86</sup>. É essa abrangência, força e lógica incontroláveis que lhe garante a subordinação de todos os elementos da sociedade a si e que torna esse sistema um modo de controle essencialmente incontrolável.

Devido a este poder “autoconstituente”, o capital não pode ser entendido como uma “coisa material” ou uma simples relação entre proprietários privados, que poderá ser extinta do processo sociometabólico por decreto ou algum mecanismo jurídico. Isto poderá ser exequível apenas com a substituição do “sistema orgânico” estabelecido, mediante a restituição do poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho, ou seja, com a auto-emancipação do trabalho.

### 3.2 A Taxa de utilização decrescente: a medida do progresso capitalista

É necessário insistir que o capital é uma forma “incontrolável” de controle sociometabólico. Sua estrutura de controle “totalizadora” e “absorvente” sujeita cegamente aos mesmos imperativos não somente os seres humanos, que devem adaptar-se, mas as suas instituições, de saúde e do comércio, da educação e da agricultura, da arte e da indústria manufatureira, etc.

Nesse sentido, às práticas produtivas capitalistas interpõem-se imperativos estruturais orientados para a produção cada vez maior do desperdício para que se possa impor à sociedade algumas das manifestações mais desconcertantes do capitalismo. A redução da durabilidade dos bens produzidos através da sua perda de utilidade é denominada por Mészáros de “taxa de utilização decrescente de mercadorias”, essa que assume uma posição

---

<sup>84</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 703.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 706.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 711.

de destaque e domínio na atualidade, haja vista que se torna a referência quantitativa do progresso no “capitalismo avançado”. Para Mészáros, a taxa de utilização decrescente é uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista e, como tal, cumpre funções específicas a cada etapa do decurso histórico.

A medida da riqueza e o nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade dão-se, até certo ponto, pela eficácia com que o desperdício pode ser gerado em escala geral. Isso porque a produção capitalista, voltada para o “consumo imediato”, é inimigo da “durabilidade” e descarta prematuramente uma imensa quantidade de mercadorias “já no momento em que atravessam os portões das fábricas”<sup>87</sup>. O consumo de artigos perdulários e de luxo também se fixa como uma estrutura orientadora da expansão produtiva. Tal fenômeno explosivo tem no colapso ambiental a mais emblemática e evidente consequência desse modelo produtivo. Em termos práticos, foi crescentemente empregado como recurso e estímulo à reprodução do capital, especialmente no período pós-guerra pelos Estados Unidos, nos anos de 1950. Contudo,

No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a proporção segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 639, grifos do autor).

Como diz Mészáros, ao longo do desenvolvimento histórico os avanços na produtividade desempenharam papel primordial na organização social e econômica dos grupos humanos. É sob a influência desses avanços que se altera o padrão de uso e consumo de bens assim como os instrumentos e as ferramentas com os quais os objetos serão produzidos. A produtividade afeta a própria natureza da atividade produtiva, que é alterada, como também a proporção do tempo humano disponível à produção de bens necessários ao seu intercâmbio orgânico e todas as demais atividades sociais objetivas e subjetivas nas quais estão envolvidos os indivíduos. Nesse sentido, Mészáros afirma que a taxa de utilização decrescente de mercadorias está implícita nos avanços advindos da produtividade, é intrínseca ao avanço produtivo em geral e se manifesta, primeiramente:

---

<sup>87</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 640.

[...] na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido (por exemplo produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam *utilizáveis* (isto é, *reutilizáveis*) por um período de tempo maior: uma *proporção* que obviamente tende a se alterar a favor dos *últimos*. (MÉSZÁROS (2009b, p. 639-640, grifos do autor).

Na sua variante “capitalista avançada”, a “taxa de utilização decrescente” se expressa de forma “crescentemente problemática”. Não mais se apresenta inerente ao avanço produtivo. O devido equilíbrio entre produção e consumo certamente não pode realizar-se por meio da manipulação e estímulo ao consumo “artificial” da “sociedade dos descartáveis”, que tem no descarte prematuro de mercadorias “relativamente duráveis” o alimento de sua reprodução e o conseqüente comprometimento, em escala progressiva, dos recursos materiais e humanos disponíveis. O que se sobressai é a reversão do desenvolvimento social anteriormente representado pela produção de bens duráveis, em favor dos produtos de consumo rápido, não-duráveis, que impõe uma forma de produção voltada para o consumo imediato que se choca frontalmente com os limites das forças produtivas. E essa perda de qualidade da mercadoria ocorre porque:

[...] o capitalismo define sua relação com o *valor de uso* e o *valor de troca*, investindo contra os limites associados à produção orientada para o valor de uso, bem como contra a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo severamente limitado que é inseparável dessa produção. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 643, grifos do autor).

Quando a taxa de utilização decrescente de mercadorias se desprende do avanço produtivo em si, “condições especiais” já estão plenamente ativadas e se impõem para a sua plena realização, quais sejam, “a separação dos produtores dos meios e dos materiais de sua atividade produtiva e sua forçosa alienação das condições objetivas de sua autorreprodução<sup>88</sup>”.

É no sistema da manufatura, haja vista princípio característico da divisão do trabalho, que se exige a separação do trabalhador de seus meios de produção, que a produção em grande quantidade e em série repercute não apenas na deformação da força de trabalho individual, mas também na produção e consumo e, por conseguinte, em novas condições de domínio do capital sobre o trabalho.

As novas potencialidades produtivas que se abrem ao capital revelam-se, de um lado, em progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade na

---

<sup>88</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 641.

medida em que não apenas separa, mas subordina o valor de uso ao valor de troca, e, de outro, torna-se meio civilizado e refinado de exploração. Traduz-se no predomínio da “vendabilidade” sob a utilidade e desta sob a subutilidade da mercadoria adquirida (e, preferivelmente, não consumida), já que tal limitação na realização plena do consumo abre o espaço para a profícua venda de uma outra mercadoria.

Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo de sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. Ou seja, em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser diminuída de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 661).

Nesse sentido, a lucratividade é o imperativo universal que rege o sistema do capital, que, por se constituir um fim em si mesmo, justifica qualquer prática produtiva – mesmo que perdulária – desde que satisfaça aos critérios capitalistas de “eficiência”, racionalidade e economia. E a taxa de utilização decrescente está estreitamente vinculada a essa lógica produtiva que e ganha todo sentido quando relacionada à separação do “caracol da sua concha”, pois a alienação do trabalhador dos meios de produção resulta nas práticas alienadas e absurdas do capital na razão da sobreposição das “necessidades da produção” às “necessidades humanas”<sup>89</sup>, com as quais os trabalhadores têm que se conformar. Não estando os “meios de produção” vinculados ao desenvolvimento das capacidades humanas, estas não se beneficiarão do avanço dessas mesmas capacidades, que atuarão como parte orgânica do capital salvaguardando a sua expansão.

---

<sup>89</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 663.

É a esta lógica que a taxa de utilização decrescente vincula-se. O trabalhador, como propriedade do capital, reprimido em instintos e capacidades, só pode desenvolver sua capacidade produtiva no interior da empresa capitalista. Na medida em que estão totalmente excluídos dos objetivos da produção, não há outra direção para o desenvolvimento de própria produtividade além da maximização do lucro.

Na mesma direção, as forças intelectuais do processo material de produção desenvolvem-se, porém confrontam-se, de forma independente e isolada da força de trabalho. O avanço do conhecimento não lhe garante grandes saltos, pois o “*know-how científico*” surge como mais um “meio de produção” reificado a serviço do capital. E

Assim sendo, no que diz respeito à sua lógica imanente, os meios de produção já não são *meios* genuínos, mas uma parte determinada do *capital* que se *auto-impõe*. Como “meios de produção”, eles representam uma forma específica de capital. Entretanto, por constituírem apenas uma parte do capital em si, estão sujeitos às determinações intrínsecas desse sistema produtivo como um todo. Seu “desenvolvimento independente” só é realmente independente dos objetivos e necessidades dos produtores; ao passo que, para viabilizar-se tal desenvolvimento, é totalmente dependente de sua estreita conformidade à lei da contínua expansão do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 664, grifos do autor).

Os meios de produção, quando convertidos em capital<sup>90</sup>, incrementam a equação reprodutiva do capital e, por sua vez, o desenvolvimento da tecnologia, que se afirma como prática produtiva paradoxal. A tecnologia é tanto “autônoma”, “na medida em que o capital a libera dos “constrangimentos” das necessidades humanas e, desse modo, pode realizar, até certo ponto, sua própria linha de desenvolvimento”, como também está “servilmente subordinada” aos ditames da lucratividade exigida pelo capital. Na sua orientação para o lucro, a tecnologia pode avançar em direção à realização da taxa de utilização decrescente, na “superprodução em massa de mercadorias”, ou no “excesso acumulado de capacidade produtiva”, ou, ainda, impactar sobre o trabalho vivo<sup>91</sup>.

O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra sujeição à extrema penúria e à indignidade

<sup>90</sup> Lembramos que apenas uma fração da mais-valia se converte em capital constante, que, por sua vez, reflete a escolha dos investimentos e expressa, por fim, a relação capital/trabalho, ao mesmo tempo em que demonstra a composição orgânica do capital. O maior desenvolvimento da produção equivale ao maior segmento da mais-valia que é transformada em capital constante se comparado com o investido em capital variável.

<sup>91</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 666.

do *desemprego em massa*. E o capital por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria auto-expansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a *produtividade* do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações do *desemprego crônico* e da *superprodução concomitante* que pronunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 667, grifos do autor).

No bojo de tais determinações, a taxa de utilização decrescente de mercadorias prevalece sem obstáculos e afeta negativamente as dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalista, a saber: bens e serviços; instalações e maquinaria; e a própria força de trabalho.

Nos bens e serviços, a influência da taxa de utilização decrescente de mercadorias é perceptível especialmente nos desdobramentos da expansão do consumo, que, num primeiro momento, beneficia um grande contingente de pessoas anteriormente excluídas dessa esfera ou proporciona às classes trabalhadoras o acesso às mercadorias antes inacessíveis. Entretanto, o alto consumo em massa não pode ser mantido indefinidamente, pois logo se torna insuficiente à expansão da produção. A saída se apresenta na “obsolescência planejada”, na redução imperativa e deliberada da vida útil das mercadorias, independente de seu potencial de uso, que, por sua vez, acelera o voraz movimento da contínua circulação de mercadorias através do superdesperdício de tecnologias, habilidades, serviços e recursos da natureza ora facilitado pela propaganda manipulatória que fabrica a motivação para o descarte perdulário de bens<sup>92</sup>.

Seguindo as exigências da expansão do capital, a taxa de utilização decrescente também afeta as fábricas e o maquinário na forma da “subutilização crônica”. No sucateamento precoce de máquinas e/ou equipamentos, prática plenamente apoiada pela conveniente ideologia da “inovação tecnológica”, o Estado moderno assume a função de patrocinador direto do financiamento e organização das pesquisas direcionadas ou na captação de fundos necessários para a renovação e desenvolvimento das instalações.

Mas, a contradição mais potencialmente explosiva do capital se refere à taxa de utilização decrescente da força de trabalho. Do ponto de vista do capital, “o trabalho não é apenas um “fator de produção”, mera “força de trabalho”, [...] mas a “massa consumidora vital” para o ciclo da reprodução capitalista e da realização da mais-valia. A taxa de utilização decrescente da força de trabalho, portanto, é uma tendência que se manifesta de forma bastante contraditória, pois se de um lado nos deparamos com a necessidade “sempre crescente” do capital por “consumidores em massa”, por outro, sua necessidade de trabalho

---

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 670-71.

vivo é “sempre decrescente”. Esse antagonismo, na forma do desemprego crescente, mostra-se inconciliável e explosivo, muito embora encontre legitimação na “racionalização ideológica” da ciência econômica.

Como se pode observar, a taxa de utilização decrescente abre sempre novas possibilidades para a expansão do capital. Na avaliação de Mészáros, ela funciona como meio insubstituível para realizar a necessária reprodução em escala ampliada, ao mesmo tempo em que contém artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo com a intensificação do chamado consumo em massa, este que provoca a dupla exploração do trabalhador: como produtor e como consumidor.

A expansão do consumo também contém dilemas interessantes. Mészáros aponta para a complexidade de sua abrangência relacionando “o movimento que torna disponível ao trabalhador dois pares de sapatos, ao invés de um”<sup>93</sup>. De acordo com seu raciocínio, independente das motivações e determinações que impulsionam o capitalista, não se pode negar a “conquista real” que a extensão do consumo proporciona aos trabalhadores.

O exemplo, longe de qualquer identificação ou defesa da idéia do capitalismo como uma “sociedade do consumo”, haja vista a impossibilidade da grande maioria de desprivilegiados ao acesso dos produtos, destaca o fato de que somente quando o ser humano ultrapassa o nível da produção para a mera sobrevivência é que se pode considerar a possibilidade da expansão cumulativa de sua liberdade, pois quando se vive para a sobrevivência imediata não há espaço para a arte e a filosofia.

De fato, não cabe dúvida quanto ao caráter indissociável da produção e consumo. Não pode haver produção sem o consumo correspondente. Também as práticas de distribuição operadas ao longo do desenvolvimento econômico certamente deflagraram mudanças e ganhos importantes para os contingentes humanos e para as nações e, por isso, a produção capitalista não pode eximir-se da progressiva ampliação da distribuição dos bens produzidos, pois o confinamento de seus produtos a um número limitado de “ricos” dissipa grande parte de seu potencial exploratório.

A ampliação do consumo, “que em tese deveria ser inerentemente emancipador”<sup>94</sup>, no entanto, não implica em mudanças no padrão de circulação/distribuição da produção. Graças às perversas possibilidades abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente, a “restrição artificial do círculo de consumo” e a exclusão das massas desprivilegiadas do

---

<sup>93</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 675.

<sup>94</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 675

consumo é o seu efeito colateral indigesto. Não podemos esquecer que do ponto de vista do capital, o consumo não satisfaz as necessidades genuinamente humanas, mas se realiza sempre a favor da reprodução do sistema. Por isso, será sempre artificialmente fomentado ou culturalmente induzido por necessidades artificiais e apetites imaginários.

Mészáros também nos adverte, quanto ao poder destrutivo presente no avanço da produtividade. Todo poder de produção é um poder de destruição, ou seja, o avanço da produção nos coloca diante da possibilidade de extinção do habitat humano. A expansão do consumo, proporcionada pela imposição do uso dos bens produzidos, impulsiona também “forças destrutivas” que, paradoxalmente, põem em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças, tanto diversificadas como destrutivas<sup>95</sup>. Como dito anteriormente, isso se deve a uma particularidade *sui generis* da “sociedade dos descartáveis”, na qual o equilíbrio entre produção e consumo opera somente a favor do consumo artificial e sempre voltado para o descarte prematuro de bens.

O incremento na mais-valia relativa, ancorada no uso de novas tecnologias no processo de produção e no desenvolvimento das forças produtivas, proporciona o barateamento das mercadorias e, por conseguinte, se exige, “primeiro: a correspondente ampliação no círculo do consumo; segundo: a criação de novas necessidades pela propagação das já existentes por um amplo círculo; terceiro: produção de novas necessidades e descoberta e criação de novos valores de uso”<sup>96</sup>. Contudo, como diz Mészáros, a produção capitalista é incapaz de assegurar o resultado positivo dessa interação. A produção de um novo consumo – e a expansão da produção - finda por diluir-se na exigência da realização do capital, que necessita superar não só as demandas flutuantes do mercado, mas também que se desvencilhe radicalmente dos constrangimentos estruturais do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real<sup>97</sup>.

O ciclo da reprodução capitalista se consolida quando a lógica histórica do consumo subverte a favor da reprodução do capital, no qual a realização das necessidades humanas se interpõe como um obstáculo ao seu desenvolvimento autorreprodutivo e o “consumo destrutivo” se impõe como uma necessidade. Consumo e destruição passam à “equivalentes funcionais” nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, de modo que o “consumo normal” ou o “consumo por meio da destruição” é totalmente manipulado a favor do interesse

---

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 676.

<sup>96</sup> MARX, *apud* Meszarós, 2009b, p. 677.

<sup>97</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 678.

expansionista do capital através da complexa junção entre a expansão máxima com a taxa de utilização mínima.

Esse padrão (destrutivo) de produção perdulária, no entanto, demonstra ser também limitada em relação aos imperativos estruturais do sistema. A dinâmica do capitalismo exige a adoção de formas ainda mais radicais de desperdício, por meio da “destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido”<sup>98</sup>.

Diante dessa contradição, a inquietação que se coloca é, como, diante dos fatores apresentados, que impactam fortemente na vida da população mundial, o capital pretende continuar assegurando a máxima expansão possível e a lucratividade? Balizando-se pela taxa de utilização mínima, que compromete os recursos humanos e materiais disponíveis, existem caminhos capazes de subverter o assombro do desastre iminente?

### 3.3 O complexo industrial-militar<sup>99</sup>: a manifestação destrutiva da superprodução capitalista

O “complexo industrial-militar” é um termo normalmente utilizado para se referir ao relacionamento político entre as forças armadas de um governo nacional e as empresas industriais que se destacaram na produção militar nos anos da guerra, ainda que, segundo Mészáros, tenha surgido na cena histórica a partir da crise econômica mundial de 1929/33 como recurso ideal ao tratamento da superprodução capitalista. O recurso, ainda que observado antes da Primeira Guerra mundial, ocorre de forma abrangente e com amplo apoio do Estado após a Segunda Guerra, embalado pela euforia da reconstrução e expansão do pós-guerra.

A consolidação do complexo industrial-militar nos países de capitalismo avançado, com exceção dos Estados Unidos, que sempre ocupou a posição dominante, está atrelado à “condições extra-econômicas bastante especiais”, impostas a alguns países no período pós-guerra, tais como Japão e Alemanha, que limitaram suas possibilidades imediatas de rearmamento e reconstrução de suas indústrias militares. O desenvolvimento econômico desses países no pós-guerra, entretanto, manteve-se fortemente atrelado e dependente do

---

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 679.

<sup>99</sup> O complexo industrial-militar é antes uma manifestação e feito do que causa das contradições estruturais do capital “avançado”. Naturalmente, uma vez que exista, funciona também como uma “causa contribuinte”, tanto maior quanto maior é o seu poder econômico e político, mas não como causa que as produz. Reconhecendo sua categoria de importância na administração dos antagonismos e contradições do sistema do capital e no funcionamento “saudável” do capitalismo, optamos por desenvolvê-lo no interior desse capítulo.

desdobramento do complexo industrial-militar nesse período. Nas palavras de Mészáros, as formas mais importantes dessa estreita conexão dar-se:

1º) Com o estabelecimento das novas alianças militares, praticamente todas as restrições do tratado de paz original são rapidamente removidas e, dessa maneira, tanto o Japão como a Alemanha ficam habilitados a montar e expandir (praticamente tanto quanto queiram) seus próprios complexos militares-industriais, virtualmente em qualquer campo da produção militar, com a única exceção dos armamentos nucleares;

2º) Já que a indústria-militar – sob hegemonia norte-americana – é um empreendimento internacional, o Japão e a Alemanha participaram, direta e indiretamente, do seu desenvolvimento no pós-guerra já em estágio bem inicial, sob formas variadas, da óptica à eletrônica e da química à metalurgia. Tal participação é da maior importância para o estabelecimento e/ou modernização de ramos industriais inteiros, nos quais se fundam os “milagres” do desenvolvimento econômico japonês e alemão do pós-guerra. [...];

3º) A estreita interligação entre as economias de todos os países capitalistas ocidentais e os Estados Unidos vem a ser o fator mais significativo para avaliar o verdadeiro peso e a importância do complexo militar-industrial para o contínuo funcionamento “saudável” do capital global. [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 686-687).

Vale ressaltar, com base no autor, que tais considerações não se aplicam somente ao Japão e à Alemanha. A contínua expansão produtiva das economias dos demais países de capitalismo avançado não pode ser separada da importância global da produção militarista.

A grande inovação do complexo militar-industrial para o desenvolvimento capitalista foi eliminar a distinção literalmente vital entre “consumo” e “destruição”. Esta mudança pôde ocorrer porque consumo e destruição são equivalentes funcionais do ponto de vista do “processo de realização” capitalista. Desse modo, a escolha entre o consumo normal isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes às necessidades, ou o consumo por meio da destruição, é decidido a partir da adequação de um ou de outro às exigências gerais da auto-reprodução do capital. Conforme analisa Mészáros, o problema tratado tem duas importantes dimensões. A primeira refere-se aos recursos limitados da sociedade e, com isso, a necessidade de legitimar sua alocação entre alternativas; a segunda dimensão trata das limitações naturais, socioeconômicas e até culturais dos apetites dos consumidores reais que passam a ser encarados como obstáculo ao apetite insaciável do sistema.

Todas essas “restrições fundamentais” foram removidas com sucesso pelo complexo industrial-militar. Relativo à primeira dimensão se consegue legitimar como “dever patriótico” o desperdício ilimitado de recursos, ainda que muitos milhões tenham que suportar a inanição como destino inescapável. Às restrições tradicionais do círculo de consumo

impostas pelas limitações dos apetites dos consumidores, se inflige a reestruturação da produção e do consumo de forma a remover a necessidade do consumo real. Em outras palavras, Mészáros conclui que o complexo industrial-militar:

aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se *autoconsome*, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta à real necessidade humana e seu consumo correspondente que pode divisar como sua própria *racionalidade* e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 688, grifos do autor).

O capitalismo se caracteriza pela contradição inconciliável entre a produção para o uso e a produção para a troca. E sendo a expansão do valor de troca a preocupação dominante desta sociedade, toda forma de mistificação é utilizada para aparentar que a produção de uma quantidade sempre crescente de valor de troca, não importa quão obviamente desperdiçadora, está de acordo com os melhores princípios da “racionalidade econômica” e em correspondência com alguma “demanda real”<sup>100</sup>.

Segundo Mészáros, o complexo militar-industrial não apenas aperfeiçoa os meios pelos quais o capital pode agora tratar todas as limitações e contradições estruturais, mas também realiza um salto quantitativo no sentido de que o alcance e o tamanho de suas operações lucrativas se tornam maiores do que se poderia conceber nos primeiros estágios do desenvolvimento capitalista.

Graças às transformações das estruturas produtivas dominantes da sociedade do pós-guerra, juntamente com o realinhamento de sua relação com o Estado capitalista, o assim chamado consumidor a partir de agora é miticamente fundido em produtor-comprador-consumidor, configurando-se, de agora em diante, como a própria “Nação”, pois somente a “Nação” pode oferecer soluções para as limitações financeiras vinculadas à “soberania do consumidor” individual e assegurar a satisfação da dupla exigência de proporcionar um cofre inexaurível que tornasse possível a auto-reprodução ampliada do capital e um poço sem fundo capaz de tragar todo o desperdício resultante<sup>101</sup>. Esta vem a ser outra inovação fundamental do complexo industrial-militar.

A produção para a destruição como procedimento corrente, em conformidade com a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, é o modelo de normalidade para a vida

<sup>100</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 689.

<sup>101</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 691.

cotidiana de todo o sistema. Essa “normalidade” habilita o sistema capitalista a deslocar, mas não a eliminar, a contradição fundamental do capital desenvolvido: a superprodução.

Como resultado das novas exigências e determinações do capital, a *ciência* é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades da destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo industrial-militar ubíqua e catastróficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe da porta das indústrias de consumo. (MÉSZÁROS, 2009b p. 694, grifos do autor).

A ampla dominação da ciência pelo complexo militar-industrial é apontada pelo autor como parte essencial da auto-reprodução destrutiva do capital. A análise de Mészáros retoma o conflito protagonizado pelo físico alemão Albert Einstein (1879-1955), um dos gigantes intelectuais do século XX. Na sua luta contra a militarização da ciência e a defesa política, não somente dos valores de uma sociedade socialista, mas da premissa de que “a não-cooperação em questões militares, deve ser um princípio moral essencial para todos os verdadeiros cientistas”<sup>102</sup>. Sua confiança na “responsabilidade consciente” dos cientistas, no entanto, arrefeceu diante do avanço “inexorável” da integração da ciência aos “objetivos práticos destrutivos” do complexo industrial-militar.

Na avaliação de Mészáros, mesmo a trágica contribuição de Einstein à “abertura da caixa de Pandora” no evento da bomba atômica, ou mesmo a ambiguidade de muitos de seus argumentos, não negam a profundidade e intensidade de suas percepções teóricas. Esta é a razão pela qual, no interesse da emancipação, a definição da responsabilidade social da ciência é hoje em dia particularmente importante.

### 3.4 A crise do capital: o momento descendente do desenvolvimento do capital

No campo marxista de análise, entendemos que não há uma uniformidade nas interpretações acerca da crise que assola a economia mundial<sup>103</sup>. No que tange a essa

<sup>102</sup> MÉSZÁROS, I. . **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 276.

<sup>103</sup> Cipolla (2012) sistematiza estudo no qual identifica quatro tipos de “escolas” ou visões acerca das interpretações da crise da economia mundial, quais sejam: 1) visão estagnacionista e subconsumista, associada à escola da *Monthly Review*, revista que teve início em 1949 e cujos primeiros editores foram P. Sweezy e segue sob o comando de John Bellamy Foster e Fred Magdoff. Segundo essa escola, a tendência da economia capitalista moderna à estagnação relaciona-se à emergência dos monopólios e oligopólios. Eles baniram a concorrência de preços, conduzindo o investimento do excedente (mais-valia) às aplicações no mercado financeiro, gerando ondas de especulação; 2) A escola da “expropriação financeira”, de Costas Lapavitsas e Paulo dos Santos, professores da *School of Oriental and African Studies*, Faculdade da London University, ou simplesmente SOAS, sugere que as transformações financeiras ocorridas a partir dos anos de 1980

diversidade, o fato recorrente dessas contribuições é sua associação ao quadro de estagnação da economia, no qual se observa a redução no ritmo de acumulação do capital observado a partir dos anos de 1970. O fenômeno motiva políticas econômicas globais diversificadas, de incentivo ao crédito ou ao consumo privado.

Quando trata da crise atual do sistema do capital, Mészáros a qualifica como “estrutural”. Como ele bem observa, não há nada especial em associar-se capitalismo à crise. Ao contrário, crises periódicas, cíclicas, conjunturais, de intensidade e duração variadas é o modo natural da existência desse modo de produção. As crises são as fórmulas que o sistema do capital se utiliza para progredir além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo sua esfera de operação e dominação. O agravamento das contradições do sistema do capital em suas dimensões fundamentais expõe falhas estruturais não superadas, que vão progressivamente se acumulando. Sua manifestação violenta mina as antigas estratégias do sistema em absorver os seus efeitos destrutivos, levando o sistema à precipitação de inúmeras “novas” crises, que segundo o autor, hoje se expressa em um caráter não mais temporário ou conjuntural, mas uma crise de proporção estrutural, irrestrita, que afeta todas as dimensões da vida civilizada. A novidade histórica da crise, segundo Mészáros, se apresenta nas quatro características que enumero resumidamente:

- 1) seu caráter é **universal**, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho [...]);
- 2) seu alcance é verdadeiramente **global** [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- 3) sua escala de tempo é extensa, **contínua**, se preferir, **permanente**, em lugar de limitada, cíclica [...];
- 4) [...] seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de **rastejante** [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 796, grifos do autor).

A crise estrutural do capital não tem origem autônoma nem mística. Ela reside dentro e emana da fratura que incide sobre a tripla dimensão fundamental do capital, que são: 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; 3) produção e circulação de produtos. Disso

---

ocasionaram o surgimento da relação de expropriação financeira da força de trabalho na forma da absorção de parcela crescente dos salários pelos juros e taxas bancárias; 3) a diminuição da taxa de lucros, defendida por Andrew Kliman, seria a causa da diminuição do crescimento e das recorrentes tentativas de revertê-la através da expansão do crédito. Nessa visão, demonstra sua incapacidade de revertê-la; 4) A quarta visão é a de Husson, cuja interpretação da crise se baseia, contrário à Kliman, na perspectiva de que a causa da crise foi justamente a recuperação da taxa de lucro resultante do aumento da exploração do trabalho, fato que teria impedido a recuperação econômica devido à restrição da demanda proveniente da redução do poder de compra dos salários. CIPOLLA, Francisco Paulo. Diferentes teorias marxistas da crise e diferentes interpretações da crise atual. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 39-59, abr. 2012.

resulta um sistema “centrífugo”, no qual as partes conflituosas e antagônicas se pressionam mutuamente e em sentidos opostos. Somente quando essas dimensões são afetadas em seu conjunto é que a natureza da crise se configura estrutural. Isso significa que a crise estrutural, diferente de outras formas de crises, segundo Mészáros, implica n’:

a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 799).

De acordo com o filósofo, a crise estrutural do capital teve início no começo da década de 1970, quando as contradições do sistema já não conseguem garantir à maioria da população mundial as condições mais elementares de existência. Seus pré-requisitos, contudo, já estavam postos desde o final da Segunda Guerra Mundial, com os acontecimentos do período de expansão do pós-guerra. O quadro de benefícios assegurados pela produção e consumo em massa e a recessão do momento seguinte, que abala todas essas garantias concedidas, impulsiona modificações radicais nos processos de produção, hábitos de consumo, configurações geográficas, sociais e políticas, poderes e práticas do Estado, lançando as bases para uma nova configuração do cenário mundial.

Quanto à abrangência dessa crise, nosso autor pondera:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. [...] Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 797).

Mas, a crise estrutural é algo mais abrangente que um prenúncio apocalíptico. A teorização acerca de qualquer transcendência histórica requer, antes, a compreensão de que o dimensionamento da crise estrutural necessita da apreensão do contraditório processo de “ajustes recíprocos” que “só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente ligado as suas próprias contradições”<sup>104</sup>. Nesse sentido, é importante que sejam feitas distinções entre algumas estratégias voluntaristas resultantes de

---

<sup>104</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 798.

uma percepção equivocada de algum bloqueio temporário ou sistemático das contradições internas do capital como equivalentes à crise estrutural.

O esclarecimento é pertinente porque, como adverte Mészáros, uma crise estrutural não se relaciona aos “limites relativos”, ativados nas crises conjunturais, de uma estrutura global, já que esses limites podem ser ampliados devido o capital enxergar cada um de seus limites como meras barreiras a serem transcendidas. Suas contradições imediatas não são somente deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial do poder de autopropulsão do capital. Mas, são os “limites absolutos” do complexo social, ativados com o fim da ascendência histórica do capital, que carregam em si potencialidades destrutivas que não podem ser deslocados ou ultrapassados indefinidamente. Mészáros esclarece:

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido as determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 220).

O quadro indiscutivelmente emblemático da questão, quando erroneamente associado à expectativa do dia do juízo final, que certamente não se concretizará, finda por escamotear as especificidades econômico-sociais envolvidas nessa expectativa, além de desmobilizar as armas críticas capazes de desnudar os interesses que estão em jogo e avançar na discussão acerca do modelo de crescimento que nos é possível de forma autossustentada.

O que se observa é que face às ameaças ambientais, o entendimento geral de que mudanças necessitam ser realizadas e que compromissos mais rígidos precisam ser cumpridos, perdem toda a significância sob a pressão das potências capitalistas dominantes. Outro equívoco comum que deve ser abandonado é a concepção de que a crise estrutural se refere a algumas específicas “condições absolutas” que possam se tornar impeditivas da produção ou, dito de outra forma, que os limites absolutos da produção possam ser relacionados ao esgotamento total dos recursos naturais e energéticos disponíveis.

Não obstante, a prevalência e a imposição dos interesses dominantes à sociedade para livrar o capital de grandes colapsos, as crises do capital não são superadas em nenhum sentido, mas meramente estendidas, tornam-se, inclusive, a normalidade do capitalismo. E quando não é mais possível suprimi-las, o recurso utilizado se centra na sua exportação para uma outra esfera ou um país distante - a globalização é um bom exemplo desse movimento,

uma vez que as barreiras que o capital encontra na sua própria natureza em relação à produção e ao consumo não parecem afetar significativamente seu poder de auto-expansão, nem minar seu poder universal de dominação social. Os meios utilizados para se alargar os limites de sua tríplice contradição e, dessa forma, escamotear a crise atual, têm, em certa medida, arrefecido o impacto destrutivo das contradições do sistema, especialmente pela estratégia de simulação de uma artificial unidade entre produção e consumo, quando capital estimula o consumo com a interferência da decrescente taxa de utilização dos bens produzidos, aproximando-os do grau zero.

Quando se antecipa prematuramente o descarte de bens com vistas à expansão do consumo se mantém um excesso de oferta de bens e uma demanda ávida por consumi-los, na mesma proporção. O estímulo ao “consumo de massas” forja um tipo de comportamento e atitudes favoráveis à “sociedade dos descartáveis”, na medida em que a aquisição de mercadorias constitui uma forma de integração social e são imprescindíveis à inserção do indivíduo na sociedade do consumo, não importando o impacto na natureza, o desperdício de recursos naturais e humanos fomentados por essa lógica de produção.

Observe-se que o padrão de consumo, ora marcado pela subutilização institucionalizada das forças produtivas e dos produtores e pela crescente dissipação ou destruição dos resultados da superprodução, têm permitido ao capital, até certo ponto, a possibilidade de aperfeiçoar e manejar os mecanismos de administração de suas crises no interior do próprio sistema, sem, no entanto, mobilizar forças de ataque e enfrentamento às contradições que lhe dão origem.

O conjunto de contradições operantes e simultaneamente gerenciadas pelo capital por forças que pressionam em direções opostas faz da crise estrutural do capital o que Mézáros chama de “verdadeira crise de dominação”<sup>105</sup>. Nesse sentido, nenhuma esfera da atividade social ou qualquer conjunto das relações humanas estão incólumes à lógica perversa que consome desde as necessidades e aspirações de incontáveis de milhões de famintos à natureza, que é sistematicamente devastada.

Considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína. Gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse o fato de que o capital necessita do

<sup>105</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 803.

trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 802).

O fato dá ênfase ao entendimento de que a crise estrutural não está confinada somente à esfera socioeconômica. Como bem observa nosso autor, a sociedade civil também amarga as determinações do “círculo mágico” do capital e padece a crise que reverbera ruidosamente em suas instituições sociais e políticas. Afinal, o sistema do capital não afirma seu domínio somente por meio de fatores objetivos e formais, ele também ultrapassa os limites informais, infiltrando sua lógica de operação nas normas de comportamento, convenções e códigos de conduta que são socialmente internalizados. Na verdade, como aponta nosso autor, nenhum sistema de reprodução metabólica pode funcionar excluindo a subjetividade humana de seus processos, pois é impossível “controlar” o modo estabelecido de reprodução societária sem apreender a relação dialética entre os fatores objetivos e subjetivos pelos quais o poderio do capital é alimentado.

No contexto da crise estrutural do capital, a complexidade que envolve o desafio de superação do sistema ganha contornos infinitesimais quando sobrepostos ao poder de aderência das subjetividades ao sistema do capital e a sua reprodução. A condição “trágica” da subjetividade no mundo, na análise de Chagas (2012), reflete uma “objetividade que anula os próprios sujeitos” e resvala uma visão de mundo na qual “o sujeito desconhece a sua própria atividade, as condições pelas quais se produzem a sua própria existência, percebendo o mundo, a existência real, como fora dele, externa a ele, e não como um produto de seu próprio trabalho, de sua própria subjetividade”<sup>106</sup>.

Ademais, como visto anteriormente, o desvinculamento do homem das condições naturais da produção e reprodução da vida humana, a separação “artificial” do seu intercâmbio orgânico com a natureza reduz sua existência a uma manifestação meramente subjetiva. Na medida em que não dispõe das condições objetivas da produção, esta só se realiza se alienada de seu sujeito e sob julgo de outrem. Como resultado, o sujeito real da atividade produtiva é degradado à condição de objeto facilmente manipulável pelo “monstruoso poder objetivo do capital”. O domínio do capital e suas personificações, como “subjetividade específica do sistema”, exercem, portanto, o pleno comando sobre o trabalho.

Na forma social dominada pelo capital, na medida em que o homem é escravizado pela sua obra tornada mercadoria e perde a compreensão de sua existência dentro do

---

<sup>106</sup> CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. CHAGAS, Eduardo; RECH, Hildemar; VASCONCELOS, Raquel; DA MATA, Vilson. **Subjetividade e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 37-62.

complexo social, o trabalho humano se manifesta, prioritariamente, na forma abstrata, como mero tempo de trabalho, simples dispêndio da força humana, princípio real e necessário somente à sociedade que reifica e converte todas as relações sociais, e o próprio homem, em mercadoria.

Dentre as determinações que tornam real o “fetiche do mundo das mercadorias” no sistema sociometabólico que o capital controla, Mészáros, citando Marx, ressalta que o poder global que o capital exerce sobre o trabalho se estrutura sob a base da chamada “relação-capital”, uma relação de “compulsão”, cuja finalidade é a “extração trabalho excedente pelo prolongamento do tempo de trabalho”<sup>107</sup>, de forma a garantir o processo de auto-constituição e autorreprodução ampliada do capital e as condições necessárias para a existência e manutenção do capital como um sistema orgânico. Nessa relação, capital e trabalho se apresentam “inseparavelmente associados no processo de reprodução social, incapazes de sobreviver por si próprios sem a reprodução contínua de um e de outro”<sup>108</sup>, o que não significa que esta relação seja unívoca ou isenta de dominação e exploração como pretende a ideologia dominante. Sob a ordem capitalista moderna, a “relação-capital” aponta a marca de “uma dupla cisão” no lado do trabalho que se revela quando:

- 1) o sujeito real do processo de produção se objetiva na forma de trabalho alienado/capital, perdendo portanto seu caráter de sujeito, como a capacidade necessária para o controle global do processo de reprodução social, apesar de ser forçado a reter, de forma reveladoramente contraditória, a capacidade consciente de realizar as incontáveis tarefas produtivas particulares diretamente designadas pela personificação do capital;
- 2) o trabalho social, absolutamente necessário para o avanço do processo de produção do capital, está cindido e seus fragmentos confrontam o capital tanto no domínio da produção como no da distribuição enquanto trabalhadores isolados [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 713).

No lado do capital, uma “duplicação contraditória” da “objetivação e da divisão alienada do trabalho”<sup>109</sup> se expressa, a saber, por um lado, “como a questão da subjetividade” e, por outro, “como a relação entre os constituintes particulares do capital” numa pretensa “totalidade agregadora”<sup>110</sup>. Desse modo, o capital é entendido como o “sujeito” do processo de produção e a aparente racionalidade da sua capacidade de reprodução é forçosamente

<sup>107</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 708.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 713.

<sup>109</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 714.

<sup>110</sup> MÉSZÁROS, *loc. cit.*, p. 714.

garantida pelas personificações particulares do capital e do trabalho nas figuras do capitalista e do trabalhador.

As personificações do capital – e sua subjetividade peculiar - imprimem nas individualidades as finalidades e os valores correlatos às necessidades da reprodução ampliada do capital. A forma clássica dessa personificação se apresenta na figura do “proprietário privado” ou na forma do “burocrata estatal” como ocorreu nas sociedades pós-capitalistas. Do ponto de vista do trabalho, suas personificações assumem, na figura do trabalhador e na noção do trabalho livre assalariado, relações de profunda dependência para com o capital e com a sua produção fetichizada de mercadorias, de modo que o trabalho se apresenta àquele apenas na sua forma de abstrato<sup>111</sup>.

A exploração do trabalho, por ser imprescindível à criação do valor é o caráter central e determinante da relação-capital. Esta imbricada relação impede qualquer fragilidade na dinâmica interna do processo de reprodução social e o seu comando sobre o trabalho, pois enquanto o capital mantiver seu poder regulador e não for radicalmente superado em seus princípios, perseguirá sempre novas personificações que mantenham o trabalho sob a servidão de uma “vontade alheia”<sup>112</sup>.

Como defende Mészáros, em todas as formas concebíveis da relação-capital desenvolvida, incluindo as formas pós-capitalistas que não desafiaram o controle totalizante do sistema, as amarras da natureza mais profunda do sistema orgânico do capital, mantêm-se intactas. São elas:

- 1) a separação e a alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho;
- 2) a imposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores como um poder que exerce comando sobre o trabalho;
- 3) a personificação do capital como “valor egoísta” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria autoexpansão, com uma vontade própria ...;
- 4) a equivalente personificação do trabalho (isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente de capital), confinando a identidade do sujeito deste

---

<sup>111</sup> Para Chagas (2011), o “trabalho abstrato é, por um lado, trabalho simples, comum, homogêneo, indiferente às diversas variedades de trabalho, e, por outro, é trabalho socialmente necessário; é “trabalho morto”, trabalho contido, inserido num produto, ou seja, tempo de trabalho consumido na produção de coisas, de modo que o produto do trabalho (*Arbeitsprodukt*), o seu valor de uso, perde seu caráter particular, sua diferença qualitativa, passando a ser apenas um produto do trabalho, um quantum de tempo de trabalho cristalizado”. CHAGAS, Eduardo F. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro**. Nº 19, p. 61-80. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2011, p. 70.

<sup>112</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 719.

“trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 720-721).

Nesse sentido, a gravidade da situação nos exige a ruptura radical com o sistema do capital, e não apenas com o capitalismo, em prol de uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo das necessidades humanas e ao enfrentamento dos “defeitos estruturais”<sup>113</sup> presentes no sistema do capital, com sua estrutura totalizante de controle, na qual o critério da “viabilidade produtiva” é a medida que controla, ou descarta, todas as instâncias humanas e sociais.

#### 3.4.1 *Os limites absolutos do capital: o avanço da destrutividade*

Todo sistema de reprodução sociometabólico quando satura sua ascendência histórica tem seus limites intrínsecos ou absolutos ativados. Isso significa, no entendimento de Mézáros, que seu poder de domínio chegou ao limite de abrangência dos rincões do globo terrestre, o que, progressivamente, encurtam as possibilidades de deslocamento das suas contradições.

No desenvolvimento histórico, quando esses limites são alcançados é absolutamente necessário a transformação das premissas ou parâmetros estruturais que servem de base à ordem estabelecida de reprodução sociometabólica, ou seja, os princípios orientadores práticos mais essenciais e todos os aportes institucionais e produtivos que lhe dão base necessitam de uma revisão crítica.

E, de acordo com Mézáros, a ativação dos limites absolutos do capital já se consumou em nosso horizonte e isso nos exige o enfrentamento das premissas irracionais do sistema na perspectiva de superá-las, tendo em vista que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico”<sup>114</sup>. Uma das frentes de batalha deve ser ocupada pelo contra-ataque às personificações do capital que militam a favor da máxima hegeliana do “*não há alternativa*”, o que só pode efetivar-se se apoiadas por uma “força material alternativa com viabilidade na prática”<sup>115</sup>, capaz de sobrepor-se às premissas dominantes. E

---

<sup>113</sup> O defeito estrutural do sistema do capital localiza-se na ausência de unidade entre a produção e seu controle, que estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos; a produção e o consumo, que se apresentam independentes e problematicamente separados; a produção e circulação, que se apresentam em conflito contraditório de interesses. *op. cit.* p. 105.

<sup>114</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 217.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 217.

tal objetivo só poderá ser alcançado mediante a articulação material em prol da realidade que desejamos ver consumado, o socialismo.

A percepção racional do confronto do capital com seus limites absolutos, no entanto, é insuficiente para barrar seu impulso incansável de superação dos próprios limites. Não pode haver dúvidas quanto à versatilidade do sistema em refrear, neutralizar ou manipular todas as barreiras que lhe são apresentadas e a capacidade que ele tem em lidar com as contradições que se intensificam.

Segundo Mészáros, as questões que aglutinam as grandes contradições que precipitam a ativação dos limites absolutos do capital são: 1) o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global transnacional e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições de reprodução sociometabólica; 3) a incompatibilidade da verdadeira igualdade aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico.

O conjunto desses limites é influenciado e corresponde, em primeiro lugar, à “maturação ou plena afirmação da lei do valor sob condições mascaradas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital”<sup>116</sup>. O segundo aspecto, que é um desdobramento do anterior, ressalta a não-finitude das consequências destrutivas mesmo com o fim da fase de crescimento. Como sentencia Mészáros, é algo bem pior o que o futuro nos reserva. Ele diz:

Nas condições do desenvolvimento que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma ausência (que por si só já seria bastante ruim), mas um impedimento atuante para a acumulação tranqüila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, a ameaça da incontrolabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução metabólica. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 227).

No que se refere ao antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais, Mészáros trata a questão do nacionalismo e internacionalismo que afeta diretamente o relacionamento entre a estrutura de comando de reprodução material e a política no nível mais abrangente do sistema do capital. Na sua análise, o impulso das corporações multinacionais capitalistas, as mais poderosas unidades econômicas do sistema sobre o desenvolvimento das economias, é a expressão da acumulação do capital e do seu impulso inato a uma maior concentração, centralização e ao monopólio transnacional. O autor chama a atenção à superficialidade da crítica empreendida ao relacionamento entre o capitalismo do

---

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 226.

século XX e suas unidades econômicas dominadoras, que geralmente se fixam em medidas legislativas parlamentares de restrição às empresas transnacionais e de garantia da soberania dos Estados nacionais. As empresas transnacionais são entidades que transcendem as fronteiras dos Estados nacionais e sua lógica de operação. Suas estratégias não estão condicionadas por razões de Estado, mas sim pela busca de mercados atraentes.

De forma geral, nesse aspecto os representantes do capital estão acorrentados num duplo paradoxo. Por um lado, a impotência dos governos em manter um cenário econômico uniforme sem que mantenham o vínculo irrestrito e promocional ao poder das grandes empresas; por outro, a defesa do “nacionalismo econômico positivo” como prática de conciliação entre as exigências e interesses do centro nacional dominante com os do resto do mundo, que na prática se mostra irrealizável. Isso porque os Estados nacionais sofrem limitações em sua soberania e em sua autonomia decisória devido ao fato que o fluxo contínuo do capital não respeita as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que os Estados não conseguem controlá-lo.

Mészáros demonstra que a conciliação entre os interesses econômicos colidentes - do capital global e os diversos Estados nacionais - como solução aos reconhecidos antagonismos impostos, sempre foi idealizada pela teoria burguesa. Na raiz da questão, destaca as contradições acerca da soberania dos Estados, que refletem a dissonância entre as estruturas de reprodução material do capital e a formação do Estado burguês.

Mészáros ressalta que,

na visão de Hegel, “o Estado-nação é consciência em sua racionalidade substantiva e realidade imediata; portanto, é o poder absoluto na terra. Consequentemente, cada Estado é soberano e autônomo contra seus vizinhos. Tem o direito, em primeiro lugar e sem reservas, à soberania do ponto de vista destes, ou seja, de ser reconhecido por eles como soberanos”. Mas é forçado a completar imediatamente – para criar a necessária cláusula de fuga para a perpetuação das mais cruéis relações de poder entre os Estados nacionais – que “essa habilitação é puramente formal ... e o reconhecimento depende do juízo e da vontade dos Estados vizinhos. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 232-233).

De acordo com a conclusão do autor, a soberania do Estado, inicialmente considerada por Hegel como “absoluto e irrestrito”, torna-se condicional e é caracterizado como inteiramente dependente de arbitrários “juízo e vontade” do “Estado vizinho” mais poderoso, que, de modo geral, se recusa a outorgar a seu vizinho mais fraco o “reconhecimento da autonomia e da soberania absoluta”. A solução hegeliana se apresenta na tomada do poder pela ameaça ou pelas armas ou, ainda, pela alteração das relações internacionais que devem

manter-se favoráveis ao “princípio do norte”, que se traduz na dominação dos povos do Sul pelos países dominantes do Norte.

Os povos que se opuserem à perpetuação dessas relações de força na ordem internacional são desqualificados, mantidos sob firme controle e privados do direito de autonomia e autodeterminação. De forma geral, as soluções projetadas para a sujeição dos ditos povos “rebeldes” sempre oscilaram entre a defesa da força repressora, inclusive guerras, ou ainda, o recurso ilusório da paz perpétua idealizada por Kant, especialmente no mundo no qual o capital deixava para trás sua base agrário-comercial. Em ambas as possibilidades, o apregoador caráter inviolável da soberania cai por terra em favor do pretensório direito de dominação e subjugação a que as nações menores estão submetidas.

Para Mézaros, a constituição de um governo mundial do capital em substituição ao sistema de Estados nacionais particulares é previsão ilusória. Nem mesmo a gama de esforços empreendidos pela hegemonia norte-americana na criação de uma rede internacional de instituições econômicas e políticas se mostram capazes de realizá-lo. A ONU, Organização Mundial do Comércio, FMI, Banco Mundial, entre outras, procuram impor a autodeterminação dos Estados Unidos como norma geral e, por conseguinte, exercer funções diretivas de normas e leis que se impõem aos Estados e nações, anteriormente imunes a qualquer instância de poder superior a si próprios. Mesmo a experiência da União Européia, que objetiva suplantiar a ideia do Estado nacional e pactuar o disciplinamento da convivência humana em prol do capitalismo, não tem demonstrado pleno êxito em instaurar, entre outros, os valores de identidade cultural e unidade política.

Nas palavras do autor,

Esperar que o Estado do sistema do capital se transforme numa formação positiva para adquirir a capacidade de reunir e “conciliar” debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num “governo mundial” ou numa “liga das nações” kantiana é pedir o impossível. O “Estado” do sistema do capital (que existe na forma de Estados nacionais particulares) nada é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 245).

O combate à dinâmica perversa e antagônica do modo de expansão do capital transnacional e os Estados nacionais, que, como prevê Mézaros, indica a ativação de um limite absoluto do sistema do capital, se apresenta na forma do “internacionalismo positivo”. Em contraposição às margens mais favoráveis da expansão do capital global e à atitude defensiva das formas de organização da esquerda histórica, “ele tem de ser articulado como

uma estratégia para o estabelecimento de uma ordem internacional alternativa de reprodução social, instituída e administrada com base na igualdade real entre seus múltiplos componentes<sup>117</sup>”, haja vista que o princípio da conciliação entre os interesses dos Estados no quadro do sistema do capital transnacional sempre esbarrou na total indiferença crítica ao princípio estruturador das estruturas materiais que reproduzem os antagonismos prevalentes do sistema do capital.

A estratégia do “internacionalismo positivo”, de superação do capital como um modo de controle sociometabólico, concentra-se justamente nesse ponto: “a substituição do princípio estruturador [...] dos microcosmos reprodutivos do capital por uma alternativa plenamente cooperativa”, de forma a “articular e coordenar de maneira abrangente uma forma não-hierárquica de tomada de decisão, tanto no plano da reprodução material como no cultural e político”<sup>118</sup>.

A eliminação das condições de reprodução sociometabólica, por sua vez, se vincula à absoluta impossibilidade de se impor limites ao capital e a sua correspondente e irremediável propensão à acumulação, não importando as consequências, numa experiência de total indiferença às condições elementares de reprodução sociometabólica. Nesse sentido, a natureza e os seres humanos não passam de “fatores de produção” a serviço irrestrito da lógica expansionista do capital. A degradação da natureza ou a devastação social não têm qualquer significado para esse sistema de controle.

Ademais, a ativação do limite absoluto do capital em relação às condições elementares de reprodução sociometabólica, envolve também aspectos que emanam justamente da consumação da ascendência histórica do capital e a inevitável “extrapolação” do capital nesse mesmo plano. Paradoxalmente, a ascendência histórica do capital esbarra numa das contradições básicas do sistema: “a crescente socialização da produção (em direção à plena globalização) e o seu controle hierárquico restritivo por diferentes tipos de personificação do capital”<sup>119</sup>.

A continuidade desse avanço, por sua vez, só pode ser mantida na base da operação e controle viáveis ao próprio capital, ou seja, a única forma de alimentar a lógica expansionista do capital é aumentar constantemente a escala de operação e monopólio das unidades de reprodução do capital que esgarçam à exaustão a racionalidade da “eficiência econômica” de

---

<sup>117</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 246.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 247.

<sup>119</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 256-7.

suas operações, via de regra em processos de produção em massa, redução de custos de produção, etc.

A racionalidade do capital, no entanto como bem adverte Mészáros, é necessariamente parcial e não leva em conta as consequências devastadoras que fomenta; ela “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais”<sup>120</sup>.

O segundo aspecto vital a ser considerado ainda acerca do avanço produtivo envolve o sistema de necessidades e carências historicamente criado e potencialmente explorado pelo sistema do capital. A equação carrega em si uma dupla determinação: engloba, por um lado, a satisfação de necessidades sociais quanto maior seja o desenvolvimento da riqueza real e, por outro, o princípio do “vale-tudo” condiciona toda a produção em nome da expansão do capital, com consequências negativas para consumidores e para o sistema produtivo. Nesse sentido, com relação aos indivíduos, Mészáros diz que:

Prepondera a criação e manipulação de “apetites artificiais”, já que a “administração da demanda” deve estar subordinada aos imperativos do valor de troca que se expande. Se as necessidades reais dos indivíduos couberem nos limites desse valor de troca de maneira vantajosa para o sistema (com sua necessidade de bens produzidos em massa para serem distribuídos com a eficácia máxima no mercado global), elas podem ser correspondidas ou pelo menos consideradas legítimas; se assim não for, deverão ser frustradas e substituídas por qualquer coisa produzida em conformidade com o imperativo da expansão do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 260).

E à medida que a riqueza é multiplicada, mas convenientemente divorciada dos desígnios humanos conscientes, os frutos desse processo reificador e alienado são impostos aos indivíduos e são “assimilados” pelo sistema produtivo como “um novo tipo de necessidade” que deverá ser suprida na “ação de consumo” forçada aos indivíduos. Daí, chegamos ao terceiro aspecto vital antagônico incorrigível do sistema, que é a contradição entre a produção e a manipulação das necessidades sociais, que implica a apropriação e a distribuição da produção sempre de forma hierárquica e discriminatória pelas personificações do capital. A influência dessa deturpação perpassa até mesmo as relações da unidade econômica básica da sociedade, a família nuclear, que “devem ser adaptadas no mesmo sentido, reduzidas à unidade básica de uma geração e à transformação dos filhos em “consumidores soberanos” tão cedo quanto possível”<sup>121</sup>.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 258, grifos do autor.

<sup>121</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 261.

A busca por soluções na ciência e na tecnologia para essas mazelas tem se demonstrado infrutífera, posto que elas “estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção<sup>122</sup>”. De forma contrária ao que muito se apregoa, a ciência e a tecnologia não podem ser consideradas antídotos plausíveis à ordem imposta de reprodução com toda a gama de necessidades artificialmente produzidas pelas exigências da auto-reprodução alienada do capital. Da mesma forma que o critério da quantidade é a única medida capaz de atestar a efetividade do sistema, mesmo que relacionada a qualquer necessidade social, “a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção [...], estão inteiramente implicadas num tipo de progresso simultaneamente produtivo e destrutivo”<sup>123</sup>.

Incapacidade semelhante revela o capital frente à “igualdade substantiva”, que é reivindicada, por exemplo, pela luta da emancipação das mulheres, cujos ganhos, infelizmente, não ultrapassam o nível da igualdade formal.

a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 271).

A postulada igualdade, até mesmo no interior da família, torna-se uma impossibilidade, haja vista o papel que desempenha na manutenção do domínio do capital por meio da “internalização” do sistema de valores que perpetua por sucessivas gerações a autoridade do capital sobre os indivíduos. O grau de penetrabilidade e influência da família em instituições que atuam a serviço do sistema, tais como as Igrejas e as escolas só reforçam a sua influência. O sistema hierárquico e desigual do capital com seu sistema de relações de poder antagônicas, na forma da subordinação autoritária da produção a um controle alienado, é o entrave que se interpõe em todas as reivindicações de igualdade.

No microcosmo da vida privada e familiar, a “verdadeira igualdade” só seria viável se reverberasse por todo “macrocosmo” social, o que, evidentemente, não é possível. Se assim o fosse, “a família estaria em direta contradição ao *ethos* e as exigências humanas e materiais (que são) necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e reprodução social do capital”<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 265.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 265, grifos do autor.

<sup>124</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 271, grifos do autor.

Mesmo a absorção massiva da força de trabalho feminina observada no século XX e algumas outras concessões formais não podem ser contabilizadas na luta de emancipação feminina, visto que não afetaram significativamente as relações de poder da desigualdade estrutural. Diante disso, “a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer *não-integrável* e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela”<sup>125</sup>.

Como atesta Mészáros, a emancipação das mulheres e a própria questão da “verdadeira igualdade humana” estão circunscritas ao frustrante artifício ideológico da “igualdade de oportunidades” que, por sua vez, se subordina ao argumento da “imparcialidade” e “justiça”, ambos “estruturalmente” negados pela ordem social estabelecida no que tange à estrutura de comando necessariamente hierárquica imposta às mulheres, aos trabalhadores e a própria idéia de emancipação.

O desemprego crônico é o último polo de contradições ativadoras dos limites absolutos do capital examinado por Mészáros. Para construir o argumento do “trabalho supérfluo” como a tendência irresistível da expansão lucrativa do capital, o autor parte da análise dos sermões malthusianos sobre os perigos da “explosão populacional”. O amparo teórico do suposto colapso “natural” que predizia o crescimento populacional em escala geométrica e quantificava a produção dos meios necessários de subsistência numa proporção aritmética, alargaram os caminhos para a justificação racional do sistema estabelecido de dominação, suas relações de propriedade e as restrições estruturais que deveriam ser introjetadas pelos indivíduos, de modo que aprendessem a viver dentro dos limites existentes.

Como analisa Mészáros, a quantificação numérica de “gente demais” do passado, cada vez mais significa “trabalho supérfluo”. A expulsão de grandes contingentes de pessoas do processo de trabalho é um fenômeno que acomete não apenas os rincões mais pobres do planeta, mas os países mais privilegiados do “capitalismo avançado” e não mais se limita aos jovens, mulheres e operários, afetam “o total da força de trabalho da sociedade”.

Para Mészáros, o “impulso inexorável (do capital) para reduzir globalmente o *tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo” se manifesta “como uma tendência devastadora sobre a humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua*”<sup>126</sup>. Além de comprometer o poder de compra e o padrão de vida, especialmente da classe média, o crescimento crônico do desemprego traz em si a

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 272, grifos do autor.

<sup>126</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 341, grifos do autor.

“dinamite social” que, além de bloquear os lucros, mina a estabilidade política e social dos países centrais e periféricos com “consequências indesejáveis” que se expressam no crescimento da criminalidade, deteriorização da vida socioeconômica e graves agitações sociais que requerem “medidas autoritárias” para a difícil tarefa de administrar o impacto destrutivo desses problemas insolúveis.

A desestabilização do núcleo de reprodução sociometabólica do capital, portanto, nos eixos de contradições apresentados, ativa os limites intrínsecos ou absolutos do sistema que, por sua vez, junto à crise estrutural põe em cheque a existência do próprio complexo global e a “incontrolabilidade” do sistema a qual estamos submetidos. Na direção oposta, a força controladora do capital mobiliza, na “linha de menor resistência” - adotada não apenas pelo capital, mas também pelo trabalho - a paralisação dos objetivos socialistas, se apropriando e deturpando a alternativa consciente de transformação e transição para uma ordem social controlável e controlada pelos indivíduos. Ao seguir a linha de menor resistência, o capital opta pelo curso de ação mais fácil, que não o confronto com grandes perigos na manutenção da ordem e de seu controle no metabolismo social.

Como venho tentando demonstrar, a estrutura hierárquica e exploradora do sociometabolismo comandada pelo capital tende sempre à restauração das condições necessárias à auto-reprodução ampliada do sistema, independente das consequências destrutivas que se ponham como efeitos colaterais dessa luta por imortalidade. Pressionado ou não, sempre “o capital deve optar por aquela (linha de ação) que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas”<sup>127</sup>.

Discorrer acerca de dados comprobatórios da eficiência e eficácia desse sistema de controle ou como ele tacitamente se manifesta nas relações sociais não se faz necessário, pois acredito já o ter demonstrado. Resta, no entanto, enfatizar que o sujeito “antagonista estrutural do capital”, o trabalho, também “é compelido a contemplar a viabilidade de uma ofensiva estratégica que vise à transformação radical da ordem sociometabólica estabelecida”<sup>128</sup>. Isso se a mediação histórica dos representantes do trabalho, os sindicatos e os partidos tradicionais da esquerda não nos apontasse uma clara acomodação à ordem vigente, circunscritos aos

---

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 680.

<sup>128</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 845.

limites de uma práxis defensiva, o que torna a rearticulação do movimento socialista inconcebível nessa base.

Nesse contexto extremamente problemático, Mészáros empreende a defesa da atualidade e a necessidade da ofensiva socialista como suporte ao projeto de mudança social radical e abrangente. É preciso, portanto, compreender as demandas postas ao trabalho que o acomoda de forma defensiva, indagando o modo pelo qual segue a linha de menor resistência, se essa trajetória o leva de encontro a seus próprios interesses históricos. O desenrolar dos próximos capítulos pretende dar vazão justamente a essas questões.

#### 4 O ESTADO E A POLÍTICA NA REGÊNCIA DO CAPITAL

*O que tem fome e te rouba  
o último pedaço de pão,  
chama-o teu inimigo.  
Mas não saltas ao pescoço  
de teu ladrão, que nunca teve fome.*  
Bertolt Brecht (1898-1956),  
poeta alemão.

Como já temos claro, o sistema do capital é compelido ao incessante movimento de reestruturação que alimenta não somente a sua sede inesgotável de acumulação e expansão, mas também o controle das forças que engendram a vida material. O reflexo mais visível desse processo se observa na nova racionalidade que organiza o processo produtivo em geral, com modelos de gestão, flexibilização e precarização da força de trabalho, inovações tecnológicas, etc, que ensejam sempre novas formas de apropriação, pelo capital, dos resultados do trabalho humano.

A preservação de tais relações de poder não poderiam ser materialmente concretizadas sem que uma força coesiva e coercitiva conferisse mistificação ideológica e legitimidade jurídica aos caprichos da dominação capitalista. E sendo o Estado moderno a única estrutura compatível com os parâmetros do capital, ele assume a expressão do poder político que procura assegurar, por meio de sua classe e instituições, os interesses que coadunam com a coesão ao projeto do capital. Os serviços do Estado mantém, validam e protegem os interesses do lucro, da propriedade e da máxima extração excedente do trabalho.

Assim, os mecanismos de dominação sobre a classe trabalhadora ultrapassam o âmbito da exploração meramente salarial. As artimanhas engendradas pelo capital, com o aporte do Estado para o controle do trabalho humano, impulsionam mudanças na organização da produção e nas forças dominantes que ecoam furiosamente em todos os domínios materiais e intelectuais da atividade humana, nas suas instituições jurídicas, sociais e políticas, trazendo à margem “falhas” estruturais que se acumulam em colossais proporções, minando as estratégias do sistema em absorver os seus efeitos destrutivos.

O controle crescente da produção e dos trabalhadores pelo sistema do capital, patrocinado pelo Estado, traz consequências emblemáticas e degradantes para a atividade humana. Em conformidade com a auto-reprodução destrutiva à favor da acumulação de riquezas (extração do sobretrabalho como mais-valia, a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, a subordinação da ciência aos interesses da obsolescência planejada e de outras

práticas manipulatórias na utilização predatória do meio ambiente, etc), o Estado é o componente vital no conjunto das interrelações estruturais do capital para manter sob controle os antagonismos advindos dos processos socioeconômicos e políticos.

O Estado, ao que parece, ainda que professe a igualdade fundamental de todos os indivíduos e ponha em prática ações políticas que almejam reduzir a tensão social, se mostra incapaz de eliminar os problemas inerentes ao funcionamento da sociedade de classes, haja vista que o compromisso primordial do Estado está na defesa da ordem sociometabólica estabelecida, não restando à política ação remediadora capaz de fazer frente à base socioeconômica do capital.

É sobretudo nas condições do aprofundamento da crise estrutural do capital que os problemas do Estado se tornam cada vez maiores. Como veremos adiante, a incapacidade do modo político de ação do Estado frente aos antagonismos sociais não é novidade. A concepção “predominantemente negativa” da atividade política já foi predita há muito por Marx. Suas conclusões vão nos fornecer elementos importantes para compreender o lugar do Estado, da política, sua natureza e limites a partir da sua própria ineficiência em promover a justiça social.

A circunstância, imposta pela própria base de reprodução material do sistema sociometabólico do capital sobre a qual o Estado se edifica, nos apresenta o imperativo marxiano de transcendê-los. Mas, como já sabemos, os três pilares que dão sustentação ao sistema do capital – capital, trabalho e Estado – carregam em si incompatibilidades extremas com quaisquer mediações que lhe enfrentem e dêem suporte a qualquer outro modo de ação político-social ou ideológica que almejem uma forma diferenciada, qualitativa, de reprodução da existência. Tal imperativo põe foco à defesa crucial de outro fundamento para a estrutura sociometabólica, que deve ter na igualdade substantiva o pilar de sustentação e solução para os graves e irremediáveis problemas, em especial, a exclusão de incontáveis milhões à participação consciente nos processos de decisão que definem os rumos da suas vidas.

A questão que se coloca para este capítulo é: qual a natureza, o papel e como atua o Estado diante das contradições destrutivas da ordem do capital? Podemos creditar ao Estado a mediação capaz de negar a ordem reprodutiva do capital, promover a emancipação das mazelas sociais através da professada igualdade formal e a superação da alienação do controle dos produtores que nos é imposta pelo Estado “democrático” no interior do sistema dominado pelo capital? No Estado, no campo da ação política, quais as estratégias utilizadas para o estímulo e proteção à produtividade do sistema, no cenário de crise estrutural?

#### 4.1 O Estado como regulador geral das contradições sistêmicas do capital

A definição do Estado como representante da “ordem”, do “bem-comum” e da “vontade de todos”, ainda que expresse o importante avanço de um aparato teórico-ideológico de uma dada época histórica, por certo é insuficiente ao entendimento de sua estrutura, antagonismos e contradições na dinâmica da reprodução social. Essa demarcação é pertinente porque compreendemos que somente na crítica da economia política, da exploração, da reprodução do capital e na própria dinâmica das relações capitalistas é que podemos vislumbrar a reflexão coerente do Estado e de suas funções no interior do sistema dominado pelo capital.

A concepção de Mészáros acerca do Estado aporta a chave de sua existência no próprio capital. O filósofo atesta uma “correspondência estreita” entre a base sociometabólica do sistema do capital e o Estado moderno, que ele considera como sendo a estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida, uma vez que, o Estado, como componente vital da base material do capital, é o seu defensor *in incontesti* e inseparável. Nesses termos, o filósofo defende que o “Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura”<sup>129</sup> nos moldes da relação comumente estabelecida pelo marxismo, que o admite condicionado pela infraestrutura econômica das relações de produção. Para Mészáros, qualquer interpretação “mecânica” nessa relação pode conduzir à equívocos e induzir ao apressado entendimento que o Estado é autônomo diante dinâmica social ou que o presumido “Estado socialista” representa a superação da base material do capital.

O Estado, como “pré-requisito” do capital, não pode ser entendido como um mero reflexo político e jurídico, posto que ele articula a sua própria superestrutura legal e política, que são convenientemente articuladas segundo suas determinações estruturais e, por conseguinte, “pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas”. É por este motivo que o papel exercido pelo Estado em todo o desenvolvimento histórico, dos países imperialistas ou das sociedades pós-revolucionárias, revelou-se decisivo para a preservação da base econômica capitalista e das condições de permanência do sistema do capital. Mészáros diz:

A interpretação mecânica do relacionamento entre a “base material” do capital e sua “superestrutura legal e política” pode ser – e realmente tem sido

---

<sup>129</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 119.

– traduzida, nas condições das sociedades pós-revolucionárias, com seu reverso auto-ilusório, segundo o qual o controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois da transferência da propriedade para o “Estado socialista”, representa a superação da base material do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 121).

Na tradição marxista, o Estado é concebido como um aparato repressivo de domínio da burguesia, que deve ser tomado pelos trabalhadores pela revolução. O Estado é uma “máquina de opressão” estipulada numa relação entre infra-estrutura e superestrutura. A infra-estrutura é o conjunto das forças produtivas e das relações de produção que constituem a base econômica de qualquer modo de produção. Sobre esta base se eleva uma consciência social que lhe é correspondente e que condiciona o desenvolvimento da vida social, jurídica, política e intelectual em geral, visto que articula uma reciprocidade entre a sua estrutura econômica e as instâncias jurídicas, políticas e ideológicas, de modo que “a transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura”<sup>130</sup>.

Para Marx, o Estado não é o reino da razão, mas da força; não é o oásis do bem comum, mas do interesse individual. A crítica de Marx ao Estado político burguês afirma a separação e a contradição entre os interesses do Estado e da sociedade civil, negando qualquer suposição de identidade entre seus interesses. Marx também nos revela que o Estado desenvolve e mantém sob controle a contradição entre propriedade e trabalho, entre os interesses da burguesia e os do proletariado. Ele é a forma de organização política da sociedade de classes, o órgão que assegura o domínio da classe proprietária, ao mesmo tempo em que reproduz a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Em sua essência, a razão do Estado, para Marx, expressa a oposição entre a esfera política e a vida civil. As relações gestadas nessas esferas nascem na base da organização do modo de produção da sociedade, mantendo-se e reproduzindo-se através do seu aparato superestrutural, este que se apresenta como uma necessidade vital para regular e ratificar a base sobre a qual se ergue a exploração.

Mészáros, por sua vez, como já foi dito, considera insuficiente estipular uma “reciprocidade” ou “correspondência” entre a base e superestrutura, entre as fundações materiais da sociedade e sua esfera política. Ele diz:

O que está em questão aqui é a especificidade das várias formações sociais em suas características definidoras gerais que afetam inevitavelmente o funcionamento das partes subordinadas do todo social. Nesse sentido, concentrar-se somente no mecanismo econômico, com a exclusão de todos os outros aspectos do complexo social geral, ou tentar derivar diretamente as várias dimensões deste último a partir dos imperativos e das forças

<sup>130</sup> MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 05.

econômicas dadas, é algo irremediavelmente unilateral. Mas é também unilateral sugerir que, como nosso referencial é o todo social, devemos abandonar a idéia de que o fundamento econômico da sociedade continua sendo a base determinante última de todas as formas sociais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 79-80).

A função vital desempenhada pelo Estado de garantia e proteção às condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente lhe assegura a qualidade de “estrutura totalizadora de comando político do capital” e, como tal, parte integrante do próprio solo material do capital. Nesse sentido, Mészáros insiste que é inútil perder tempo tentando compreender a especificidade do Estado em termos extremados de “autonomia” em relação ao sistema do capital, pois ainda que o Estado não seja redutível às funções econômicas do capital, ambos são um só e inseparáveis. Ele representa a única estrutura “corretiva” compatível com as estruturas do capital e, por isso, deve ser entendido como parte integrante da própria “base material” do sistema do capital<sup>131</sup>. Ele é o “eixo” de suporte do capital, sustentáculo vital de formação e consolidação das estruturas reprodutivas da sociedade, que serão por ele defendidas a qualquer custo. É por isso que seria um equívoco tomar o Estado como autônomo, separado do capital, ou com a capacidade de impor-lhe rédeas ou refrear seu ímpeto. O Estado contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as estruturas sociais, mas também para seu funcionamento ininterrupto, o que não significa considerá-lo idêntico à estrutura de comando do sistema do capital, já que o capital não tolera absolutamente nada acima de si.

O Estado hoje, assim como no passado, e enquanto sobreviver o modo de produção capitalista, mantém o seu propósito de “garantir a propriedade” e “pôr o pobre estritamente a trabalhar”<sup>132</sup>. A “diferença radical”, segundo Mészáros, reside no fato de que:

o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta intervenção direta no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência, mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 700).

Essa intervenção global e influência do Estado moderno em todas as esferas da vida social cumprem a função do “controle abrangente” sobre as forças centrífugas “insubmissas” que emanam de suas unidades produtivas. São utilizadas sempre que necessário, para corrigir

<sup>131</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 119.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 700.

os defeitos estruturais sistêmicos do capital (separação entre a produção e controle; produção e consumo; e produção e circulação), que se intensificam na atual fase descendente do desenvolvimento do capital.

No que se refere à contradição entre a “produção e controle”, o Estado protege legalmente a relação de forças estabelecida, de modo a salvaguardar o domínio da força de trabalho pelo capital. Sua capacidade de proteger os meios de produção mediante toda uma estrutura jurídica e política perpetua tanto a alienação dos produtores do controle da produção, como a formação de corporações transnacionais e monopólios industriais.

Seguindo com Mészáros, a ação corretiva do Estado imposta pela ruptura que tornam “produção e consumo” independentes, se consubstancia na complementação política e reforço da dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo do produto social total produzido. Diluídos no estereótipo produtor/capitalista e consumidor/trabalhador, produção e consumo se fragmentam e se apresentam como possibilidade de expansão desenfreada do capital, na medida em que tanto alimentam necessidades reais como geram “apetites imaginários ou artificiais” que moldam a demanda dos objetos, dos valores sociais e psicológicos.

Mészáros complementa:

[...] Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infra-estrutura” ao fornecimento de serviços e seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico ao capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 110).

A terceira demanda que se apresenta à ação corretiva do Estado na esfera do consumo, quando busca alguma unidade entre produção e circulação, é igualmente ou mais importante. A necessidade de criar a circulação como empreendimento global visando uma sociedade mais equitativa, no entanto, esbarra em insolúveis contradições.

O exercício do poder soberano do Estado moderno, no entanto, é limitado e carece de uma organização capaz de promover o exercício universal do poder sobre um determinado povo, em um delimitado território nacional para consumir sua autoridade, ou seja, o Estado moderno resguarda a peculiaridade de ser o “espaço” limítrofe de articulação da política

moderna, o que inviabiliza qualquer pretensão de circulação global dos bens produzidos, que é inconcebível no confinamento desses limites. Mészáros diz:

[...] a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 111).

É nesse sentido que a “globalização”, tendência que emana da natureza do capital desde o seu início, é apontada por Mészáros como uma “idealização” que significa não mais que “o desenvolvimento necessário de um sistema de dominação e subordinação”. Diante disso, resta aos Estados nacionais a submissão a uma relação de forças hierárquicas atribuídas de acordo com a posição que ocupam em relação ao ordenamento global do capital em vigor. A continuidade ou retrocesso desse método estará sempre dependente da expansão e acumulação necessárias à margem de lucro e da exploração da força de trabalho exigida pelos países centrais.

Depreende-se, portanto, que o Estado não detém autonomia diante das estruturas relacionais que se estabelecem no capitalismo. Ainda que aparentemente o Estado se apresente como um poder místico, superior aos indivíduos e às classes, e, juridicamente, soberano em sua legitimidade, organização e vontade, na sua essência, Estado e sociedade estão cindidos em seus interesses, funções e poder. No entanto, também não se pode ignorar que sua organização não se materializa alheia ao tecido social, mas, antes, ganha contorno e força com ele, a partir de relações sociais específicas. Sua autonomia em relação aos indivíduos, grupos e classes é, pois, relativa, pois sua posição estrutural não é senão a de “fiador geral” da dinâmica e da reprodução do capital e das próprias condições de lhe dão base e, por conseguinte, da própria reprodução capitalista.

Nesses termos, o Estado não poderia ser reduzido a um mero instrumento de opressão de uma classe sobre outra, como se fosse autônomo e impermeável à essência da lógica reprodutiva do modo de controle do sistema do capital. Na estrutura de reprodução social, estão mergulhados tanto explorados quanto exploradores. A razão estrutural do Estado está enraizada e intimamente identificada com a dinâmica do capital, levando-o, por isso, a constante reconfiguração de si e da sociedade, a favor ou desfavor dos indivíduos, grupos ou classes, mas sempre em benefício da manutenção, da requalificação ou da mudança do

circuito geral da valorização do valor no interesse do sistema do capital. Essa versatilidade, no entanto, não ofusca sua capacidade de intervenção em fazer valer a propriedade privada, a liberdade e a igualdade formais.

É claro que a prevalência de uma classe sobre outra na dinâmica de exploração capitalista é um subterfúgio de amplo espectro patrocinado Estado. Contudo, ao que me parece não se pode amparar a estrutura de dominação capitalista somente na “ação corretiva” exercida pelo Estado ou no modelo de produção apadrinhado por ele.

Nesse sentido, a extirpação do capitalismo dos anais da história não poderia estar condicionada à eliminação do Estado<sup>133</sup>, por exemplo. Também crer que a “substituição” das personificações do capital do comando político do Estado ou a otimização de seu aparato legal e político é capaz de superar os graves obstáculos que emperram a vida social é outro grande equívoco. Desobrigada de mudanças na estrutura metabólica do capital, a superação da ordem hegemônica continua como um sonho disforme e inatingível, afinal o tripé capital-trabalho-Estado não atuam isoladamente, eles estão interligados na base sociometabólica e não podem ser eliminados, abolidos ou derrubados isoladamente.

Ademais, lembramos que o modo de funcionamento “totalizador” do sistema do capital inaugura uma inovadora correlação entre “economia” e “política”. Nesse sentido, Mészáros aponta que “o Estado moderno, imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base do metabolismo socioeconômico e o “complementa” de forma indispensável”<sup>134</sup>. Sendo assim, as determinações e os imperativos do capital se apresentam imunes a quaisquer mudanças, questionamentos ou desejos subjetivos que desejem restringir ou abolir sua dinâmica contínua de expansão.

É por isso que, como diz Mészáros,

[...] os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. Esse modo de *controle sem sujeito*, em que o controlador é na verdade controlado pelas exigências fetichistas do próprio sistema do capital, é inevitável, devido à separação radical entre *produção e controle* no âmago desse sistema. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 126, grifos do autor).

O filósofo nos aponta para as forças subjetivas alienadas que se fundem nas relações capitalistas (capitalistas privados, burocratas, trabalhadores), que têm autonomia relativa

<sup>133</sup> Como argumenta Mészáros, o fenecimento do Estado implica não apenas o fenecimento do capital, mas a reestruturação radical de todas as estruturas de controle do sociometabolismo.

<sup>134</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 98, grifos do autor.

frente aos imperativos estruturais do sistema, haja vista a impossibilidade de escolhas diante das necessidades do capital. Assim, a obediência ao sistema se impõe como natural sobre todas as esferas de produção e de reprodução. O sistema educacional, por exemplo, formalizado e controlado pelo Estado, prepara e seleciona os indivíduos para as funções que lhes são correspondentes na divisão social do trabalho, como também direciona as expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, sempre atendendo a principal função da educação institucionalizada, que é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for necessário.

A religião, a família, sindicatos, meios de comunicação de massa, entre outros, somam-se às manobras que produzem e reproduzem um certo tipo de consciência social que conduz os indivíduos à adesão das perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como limites últimos de suas próprias aspirações e alternativas de sociabilidade humana. Isso ocorre porque o Estado, através dos aparelhos repressivos e ideológicos, procura transformar em universal aquilo que é particular, fazendo parecer que as idéias hegemônicas burguesas são as idéias de toda a sociedade<sup>135</sup>.

A forma “complementar” de atuação do Estado moderno na estrutura de comando político do capital, contudo, não o imuniza quanto aos obstáculos criados por sua própria articulação dual, de exímio parceiro na expansão e acumulação ou, no extremo oposto, na sua incapacidade crônica de ultrapassar as dificuldades que inviabilizam a conciliação dos defeitos estruturais do capital, a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Nessa dinâmica, instala-se uma situação de crise que afeta em profundidade toda a sociedade, suas instituições, a agregação social e o próprio Estado, que é chamado para auxiliar na correção das distorções que a crise do capital e a reação neoliberal impõem ao capitalismo mundial.

#### 4.2 A Crise do estado moderno e a reforma neoliberal

---

<sup>135</sup> Cabe à Althusser (1985) o mérito de ampliar a esfera estatal nela incluindo uma série de aparelhos de hegemonia e de insistir na ação ideológica do Estado, sustentando a distinção entre aparelho repressivo (AE) e aparelho ideológico de Estado (AIE), na qual a diferença fundamental entre eles é que o primeiro funciona através da violência, o segundo funciona, principalmente, através da ideologia. Althusser chamou de aparelhos ideológicos do Estado (AIE) o arsenal institucional que molda a superestrutura jurídico-política e ideológica às idéias das classes dominantes que concorrem para o mesmo fim, qual seja, a reprodução das relações de produção capitalistas. Em conjunto com os outros aparelhos estatais repressivos e ideológicos, o aparelho ideológico de Estado escolar, para Althusser, tem papel dominante na reprodução das forças produtivas nas formações capitalistas maduras. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

Nas condições do aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital, os problemas do Estado tornam-se cada vez maiores. A crise do capital é também a crise do Estado. Elas espelham as contradições basilares da produção material e o Estado, por sua vez, é a esfera que alimenta a expectativa potencial de resolução dos problemas sociais, sem, no entanto, ser capaz de fazê-lo. Mas, qual a atuação do Estado neste cenário de crise e ofensiva neoliberal? O Estado tem o poder de solucionar as contradições e desigualdades existentes no mundo real? Será possível direcionar o uso consciente de seus instrumentos políticos, jurídicos e legais para neutralizar os efeitos da crise, especialmente devastadores para os excluídos e marginalizados e também reverter o isolamento político-social deles?

Sabemos que a mediação do Estado programa sempre novos ciclos de administração do sistema para o reordenamento da dinâmica econômica e social do capitalismo, sem que haja, no entanto, alterações substantivas em sua inexorável natureza, que opera no âmbito dos parâmetros do capital. Nessa dinâmica, o Estado está em cena para corrigir e auxiliar na coesão social, haja vista a pressão dos efeitos nefastos da desigualdade estrutural sobre o corpo social, em especial a classe trabalhadora que sofre as imposições autoritárias que degradam não somente seu trabalho, mas sua própria vida.

Na prática, o Estado é compelido a assumir diferentes faces, em metamorfoses que variam da ficção do *welfare State*, que acenava com a distribuição e integração abundantes, a modelos cada vez mais agressivos de restrições sociais significativas. Isso porque o Estado do capital não pode se furtar à sua razão capitalista de ser, que é tanto assegurar as condições da ininterrupta produção de mercadorias para alimentar a expansão do capital, como cumprir a representação do interesse de “todos”. É desse modo que o sistema expõe a incapacidade do Estado em lidar com as expectativas sociais e põe em cheque a efetividade dele em gerenciar a distribuição dos bens produzidos, mesmo com a justificativa natural do capitalismo que legitima a estrutura de classe da sociedade sob o molde da desigualdade social, política e econômica dos indivíduos.

A expectativa de subverter a miséria social pela ação do Estado, de fato, não poderia se realizar. Isso porque no Estado burguês, quando se busca o entendimento do pauperismo, a estrutura material da sociedade não é alvo de questionamentos. Ele se centra na expressão imediata da miséria social, que, impermeável às soluções burguesas administrativas ou caridosas, assume a aparência de uma “lei eterna da natureza” que independe dos homens e da qual não há saída. E diante desse infortúnio, nada pode fazer o Estado a não ser “agrega(r) a idéia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao

qual, portanto, não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes, reprimir e punir como um delito”<sup>136</sup>. Aos olhos da sociedade, cabe ao indivíduo desbravar o caminho da superação da sua condição de penúria.

O Estado, às voltas com suas medidas administrativas e assistenciais, é também incansável na elaboração de planos, propostas e levantamentos sobre as condições de miséria de seu povo. Essa é a sua forma de tratar o problema. No entanto, conforme Marx nos adverte “o Estado jamais encontrará no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais”<sup>137</sup>. E o indivíduo, como cidadão desse Estado, tem na cidadania o ápice da idealização política que lhe assegura direitos. Por desconhecimento da natureza e dos limites estreitos do Estado – e da política – envereda por soluções fantasiosas que resultam na desorientação do espírito e da prática. Na sequência, o homem, na plenitude da emancipação política que lhe é possível encontra na cidadania o espaço de sua soberania, mas do homem não como ser genérico, mas como ser abstrato, que se distingue do homem real.

A constatação de Marx de que “o próprio Estado moderno está apartado do verdadeiro ser humano ou só satisfaz o ser humano integralmente da maneira imaginária”<sup>138</sup> é esclarecedora quanto ao caráter acessório que assume a cidadania na garantia da vontade geral dos indivíduos. A cidadania – a comunidade política – é o meio para se assegurar os direitos do homem, mas apenas do homem privado, que é membro da sociedade civil e que, por encontrar-se isolado do Estado, surge naturalmente como o homem a-político.

Nesse sentido, a forma política da igualdade democrática que vige no Estado moderno não se apresenta como a “emancipação humana universal”, na medida em que aquela, por não se constituir a via de consumação da universalidade, não consegue resolver o enigma central que a modernidade nos revela, a separação entre o Estado e a sociedade civil. Daí, segue-se a contradição presente na categoria e natureza da emancipação política e, por conseguinte, a limitação da democracia burguesa que vige no Estado moderno.

Com essa contradição por pano de fundo, o andamento da história econômica e social do mundo segue na especulação de formas mais eficazes de impulsionar o dinamismo capitalista. Para tanto, por meios e percursos diversos, a incessante marcha em busca de taxas de crescimento cada vez mais vultosas arranca das sombras modelos e doutrinas mais adequadas e capazes de guiar a caminhada da raça humana na sociedade de livre mercado, na

---

<sup>136</sup> MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011, p. 146.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 148.

<sup>138</sup> \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão popular, 2010, p. 43

qual a ganância irrestrita e a primazia de interesses meramente econômicos, notadamente do grande capital, assumem o patamar de força determinante da história.

Da radicalização do liberalismo clássico do século XIX, o liberalismo neoliberal surge como mais uma doutrina política que resguarda ao Estado a exegese institucional e jurídica apropriadas à garantia irrestrita da “liberdade” do mercado e da competição, das quais decorreria uma maior produtividade e, por conseguinte, uma maior criação de riqueza. Pressupõe, portanto, um Estado que garanta o monopólio da coerção, dos direitos liberais clássicos de propriedade e contratos e assegurar, pela força, se necessário for, o funcionamento apropriado dos mercados, ou, ainda, tornar “mercantil” toda e qualquer área do bem-estar social ou mesmo patrocinar ataques ideológicos para minar toda e qualquer conquista de direitos, sejam eles trabalhistas ou sociais, com eufemismos de “modernização”, “globalização”, “flexibilização”, entre outros, que encobrem, ao invés de revelar, a natureza do capitalismo contemporâneo.

Segundo Mészáros, o neoliberalismo é numa versão mais agressiva de uma metamorfose doutrinária recomendada ao Estado na fase da crise estrutural do capital. Esse movimento, dramaticamente agravado com a ativação dos limites absolutos do capital, impõe ao Estado mudanças em relação a suas funções e, especialmente, às suas obrigações na regulação social. O neoliberalismo de nosso tempo histórico, contudo, vive a “fantasia de eliminar integralmente a intervenção estatal, visando o “recuo das fronteiras do Estado””<sup>139</sup>. O absurdo da ambição esgueira-se do fato de que, conforme tentei demonstrar, o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que jamais foi. A afirmação equivale a dizer que o “o sistema do capital, mesmo que não seja imediatamente perceptível, não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”<sup>140</sup>.

O que torna muito mais grave esse problema é a insuficiência da ajuda independente da quantidade oferecida. O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente de “ajuda externa”. Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a insuficiência crônica de ajuda externa referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. [...]. (MÉSZÁROS, 2007, p. 93).

Mesmo a teoria keynesiana, que teve destacada convicção no papel intervencionista do Estado na economia de mercado do pós-guerra, conseguiu evitar o acerto de contas da crise do capital. Além de rejeitar a capacidade da “mão invisível” e do *laissez-faire* do liberalismo

<sup>139</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 73.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 93.

econômico clássico, o modelo do Estado intervencionista (*welfare State*) também se opunha à fé cega no mercado como solução à crise, pois defendia a intervenção do Estado na economia como uma necessidade vital para sustentar o próprio sistema liberal político e econômico<sup>141</sup>.

Quando as políticas keynesianas demonstram sua incapacidade em arcar com os custos das contradições do capitalismo, abre-se o campo para novas estratégias político-econômicas em defesa da “liberdade econômica e política” que se propalavam ameaçadas pelo assistencialismo do Estado aos marginalizados. Coalizões de classes e/ou pactos políticos abrangentes são costurados para o reformismo irrestrito do Estado, com severas consequências para a ação da classe trabalhadora, que se acomoda ao jogo conciliatório imposto à luta de classes. Paulatinamente, a compreensão do antagonismo de classes é substituída e cede espaço à idéia de “grupos”, definidos em razão de “raça”, cultura ou gênero, que se organizam em torno de denúncias contra “estigmas” ou “preconceitos” como sendo eles o fator causador da desigualdade. Na medida em que as classes são substituídas pelas “minorias”, as associações, fundações ou ONG’s assumem a representação política dos órgãos de luta, tomam o lugar dos sindicatos, e empunham bandeiras por “cotas”, “reconhecimento” ou “oportunidades” como limite máximo da luta pela igualdade social.

Na esfera econômica, a queda efetiva nas taxas de crescimento e lucro dos países desenvolvidos, aliada ao crescente desemprego, despontam no horizonte da economia política como sintomática de uma crise cuja responsabilidade é atribuída ao Estado e à incoerência fiscal dos gastos sociais assumidos por ele. Em resposta às pressões coercitivas advindas do quadro de descontentamento da burguesia, a tendência neoliberal ganha força na sua defesa pelo curso livre do mercado nos desígnios sociais. Com base nesses pressupostos, a doutrina avança em todos os países do globo terrestre, em maior ou menor grau, mas com importante repercussão em esferas decisivas em influência para o desenvolvimento social (e para o capital), tais como, a educação, organismos multilaterais, organizações comerciais e financeiras, meios de comunicação, etc., tornando-se hegemônico como modo de pensamento e compreensão do mundo. Nesse sentido, várias formas sociais também cederam à “pressão criativa” dos “novos” tempos, tais como a divisão do trabalho, os modos de vida e bem-estar-social, as atividades afetivas, produtivas, sexuais e reprodutivas<sup>142</sup>.

Se no plano político e econômico, a adesão ao processo de neoliberalização conta com a adaptação retórica de vários canais (universidade, escolas, igrejas, associações profissionais) que o associam à idéia da livre escolha da liberdade, no plano cultural esse movimento do

---

<sup>141</sup> Cf. KEYNES, M. J. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982, p. 289.

<sup>142</sup> Cf. HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

capital atende pelo nome de pós-modernismo<sup>143</sup>. As demandas estratégicas do projeto do capital, tais como o consumismo e o individualismo exacerbados, centrais na cultura burguesa, promovem o consenso em torno das premissas neoliberais, projetando a lógica mercadológica anárquica sobre todas as relações sociais.

Uma vez consolidada a “virada neoliberal”, o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação e ameaça para quebrar as forças e manter o clima de consentimento necessário à hegemonia neoliberal e às novas necessidades imposta pela crise. Isso implica na reorganização das relações econômicas internacionais e na remoção de toda e qualquer barreira ao livre funcionamento e à mobilidade do capital entre setores, regiões e países. Novamente o Estado é chamado para afiançar os desejos do capital, mas dessa vez a “flexibilização” de suas funções públicas é que vai direcionar sua atuação, promovendo a abertura de mercados e o acesso à atividades de domínio público mais interessantes e favoráveis ao lucro do capital, tais como educação e saúde, por exemplo.

Harvey, contudo, defende a ideia de que o processo de neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global e sim na restauração ou criação do poder de uma elite econômica. Segundo ele, o “utopismo teórico” do argumento neoliberal funcionou, primordialmente, como um “sistema de justificação e de legitimação” do que quer que tenha sido necessário para se alcançar esse fim. Nesse quadro, a relação privilegiada com o poder estatal é de grande valia<sup>144</sup>. Ora, quem sempre movimentou uma corrente de favorecimento estatal desde seus primórdios foi a burguesia. O Estado sempre foi defendido ou manipulado ao sabor dos objetivos oportunistas dela. Resta saber se os interesses do capital global são compatíveis com os desejos nacionais burgueses.

No caso brasileiro, face às especificidades de seu modelo de desenvolvimento econômico, ao caráter social dual e radicalmente heterogêneo da sua sociedade, uma nação que padece a herança de uma tradição cultural escravocrata, que lidera o ranking das mais altas concentrações de renda do mundo, o contrato social clássico não é suficiente para

---

<sup>143</sup> Demarcamos o pós-modernismo como a “tendência cultural ideológica” do movimento do capital no momento de sua crise estrutural. Em seu bojo, a idéia da pós-modernidade defende os princípios e valores orientados para o projeto do capital que a tudo engole. Para maior aprofundamento do tema sugerimos especialmente: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992. JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução Ma. Elisa Cevalco. São Paulo: Editora Ática, 1996.

<sup>144</sup> À exemplo disso os dados coletados por Harvey apontam: No ano de 1996, o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo foi igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial – 2,3 bilhões de pessoas. E o que é ainda pior: as 200 pessoas mais ricas do mundo mais que dobraram seu patrimônio líquido, nos quatro anos anteriores a 1998, para mais de 1 trilhão de dólares. Os ativos dos três maiores bilionários alcançavam na época um valor superior ao PIB de todos os países menos desenvolvidos e sua população de 600 milhões de pessoas. Cf. HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 26-27, 43.

legitimar a elite governante. Somado à estagnação econômica decorrente, temos por resultado bloqueios que paralisam o crescimento e a distribuição de renda. Um círculo vicioso econômico, social e político é acentuado pelo cenário da crise, muito embora há que se ter claro que no quadro geral dos países da América Latina, o desenvolvimento de seus países tem seguido caminhos diferenciados do padrão dos países avançados. Isso porque as economias dos países latino-americanos, no geral, mostram-se dependentes de ciclos financeiros externos sobre os quais não detêm controle. Ademais, a herança histórica secular da posição de dependência dos países periféricos no sistema mundial do capital implicou posições econômicas e políticas das mais significativas, dentre os quais citamos o crescente endividamento externo desses países para o suposto desenvolvimento econômico. A submissão dos países periféricos, dada em contrapartida aos centrais, abre precedente para um leque de exigências, que se estende dos golpes armados para a instalação de governos militares até modelos de crescimento pautados pela austeridade e restrição das políticas sociais.

Seguindo a tendência dos demais grandes países do mundo, a ofensiva neoliberal se insurge frente ao passado brasileiro conservador impondo, especialmente a partir década de 1990, seu engajamento na ciranda do “crescimento” econômico. O domínio absoluto do mercado, a lucratividade crescente e a correspondente meta do Estado mínimo é a guinada neoliberal proposta para salvaguardar ao Estado brasileiro as medidas adequadas à acumulação do capital global. Nesses termos, a privatização, a liberalização comercial, a desregulamentação, o ajuste fiscal, as reformas da previdência, tributária, administrativa, trabalhista, educacional, entre outras, figuram no escopo da agenda das reformas neoliberais exigidas ao Estado brasileiro.

Seleciono, de Bresser-Pereira (1996), dada sua familiaridade com a ideologia econômica dominante na América Latina<sup>145</sup> e a sua influência nos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, a interpretação da crise econômica que também assola o Estado brasileiro desde os anos de 1980. O país, marcado pela queda efetiva de suas taxas de crescimento, a hiperinflação e o desemprego que se transforma no grande problema nacional, já amarga os primeiros influxos da crise do sistema do capital no tempo de crise estrutural.

---

<sup>145</sup> A orientação do autor está intrinsecamente ligada à escola de pensamento que vincula-se e é dirigida pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. A CEPAL, diz-se, surgiu da insurgência ao *establishment* do saber econômico da época que ofuscava as especificidades da América Latina com a imposição das suas ideologias econômicas. Sua atuação está ligada à interpretação teórica dos problemas e realidade histórica latino-americana, à formação dos quadros da burocracia governamental dos países signatários e a proximidade a centro de estudos e pesquisas acadêmicas. O fato é que é uma instituição criada pela ONU em 1948 para assessoria às decisões dos países da América Latina e Caribe para assuntos de economia política.

Sua abordagem da crise, no entanto, não diferente da dominante, que a tipifica como uma “crise fiscal”, ou seja, a crise seria a consequência do desequilíbrio financeiro do setor público frente aos gastos sociais. Por esse viés, a crise pode ser entendida ainda como o espelho da “dificuldade do Estado em lidar com as crescentes demandas dos diversos setores da economia e de seus grupos sociais correspondentes”<sup>146</sup>. A estratégia de enfrentamento dessas disfunções consistiu n’

A privatização do maior número possível de empresas estatais e a liberalização comercial comporiam uma parte importante desse tipo de política, mas o objetivo, em contraste com o dos neoliberais, não seria obter o Estado mínimo, mas reformar o Estado de modo que ele possa novamente tornar-se capaz de formular e implementar políticas econômicas efetivas. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 72).

O argumento do autor busca amparo na tese da impossibilidade de uma aplicação “padrão” da ortodoxia neoliberal para os problemas de todos os países, em especial na América Latina, que também enfrentam em menor ou maior grau a “crise fiscal” do Estado. Seus argumentos apontam para a ausência de “pragmatismo e operacionalidade” que inviabiliza a citada abordagem no contexto brasileiro e, mais genericamente, da América Latina. Nesses termos defende uma “nova interpretação”<sup>147</sup> e uma “estratégia de reformas” voltadas aos interesses de cada região. Propõe um modelo de intervenções “estruturais”<sup>148</sup> “sócio-liberais” para dar propulsão a um “novo Estado”, denominado por Bresser-Pereira<sup>149</sup> de social-democrático ou o Estado social-liberal.

[...] o Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado

<sup>146</sup> O’Connor (1973) *apud* Bresser-Pereira. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 43.

<sup>147</sup> A mudança de paradigma e o recrudescimento do discurso neoliberal é o efeito colateral da própria crise do discurso liberalizante que se mostrou ineficaz em reverter os efeitos da estagnação e inflação crescentes do qual padeciam os países latino-americanos. Em termos teóricos, equivale ao declínio da influência da escola de pensamento estruturalista em substituição ao neoestruturalismo, em que muitas das contribuições do estruturalismo antecessor foram retomadas e enriquecidas por novos integrantes. Para maior conhecimento sugerimos: MISSIO, J. F.; JAYME JÚNIR, F. G. Estruturalismo e neoestruturalismo: velhas questões, novos desafios. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 30, n. 57, p. 205-230, mar 2012. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/20124/18178> > Acesso em: 31 de janeiro de 2014.

<sup>148</sup> É importante destacar que a expressão “estrutural” foi totalmente cooptada pelo neoliberalismo. Aqui, as reformas estruturais se relacionam às reformas do Estado orientadas para o mercado.

<sup>149</sup> Luiz Carlos Bresser Pereira foi principal conselheiro das reformas do Estado brasileiro nos anos 80 e 90. Alguns de seus livros: Desenvolvimento e crise no Brasil (1968/2003), A sociedade estatal e a tecnoburocracia (1980), Inflação e recessão, com Yoshiaki Nakano (1984), Lucro, acumulação e crise (1986), A crise do Estado (1992), Economic reforms in new democracies, com Adam Przeworski e José María Maravall (1993), Reforma do Estado para a cidadania (1998), Democracy and public management reform (2004), e Mondialisation et compétition (2009) publicado também em português, inglês e espanhol. A maior parte de seus trabalhos está disponível no website: [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).

e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não-estatais que financia a fundo perdido com orçamento público. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 14).

Nessa orientação, o mercado não perde a supremacia, continua como prioridade, mas o objetivo não é atingir o Estado-mínimo, e sim reconstruí-lo, ou seja, garantir que a sua governabilidade e governança sejam recuperadas. Para isso, a combinação Estado-mercado, subsidiada por uma ampla coalizão de classes, é apresentada como o ingrediente essencial da coordenação da economia brasileira. Em outras palavras, Estado e mercado passam à parceiros estratégicos, em que o primeiro assume a função de assegurar o funcionamento do segundo. Não obstante a orientação para competitividade, as reformas<sup>150</sup> deverão considerar e proteger, prioritariamente, os interesses nacionais dos países envolvidos.

A estratégia social-liberal ganhou força no Brasil, que, à despeito de seu passado agrícola-conservador, é considerado por essa escola um país já maduro, de “economia capitalista desenvolvida”<sup>151</sup> e, portanto, um campo fértil e viável para uma alternativa ao neoliberalismo. Basicamente, as duas abordagens divergem sobre as causas da crise e sobre o papel do Estado na promoção do crescimento e do bem-estar nos países da América Latina, não estando, porém, em confronto direto ou em aberta oposição à política de ajustamento contraposta pelo Consenso de Washington, projeto norte-americano e inglês que definiu o neoliberalismo como a rota a ser seguida para a superação dos efeitos da crise global enfrentados também pelos países latino-americanos. As elites políticas e econômicas desses

<sup>150</sup> Cf. Bresser-Pereira (1997), os componentes da reforma no Brasil nos anos 90 que busca consolidar o modelo pretendido de Estado toma por fundamentos:

a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e publicização; b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa, rumo a uma administração pública gerencial, ao invés de burocrática, e a separação, dentro do Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, através de instituições políticas que garantam a intermediação de interesses, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 18-19).

<sup>151</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996. Um outro conhecido economista brasileiro, Delfim Neto, também analisa as informações acerca da caracterização da economia brasileira. Analisando os gastos do governo em porcentagem do PIB, ele considera que “os sinais vitais do Brasil parecem indicar uma sociedade madura (“avançada”) incompatível com a nossa renda per capita”. Através de gráficos infere que os gastos do governo no ano de 2000 estavam junto à média dos países desenvolvidos e em 2011 ligeiramente acima, muito acima dos países emergentes. O nível de investimento público no Brasil é inferior à média dos países desenvolvidos e muito menor do que o dos emergentes. Dos dados conclui por uma “disfuncionalidade muito séria” na economia brasileira que o leva a designá-la como “um animal esquisito, cujo fenótipo sugere um país “avançado”, mas cujo genótipo é “emergente”. Neto, Antonio Delfim. Animal esquisito. **Valor**. 28/01/2014. Disponível em: < [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.animal\\_esquisito.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.animal_esquisito.pdf) > Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

países logo acataram o receituário e assumiram o programa de “ajuste” e “estabilização” no “consenso” da “única” receita capaz de promover a superação do déficit público e a estabilização das economias da região vislumbrada por eles.

A perspectiva social-liberal assume, até certo ponto, a crise do Estado como de origem “doméstica” e de caráter “estratégica”, na medida em que impulsiona a adoção de políticas que garantam maior integração social, estabilidade política e a “competitividade sistêmica” no ambiente global. Nas palavras de Bresser-Pereira,

[...] o subdesenvolvimento não tem um caráter fatalista, nem pode ser explicado essencialmente pela exploração imperialista. Pode, portanto, ser superado desde que corretas estratégias domésticas sejam adotadas, particularmente, desde que um Estado fiscalmente sadio se alie com o setor privado e juntos definam uma estratégia de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 52).

Note-se que o conceito de “competitividade sistêmica” é um dos fundamentos da tradição neoestruturalista. Nela, a competitividade é determinada por todo o corpo social, é um desafio no qual devem se inserir todos os sujeitos sociais em prol do engajamento nacional no processo de desenvolvimento econômico que sustente a competitividade internacional, o crescimento e a equidade satisfatórios. Esse pretense “círculo virtuoso” entre crescimento, progresso técnico e equidade é o debate que motiva grande parte dos economistas contemporâneos que enxergam na globalização um contexto de oportunidades para o desenvolvimento.

A globalização, que Mészáros classifica como “mitologia”, por exemplo, que é promovida como a versão da “mão invisível” dos tempos modernos, com a capacidade de projetar benefícios globais e onilaterais, desde que em conjunto com o mundo do mercado, esconde uma incômoda herança, qual seja, o mercado mundial, que é “imperialisticamente dominado” e por isso está longe de ser universal e equitativamente benéfico. Na realidade, o fato inconveniente que persiste é uma desigualdade sempre crescente, não apenas no “norte desenvolvido” e no “sul subdesenvolvido”, mas também nos países “capitalistas avançados”.

As soluções da “modernização” e “desenvolvimento” prometidas à América Latina, na visão de Mészáros, demonstraram não passar “de uma luz que se afasta num túnel cada vez mais longo”<sup>152</sup>. A crença de que a tecnologia nos forneceria a chave para todos os obstáculos e dificuldades não mais se sustenta. A “revolução verde” na agricultura, por exemplo, é citada pelo autor como a grande aposta para o problema mundial da fome. Os dados confirmam que

---

<sup>152</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 31.

o antídoto não corrigiu a disfunção e mais, findou por potencializar o indigesto efeito colateral das “corporações-monstro”.

Nesse contexto, a parceria do Estado no processo de reprodução sociometabólica do capital no capitalismo é a rota de fuga para o problema fundamental do desenvolvimento do sistema do capital, este que tem se mostrado incapaz de completar a si mesmo na forma de capitalismo global<sup>153</sup>. As “correções” do Estado, no entanto, só podem ser internas a ele, não lhe cabendo a chance de se esquivar da crise estrutural em desdobramento.

A incapacidade dos governos democráticos dominarem convenientemente os conflitos de uma sociedade cada vez mais complexa foi prevista até pelos próprios liberais, que trazem à tona a difícil relação entre liberalismo e democracia cujo tema principal versa sobre a polêmica da “ingovernabilidade” a que estariam predestinados os regimes democráticos. A “sobrecarga” que acomete a democracia pode ser resumida nas seguintes indicações: 1) A “desproporção crescente” de demandas dirigidas ao governo e sua incapacidade de atendê-las; 2) os “múltiplos interesses contrapostos”; 3) o poder “difuso” que admite a “participação”, o “dissenso” e a possibilidade de maiores intervenções por decisões coletivas<sup>154</sup>.

Do quadro, segue-se o acirramento das contradições capital-trabalho e o crescente descontentamento com o padrão de desenvolvimento capitalista liberal em crise. Em diversos países, trabalhadores e jovens tomam as ruas em repúdio às medidas opressivas que, decididas à revelia de suas vontades, sacrificam suas vidas no limite do impossível. No Brasil, a insatisfação social também ganhou as ruas em clamor por melhores condições de vida<sup>155</sup>.

Diante da pressão social, o Estado e seus aparelhos repressivos, por sua vez, se unem não para redução, mesmo que focalizada, das dores sociais, mas para desconstruir os protestos como meio legítimo de luta por mudanças. A citação abaixo é bastante esclarecedora do papel assumido pelo Estado diante das situações de instabilidade:

---

<sup>153</sup> O autor observa que o sistema do capital, nos países onde não conseguiu impor-se como sistema na forma de capitalismo global, ou seja, como a regulação absolutamente econômica da extração do sobretrabalho como mais-valia, criou “*enclaves capitalistas*”. A China é citada como exemplo, tendo em vista que o capitalismo está potencialmente estabelecido apenas em “enclaves” costeiros, sendo que a maioria da população encontra-se fora de sua estrutura. Também a Índia é citada por encontrar-se apenas parcialmente sob a administração bem-sucedida do metabolismo socioeconômico capitalisticamente regulado. MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 57-58, 91-92.

<sup>154</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 92-97. (Pensamento crítico, 63)

<sup>155</sup> As manifestações que sacudiram o Brasil em junho de 2013, conhecidas por “jornadas de junho”, levantaram os temas relacionados às políticas públicas, igualdade social e democratização da cidade; revelaram a “desilusão com os mitos de uma modernidade frívola, que não se traduz em melhoria efetiva das condições de vida da população, e o desapontamento com um sistema de representação ultra-elitista, que ignora as necessidades mais elementares da grande maioria”. Cf análise realizada na obra organizada por SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. et.al. **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2004, p. 13.

Sob a liderança dos grandes meios de comunicação, as manifestações passaram a ser arbitrariamente classificadas como “pacíficas” ou “violentas”, “ordeiras” ou “desordeiras”, “democráticas” ou “autoritárias”, “pertinentes” ou “espúrias”, “aceitáveis” e “inaceitáveis”, “positivas” ou “negativas”. As primeiras, compostas por “manifestantes” e “ativistas”, são enaltecidas e toleradas. As segundas, fruto da ação de “vândalos” e “extremistas de ultra-esquerda”, são estigmatizados e duramente condenadas. A linha divisória entre ambas é o potencial subversivo das manifestações. Quando as manifestações assumem a forma estéril de uma catarse social, sem maiores consequências, caem na primeira categoria. Quando culminam em confrontos abertos com as forças policiais e em ataques aos símbolos do poder político e econômico, na segunda. A violência dos de baixo é sistematicamente esterilizada e demonizada. A violência da ordem, cientificamente aprimorada e racionalizada. (SAMPAIO JR. 2014, p. 11).

O *modus operandi* do Estado não deve nos causar estranheza, especialmente se observarmos o comportamento das personificações do capital no gerenciamento do neoliberalismo nos últimos anos. O Partido dos Trabalhadores (PT), há 12 anos no governo, de base operária e combativa, mudou seu aspecto e realiza o mesmo movimento observado nos demais partidos de esquerda da Europa. O “modo petista de governar”<sup>156</sup> abriu mão do projeto de transformação social e absorveu os princípios mercantis ao ponto de descaracterizar-se como força capaz de se contrapor aos grandes grupos econômicos que controlam a sociedade brasileira. A cooptação dos movimentos sociais é outra armadilha que esteriliza não somente o partido, mas a capacidade dessas organizações em intervir de maneira radical na realidade.

Lamentavelmente, mesmo alegando a representação popular dos trabalhadores, contar com o apoio de muitos intelectuais e sindicalistas representantes da “esquerda”, o partido não foi capaz de promover modificações na atuação do Estado e no confronto da exploração do trabalho realizado pelo capital. O partido transformou-se naquilo que criticava. Em nome da “governabilidade”, distanciou-se da realização de um governo identificado com as perspectivas dos programas originários da esquerda brasileira e aproximou-se das alianças necessárias para alcançar e manter o poder. Dentro dessa lógica, não há muito que ser feito em nome de um projeto revolucionário voltado às massas e comprometido com a superação da desigualdade social e do capital.

#### 4.3 A política real: a parcialidade abstrata que limita a revolução social

---

<sup>156</sup> SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. et.al. **Jornadas de junho**: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2004, p. 41-84.

Como tentamos demonstrar, o Estado, na condição de instituição político-organizacional da atividade social, dotado de poder especialmente “corretivo”, tem lugar de destaque na estrutura de comando político do sistema do capital. Ele é o eixo, a força agregadora e o suporte funcional para a acumulação do capital na sociedade capitalista e, para exercer a ampla aplicação do seu poder, necessita-se de uma estrutura política – e jurídica – que lhe endosse a atuação. Sobre a compreensão da política como campo privilegiado e eficiente para a transformação social, a questão que se coloca é: caberá à política democrática burguesa a oposição consciente ao modo prevalente de exploração do trabalho? Ela se apresenta como o instrumento capaz de promover a verdadeira participação dos trabalhadores nas decisões que afetam a vida social e de intervir na realidade com vistas à superação da ordem hegemônica?

Lembre-mos que Marx, n’O Capital, quando desvenda o “segredo da acumulação primitiva”, revela-nos que o “ponto de partida do modo capitalista de produção” nada mais é do que “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção”<sup>157</sup>. Os meios coercitivos utilizados para promover essa expropriação concentram-se, num primeiro momento, no emprego do açoite, do ferro em brasa e da tortura para, então, consolidar a disciplina do sistema de assalariamento, e, assim, garantir que as “leis naturais da produção capitalista” se impunham aos trabalhadores como a marcha natural das coisas. Toda a força concentrada e organizada da sociedade, na figura do Estado, foi utilizada em defesa dos expropriadores e na guarda cega da ordem burguesa. Como bem disse Marx, “o roubo assume a forma parlamentar” com seus “decretos de expropriação do povo”<sup>158</sup>. O poder político, a serviço do capital, dissimulado por seu aparato legal e jurídico, assume a representação dos interesses, dos privilégios e da dominação social, num total alheamento à violação e às condições de penúria a que condenava as multidões vítimas da usurpação das terras levadas à cabo nos longos séculos da acumulação capitalista.

Neste contexto, a função, meio e fim assumidos pela política, guarda um grande distanciamento da tipologia clássica aristotélica, para a qual a política é a atividade que se exerce na *pólis*, em nome do bem comum e voltada para ele. Quando se distancia desses princípios, a política se aproxima da esfera que diz respeito à conquista e ao exercício do poder, que se realizam tão somente no ato do voto, na união pelo consenso, no rodízio entre partidos, cargos e rostos que se alternam no rateio dos postos do poder.

---

<sup>157</sup> Marx, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Vol. II. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 827-828.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 838.

Durante muito tempo, a política pôde descolar-se da realidade e corroborar indistintamente com a manutenção da ordem de regimes absolutistas ou burgueses, explicando a vida política com base em pressupostos teológicos ou metafísicos. Herdeiro dessa tradição, o pensamento político moderno baliza sua compreensão na noção de “legitimidade racional do poder, em favor da ordem existente ou das classes proeminentes, como no caso das teorias do contrato social”, mas o entendimento *juspositivista* que vige na contemporaneidade relaciona a política com os contornos do Estado, como a “atividade que em seu entorno e em si se realiza”<sup>159</sup>.

Alcançar a dinâmica da política contemporânea na constituição dos mecanismos de dominação do sistema do capital, contudo, exige horizontes de análise maiores que a codificação da lei jurídica como intérprete e antídoto às fraturas e penúrias sociais, haja vista seus limites no alcance do fundamento das contradições da estrutura política de nosso tempo. Compreendê-la por horizontes distintos dos tradicionais, no âmbito da totalidade da reprodução capitalista sob domínio do capital, para mim, exige uma ferramenta de alcance teórico e prático.

A constatação de que o “espírito” da obra de Marx deve guiar nossa caminhada é de grande valor para a compreensão não apenas da natureza da política e do Estado (e da necessidade de transcendê-lo), mas, também, do direito e da democracia, da natureza da revolução social e de quem a desencadeia: o trabalho, o antagonista estrutural do capital. A viabilidade das futuras estratégias socialistas é também dependente desse entendimento, tendo em vista que os detratores de Marx tentam insistentemente negar a coerência e a vitalidade do sistema marxiano em prol da interpretação liberal ou da ideologia do “não-há-alternativa”.

Marx já advogava ao homem uma existência social que só na sociedade pode individualizar-se. No sentido mais literal, o homem é um *zoon politikon*, o que quer dizer que o homem, à exceção de outros animais, só pode viver e realizar-se em sociedade, e, para Marx, a política burguesa é o meio utilizado para se preservar os direitos do homem, mas não do indivíduo que vive na comunidade política, em cujo seio é um ser comunitário, mas do homem isolado, membro da sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado.

É nesse “cisma secular” entre o Estado político e a sociedade civil, entre o interesse geral e o interesse privado, que o homem *bourgeois* (membro da sociedade civil) separa-se do *citoyen* (indivíduo com direitos políticos) em esferas distintas: um trabalha para si mesmo, indiferente ao restante da sociedade; o outro busca no Estado a mediação para o gozo das suas

---

<sup>159</sup> Cf. MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013, p. 09-10.

carências particulares. O Estado, por sua vez, ainda que almeje a sua auto-afirmação como a figura plena da universalidade concreta, mantém ainda intacta as “diferenças efetivas” que movem a sociedade civil. Nessa cisão, o homem, isolado da sua comunidade com os outros homens, torna-se membro da sociedade civil, habitante do reino do egoísmo e do *bellum omnium contra omnes*; Como membro da sociedade civil (e isolado do Estado), surge, naturalmente, como homem a-político<sup>160</sup>.

No produto dessas contradições, presenciamos a política ser sumariamente destituída de um plano global e de uma finalidade própria, na medida em que exacerba a insensibilidade (congénita) frente à emancipação humana, e o Estado, por sua vez, no serviço de agenciamento do capital, acelera a maturação das contradições da estrutura da produção capitalista ao mesmo tempo em que engendra instrumentos sociais e econômicos para a adaptação das sociedades ao movimento regulador do mercado. É também sintomático o crescente esvaziamento ou descaracterização dos movimentos partidários, de esquerda, sindicais ou sociais, que sucumbem ao desalento de renunciarem aos seus projetos ideológicos de origem.

O fenômeno não finca raízes num único dado ou marco cronológico, mas muito provavelmente reflete a experiência histórica do próprio marxismo, da tradição clássica ao chamado “marxismo ocidental”, especialmente com o fim trágico do socialismo real da URSS. Dentre o foco e as análises da obra de Marx podemos inferir um desenvolvimento teórico peculiar que divide a trajetória do marxismo em fases ou gerações teóricas<sup>161</sup>, a despeito das divergências e oposições internas que o orientaram como a tradição intelectual crítica capaz de desvelar a dinâmica das leis fundamentais do capitalismo.

Nesses termos, a divisão sugerida por Anderson (1976) revela grupos e importantes deslocamentos temáticos na tradição clássica do marxismo: a primeira, que vai do século XIX até os tempos da Revolução Russa com seus fundadores, seus seguidores da II, III e IV Internacionais, centrou-se na sistematização do materialismo histórico como uma teoria global do homem e da natureza, no sentido geral de completar a herança de Marx, além de um forte engajamento político; a segunda, comumente identificada com o chamado marxismo ocidental, em meados do século XX, teve algum engajamento político, no entanto, a análise

---

<sup>160</sup> Para maior aprofundamento sugerimos: CHAGAS, Eduardo F. A Crítica à política em Marx. SOUSA, Adriana S. (Org.). **Trabalho, filosofia e educação no espectro da modernidade tardia**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 67-81; JOVINO, Wildiana K. M. A crítica de Marx à emancipação política: da antítese entre o cidadão abstrato e o homem particular. **FIPED**. Fórum Internacional de Pedagogia, 2004. Parnaíba, PI. Anais Fiped (2012), Volume 1, Número 1, ISSN 2316-1086. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/resumo.php?idtrabalho=228>> Acesso em: maio de 2013.

<sup>161</sup> Cf. ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Edições Afrontamento, 1976.

econômica do capitalismo perde força. O compromisso de Marx e Engels e das primeiras gerações do marxismo clássico com a clarificação teórica das leis econômicas regentes do capitalismo, a análise das formas políticas do estado burguês e a estratégia para superá-lo foi perdendo espaço nos discursos dos partidos socialistas e dos sindicatos operários. O centro de gravitação do marxismo europeu desloca-se para o campo da filosofia política e da cultura, ocupando os bancos da academia e dos institutos de pesquisas, todos bem distantes da vida do proletariado<sup>162</sup>.

O ponto distal que substancialmente demarca as faces do movimento comunista pode ser equacionado em dois polos distintos: de um lado, a esperança de construir uma ordem social superior ao capitalismo, de outro, a defesa de uma ordem política que mantivesse as instituições parlamentares e repudiasse qualquer forma de ruptura violenta da ordem capitalista. Essa vertente implicava o repúdio ao modelo da revolução de outubro e a procura por uma via pacífica, gradual e constitucional rumo ao socialismo, mas sem alterações na substância capitalista.

Com a implosão do sistema soviético após uma experiência de sete décadas – inseparável da crise estrutural do capital, que se aprofunda na década de 1970 – e a desintegração dos partidos comunistas do Leste europeu, o próprio desenvolvimento do marxismo ocidental e da vertente eurocomunista demonstrou a divisão intelectual e a imprecisão de todas as teorizações e estratégias políticas que gravitavam na órbita da Revolução Russa.

As tentativas de renascimento de uma nova era para o movimento operário, mortalmente atingido pela dissolução da ordem soviética, arrefeceram. No bojo dos acontecimentos, é importante considerar tanto as contradições e reversões históricas (nem todas abordadas neste espaço), como o fato de que, das alternativas assumidas pelos grupos que se propunham a uma transformação no sistema da ordem capitalista, nenhuma delas desafiou os imperativos sistêmicos do modo de controle sociometabólico do capital de suas amarras estruturais alienantes.

A propalada crise do marxismo finca raízes justamente na impossibilidade demonstrada pelos representantes do trabalho em oferecer uma solução histórica para os problemas políticos que engessaram a perspectiva socialista. O abandono dos ideais marxistas e a negação da luta de classes em prol de uma conveniente conciliação de classes são a

---

<sup>162</sup> ANDERSON, Perry, *op. cit.*

bandeira que embala o movimento de refutação teórica ao marxismo a favor da ordem capital e da vontade simplória de domesticação do capitalismo.

O quadro, somado às previsões de Marx que não se cumpriram com o nascimento do comunismo, fortalece a horda de agitadores que apontam uma herança de incompletude e invalidação teórica de suas teses. Suas raízes encontram-se justamente na professada perda da unidade teórica e divisão intelectual do marxismo, ou, ainda, no economicismo dominante na leitura do próprio marxismo. Também não são poucas as argumentações que se aferram no debate que põe em dúvida a real existência de uma teoria da política (e do Estado socialista) em Marx.

Essa contenda, encabeçada por Norberto Bobbio<sup>163</sup>, é bastante famosa e obteve muito destaque e partidários. Quando ele sai em defesa da democracia e dos direitos individuais como uma conquista universal proporcionada pelo capitalismo e que de nenhuma forma poderia ser posta em risco ou desprezada pelo poder do proletariado, o Partido Comunista, com forte presença na sociedade italiana, recua e finda polarizando a luta da esquerda no binômio democracia ou socialismo, sendo que a opção por um necessariamente excluía o outro. O dilema que se põe é: “democracia sem socialismo ou socialismo sem democracia”.

É nessa etapa que a polêmica, que ele anuncia como “denúncia”, sobre a “inexistência ou insuficiência ou deficiência ou irrelevância de uma ciência política marxista”<sup>164</sup> que se apresentasse como alternativa às teorias da democracia burguesa ganha maiores proporções, especialmente após a morte de Stalin. Os desdobramentos desse debate são variados e, não obstante o caráter nada simplório das argumentações de Bobbio, somados às lutas sociais contestatórias daquele momento, a exemplo dos que ocorreram durante o movimento estudantil de 1968, tiveram consequências nocivas sobre a ação política do movimento do trabalho que, desorientado nesse refluxo, finda embarcando na ideologia do “terceiro caminho”, que é uma alternativa entre o bloco comunista e o mundo capitalista, combinando teses marxistas e liberais para uma passagem gradual e pacífica ao socialismo, pelo método democrático-parlamentar, ou seja, o processo de progressiva democratização levaria inevitavelmente ao socialismo pela via das reformas. Na prática, a proposta insiste na centralidade da política, mediante o sistema legislativo parlamentar, como um caminho para se chegar ao que se acredita ser o “socialismo democrático”.

---

<sup>163</sup> A força da polêmica instaurada por N. Bobbio permitiu-lhe ser reconhecido como um dos criadores da democracia italiana. Em 1984 foi nomeado para o cargo de senador vitalício por sua contribuição à democracia como valor imprescindível para solucionar os conflitos “sem derramamento de sangue”. Cf. BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

<sup>164</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** Debate sobre uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Essa formulação não representa a tradição original do movimento socialista. O caminho do “método por etapas” e da acomodação parlamentar tornou-se dominante nos partidos políticos da classe trabalhadora a partir da Segunda Internacional. Mais adiante, a orientação contagia os partidos de massa da classe trabalhadora italiana, torna-se majoritária em toda a ala da esquerda europeia e alastra-se na sociedade como um todo. A estratégia de opor a democracia à ditadura do proletariado, identificada com os efeitos nefastos do stalinismo, alterou a correlação de forças no sentido democrático, favorecendo um distanciamento cada vez maior em relação às idéias fundamentais do socialismo, ou, dito de outra forma, a democracia (burguesa) passa a ser o caminho viável da transformação social.

Na base dessa concepção, definida a democracia como “regra do jogo” primordial do Estado liberal moderno<sup>165</sup>, o passo seguinte se centra na guarda das normas e no modo de se obter as decisões que garantam o “melhor resultado” para os interesses da maioria daqueles a quem compete tomar as decisões em nome da coletividade. Nesse caso, a regra prescrita com aptidão e capacidade de garanti-la é o sistema de representação, no qual as deliberações coletivas são tomadas não diretamente pelos interessados, mas por seus representantes eleitos, não se constituindo na verdadeira expressão do governo do povo, como entende Mészáros, porque a democracia representativa, ainda que uma conquista política inestimável, encontra-se cada vez mais dependente das determinações materiais do sistema do capital. Mediada pelo abuso do poder político e da vontade eleitoral manipulada pelos meios de comunicação, oferece um caminho ainda distante para uma verdadeira democracia que se sobreponha aos ganhos formais que nos foram dados.

Na análise de Mészáros, o re-exame crítico da estratégia reformista da “via parlamentar ao socialismo” demonstrou sua ineficácia. No seu entendimento, o equívoco de tal orientação ideológica reside justamente na idealização de que o Parlamento, através da luta democrática no interior do sistema dominado pelo capital, deteria algum controle ou

---

<sup>165</sup> Convém esclarecer que a relação entre liberalismo e democracia é complexa e problemática. O liberalismo nem sempre foi democrático tão pouco a democracia foi sempre liberal. Conforme esclarece Bobbio (2005), o liberalismo como teoria de Estado é uma concepção da idade moderna, enquanto a democracia, como forma de governo, é antiga. O pensamento político grego nos transmitiu uma célebre tipologia das formas de governo, das quais uma é a democracia, definida como governo do povo, em contraposição ao governo de uns poucos. O liberalismo dos modernos e a democracia dos antigos foram muitas vezes considerados antitéticos, no sentido de que os democratas da antiguidade não conheciam nem a doutrina dos direitos naturais nem o dever do Estado de limitar a própria atividade ao mínimo necessário para a sobrevivência da comunidade. De outra parte, os modernos liberais nasceram imprimindo uma profunda desconfiança com toda forma de governo popular, tendo sustentado e defendido o sufrágio restrito durante todo o século XIX e também posteriormente. Já a democracia moderna não pode ser considerada incompatível com o liberalismo, mas sob muitos aspectos, é o seu natural prosseguimento. Bobbio (2000) também considera a não-total-compatibilidade entre liberalismo e democracia, “uma vez que a democracia foi levada às extremas consequências da democracia de massa, ou melhor, dos partidos de massa, cujo produto é o Estado assistencial” (p. 139). A contenda revela um conflito entre os interesses envolvidos e revela uma disputa em torno da ingovernabilidade das democracias.

influência na determinação de uma nova forma de reprodução social. Tal convicção ampara-se na ilusão de que é possível manter o capital e o mercado sob o controle da sociedade e do interesse da maioria.

Não resta dúvida de que o Estado liberal-democrático é a forma mais avançada de Estado no sistema do capital. Ainda assim, sua representação parlamentar e suas garantias democráticas formais e institucionalizadas de justiça, liberdade e igualdade demonstram sua insuficiência em assegurar a estabilidade social necessária para a sua própria legitimação, visto que a ordem dos problemas que hoje envolvem grande parcela da humanidade por certo não pode ser solucionada no âmbito da máquina eleitoral e das práticas políticas parlamentares. Nesse sentido, Mészáros diz que:

A crise da política em todo o mundo, incluindo as democracias parlamentares dos países capitalistas mais avançados – que assume frequentemente a forma de uma compreensível amargura e de um resignado afastamento da atividade política das massas populares – é parte integrante do agravamento da crise estrutural do sistema do capital. As alegações de “dar poderes ao povo” – seja a da ideologia do “capitalismo popular” [...] ou sob os slogans de “oportunidade igual” e “imparcialidade” num sistema de incorrigível desigualdade estrutural – são absurdas demais para serem levadas a sério mesmo pelos seus mais proeminentes propagandistas. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 823).

A crítica de Mészáros à prática política compatível com o modo de desenvolvimento imposto pelo sistema do capital abrange não somente o parlamento, mas também o sistema representativo parlamentar. As suas “limitações incuráveis”, identificadas e veementemente expressas bem antes do próprio Marx, já nos escritos de Rousseau, inviabilizam qualquer solução sustentável dos problemas sociais genuínos no interior da estrutura política parlamentar, uma vez que “o capital é uma “força extraparlamentar por excelência”<sup>166</sup> de nossa ordem social, isto é, uma estrutura de controle do metabolismo social que não domina apenas completamente o parlamento, mas que o transcende. A aceitação das amarras e regras internas do jogo parlamentar como a única estrutura legítima da ação política é inseparável da “futilidade e marginalização política”<sup>167</sup> a que são submetidas as personalidades políticas, inclusive os representantes da esquerda, que acorrentam os princípios socialistas a alianças eleitorais incompatíveis.

<sup>166</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 281, grifos do autor.

<sup>167</sup> \_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 823.

O “auto-encarceramento parlamentar”, da qual a esquerda é prisioneira, reduz sobremaneira a possibilidade de alguma ação autodefensiva em favor do trabalho no âmbito do embate legislativo. A imposição à classe trabalhadora, via aparato político-jurídico, de medidas reacionárias e cerceadoras de direitos sociais já conquistados bem como o isolamento e a castração dos parlamentares socialistas, é o círculo vicioso da conjuntura política que entende a veia parlamentar como a única forma legítima de contestação viável.

De fato, as mazelas sociais certamente não podem resolver-se por um ato da vontade política, especialmente se considerada as limitações objetivas que o caráter autodestrutivo dos processos regidos pelo capital impõe à efetivação dos desejos subjetivos no enfrentamento dos problemas sociais, alvo de um conjunto de prescrições assistenciais cada vez mais limitado. O escopo da ação política burguesa se centra em medidas legislativas paliativas que não atacam o fundamento da miséria social nem a estrutura da sociedade capitalista edificada na propriedade privada, na acumulação ampliada do lucro e na divisão, exploração e alienação do trabalho.

Em Marx, a resolução dos males sociais por meio da política como forma de dominação constitui-se uma impossibilidade. Os países que consolidaram sua ordenação política nos moldes da democracia representativa e do Estado de direito burguês não conseguiram extirpar a miséria e o pauperismo do seio social, que longe de serem um problema localizado e parcial, revelam-se universais e abarcam, de forma sempre crescente, a totalidade da classe trabalhadora, não tendo, portanto, a sua origem na burocracia política. Na medida em que se admite que os males sociais são uma responsabilidade da ineficiência política – do partido adversário –, o problema finda tratado circunscrito à estrutura política<sup>168</sup>. Nisso repousa seu erro.

É pertinente lembrarmos o debate de Marx com Bruno Bauer<sup>169</sup> a respeito da emancipação política e da emancipação humana, quando a natureza de ambas é convenientemente equacionada. Marx critica a concepção política de Bruno Bauer, que trata o problema da emancipação civil-política judaica somente a partir da crítica ao Estado cristão, não submetendo à apreciação o Estado como tal. Excluindo de sua análise a relação entre emancipação política e emancipação humana, Bauer adota como pressuposto para a emancipação política a superação da religião. Para Bauer, dada a incapacidade do Estado,

---

<sup>168</sup> Cf. MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. **Germinal**: marxismo e educação em debate. Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011.

<sup>169</sup> MARX, K. A questão judaica. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964, p. 35-73.

enquanto Estado cristão, de conferir a emancipação a um outro e este, de recebê-la, teria, então, o judeu que renunciar ao judaísmo e o homem, em geral, renunciar à religião para, só então, atingirem a emancipação política como cidadãos. A supressão da religião seria, de acordo com Bauer, a *conditio sine qua non* para a efetivação do Estado político. Marx, por sua vez, desloca a problemática e assevera que não é a renúncia à religião que tornará os homens livres e nem mesmo a emancipação política tem o poder de conceder-lhes a liberdade, na medida em que ela não é ainda a plena emancipação humana. O fundamento do constrangimento a que são submetidos radica é na sociedade do capital.

A análise da emancipação política através da questão judaica realizada por Marx desvenda mais que a situação particular de um grupo oprimido em busca da conquista por direitos civis. Sua análise abrange uma questão de maior amplitude: Marx imprime forma teórica aos limites da emancipação política, sem, no entanto, desconsiderá-la. Sua conclusão pela incompletude da emancipação política está longe de qualquer veredicto que despreze o seu significado.

Para Marx, a emancipação política representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constitui, porém, a forma final de emancipação humana dentro da ordem existente, a qual, entendida como a resolução prática da antítese entre o particular e o universal, do conflito entre o *bourgeois* e o *citoyen*, realizar-se-á tão somente quando for restituída ao homem sua força social como força política, ou seja, quando, de forma consciente, a revolução política ceder a sua dimensão social<sup>170</sup> e restituir às pessoas os poderes alienados de decisão política em favor dos rumos da produção e reprodução da vida em comunidade.

Marx insiste que

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado do poder. O seu ponto de vista é aquele do Estado, de uma totalidade abstrata, que subsiste apenas através da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a idéia geral e a existência individual do homem. Por isso, uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade às custas da sociedade. (MARX, 2011, p. 154).

---

<sup>170</sup> Cf. MARX, K. A questão judaica. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964, p. 35-73.

A definição “predominantemente” negativa da ação política democrático-burguesa é característica fundamental e marcante no pensamento de Marx<sup>171</sup>. O ponto de vista da “parcialidade crônica” da política é comum também à Mészáros, que reconhece a força da teoria política de Marx e sua validade inquestionável, ainda que não descarte a necessidade de uma “reavaliação inevitável de alguns importantes traços parciais da teoria Marx”<sup>172</sup> sob o impacto dos acontecimentos sociais mais recentes e ao horizonte histórico herdado.

Acerca do caráter parcial e limitado da política em prover a revolução social rumo ao socialismo, Mészáros, oportunamente enfatiza que:

[...] a política é adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social – tal como a “abolição da escravidão assalariada”, a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses, etc., realizáveis todas por decreto -, mas não as tarefas *positivas* que devem resultar da própria reestruturação do sociometabolismo. Devido a sua *parcialidade* intrínseca (um outro modo de dizer “negativa”), a política não poderia deixar de ser o *meio* mais adequado para servir à finalidade desejada. Ao mesmo tempo, a medida de aproximação desta finalidade deveria ser precisamente o grau em que se poderiam descartar completamente os meios restritivos, de tal modo que ao fim os indivíduos sociais pudessem ser capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva “do manto da política”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 571-572, grifos do autor).

Conforme aponta Mészáros, é a separação operada pelo capital entre a esfera da política e da economia, cuja força se exerce sempre no sentido da manutenção/reprodução do domínio do capital, que impõe férreo limite a qualquer transformação duradoura que se articule somente no âmbito político-parlamentar. Para se levar a cabo a revolução social para a superação do capital, a via de ação política - apesar de uma parte necessária, mas longe de suficiente – apresenta-se absolutamente insatisfatória à transformação socialista. Sua ação, por mais aguda que seja, ainda estará limitada à ação política do proletariado como uma “classe-em-si” em confronto com outra classe-em-si, o capital. A luta, portanto, permanece dentro dos parâmetros da ordem socioeconômica estruturalmente dominada pelo próprio capital. A unificação da esfera da economia e da política é, portanto, uma demanda crucial para o alinhamento das medidas que envolvem uma transformação socialista verdadeiramente sustentável.

---

<sup>171</sup> Para um *detour* teórico acerca da essência da política nas obras de Marx sugerimos: CHAGAS, E. F. A crítica à política em Marx. SOUSA, Adriana S. (Org.). **Trabalho, filosofia e educação no espectro da modernidade tardia**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 67-81.

<sup>172</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 522.

Nesse sentido, as demandas da classe trabalhadora têm cada vez menos chances de serem supridas por meio das instituições políticas de luta dos trabalhadores. De modo especial, é no interior dos partidos políticos que a “conspiração contra o trabalho” tem lugar garantido. Reféns do estreitamento das margens do capitalismo e da “política do consenso”, quaisquer investidas na direção debatem pela mudança no controle sociometabólico estabelecido assume contornos heréticos. A atuação dos partidos políticos, inclusive daqueles que se proclamam da esquerda ou comunistas, na medida em que auto-encarceraram os objetivos radicais do movimento do trabalho no interior da estrutura política parlamentar, restringe-se à “entrega do trabalho ao capital” e à utilização oportunista das pessoas como “forragem eleitoral”. A despolitização das lutas e relações sociais é outro ingrediente que garante e viabiliza o controle dos detentores do capital sobre o sistema, inclusive parlamentar.

Além dos partidos políticos, outros instrumentos políticos de mediação, como os sindicatos, são também alvo da crítica de Mészáros. Do longínquo século de conquista do “direito de associação” e das primeiras contradições entre capital e trabalho até o presente, o movimento sindical, apesar de diferentes estágios<sup>173</sup>, avanços e recuos, contabiliza importantes ganhos para a identidade de interesses e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. A atitude sindical, com vistas ao agrupamento e à segurança dos operários frente à dominação do capital, ganhou força, desenvolveu-se simultaneamente com o movimento político operário, consolidou-se e assumiu características específicas.

A institucionalização dos sindicatos, bem como suas mudanças internas, resultados da ação e dos esforços dos trabalhadores no processo de luta e conflitos com os capitalistas e o Estado<sup>174</sup> também motivou o desenvolvimento de uma superestrutura jurídica unificada em legislações específicas, que ao mesmo tempo em que garantem conquistas sociais, estabelecem uma maior submissão e controle do trabalho ao capital, haja vista a pressão desagregadora do mercado e da economia sobre a classe trabalhadora de todos os lugares do globo, o que também implica uma necessária mudança na orientação (defensiva) do movimento do trabalho no sentido de ampliar a luta para além de ações circunscritas e imediatas que não questionam a ordem do capital e a base do seu sistema de trocas.

---

<sup>173</sup> Cf. ABENDROTH, W. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>174</sup> No caso brasileiro, o reconhecimento do sindicato e a formação de um sindicalismo de massas resultaram da ação de grupos políticos que passaram a controlar a organização sindical a partir de 1930. O Estado, ao contrário do acontecido nos países de velha industrialização, passou a ser o principal interlocutor dos trabalhadores assalariados. O sindicato, por sua vez, transformou-se numa associação cuja existência e desenvolvimento independem, em larga medida, do apoio a ela prestado pelos trabalhadores. Cf. CANÊDO, Leticia B. **A classe operária vai ao sindicato**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

Ademais, a inexistência de uma crítica radical ao sistema do capital por parte dos partidos e sindicatos tem canalizado as lutas desenvolvidas pelo movimento do trabalho ao horizonte mais imediato das melhorias salariais. Para Mészáros, no entanto, essa orientação estreita, meramente reativa, não pode mais ser mantida, na medida em que se faz necessário um rumo consciente e coletivamente planejado contra a ofensiva do capital. Como tentei demonstrar, as intervenções políticas serão ineficazes contra a natureza autoritária e o poder regulador do capital sobre o metabolismo social, embora também não possamos prescindir dela. Como afirma Mészáros, a investida nas “tarefas imediatas” da dimensão política do sistema não poderá ser abandonada, visto que ela incidirá sobre a necessária “nova revolução política das massas”<sup>175</sup> no interesse da revolução social global bem sucedida, haja vista ser a única força capaz de detonar transformações estruturais e realizações duradouras.

---

<sup>175</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 601.

## 5 AS MEDIAÇÕES PARA A NEGAÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL

Art. IX.  
Fica permitido que o pão de cada dia  
tenha no homem o sinal de seu suor.  
Mas que sobretudo tenha sempre  
o quente sabor da ternura.  
(...)  
Thiago de Mello, (1926),  
poeta brasileiro.

A superação do capital não é obra apressada e requer um longo e complexo período de mudanças e lutas radicais para a reestruturação da sociedade como um todo e superar o modo de funcionamento do metabolismo social controlado pelo capital. Acertadamente nosso filósofo indaga sobre o significado de ir “para além do capital” e quais os requisitos e condições objetivas para a superação do sistema do capital?

Ir para além do capital significa tão somente a concretização da emancipação humana com a realização do socialismo. A obviedade desta resposta não se estende aos desafios correspondentes à segunda proposição. A magnitude dos problemas em questão envolve não somente a superação das dimensões fundamentais do sistema do capital – capital, trabalho assalariado e Estado. Este é apenas um lado da moeda que deve ser dialeticamente complementado pelo outro, o projeto de mediações concretas capazes de mobilizar forças para a transformação radical. Daí se coloca decisões capazes de suplantar a cultura da desigualdade que pesa sobre nossas cabeças, a sujeição dos produtores aos interesses do capital e a conseqüente alienação deles dos processos decisórios, que exigem a imprescindível reorientação da política para o socialismo. Os desafios apresentados demandam a intervenção de um sujeito histórico, consciente de seu papel e educado para compreender as mudanças objetivas e subjetivas necessárias ao contraponto destrutivo que o capital impõe ao futuro da humanidade.

De acordo com Mézáros, cumprir esse processo não se resume simplesmente repetir os exemplos já experimentados na história, seguir as reivindicações de Trotsky, as propostas de Lênin ou critérios estipulados pelas Internacionais sem, antes, enfrentar a atual conjuntura e reconhecer os limites que a história lhes impôs.

Mézáros se esmera em sua teorização à procura de elucidar os equívocos que inviabilizaram, na história recente, as experiências revolucionárias do século XX, em especial

a Revolução de 1917. Para o húngaro, na medida em que as sociedades pós-capitalistas<sup>176</sup> se fixaram na luta política contra o capitalismo, demonstraram sua incapacidade de superar o sistema sociometabólico do capital e de enfrentar os problemas fundamentais da ordem negada, ou seja, a permanência e o domínio dos parâmetros estruturais do capital e sua divisão social hierárquica sobre o trabalho.

A classe operária, ao chegar ao poder, devido ao confronto entre a estrutura de comando extremamente centralizada de um Estado político autoritário e os elementos adversários da estrutura do sistema herdado (os interesses em conflito e a divisão do trabalho), não foi capaz de promover as transformações sociais necessárias, tendo em vista que a natureza conflitante e centrífuga do sistema do capital foi mantida em prejuízo do trabalho, fato que tornou a remoção das personificações capitalistas um dado acessório e insuficiente. Segundo as palavras de Mészáros,

Marginalizar os capitalistas privados como o tipo antigo de personificação do capital está muito longe de assegurar o sucesso da revolução socialista. Isto porque esta revolução não pode significar tão-somente um ato político desesperado, mas uma “revolução social” constantemente renovada (ou “revolução permanente”) dos produtores associados que deve “subordinar todos os elementos da sociedade a ela”. Ao mesmo tempo deve criar, a partir do sistema orgânico herdado mas progressivamente reestruturado, “os órgãos de que ainda carece [...]”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 726, grifos do autor).

Diante da inexequibilidade do proposto, o objetivo estratégico da transformação socialista findou paralisado, condenado a “girar em círculos”, na medida em que o não rompimento com as determinações operantes da reprodução do poder do capital manteve e ampliou materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. E não apenas isso, pois o fracasso em substituir produtivamente a “mão invisível” da antiga ordem pelo autoritarismo das novas personificações do capital pós-capitalista tornou o sistema sociometabólico ainda mais incontrolável do que em qualquer outra época do passado.

Soma-se a essas dificuldades fundamentais, o desafio de compreender a experiência histórica do sistema soviético no marco da Revolução Russa, muito embora a importância do projeto socialista no sentido marxista do termo visto por Mészáros, ser infinitamente maior que o impiedoso regime da antiga União Soviética sob o stalinismo. Aprender com os erros do passado, para seguir a luta voltada ao desembaraço do poder do capital, é o desafio que a história apresenta ao próprio marxismo, segundo o paradigma posto por nosso autor.

---

<sup>176</sup> Mészáros denomina os países nos quais o capital se manteve mesmo após o capitalismo, tais como a URSS e demais países do Leste Europeu durante várias décadas do século XX, como “sistema de capital pós-capitalista”.

De acordo com Mészáros, o conjunto de medidas adotadas, dentre as quais a “eliminação jurídico-política da propriedade” realizada pelo sistema soviético “é uma brincadeira de criança” quando comparada à tarefa penosa e prolongada de enfrentar os problemas de domínio do capital, que permanece na sociedade como estrutura objetiva. Ainda que tenham representado um avanço significativo em relação ao capitalismo clássico, tal mudança “deixou intacto o edifício do sistema do capital”, que não é diretamente modificável através de decretos políticos, de leis, mas é um complexo processo de reestruturação.

Mesmo assim, a “reavaliação crítica radical” do resultado histórico da experiência que redefiniu “em termos práticos” a perspectiva do projeto teórico de transformação socialista inicialmente idealizado, continua pertinente, embora não seja de modo algum surpreendente ou acidental que, por volta de outubro de 1990, a capitulação do sistema soviético à “civilização mundial” do capitalismo global tenha sido admitida como “inevitável” e amplamente defendida por Gorbachev, a exemplo dos políticos ocidentais conservadores, convictos “das virtudes da economia de mercado”, tais como Ronald Regan, Margaret Thatcher, Bush, dentre outros.

De acordo com Mészáros, a previsibilidade de tais desdobramentos já se apresentava na paulatina e grosseira deformação do significado da obra de Marx<sup>177</sup> realizada pelo governo soviético, em especial durante o regime de Stalin, que não poupou esforços em confinar a validade da concepção marxiana de capital estritamente ao capitalismo. Imbuído desse interesse, o líder stalinista não poupou ataque às categorias marxianas que, segundo acreditava, não mais poderia exprimir as peculiares relações “socialistas” do regime soviético, na medida em que foram anteriormente pensadas em correspondência às antigas “relações capitalistas”, consideradas já superadas. Conforme aponta Mészáros, Stalin proclamou a necessidade de descarte de conceitos tais como, trabalho “necessário” e “excedente”, produto “necessário e excedente”, tempo “necessário e excedente”. Ao líder soviético, soava-lhe estranho “utilizar estes conceitos agora, quando a classe trabalhadora não apenas não carece do poder e dos meios de produção, mas, pelo contrário, está de posse do poder e do controle

---

<sup>177</sup> Referimos-nos à oposição estratégica fundamental estabelecida entre os grupos bolcheviques e mencheviques em relação ao socialismo científico de Marx e Engels, segundo o qual o socialismo seria a consequência do desenvolvimento social iniciado com o feudalismo, que por sua vez seria seguido por uma fase de transição, o capitalismo, antes da chegada do socialismo, fase de transição ao comunismo, comandado pelo proletariado. Os bolcheviques seguiram na defesa da imediata implantação do socialismo na Rússia, ignorando a natureza predominantemente feudal da Rússia daquele início do século XX. Muito embora, Mészáros ser enfático nas dificuldades que a passagem do domínio do capital para uma ordem socialista atingir mesmo os países economicamente mais desenvolvidos.

dos meios de produção<sup>178</sup>. Stalin, citado por Mészáros, proclamou que: “Eu acho que nós devemos também descartar alguns outros conceitos tirados de O capital – onde Marx se preocupou com uma análise do capitalismo – e artificialmente anexado às nossas relações [...]”<sup>179</sup>

Na avaliação de Mészáros,

A categoria rejeitada de *trabalho excedente* não apenas existia na sociedade soviética como continuava a ser alocada com grande arbitrariedade política – e com imensa perdularidade, devido à incontrolável fundamental do trabalho recalcitrante. Mas isso, é óbvio, era absolutamente negado. Perseguiam-se todos os tipos de fantasias que depois tranquilizadamente se decretavam como já realizadas, ou a caminho da plena realização. Depois de afirmar a plenitude e o sucesso do “socialismo em um só país” tornou-se necessário afirmar que a realização potencial do mais elevado estado de comunismo estava a ponto de ser completada. Assim, postularam a abolição da oposição entre cidade e campo, e mesmo entre trabalho físico e mental, removendo-as com a mesma varinha mágica – referência à derrubada jurídica do capitalismo – que fez desaparecer o antagonismo resultante da subordinação estrutural alienada do trabalho ao sistema hierárquico estabelecido. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 748, grifos do autor).

Por fim, a arbitrariedade da administração da economia com suas “leis absolutamente fictícias” resultou na desintegração do sonho do “socialismo realmente existente”. De Stalin a Gorbachev, o desejo de resolver, por métodos capitalistas de “contabilidade de custos e lucratividade”, os problemas socioeconômicos, e, pela repressão brutal dos trabalhadores, o conflito estrutural que afetava o processo de trabalho<sup>180</sup>, fındou por conduzir o sistema do capital pós-capitalista de tipo soviético a única solução compatível aos caminhos utilizados, a restauração do capitalismo. Isso porque “o modo político de imposição da extração autoritária centralizada do trabalho excedente instituído por Stalin” era incompatível com a estrutura de mercado desejada para o futuro da economia soviética<sup>181</sup>.

O modo antagônico da reprodução sociometabólica, que prevaleceu sob o sistema do capital pós-capitalista, permaneceu insolúvel nas muitas décadas das tentativas reformistas. A incompatibilidade estrutural, entre os “interesses dos empreendimentos particulares e os da sociedade”, resistiu aos “mecanismos neutros” tentado pelos líderes políticos que buscaram

<sup>178</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 747-748.

<sup>179</sup> Stalin, 1973, *apud* Mészáros, 2009b, p. 747.

<sup>180</sup> A “tirania do mercado”, a qual o trabalho é sujeitado no capitalismo foi introduzido no tipo soviético de sistema do capital motivado pelo desejo das personificações pós-capitalistas do capital de fortalecer o domínio, a disciplina sobre o trabalho e de elevar a produtividade da força de trabalho.

<sup>181</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 754.

consolidar o comunismo por meio de uma base instrumental técnica, de planejamento centralizado, do qual os trabalhadores foram mantidos excluídos.

Por fim, a desnacionalização, a restauração de novas formas de propriedade e as forças políticas que a representam, são instituídas como alternativa econômica ao trabalho “recalcitrante”, com o argumento de que “as massas trabalhadoras que participam da economia não estão preocupadas em organizar o trabalho para maior eficiência; elas estão pensando em ser consumidoras e ter mais bens para consumir”<sup>182</sup>, acelerando as mudanças na estrutura econômica soviética, com a substituição dos mecanismos de economia centralmente planejada, por mecanismos de economia de mercado.

A *Glasnost*, na esfera política, e a *Perestroika*, na economia, consolidam, a partir de 1985, o processo de abertura política e reestruturação econômica da URSS, idealizado por M. Gorbachev. Perseguindo um receituário moral e ético para as políticas internacionais e “relações humanizantes entre Estados”, chegou fácil à absurda conclusão de que “o mercado capitalista seria a garantia de renovação do socialismo”<sup>183</sup>. Dessa forma, foi fácil esquivar-se de uma análise séria acerca dos erros do stalinismo, mergulhando a economia soviética na fantasia da “busca disciplinada do lucro” como uma importante virtude socialista.

Por fim, a capitulação do sistema soviético à “civilização mundial” do capitalismo global é anunciada. Mészáros relata, a partir de um artigo de jornal, “*The Guardian*”, de 17/10/1990, o anúncio do horizonte político que fora adotado pelos soviéticos, que é bastante revelador dos ânimos que o embalam:

*Não há alternativa ao mercado. Só o mercado pode assegurar a satisfação das necessidades do povo, a distribuição justa de riqueza, direitos sociais e o fortalecimento da liberdade e da democracia. O mercado permite unir organicamente a economia soviética com a do mundo, e dará aos nossos cidadãos acesso a todas as realizações da civilização mundial. Serão buscados acordos de apoio financeiro e econômicos para as reformas de mercado através de negociações com o Fundo Monetário Internacional, a Comunidade Européia e governos estrangeiros. [...]. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 770, grifos do autor).*

Diante desse veredicto, pouco, ou quase nada, restou ao projeto socialista original. Das promessas de renovação gradual, expressas no controle centralizado do mercado (socialismo de mercado), o que de fato vingou foi a acelerada restauração das relações de livre mercado capitalistas e a conseqüente instabilidade política. Assim, a tentativa de troca da extração política do trabalho excedente pelo modo de extração econômica colidiu frontalmente com as

<sup>182</sup> Popov, 1990, *apud* Mészáros, 2009b, p. 761.

<sup>183</sup> Gorbachev, 1988, *apud* Mészáros, 2009b, p. 766.

piores contradições (conflitos étnicos e regionais, aumento do desemprego e da pobreza, insatisfação social e econômica da maioria da população). Esse contexto foi o golpe final que provocou a secessão<sup>184</sup> e o desmantelamento da URSS, a perda da hegemonia do partido comunista e uma maior aproximação com o ocidente.

Sobre a política da *Perestroika*, de Gorbachev, de forma geral, Mészáros avalia:

Infelizmente, como revela a experiência histórica, a esperança vazia voluntarista – geralmente associada ao apelo direto à autoridade dos imperativos morais – tende a predominar em épocas nas quais os objetivos políticos têm fundamentação pobre devido à fraqueza intrínseca daqueles que os defendem. Em tal discurso político, o apelo direto à moralidade é utilizado como um substituto imaginário das forças materiais e políticas identificáveis que garantiriam a realização dos objetivos desejados. Isto torna tal discurso político extremamente problemático, por mais altissonantes que sejam suas alegações morais “universais”. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 767).

O “apelo à moralidade” é a avaliação dada por Mészáros, que subsidia o desfecho do que ele classifica como a “tragédia” que desde cedo, logo após a tomada do poder na Rússia por Lênin e seus seguidores, paralisou não somente os intelectuais marxistas, mas o programa universal do socialismo. Para subsidiar sua interpretação, o filósofo se debruça não somente sobre a influência da Revolução de Outubro, e de seus idealizadores, em nome do legado histórico do movimento socialista, mas, também, e com especial esmero, na trajetória teórica de G. Lukács, que teve importante envolvimento político-teórico-prático com a experiência soviética. Sua escolha não é de modo algum fortuita. Lukács, do qual Mészáros é discípulo e tributário, é um intelectual de reconhecida grandeza e fecundidade em suas ideias, dado a envergadura de seu pensamento e da sua produção teórica.

Lukács atravessou os principais fenômenos culturais e políticos do século XX, nos pólos de duas culturas, húngara e soviética<sup>185</sup>. Despertou tanto o interesse e a admiração de importantes intelectuais, como reações, negações e recusas por tantos outros. Na mira, sua monumental obra, que deu cobertura a várias etapas da tradição filosófica europeia e da

<sup>184</sup> Em 1991, as três repúblicas bálticas Estônia, Letônia e Lituânia proclamaram sua independência e romperam suas amarras com Moscou, dando “um golpe de misericórdia na URSS”. Cf. ORTEGA, Ignácio. Repúblicas bálticas deram o golpe de misericórdia na URSS *UOL notícias*. (18/ago/2006). Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/18/ult1808u72679.jhtm> > Acesso em: abril de 2014.

<sup>185</sup> A trajetória de Lukács percorre um importante período que expressam graves situações de “misérias”: a húngara, que vive grave crise econômica e social e o dualismo de padecer no atraso e na inércia de um sujeito social para a transformação; o fracasso da experiência soviética; e a miséria político-prática que impera por todo o século XX, dominado por perspectivas estreitas e pela “imediatez” capitalista, que inviabilizam todas as formas de mediação política eficazes, desde os conselhos operários até os sindicatos e partidos. **VIRTUEX PLATAFORMA VIRTUAL DE FORMAÇÃO CRÍTICA. Curso dialética e emancipação humana em Lukács e Mészáros por Giovanni Alves.** Disponível em: < <http://estudosdotrabalho.org/curso/> > Acesso em: fev/2014.

filosofia marxista, especialmente quando completa “o grande salto, do moralismo trágico ao bolchevismo marxista”<sup>186</sup>.

Não obstante o caráter complexo, e porque não dizer problemático, da evolução do pensamento do filósofo nas circunstâncias desfavoráveis em que viveu, é, sobretudo no Lukács marxista, que se correlaciona a sua intensa busca teórica pelas mediações necessárias ao mundo perigosamente dominado pelas perspectivas reificadoras e alienantes do capitalismo, sem as quais não há a possibilidade de transformação social.

O desenvolvimento do pensamento de Lúkács e o seu papel de destaque diante dos problemas da organização, conquistas e derrotas dos partidos comunistas se tornaram teoricamente mais claros no decorrer da Primeira Guerra mundial e, mais especialmente, na eclosão da Revolução Russa, que, para ele, representava “um poderoso momento histórico de transição que se debatia por sua expressão teórica”. Isso porque, para Lúkács,

Somente com a Revolução Russa inaugurou-se, inclusive para mim, uma perspectiva de futuro na própria realidade; já com a derrocada do czarismo e ainda mais com a do capitalismo. Nosso conhecimento dos fatos e princípios era então muito reduzido e pouco confiável, mas, apesar disso, vislumbrávamos que – finalmente! finalmente! – um caminho para a humanidade sair da guerra e do capitalismo havia sido aberto. (LUKÁCS, 2003, p. 6, Prefácio de 1967).

Para Mészáros, no entanto, a trajetória de Lukács, no movimento comunista internacional, só pode ser caracterizada como “trágica”<sup>187</sup>. As bases que apóiam este julgamento se reportam não apenas aos desdobramentos da revolução socialista russa, que foram de encontro aos ideais de Lukács e de muitos outros intelectuais. O foco da análise da “tragédia” de Lukács se centra na “internalização”, tanto intelectual como política, dos acontecimentos pós-revolucionários, decisivamente marcados pela influência nefasta do stalinismo, e sua adesão ao chamado socialismo real, insistindo na tese de que “mesmo o pior socialismo é melhor que o melhor capitalismo”<sup>188</sup>. Lukács, segundo Mészáros, considerou, por toda sua trajetória que o único veículo possível de realização de seu ideal comunista se apresentava na “luta ética” da consciência social contra a sua própria alienação, mas, como se daria o salto da consciência, do mundo das ilusões capitalistas reificadas pela lógica do capital? Como a classe trabalhadora poderia superar as dificuldades práticas que lhe inviabilizava a liderança na emancipação da humanidade?

<sup>186</sup> Maior conhecimento da evolução do pensamento de Lukács pode também ser conferido em: LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>187</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 350.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 508.

À “instrumentalidade do Partido”, que para Lukács significava a “corporificação histórica e a encarnação ativa da consciência de classe”, e, ainda, à “encarnação da ética do proletariado”<sup>189</sup>, era creditado o “destinado e sublime papel de ser, tanto portador da consciência de classe do proletariado, como a consciência de sua vocação histórica”<sup>190</sup>. A crença em um “profundo compromisso ético”, assumido em reciprocidade por “indivíduos” e pelo “partido”, motivou Lukács à defesa da promessa de que:

as “tragédias a serem encontradas *en route* pela sociedade sem classes” diminuiriam enormemente conforme os “indivíduos tornassem sua autoconsciência consciente para si mesmos”. E – por meio da formação da “consciência de classe imputada” – o sujeito histórico torna-se consciente da sua missão “histórico-filosófica” de tornar a humanidade capaz de assumir o controle sobre seu próprio destino, para além da busca costumeira dos interesses particulares de classe. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 369).

Nosso autor chama a atenção para a exigência moral de Lukács como sendo a mediação, o elo de intervenção insubstituível ao processo social, capaz de instituir uma mudança estrutural radical. Diante da limitação histórica que o impediu de definir em termos materiais tangíveis, as mediações concretas pelas quais a totalização coletiva consciente poderia de fato se realizar, a tarefa revolucionária proposta por Lukács passa a ser identificada, de forma abstrata, com a “luta pela consciência”<sup>191</sup>.

A insistente projeção de Lukács, como diz Mézáros, em espelhar a crise social ou as tendências objetivas do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo na “crise ideológica” do proletariado, leva-o a minimizar a ausência das condições socioeconômicas objetivas favoráveis, totalmente inexistentes naquele contexto, à realização das potencialidades revolucionárias, cujo fracasso é atribuído à “fatores ideológicos e organizacionais”. O argumento defendido por Lukács, de que o principal obstáculo para o avanço da luta revolucionária, no contexto do terror stalinista, residia na “crise ideológica” do proletariado, é, no mínimo, problemática e, por certo, não pode ser compreendido estritamente nesses termos, haja vista o caráter extremamente controverso das circunstâncias históricas daquele momento.

O destaque aos fatores ideológicos e políticos, assim como a subestimação das determinações antagônicas do desenvolvimento das sociedades pós-capitalistas, da natureza, do poder de confronto e “permanência” do capital, figura no quadro da “tragédia”

<sup>189</sup> Lukács *apud* Mézáros, 2009b, p. 384-385.

<sup>190</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p.382.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 384.

protagonizada por grandes intelectuais marxistas, assim como Lukács, que creditam à “autoconsciência” do indivíduo o “elo intermediário crucial” ao processo emancipatório. Cabe destaque também o fato de não terem conferido a importância devida ao “fundamento material da solidariedade”<sup>192</sup> da classe trabalhadora internacional e a respectiva quebra no “caráter de massa da revolução”, comprometendo o argumento de que um “contramovimento ideológico” fosse capaz de remediar a situação adversa daquele momento e superar as contradições resultantes da ação da “consciência sobre a consciência” realizada pela atividade ideológica esclarecedora do partido.

Na idealização do Lukács, de *História e Consciência de Classes*, segundo Mészáros, seria necessário transformar o proletariado “inconsciente”, prisioneiro de sua “consciência psicológica”, em um trabalhador “consciente de seu *status* de sujeito, tarefa que seria alcançada pelos meios do esclarecimento ideológico e da iluminação teórica. Na luta entre essas “consciências de classe rivais”, Mészáros destaca que para Lukács,

é absolutamente vital que eles [o proletariado] possam ter claro que, “como a burguesia tem a vantagem intelectual, organizacional e todas as outras, a superioridade do proletariado deve repousar exclusivamente na sua habilidade em ver a sociedade do centro, como um todo coerente. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 384).

Nos termos de referência expostos, Lukács credita à consciência de classe proletária “verdadeira ou atribuída”, o “trampolim para a vitória”. Por sua justa e presumida compreensão da totalidade da sociedade, ela agregaria supostas vantagens sobre a “falsa consciência” da burguesia, o que garantiria a conquista da vitória mesmo a burguesia agregando a “vantagem intelectual, organizacional e todas as outras” como reconhece Lukács. Para a superação dessas vantagens que privilegiam a burguesia, ele defende o “trabalho educacional da consciência sobre a consciência” e a “superioridade qualitativa” da consciência totalizadora de classe do proletariado”<sup>193</sup>.

É conveniente lembrar que o capital é o modo de controle sociometabólico da reprodução e que tem sua existência e funcionamento diretamente ligado a sua capacidade de exercer comando sobre o trabalho. Este controle é exercido de modo soberano, ou seja, o capital não divide ou compartilha poder, mesmo que por um curto espaço de tempo, o que torna essa dominação o poder predominante da sociedade, que se impõe sobre a realidade objetiva e os desejos subjetivos de todos, trabalhadores e capitalistas. Esta condição de

<sup>192</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p.392.

<sup>193</sup> *Ibid.*, p. 385.

dominação não se resolve por meio do esclarecimento ideológico-político, sem que haja a alteração radical da ordem reprodutiva social arraigada.

As ponderações de Mészáros sobre Lukács, contudo, não deve nos induzir a um julgamento simplista ou apressado do pensamento deste grande pensador. Consideramos pertinente salientar que Lukács não se limitou a enaltecer as benesses do partido sobre a consciência na tarefa da revolução socialista. Seu arcabouço teórico é muito mais complexo. Mesmo a idealização que carregava sobre o partido não o impediu de criticar, mesmo que de forma “esópica”, velada, a tendência à burocratização do movimento comunista. A esse respeito, Mészáros destaca mais uma importante passagem de “*História e Consciência de Classes*”, na qual Lukács reitera que “sem a adesão consciente e o envolvimento de seus membros, a disciplina partidária “deverá degenerar em um sistema reificado e abstrato de direitos e deveres e o partido recairá em um estado típico de um partido burguês padrão”<sup>194</sup>.

A convicção positiva de Lukács na validade histórica dos “Conselhos dos Trabalhadores”<sup>195</sup>, a “via para o desenvolvimento socialista” e a questão da democratização do partido em relação órgãos de luta do povo, também foram bandeiras de Lukács, no espírito de *História e Consciência de Classes*. A sua crença no significado histórico-revolucionário desses Conselhos, contudo, arrefece e é revisto diante do impacto das derrotas infligidas a tais agrupamentos institucionais de auto-administração, que findam reféns da trágica lembrança das aspirações originais da revolução e dos constrangimentos sócio-históricos que, por fim, prevaleceram da Rússia pós-revolucionária.

É sobre a “ausência no horizonte teórico, de formas historicamente específicas e institucionalmente articuladas de autogestão genuína”, que Mészáros destaca o artifício que induz ao erro fundamental de Lukács: a “idealização de uma “metodologia dialética” autoconfirmadora”<sup>196</sup>, diante da qual a própria teoria realiza a tarefa da transformação prática. O peso objetivo das “formas institucionalmente concretas de prática social” se restringe à “mediação concreta do partido”, esse que possui, segundo Lukács, o “*status ontológico*” de ser o mediador entre o homem e a história”<sup>197</sup>.

Mészáros nos lembra que o que está em jogo, de fato, é a criação de formas concretas e indispensáveis de mediação “material e institucional” que respondam às demandas imediatas da situação sócio-histórica dada e, ao mesmo tempo, assumam a função de

---

<sup>194</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 382.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 382.

<sup>196</sup> *Ibid.*, p. 458.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 462.

reestruturar o sistema sociometabólico herdado com a sua divisão social do trabalho hierárquica profundamente desumana<sup>198</sup>.

No interesse da superação do capital como modo de controle do sociometabolismo reprodutivo, é importante destacar que esse empreendimento não pode ser realizado por um “ato político” ou “jurídico” que se aventure à impossível tarefa de suprimir a dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que seja possível abolir a propriedade privada por algum decreto, sabemos hoje que tal medida, no passado, se mostrou insuficiente para garantir e manter o desenvolvimento da nova forma histórica.

Sobre o desfecho da ditadura do proletariado, a avaliação de Lukács esbarra, segundo a interpretação de Mészáros, na centralidade conferida à “economia e violência” como objetos e instrumentos ideais, justificados em nome das circunstâncias desfavoráveis do período de transição que, para Mészáros, são incapazes, por si mesmas, de estabelecer a “identidade entre teoria e prática”, da mesma forma que estão longe de solucionar o que Lukács chamou de “a queda de produção do período de transição”<sup>199</sup>.

Na avaliação de Mészáros, os desafios para a transformação emancipatória, além da completa erradicação do capital como modo de controle sociometabólico, envolvem:

[...] uma *reestruturação material* totalmente abrangente das relações produtivas e distributivas da sociedade. Empreendimento que envolve, por sua vez, o estabelecimento *prático* das formas necessárias de mediação material por meio das quais no devido tempo a erradicação do capital do processo sociometabólico se torna viável. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 451, grifos do autor).

A grande dificuldade que cabe ao movimento socialista enfrentar, portanto, concerne não apenas ao metabolismo socioeconômico fundamental do sistema global do capital, com suas relações autoritárias de subordinação da produção a um controle alienado, que interagem a partir de estruturas irremediavelmente “conflituais/adversas” que, indubitavelmente têm que ser negadas.

Temos claro que o discurso de intervenção política por reformas na ordem social estabelecida, ou meros esforços político-organizacionais, não irão “moldar” a estrutura material do capital na direção pretendida, uma vez que não produzirão uma alteração radical na sua base de realização e reprodução, nem irão pôr em cheque o *ethos* capitalista. Por outro lado, a força do argumento de Marx também não pode ser ofuscada, segundo o qual

<sup>198</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 464

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 453.

“nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais elevadas, antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga, as condições materiais de sua existência”<sup>200</sup>. Desse modo, as estruturas reais das mediações transformadoras carecem de ser criadas para consolidar uma série de mudanças orgânicas na sociedade, que garantam aos indivíduos a chance de mudar as condições de sua existência e, assim, construir a passagem de uma sociedade regida pela lógica do capital a outra, livre, consciente, regida pelos interesses dos produtores livres e associados.

O caminho para tal conquista é a grande questão que desejo elucidar. Sistematizar as mediações pelas quais a divisão social hierárquica do trabalho poderia ceder espaço ao modo diretamente social da produção é o que pretendo explorar na próxima seção.

### 5.1 O problema das mediações

A categoria mediação resguarda grande importância e complexidade para o esclarecimento, tanto teórico como prático, dos meios e formas necessárias para a erradicação do capital do processo sociometabólico, na perspectiva de tornar real o projeto socialista defendido por Mészáros. Nesse sentido, a inquietação fundamental que pretendo responder nesse capítulo refere-se à compreensão mais ampla do significado da categoria mediação. Assim, a indagação que se coloca é: Como mobilizar forças para a alteração das relações sociais de produção e para emancipação histórica socialista? De que forma e por quais caminhos tais transformações podem ser efetivadas? A elucidação teórica dessas questões subsidia e direciona o objetivo central desta tese, que é sistematizar as mediações capazes de minar a expansão destrutiva do sistema do capital, reestruturar a ordem reprodutiva societal metabólica e abrir caminho para a mudança estrutural qualitativa sustentável.

Lembramos que o homem não é um ser mudo, fixo, produto fechado de seu contexto social; ele é também sujeito ativo na criação das condições sociais, do trabalho e dos instrumentos que realizam a mediação deles com o mundo e com os outros homens ao longo da história e do desenvolvimento de cada indivíduo. A origem da sociedade humana é resultado do princípio integrador fundamental do ser social, o trabalho. É através do trabalho (em conjunto com outros complexos) que o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, também se transforma. É a realização de sua atividade que impulsiona o homem ao

---

<sup>200</sup> Marx *apud* Mészáros (2009b, p. 467).

seu semelhante e ao fabrico dos instrumentos que mediarão a realização da atividade humana, provocando mudanças e abrindo caminhos para o desenvolvimento da práxis social humana.

Na sociedade que vive o domínio do capital, com sua peculiar divisão do trabalho, mediações alienadas de segunda ordem (a família nuclear, a produção alienada e suas personificações, o dinheiro, o trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial), antagonicamente estruturadas, atravessam e se afirmam de forma hostil sobre a mediação primária da produção humana (o trabalho) que, desfigurada de suas determinações objetivas fundamentais, transforma-se numa poderosa fonte de alienação. A atividade produtiva se subsume a mediação do poder de uma objetividade reificada, o capital.

A estrutura universal de reificação prevalece de tal modo sob o domínio do capital que a mercantilização do trabalho, dos desejos e das aspirações humanas incorporam o poder e os caprichos míticos da “mão invisível” como implicações inerentes ao metabolismo social. A tirania da lei do valor do capital sujeita as relações sociais à alienação, que acorrenta incontáveis milhões à necessidade permanente da ampliação do valor de troca.

Seguindo o autor húngaro, as mediações capitalistas que se estabelecem na base da sociedade civil edificam processos de dominação e exploração de uma classe por outra, sendo que é o domínio da burguesia que se consolida como força hegemônica e referência de classe. Os antagonismos e os conflitos inerentes às classes sociais constituem a base das relações que se estabelecem entre os indivíduos particulares, determinando-lhes o seu ser e a sua localização na estrutura de comando do capital. Nesta perspectiva é que são forjados o explorador capitalista, que é a “personificação do capital” e o trabalhador explorado, a “personificação do trabalho”.

O fato de o capital ser capaz de afirmar-se e reafirmar-se como força controladora do sociometabolismo torna ainda mais problemático a negação das suas mediações antagônicas. Sua força dominante de controle, como tal, é estruturada segundo as potencialidades inerentes ao modo prevalente de atividade produtiva, e à correspondente forma de distribuição do produto social total. Este modelo, insuficiente e inadequado às expectativas básicas de sobrevivência de grande parte da humanidade, mas veementemente articulados aos interesses egoístas de classe da outra parcela, é cegamente seguido, defendido e conceituado pelas personificações intelectuais, a partir do ponto de vista irremediável do capital.

Mészáros nos adverte que esse “campo ontológico historicamente construído” foi “imposto” aos indivíduos, aos quais está vetada qualquer opção de escolha fora da estrutura estabelecida. Restando-lhes, tão somente, “internalizar” tais imperativos como se determinados pela própria natureza, porque

[...] enquanto o capitalista não for apenas a “personificação do capital”, mas também “a personificação do caráter *social* do trabalho, *do lugar de trabalho total* em si”, o sistema pode alegar que representa o poder produtivo, de necessidade vital para a sociedade *vis-a-vis* aos indivíduos, incorporando os interesses de todos e sendo, portanto, a base de continuidade de suas existências. Dessa forma o capital afirma-se diante da sociedade não apenas como poder *de facto*, mas também como poder *de jure*, já que ele se apresenta como condição necessária objetiva da reprodução societária e, portanto como o fundamento constitucional de sua própria ordem política. (MÉSZÁROS, 2010, p. 187, grifos do autor).

Perseguindo a tradição filosófica moderna, Mézáros observa que seus filósofos, dentre os quais, Hobbes, Kant, Hegel, Smith, Descartes, Rousseau, etc., à exceção de Marx, trataram os antagonismos da sociedade civil como se emanassem não das condições sociais de existência, mas da suposta natureza egoísta dos indivíduos. A postura, reflexo das tentativas de saída segura das contradições objetivas da situação social, hipostasiou uma “subjetividade isolada”, irrefletidamente glorificada por um agregado de indivíduos, tomados em separado e voltados a si mesmos, absolutamente incapazes de se colocar à altura da dramática tarefa histórica de superação do estado de coisas. E como o horizonte da “individualidade isolada” é restrito, ele se impõe como tendência que corrompe as determinações ontológicas sociais em meras questões epistemológicas individuais, nas quais o indivíduo egoísta assume o centro de referência de todo o sistema, em um tipo de entidade “pseudouniversal”<sup>201</sup>. Nesses termos, o indivíduo é alçado da mera “particularidade” à categoria da “unidade” e da “universalidade” subjetivas, sem nenhuma referência a um conceito viável de mediação social capaz de estabelecer o vínculo necessário e vital entre os sujeitos sociais às dimensões reais da sua vida em comunidade.

De acordo com Mézáros, a função ideológica crucial assumida pelo “ponto de vista da individualidade isolada” se realiza com a “inversão” radical da mediação primária, com a mistificação dos conflitos e antagonismos de classe que emanam dessa ordem. Isso significa que a posição ideológica identificada com o capital não reconhece a natureza real da relação de dominação e subordinação estruturais entre capital e trabalho, que subjugam a maioria da sociedade à dominação estrutural hierárquica do capital. Sua ênfase se centra nos aspectos secundários, “subjetivos/individualistas” da contradição, enquanto que os antagonismos primários da sociedade são relegados à periferia.

[...] no nível das estruturas materiais da sociedade, é a esfera da distribuição e da circulação que são levados em conta, com seus conflitos secundários e

---

<sup>201</sup> MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c, p. 50.

vicissitudes competitivas individualistas, enquanto as *pressuposições* objetivas do sistema produtivo como um todo são simplesmente presumidas. Pois reconhecer que a premissa material fundamental da formação social capitalista consiste na distribuição exclusiva dos meios de produção em favor do capital e de “sua personificação: o capitalista” – que define essa ordem social em termos do monopólio *inalterável* do controle sobre o processo de produção em sua totalidade – levaria a cabo suas implicações explosivas e, conseqüentemente, inaceitáveis. Isso conduziria, na verdade, a perceber que a única disputa de fato relevante, ao fim, é aquela que se refere às fundações estruturais do sistema produtivo mesmo. Uma disputa concebível apenas enquanto confronto de *classes* [...]. (MÉSZÁROS, 2009c, p. 52, grifos do autor).

Assim, tudo permanece envolvido nas determinações abstratas de um “dever-ser” impotente, restrito ao nível de meros “postulados”, que torna a questão da mediação “socialmente vital” irrealizável, pois o que prevalece na ordem social do capital é a “mediação individualística”<sup>202</sup>. A dominação objetiva e circular das mediações de segunda ordem do sistema do capital (família nuclear, produção alienada, dinheiro, trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial), que se interpõem como “mediações destrutivas” da “mediação primária” (a atividade produtiva), como vimos anteriormente, são admitidas e racionalizadas sempre sob o ângulo especulativo, da predestinação ou como historicamente insuperáveis.

O ponto de vista da “mediação individualística” (subjetividade isolada) acomete não somente os pensadores identificados com a ordem econômica e social estabelecido do capital, mas a totalidade da consciência social, o que os leva a “evitar como a peste o reconhecimento dos antagonismos de classe” que prevalecem nessa ordem. Em vez do reconhecimento da natureza real dos antagonismos sociais, considerados intranscendíveis, o tratamento lhes dispensado circunscreve a esfera de algum tipo de postulado “pseudouniversalista”, percebido e teorizado do ponto de vista do capital e de acordo com seu fundamento socioeconômico, sendo, por isso, considerado intacto em todo o seu sistema de mediações de segunda ordem.

No âmago das intermediações sociais, a especificidade histórica das mediações (transformadoras) assumem importância metodológica crucial, na medida em que definem o caráter fundamental do modo de intercâmbio social e seus respectivos arranjos institucionais. Sua representação teórica crítica expressa a magnitude da tarefa a ser enfrentada, tendo em vista que requer uma concepção “intelectualmente coerente e verdadeiramente abrangente” da mediação. Na prática, se exige o estabelecimento de mudanças qualitativas que abram caminho para a condições de produção da existência mais integradas à natureza e cooperativas

---

<sup>202</sup> MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c, p. 145.

entre os indivíduos sociais, em franco contraste à perdularidade e destrutividade insustentáveis da atual ordem de reprodução social.

O problema real, diz Mészáros, não é a “mediação individualística”, pois a questão da mediação não pode ser tratada como intercâmbio especulativo de princípios filosóficos abstratos, pois é a “mediação conflitiva/adversante”<sup>203</sup> que configuram as relações potencialmente destrutivas de poder entre as classes antagônicas da sociedade e, como tal, reproduz de modo dinâmico, dominador, articulado e destrutivo, o conjunto historicamente específico das estruturas e práticas sociais institucionalizadas, sempre voltados aos interesses próprios do capital. É a força da mediação “conflitiva/adversante” que cria e projeta a ilusão de que o equilíbrio entre as forças em conflito, do capital e do trabalho, pode ser alcançado. Nesse “louvou ao equilíbrio”, a “natureza do conflito” é omitida, permanecendo oculta e inalterada na base do processo de reprodução social.

Para Mészáros, nem mesmo a “orientação reconciliatória” da maior das concepções burguesas, a filosofia hegeliana, conseguiu superar as contradições do sistema de mediações de segunda ordem capitalistas, na medida em que seu postulado de “racionalidade do mundo que se autorrealiza” lhe permite apenas “legitimar e racionalizar de forma ideológica, a necessária *conformidade* à ordem estabelecida”<sup>204</sup>. A separação da sociedade civil do Estado político foi a artimanha teórica ideal para o desejo de exorcizar as deficiências das mediações antagônicas de segunda ordem por meio da função reconciliadora do Estado, contudo, como adverte Mészáros, presumir uma relação de equilíbrio entre as inegáveis e irreparáveis contradições do mundo real, ou a superação das discrepâncias materiais dos indivíduos na sociedade civil através do Estado, é problemática ao extremo.

A questão crucial com relação à instituição de uma ordem sociometabólica historicamente viável é a substituição das mediações antagônicas de segunda ordem do capital entre a humanidade e a natureza e dos indivíduos entre si por uma alternativa qualitativamente diversa das relações de troca fetichisticamente quantificadoras da sociedade mercantil ao poder essencialmente alienado de tomada de decisão geral pelo Estado. (MÉSZÁROS, 2009c, p. 303).

Na relação entre o Estado e a sociedade, nos moldes teorizados por Hegel, a mediação assume o papel de uma “falsa mediação”, na medida em que, diferente do que teorizou o filósofo alemão, não há uma “unidade orgânica” entre as duas esferas. Ao contrário, as relações de poder prevalentes na sociedade civil foram impostas às classes dominadas de

<sup>203</sup> MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c, p. 182.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. 153, grifos do autor.

forma arbitrária, no estrito interesse do capital e com total indiferença à idéia de um equilíbrio ideal entre este e o trabalho. Na verdade, a perpetuação dessas relações de poder foi garantida porque a dimensão política pode ser institucionalizada nas estruturas burocratizadas do Estado capitalista, tornando-se uma parte integrante da estrutura social capitalista, perspectivando um único fim, a expansão do capital através da extração ilimitada do trabalho humano excedente.

O que está em jogo, portanto, é o imperativo que o sistema categorial de Mészáros exige para a realização do projeto histórico do socialismo, que é a superação das mediações antagônicas exploratórias próprias do sistema do capital e a destrutividade que dele emerge, por outras mediações sociais não-conflitivas.

Para tanto, a mediação que está em questão requer “a elaboração coerente e a instituição prática dos princípios operativos do intercâmbio social”, no qual o trabalho se afirme como o fundamento da reprodução social, necessário à autonomia e controle genuínos dos “sujeitos reais livremente associados”, no lugar do sujeito usurpador. E como a categoria mediação, por si própria, é absolutamente impotente para produzir as mudanças materiais necessárias, esta tarefa só poderá ser constituída na base de valores substantivos, por obra “de um sujeito social ativo que possa intervir autonomamente no processo social em andamento”<sup>205</sup>.

O desafio mais imediato dessa tarefa engloba, não somente a crítica radical ao Estado e à política moderna, suas instituições democráticas e o modelo de participação e organização políticas por ele engendradas, mas principalmente a reestruturação radical dos instrumentos mediadores de intervenção capazes de alterar a estrutura das mediações de segunda ordem do capital. A ampla compreensão desses elementos transformadores, assevera, no entendimento de nosso autor, não somente a negação da ordem dominante, mas a importância da atuação política que não poderá ser abandonada, não obstante os seus limites, para a efetivação das mudanças esperadas.

Dentre os instrumentos mediadores apontados por nosso autor, o partido é um importante instrumento de mediação prática das lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, na medida em que consiga direcionar suas batalhas contra o inimigo comum, o capital, negar sua lógica estrutural, contradições e denunciar as atrocidades do sistema, possibilitando às massas a ampla compreensão das determinações que afetam e controlam suas existências. Ainda que não seja, como entende Mészáros, capaz de instituir uma mudança estrutural radical, cabe ao partido a dialética e grandiosa tarefa de organizar,

---

<sup>205</sup> MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c, p. 283.

interagir e preparar a consciência dos trabalhadores não somente para a emancipação política, mas para a revolução social.

Na ordem das mediações materiais necessárias, também se coloca a questão da economia. Em total contraste com a “falsa economia do capital”, cuja principal força determinante opera através da extração do trabalho excedente e auto-expansão quantitativa, se coloca o princípio já prescrito por Marx, “de cada um de acordo com a sua capacidade, para cada um de acordo com a sua necessidade<sup>206</sup>”.

Diante da incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção existente, perdulária e destrutiva, se coloca a necessidade de um modo de vida muito diferente, no qual os seres humanos não dissipem suas vidas naquele tipo de produção. Como disse Mészáros, a relação dialética entre produção e controle, produção e distribuição e produção e circulação é inevitável. O impacto dessas premissas acentua a problemática das mediações capazes de desenvolver positivamente a reestruturação da economia, que, para Mészáros, define-se como:

1. A necessidade de gerar um novo tipo de produtividade, sobre as ruínas da destrutiva e dispendiosa subordinação das energias e forças produtivas da sociedade ao capital, em função de suas perversas necessidades de auto-expansão. No mesmo contexto, essa necessidade implica também a produção de uma oferta adequadamente expandível de fundos e recursos, em harmonia com o novo tipo de produtividade, em lugar de uma que restrinja e potencialmente paralise, já que a absurda superprodução/escassez de capital atualmente tolhe necessariamente o modo de produtividade vigente. [...]. (MÉSZÁROS, 2009a, p. 1075).

Como se vê, a “reestruturação da economia” proposta pelo autor, em nada se assemelha aos mecanismos de controle do capital que o favorece desde e até que o período de expansão produtiva do pós-guerra pôde avançar sem impedimentos, tampouco se assemelha à promessa de uma “nova” economia gerada pela globalização e desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação ou das “estratégias de desenvolvimento” tão presentes na corrida pela produtividade destrutiva que se intensificaram no final da década de 1990. O problema da reestruturação tem que ser considerada a partir de uma “rede imensamente complexa e contraditória de dependências recíprocas em escala global” que, conforme dispõe Mészáros, também englobam o desafio de estabelecer uma alternativa viável ao complexo militar-industrial, com uma solução econômica para a taxa de utilização decrescente do uso das mercadorias, a criação de condições políticas de segurança coletiva e

---

<sup>206</sup> Cf. MARX, Karl. **Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt**. São Paulo: Editorial Estampa: Martins Fontes, [197?].

desarmamento mundial, assim como um novo esquema institucional de relações entre Estados, sem se negligenciar o imperativo de uma relação igualitária com o chamado “Terceiro Mundo”.

Considerados esses termos, Mészáros adverte que a disposição de superar o capital reestruturando a economia não envolve um desafio “originalmente econômico”. Se o objetivo é romper o círculo vicioso das determinações férreas das leis do capital, a meta clara que se apresenta nesse horizonte é a reestruturação da própria sociedade como um todo, “de cima a baixo”. Todavia, no curso da caminhada à nova ordem histórica a centralidade da tarefa político-social não poderá ser desprezada e isso amplia a complexidade da questão, uma vez que vai requerer a reestruturação radical também da política para, então, abrir caminho aos objetivos econômicos socialistas. E para a concretização dialética de tamanha proporção, conquistas positivas precisam ser redefinidos em termos “substantivos”, em agudo contraste e negação ao sistema de valores da ordem estabelecida do capital, que esvazia o verdadeiro conteúdo de importantes princípios, desde a liberdade à fraternidade e da democracia à igualdade.

No que se refere à igualdade, o viés ideológico do Estado liberal democrático da “igualdade de oportunidade”<sup>207</sup> justifica o tratamento desigual selecionando determinados segmentos aos direitos consolidados na vida social. Tal concepção, como se sabe, não tem sido pródiga em amenizar o fardo da pobreza e da desigualdade cultural-socio-econômica sobre milhões de pessoas em todo o planeta. Este é um grave problema de violação dos direitos humanos que reflete a complexidade do fenômeno estrutural da pobreza. Na próxima seção, tentaremos ampliar a compreensão da igualdade requerida pelo projeto socialista, como defende o filósofo húngaro

## 5.2 A igualdade substantiva: a plenitude da auto-satisfação da atividade produtivas humana

A igualdade é um princípio de relevância socialista fundamental. É uma “condição absoluta” para a criação de uma ordem alternativa sustentável, que está estreitamente relacionada à “auto-satisfação da atividade genuinamente produtiva na vida dos indivíduos”, que implica um tipo de relação humana apropriada à redução progressiva das contradições, imprimindo maior equidade e justiça nos intercâmbios humanos. Para tanto, o trabalho deve

---

<sup>207</sup> Bobbio define a igualdade de oportunidades como o princípio capaz de estabelecer a “igualdade dos pontos de partidas” para “uma grande competição para a obtenção de bens escassos”. BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 31-32.

ser “universalizado” de forma consciente entre todos, assim como os frutos da atividade produtiva, que devem ser “igualmente repartidos” entre todos os homens.

É certo que no pensamento ocidental, a igualdade nem sempre foi tratado como um valor positivo. Como atesta Mészáros, não é preciso remontar à Aristóteles (384 a.C-322 a.C), com sua crença na coesão e harmonia natural entre o “homem livre” e a sociedade para perceber que a evolução capitalista colocou o indivíduo isolado, burguês, seus conflitos e contradições no lugar da associação orgânica da comunidade; Tampouco ao Leviatã, de Hobbes (1588-1679), com sua promessa de paz e a resignação à “*bellum omnium contra omnes*”, que pressupõe homens iguais e livres para lutar contra seu estado de insegurança, para ter claro que a marcha do tempo consolidou o ideário da igualdade natural dos homens numa equivalência de sujeição ao espírito mercantil<sup>208</sup>. Nesses termos, a liberdade do homem, disposta contratualmente, coaduna-se ao avanço da sociedade da “livre” troca de mercadorias e à proteção da propriedade privada, como fundamento da vida civilizada. Segundo Mészáros,

[...] a aceitação “livremente escolhida” de uma nova servidão – em lugar da velha forma feudal, politicamente estabelecida e regulada de servidão – pôde avançar com base numa “sociedade civil” caracterizada pelo domínio do dinheiro, que abriu as comportas para a universal “servidão à necessidade egoísta” (MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

A “servidão universal”, naturalizada pelo ímpeto da produção capitalista, por certo não pode assegurar o estado da liberdade e da igualdade como princípio universal entre os indivíduos no interior da estrutura social. Como entende Mészáros, anterior a Marx o conceito de igualdade e a crítica social ao caráter antagônico da acumulação se restringem a poucas figuras, dentre as quais ressalta a importante contribuição de Rousseau (1712-1778), esse que detém o grande mérito de ver que a igualdade prometida pelo “pacto social” é apenas “aparente e ilusória”, uma vez que “as vantagens da “confederação social” pesam fortemente a favor dos ricos, contra os pobres”. Mészáros citando Rousseau completa:

Pois ela [a confederação social] proporciona uma poderosa proteção para as imensas posses dos ricos, e mal deixa ao homem pobre a simples posse da cabana que constrói com suas próprias mãos. Não são todas as vantagens da sociedade para os ricos e poderosos? Não estão os postos lucrativos em suas mãos? Não estão todos os privilégios e isenções reservados apenas para eles? Não está a autoridade pública sempre do seu lado? [...] Como é diferente o

---

<sup>208</sup> Para maior aprofundamento dos fundamentos da teoria liberal, da ascensão do indivíduo isolado e sua influência no contexto social e político da modernidade, sugerimos o estudo de: FREIRE, Juciley Silva Evangelista. **Participação e educação**: concepções presentes nos estudos da Revista Educação e Sociedade (1978-2010). 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Educação). Goiânia: UFG / Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2011.

caso do pobre! *Quanto mais a humanidade lhe deve, mais a sociedade lhe nega [...].* (MÉSZÁROS *apud* ROUSSEAU, 2006, p. 51-52, grifos do autor).

Para o perdão dessa contradição da realidade social, Rousseau acredita que “o contrato fundamental substitui a desigualdade física que a natureza possa ter criado entre os homens por uma igualdade que é *moral e legítima*, e os homens, que podem ser desiguais em força ou inteligência, tornam-se *iguais por convenção e direito jurídico*”<sup>209</sup>, ou seja, para Rousseau a igualdade entre os indivíduos pode ser assegurada por atos formais-jurídicos que deliberam sobre o bem comum e declaram a vontade geral do corpo de indivíduos mediante as leis, instrumentos ideais que resguardam a liberdade e igualam os indivíduos coletivamente associados.

Mészáros, por sua vez, ainda que ressalte a superioridade radical do conceito de igualdade de Rousseau em relação aos filósofos da época, destaca também os limites que a época lhe impôs. Rousseau, segundo Mészáros, mesmo tendo clareza acerca da necessidade essencial de igualdade e da responsabilidade que os sistemas jurídicos tinham na perpetuação da desigualdade, não conseguiu conduzir sua investigação a uma conclusão capaz de abarcar a negação radical de todo o sistema de desigualdades e alienações desumanizadoras do seu tempo; ele só consegue opor um ideal moral, abstrato, às condições dominantes. Para Mészáros, Rousseau se utiliza dos postulados morais como alternativa às contradições da realidade capitalista, sem, no entanto, combater as suas premissas básicas<sup>210</sup>. Rousseau rejeita os efeitos da concentração da riqueza, mas, inconscientemente, apóia suas causas, pois, não conseguiu se desprender da base material cujas manifestações ele denuncia. Mesmo o alvorecer da inevitável Revolução (Francesa) que ele pressente não foi capaz de desvelar-lhe a substância essencial das contradições sociais que perpetuam a desigualdade entre os homens e que deveriam ser negadas, quais sejam, a propriedade privada, o mercado capitalista, o poder do dinheiro e o culto à riqueza. Tratava-se de negar, de acordo com Mészáros, a relação antagônica entre capital e trabalho como manifestação própria da hierarquia estrutural e da desigualdade para que a “igualdade substantiva” se fizesse presente no horizonte como força material<sup>211</sup>.

As conclusões da avaliação de Mészáros não minimizam a inegável novidade e inestimável contribuição histórica das percepções filosóficas anunciadas por Rousseau. Seu

<sup>209</sup> MÉSZÁROS *apud* ROUSSEAU, 2006, p. 57, grifos do autor.

<sup>210</sup> A análise justa do legado rosseauiano só é possível e correta se consideradas a partir das circunstâncias que abarcavam o sistema de pensamento e mistificações da sua época que, invariavelmente, a partir do ponto que requeria a negação dos ditames da a-historicidade e imutabilidade defendidos pela ideologia burguesa iluminista, paralisavam qualquer tentativa de avanço no desvelamento da ordem social.

<sup>211</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

conceito de igualdade é indiscutivelmente inovador para sua época, muito embora tenha esbarrado nas limitações das premissas liberais de seu tempo, que impossibilitaram-no de conceber a vida civilizada sem a propriedade privada como sua base suprema e força reguladora. No âmbito das relações sociais reais, que se colocam em franca oposição a seu princípio de igualdade, Rousseau se desloca para os postulados morais-legais como justificativa à complexidade e consequências produzidas pelo dinamismo do capital em expansão.

Precisamente por contestar esse quadro conceitual que impunha obstáculos à realização radical de igualdade e justiça, foi que Gracchus Babeuf (1760-1797), no seu “Manifesto dos Iguais”, pagou com a vida a denúncia de que “a igualdade nunca foi mais do que uma bela e estéril ficção da lei”<sup>212</sup>, haja vista a verdadeira igualdade, desde sempre, é um princípio incompatível com o modo de funcionamento do capital em todos os níveis e terrenos do intercâmbio societário e não poderia em absoluto pertencer a suas considerações.

Quando Marx nega o caráter abstrato e a-histórico atribuído à natureza humana e a contextualiza na realidade concreta, estabelece que todos os homens são seres sociais e, como tal, encontram-se igualmente enquadrados pelas condições sociais de cada época. Rompe, assim, com os autores clássicos do liberalismo e inaugura uma nova abordagem para o tema da igualdade.

Como já foi dito, a mediação primária que possibilitou o salto da humanidade e sua sobrevivência em todas as épocas foi o trabalho. A diferença básica que vai distinguir os sistemas sociais é justamente a maneira como se desenvolve e se organiza a produção. Se, nas sociedades primitivas, os instrumentos e meios de produção são propriedade comum a todos, na sociedade que se divide em classes, eles são propriedade de uma classe social que detém o poder e, por isso assegura o desenvolvimento de suas capacidades e aptidões à custa da negação da outra classe que trabalha.

Mesmo após a proclamação dos nobres ideais de liberdade-fraternidade-igualdade da Revolução Francesa - sabidamente irrealizáveis numa sociedade de indivíduos antagonicamente dispostos, do ganho irrestrito, da concentração da riqueza e poder - o nível da igualdade viável para os indivíduos, em geral não ultrapassa as medidas estritamente formais/jurídicas. Nesse sentido, o apelo liberal à igualdade reflete a exigência de forças sociais interessadas em desenvolver a dominação de classe.

---

<sup>212</sup> BABEUF, Gracchus. Manifesto dos iguais. In: **Mundo do socialismo**. [s.l], 2006. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm#tn1>> Acesso em 12 de junho de 2014.

Ademais, sem se questionar o caráter privado da propriedade, o tratamento dispensado ao tema da igualdade será sempre parcial e negará o real antagonismo entre as classes sociais, cuja função diferenciada na produção e distribuição da riqueza social figura na gênese da desigualdade e demarca implicações de longo alcance para o desenvolvimento social. Mesmo as promessas de redução da desigualdade observada entre os países “subdesenvolvidos” parecem anedota diante dos números que apontam a sempre crescente concentração da riqueza do mundo nas mãos de uns poucos que dominam a imensa maioria. Nesta perspectiva, as desigualdades são entendidas como meras disfunções do sistema, que carecem de constantes aperfeiçoamentos e tentativas inovadoras de promoção de novas formas de gestão e conciliação de interesses.

O quadro só assevera a característica e a natureza fraudulenta das promessas que o capitalismo, teoricamente, promete: liberdade, desenvolvimento, igualdade, emprego, democracia, justiça social, etc.

Em outras palavras, deparamo-nos com uma dupla circularidade, produzida pelo mais iníquo desenvolvimento histórico atual: define-se a “liberdade” como “igualdade contratual” (postulada abstratamente, mas na substância real extremamente fictícia), e a “igualdade” se esvazia no vago desejo de uma “liberdade” de aspirar à concessão de nada além da “igualdade de oportunidade” formalmente proclamada, mas socialmente nula. (MÉSZÁROS, 2007, p. 188, nota de rodapé).

O espírito predominante nessas promessas é a busca da estabilidade e de um consenso que viabilize a irrefreável realização do lucro do capital em detrimento das necessidades humanas. Pressupõe um capitalismo diferente, reformado, em que as condições materiais que dão vazão à lógica do capital, à exploração do trabalho, a extração da mais-valia e a tirania do valor de troca sobre o valor de uso possam ser domadas e mantidas sob controle.

Contra essa noção, de que é possível colocar restrições à necessidade vital do sistema, o caminho para se eliminar as desigualdades sociais exige a superação dessa lógica de produção, o que nos desperta ao enfrentamento de uma teia rigorosa de tarefas “concretas” das quais não podemos nos eximir, sob pena de condenar o projeto socialista à estagnação quando não à involução e ao retrocesso.

É certo que a superação do sistema de controle sociometabólico do capital engloba uma totalidade de complexas determinações dialéticas recíprocas, todas estreitamente sustentadas e umbilicalmente integradas como “pontos arquimedianos”. A gama de intervenções objetivas e subjetivas que integram os princípios orientadores para a estratégia

da transformação socialista duradoura resguarda, cada uma delas, igual relevância e vitalidade no direcionamento do destino geral da jornada.

A proeminente e definitiva negação do atual sistema estabelecido de reprodução destrutiva para a construção de novo marco para o processo sociometabólico entre o homem-natureza-homem é apenas uma parte do que tem que ser feito. A totalidade do empreendimento não se consuma se não for complementada pelo “lado positivo” da tarefa, qual seja, a criação “progressiva” de uma “ordem sociorreprodutiva alternativa”, na qual o caráter processual dos objetivos e exigências socialistas se assume, se fortalece e se desdobra como parte integral de um processo histórico ilimitado. Isso significa que nas estratégias viáveis para a transformação socialista radical, a série de mediações necessárias não pode ser predeterminada ou assumida como caminho único, definitivo e de factividade exequível na mesma temporalidade espacial, ou mesmo assumir o caráter de uma prescrição alopática utilizada a fim de neutralizar os efeitos sintomáticos da produção destrutiva do sistema do capital, pois na aferição de Mészáros, no que tange às mediações, “*todas* elas têm igual importância, no sentido de que *nenhuma* deve ser negligenciada ou omitida no curso mais longo a partir da estratégia geral, seja qual for sua relevância *imediata* no início da jornada”<sup>213</sup>, o que não significa que estejam predeterminadas permanentemente, uma vez que é “automediação” e, como tal, deverá ser obra de uma força emancipatória que atue conscientemente em todas as esferas da vida social.

Para Mészáros, em oposição ao metabolismo social do capital, a igualdade substantiva é o princípio estruturador e regular fundamental da esfera da produção e distribuição para a criação de uma forma qualitativamente diferente de ordenação do nosso modo de reprodução sociometabólica. Mais do que isso, a igualdade substantiva não é apenas um dos princípios orientadores, ela ocupa uma posição-chave, de “*primus inter pares*” dentro da estrutura categorial da hegemonia dos trabalhadores. Segundo as palavras de Mészáros, “a ordem social alternativa não é sustentável a longo prazo sem a plena realização da igualdade em lugar das relações sociais existentes”<sup>214</sup>. Essa compreensão propõe novos parâmetros para a reprodução metabólica, com relações sociais baseadas em “alternativas cooperativas” entre os seres humanos associados com vistas a uma sustentabilidade real. O desafio da igualdade substantiva se afirma não na forma da “*igualdade de classes*”, mas na necessidade de pôr fim à

---

<sup>213</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 225, grifos do autor.

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. 233.

*desigualdade de classes enquanto tal* em sua totalidade por meio do estabelecimento de uma *sociedade sem classes*”<sup>215</sup>.

Em nossa sociedade, sob a pressão das determinações internas do capital, o discurso da igualdade se configura em seu próprio oposto, na afirmação de uma “cultura da desigualdade substantiva” há muito estabelecida e legitimada. A interação recíproca entre as estruturas de reprodução material e a dimensão cultural resigna os indivíduos à manutenção das relações de poder através dos processos de “internalização” que garantem a subordinação alienada àqueles que tomam as decisões acerca da atividade vital humana.

Nesse sentido, também os intercâmbios humanos, em todos os níveis, inclusive nas menores “microestruturas”, como a família, são profundamente afetados pelas características estruturais fundamentais do complexo social, mormente alienante, discriminatório e hierárquico. Na elaboração de Mészáros, sob as circunstâncias prevalentes, as “microestruturas de reprodução” não podem de nenhuma forma, funcionar na base da verdadeira igualdade. Tomando como exemplo a família nuclear, o autor ressalta seu papel essencial na reprodução do sistema de valores da ordem estabelecida do capital que são, indubitavelmente, opostos ao princípio da verdadeira igualdade. Sobre isso, Mészáros diz:

É por isso que encontramos por toda parte a síndrome da subserviência internalizada do *conheço-meu-lugar-na-sociedade* nos países anglo-saxônicos, na Alemanha, na antiga Rússia soviética, tanto em famílias proletárias como nas da burguesia e da pequena burguesia. A existência de um tipo de família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida em termos de um sistema de valores alternativos – realmente igualitário -, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 271, grifos do autor).

Fica claro que para a estabilidade do sistema hierárquico de produção e reprodução social do capital só é possível devido a afirmação de condições humanas e materiais favoráveis à reprodução do sistema de valores do capital de modo ininterrupto, por sucessivas gerações de indivíduos, para a qual a família nuclear tem papel de destacada importância. A causa da emancipação das mulheres, como vimos, é outro exemplo apontado por Mészáros, que destaca tanto a reafirmação da cultura da desigualdade prevalente como a incompatibilidade do modo de funcionamento do capital com a exigência prática da igualdade substantiva.

Ora, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, em perfeita harmonia com o

<sup>215</sup> MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009a, p. 122, grifos do autor.

princípio antagonista que estrutura a sociedade e o processo de trabalho, a emancipação dos indivíduos em geral, e das mulheres em particular, não obstante as conquistas e avanços nesse campo, é algo irrealizável. Nesse sentido, constatamos junto ao autor que mesmo a entrada em massa das mulheres na força de trabalho<sup>216</sup> durante o século XX, não resultou na equalização da sua situação social em relação aos limites impostos pelo sistema do capital. Essa influência reverbera também no movimento feminista que, ao longo do tempo, se aporta em divisões e divergências inconciliáveis em nome da luta contra a opressão e discriminação das mulheres. A priori, a questão da luta de classe como fundamento de toda forma de opressão, tem sido sufocada pela exaltação teórica e política do “pluralismo”, da valorização das diferenças e particularismos de grupos e segmentos sociais oprimidos. Na esfera jurídica, o atendimento ao princípio da igualdade se restringe ao tratamento da igualdade formal, de raça ou gênero, essas entendidas como preceitos que buscam assegurar a igualdade de todos perante a lei; a igualdade de oportunidades; e a promoção da igualdade entre os sexos.

O fato é que sem se confrontar às formas de domínio do capital, a subordinação da força de trabalho a uma divisão hierárquica e as formas opressoras da produção e distribuição, a causa histórica não somente da emancipação das mulheres, mas da verdadeira igualdade, ganha contornos quixotescos. Também a aclamação da fórmula burguesa da “igualdade de oportunidades” como “imparcial” e “justa”, na compreensão do autor, é um “desvio mistificador” que reforça tanto a hierarquia social de exploração como tenta evitar mudanças nas relações de poder prevalentes e, por conseguinte, a permanência da “desigualdade substantiva” torna-se um álibi ideológico palatável.

Os argumentos de Mészáros demonstram que, não obstante o discurso capitalista de “justiça e imparcialidade”, o antagonismo entre uma minoria cada vez mais rica e uma maioria cada vez mais pobre revela o tamanho do desafio e o quadro prá lá de deprimente dos países capitalistas, mesmo os mais privilegiados. A perspectiva do desemprego que cresce de forma crônica e a queda nos padrões de vida da força de trabalho é a tendência inexorável que o sistema do capital resguarda a todos. Dessas contradições, o autor ressalta seu reverso correspondente, a “dinamite” à estabilidade social impressa nas taxas de criminalidade,

---

<sup>216</sup> Mészáros apresenta dados de estudo que discute as tendências desse quadro e demonstra que em todos os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) os trabalhos de baixos salários são realizados por mulheres, minorias e imigrantes, o que está reduzindo o nível salarial geral em todas essas economias. Cf. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 272.

agravos econômicos, revoltas, agitações sociais e medidas autoritárias para se impor a qualquer custo a gestão das condições deterioradas da vida socioeconômica<sup>217</sup>.

Alterar radicalmente as determinações internas dessa ordem, que impõe a submissão da necessidade e do uso humano à necessidade insaciável e alienante da expansão do valor de troca nos marcos do domínio do capital é o único caminho razoável que nos resta. A solução a longo prazo só é possível numa sociedade em que os produtores associados se identifiquem com os objetivos da reprodução de suas existências, o que só é plausível sobre o fundamento da igualdade substantiva. Sua realização requer, por um lado, que “o próprio trabalho seja universalizado”, e, por outro lado, “que os frutos potencialmente mais generosos da dedicação positiva dos indivíduos aos seus objetivos produtivos sejam igualmente repartidos entre todos eles”<sup>218</sup>.

Fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio mediador eficaz e absoluto de regulamentação de todas as relações humanas é a única maneira de se caminhar na direção de uma ordem social na qual a justiça e igualdade adquiram um significado genuíno e emancipatório, de forma que seja garantido o preceito marxiano “de cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual, segundo suas necessidades”<sup>219</sup>. Naturalmente, esta redefinição não pode efetivar-se no âmbito das negociações políticas ou econômicas. A mudança que urge impor-se requer uma mediação prática, uma revolução humano-social capaz de, como disse Marx na Ideologia Alemã, “desembaraçar-se de toda a antiga imundice e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade”, por meio do ativo envolvimento das grandes massas da população para a viabilidade da nova forma histórica.

### 5.3 Política radical: a reestruturação da política capitalista a favor das massas

Esta claro que no enfrentamento do capital não cabe ilusões nem existe atalhos. E certamente, o seu poder controlador de reprodução sociometabólica não poderá ser radicalmente desafiado e corrigido no interior da estrutura política estabelecida. Na reestruturação fundamental e totalizadora da sociedade, ainda que considerada a miríade de interações e implicações econômicas envolvidas, a política radical, aqui entendida conforme a

<sup>217</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 340-344.

<sup>218</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 236.

<sup>219</sup> Cf. MARX, K.. **Crítica dos programas de gotha e de erfurt**. São Paulo: Editorial Estampa: Martins Fontes, [197?].

defesa de Mészáros, da “autodeterminação radical da política”<sup>220</sup> que enseja a urgente reorientação da política democrático-burguesa com vistas a uma verdadeira modificação estrutural no processo de apropriação das riquezas sociais

Lembramos que na seção 4.3 tratei do caráter parcial e limitado da política burguesa em prover a emancipação humano-social. Os limites daquela política, alienada da esfera social, na aposta de Mészáros, devem ser canalizados para um modo de ação social radicalmente diferente, em estreita articulação com transformações estruturais irreversíveis. A revolução política, portanto, aquelas que derrubam o governo, mas não alteram as relações sociais de produção, representa apenas o “primeiro passo” na direção da vitória socialista e nunca o próprio socialismo. Nesses termos, a política se apresenta tão essencial quanto supérflua e será mais eficaz quanto mais se tornar desnecessária, até a sua total anulação, tão logo o objetivo da transformação radical da sociedade seja concretizado, haja vista os desafios que circunscrevem a reestruturação, se centrados somente na ação política, desconsideram que a revolução tem de ser “econômica e social”.

Quanto ao poder da ação política revolucionária, Mészáros aposta em “brechas” abertas em tempos de crise que favorecem o seu poder de ação. Dependendo das circunstâncias históricas ou da correlação de forças sociais e políticas, elas podem ser alargadas a serviço da reestruturação social ou fechadas no interesse da sobrevivência do capital, caso não sejam convenientemente afirmadas e exploradas pela ofensiva socialista.

Antes de qualquer compreensão que sugestione uma conclusão apressada ou especulativa acerca do poder de intervenção que a ação política detenha sobre as bases da dominação capitalista, é conveniente lembrar que a efetivação de uma política radical não pode ser reduzida a um problema subjetivo, da vontade revolucionária, da moral ou da ética, haja vista que as relações que o capital engendra não são mera aparência, mas relações materiais de dominação, cujas estruturas socioeconômicas e institucionais agem e se impõem objetivamente sobre qualquer tentativa de mudança substancial. O aporte para o enfrentamento adequado das “forças objetivas” operantes do sistema do capital certamente não poderão ser negadas por meio de uma revolução política, que mesmo tendo o potencial de sucesso para as “tarefas imediatas”, somente a revolução social poderá promover realizações duradouras e transformações estruturais verdadeiramente irreversíveis. Nas palavras de Mészáros, a partir de Marx:

---

<sup>220</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 1077.

[...] o projeto socialista não pode se contentar com a negatividade da revolução política, embora ela seja necessária, mas deve lutar pela revolução social intrinsecamente positiva, no decorrer da qual os indivíduos associados podem “mudar de cabo a rabo as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser” (Marx). (MÉSZÁROS, 2009b, p. 1034, grifos do autor).

No entanto, não podemos confundir e transpor as perspectivas de longo prazo sem que primeiro esgotemos as estratégias políticas necessárias, exequíveis na temporalidade imediata, que deverão ser complementadas pelas mediações concretizadas pela revolução social. Quando Mézáros chama a atenção para as “tarefas imediatas” da revolução política é porque acredita que se estiverem vinculadas à meta fundamental de superar a relação-capital, elas podem e devem ser incorporadas à construção de uma política revolucionária, que está intimamente associada à “participação genuína” como princípio permanente das inter-relações socialistas. Nesse contexto, a realização vital do *fenecimento* do Estado, segundo nosso autor,

[...] não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que deve iniciar-se já em nosso próprio tempo histórico. Isso significa, em uma linguagem franca, a reaquisição progressiva dos poderes alienados de decisão pelos indivíduos em seu empreendimento de mover-se em direção a uma sociedade socialista genuína. (MÉSZÁROS, 2007, p. 290).

A clareza da afirmação não diminui as dificuldades e a complexidade envolta na polêmica em questão, sobremaneira agravada pela herança dos Estados pós-capitalistas de tipo soviético, o qual não logrou êxito em dar continuidade a sua revolução política, que se manteve presa às estruturas alienantes do capital. O *fenecimento* do Estado capitalista, de acordo com Mézáros, sob muitos aspectos se apresenta como um “obstáculo material paralisante” para qualquer tentativa de mudança radical, haja vista a eficácia prática do poder ideológico de mistificação do Estado político burguês, em especial, da sua promessa de liberdade individual, que impõe ao adversário socialista a difícil promessa de “liberdade da dominação do Estado”<sup>221</sup>. No caso da experiência soviética, o Estado tanto se manteve atrelado às amarras do capital como assumiu, de forma centralizada, o controle sobre todas as facetas da vida social.

Não podemos esquecer que como órgão geral da ordem estabelecida, a força do Estado e da sociedade civil sempre estarão alinhadas e serão utilizadas para assegurar e preservar a dominação capitalista e, por conseguinte, contra a causa socialista. É por isso que Mézáros insiste no fato de que é preciso “agir no interior das formas políticas”, já que “o ato de

<sup>221</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 562.

libertação não pode ser separado do processo de libertação”, ou seja, a luta se inicia com a verdadeira participação não somente na institucionalidade estatal existente ou circunscrita do Parlamento, mas em outros “novos órgãos” de controle social potencialmente emancipatórios (conselhos, partidos, sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis, associações, etc) de alcance e força também extraparlamentar, surgida da massa e com capacidade de assumir um papel político radical bem além da função política conservadora que hoje tendem, em geral, a cumprir. Somente com a plena participação dos produtores na sociedade que se autogestione é que o fenecimento do Estado se torna uma realidade tangível. Mészáros completa:

[...] a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a radical transformação da política propriamente dita. Isto significa que a transcendência do Estado pretendida apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 562).

A necessidade de abolir o Estado e a política em escala global conforme predito por Marx, continua na escada de prioridades de Mészáros, no entanto, o autor é taxativo quanto ao fato de que sem o “fenecimento do capital” como regulador do processo sociometabólico a realização do socialismo não poderá ser contemplada. Nesse sentido, alerta para o perigo de que a dissolução do Estado não assuma “contornos messiânicos”, uma vez que mais fundamental e urgente que a própria negação do Estado e suas personificações é o estabelecimento de uma nova forma de ordenamento do sociometabolismo que abranja “todos os aspectos do processo de reprodução social, desde as funções distributivas até as dimensões mais amplas da direção política”<sup>222</sup> que só pode ser efetivado pela “democracia substantiva, ou seja, a atividade autodeterminada dos produtores associados tanto na política como na produção material e cultural”<sup>223</sup>.

Fica evidente que a concepção mezariana em nada se assemelha às variedades do voluntarismo anarquista que defendem a extinção imediata e permanente de toda forma de Estado ou a ausência de leis<sup>224</sup>. Sempre ancorado em Marx, Mészáros estipula o “Estado proletário” como a nova forma política do longo período sobre o qual a nova sociedade deve

<sup>222</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 848.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p. 849.

<sup>224</sup> Para Mészáros, mesmo numa genuína sociedade socialista não se pode ignorar a questão da legislação ou agir como se ela fosse inexistente, uma vez que a questão reside nas relações entre os produtores associados e nas regras que eles definirão para si próprios de acordo com as formas apropriadas de tomada de decisão. O mesmo se aplica ao Parlamento que, segundo o filósofo, não deve ser rejeitado “aprioristicamente”, ou seja, Mészáros não despreza as “concessões parlamentares”, desde que estejam ativamente engajadas em um forte movimento de contestação extraparlamentar. (*Ibid.*, p. 859).

se realizar<sup>225</sup>. O cunho filosófico dessa complexa transformação pode ser melhor compreendida a partir de uma referência figurada de Mészáros, retirada de Goethe:

[...] não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa ancorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 599).

O que o autor nos sugere é que a dissolução final do Estado implica a “redução e simplificação progressiva de suas tarefas e sua transferência para o corpo social “auto-operante e autogovernado””<sup>226</sup>. A grande dificuldade está no entendimento de que a conquista do poder do Estado é o caminho definitivo e imediato para se alcançar a “nova forma histórica”. Sobre esta concepção, que está longe de implicar qualquer mudança significativa na substância do capital ou nas funções controladoras que exerce sobre o trabalho por meio de suas personificações, Mészáros enfatiza:

[...] supor que este processo de redução e simplificação no plano político possa ser realizado/substituindo-se imediatamente o Estado como tal por uma “nova forma política” não-problemática, após o que só permanecem as dificuldades relacionadas à emancipação econômica da sociedade em relação à divisão do trabalho, equivale a tomar um atalho ideal em direção ao futuro. [...] Na realidade, o Estado só pode ser “desmantelado (no processo da “desalienação” política e “comunalização” da sociedade) na mesma proporção em que a própria divisão social do trabalho herdada seja correspondentemente modificada e, desse modo, o sociometabolismo como um todo seja eficazmente reestruturado. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 1050).

Quanto a sua operacionalização estrutural, desde seu início o “novo modo de controle político total da sociedade por seus indivíduos”<sup>227</sup> deve ganhar força juntamente com a operação cotidiana “não-contraditória” das unidades produtivas e distributivas, o que requer a reconstituição da unidade entre a esfera econômica e política, assim como a unidade entre o seus braços “político” e “sindical”, uma vez que essa disjunção, instituída ao longo da

---

<sup>225</sup> Mészáros registra o caráter problemático do exercício do poder político no Estado transitório pós-revolucionário, segundo ele pouco explorado na teoria global de Marx. A questão, dentre outras, de como constituir e exercer um poder político que contribua ativamente para a transformação socialista, em vez de adiar indefinidamente a sua realização ou a explicação de como é possível avançar de poder dividido a poder socialista, sem que se recaia nas conhecidas contradições do passado, segundo o autor, permanece tão sem resposta quanto antes.

<sup>226</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 1049.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 849.

supremacia histórica do capital, se mantida, torna irrealizável o confronto ao sistema do capital.

A política radical se insere justamente no enfrentamento e negação dessas estruturas, que subsumem o trabalho às condições reificadas e alienadas do capital e o mantém, em grande medida, despolitizado, individualista e vinculado às premissas que capitalistas. Somente através de um “movimento de ação e organização extraparlamentar”, de contestação direta às estruturas materiais da relação-capital e à subordinação do trabalho é que podemos pensar na “supressão da política como esfera alienada”<sup>228</sup>.

O movimento em questão certamente não pode ser obra de um “partido político orientado a fim de assegurar concessões parlamentares”, na medida em que eles sempre acabam anulados pelos interesses prevalentes no parlamento, gerando mais conformismo sobre a dinâmica das mudanças econômicas em curso. Nesse contexto, somente será possível contrapor-se à hostilidade das forças que confluem a favor do capital se o movimento socialista for “rearticulado como um movimento revolucionário de *massa*, conscientemente ativo em *todas* as formas de luta social e política: local, nacional e global/internacional, utilizando plenamente as oportunidades parlamentares quando disponíveis”<sup>229</sup> Os princípios “vitais” que devem estruturar esse “movimento revolucionário consciente”, segundo Mézáros são:

Primeiro, [...] a elaboração de seu próprio programa extraparlamentar orientado aos objetivos da alternativa hegemônica abrangente para assegurar uma transformação sistêmica fundamental. E, segundo, igualmente importante em termos organizacionais estratégicos, seu envolvimento ativo na constituição do necessário *movimento de massa* extraparlamentar, como o portador da alternativa revolucionária capaz de mudar também o processo legislativo de um modo qualitativo, passo primordial na direção do fenecimento do Estado. (MÉSZÁROS, 2007, p. 293, grifos do autor).

Fica claro, portanto, a partir de Mézáros, que somente a “contestação extraparlamentar estrategicamente orientada e sustentada” pelas massas, sem desprezar o conjunto das formas tradicionais de organização política do trabalho mesmo que estejam, segundo ele, “desesperançadamente sem rumo e fortemente necessitadas de apoio e da *pressão radicalizantes* de tais forças extraparlamentares”<sup>230</sup>, é a uma forma possível de

<sup>228</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 859.

<sup>229</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 291, grifos do autor.

<sup>230</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 860, grifos do autor.

contraposição ao poder do capital, muito embora a inoperância que se observa no tipo de “contestação” exercida pelos partidos que se alternam no governo é o que tem confinado o movimento do trabalho ao papel de um mero apêndice, sempre à margem do sistema parlamentar do capital, haja vista seu comprometimento com o capital financeiro e com o pensamento neoliberal.

A concepção global de Marx, a qual Mészáros recorre repetidas vezes, de que os homens devem mudar “de cima para baixo as condições de sua existência industrial e política, e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser”, portanto, se aplica às formas institucionais e organizacionais de ação da classe trabalhadora, partidos e sindicatos, pois, como adverte o autor, pelo modo como foram constituídos, eles poderiam ganhar batalhas individuais, mas não a guerra contra o capital. A “reestruturação fundamental” desses órgãos de luta socialista é uma exigência pertinente, necessária e urgente. Para tanto, seria adequado que “eles se complementassem e intensificassem a eficácia uns dos outros, em vez de debilitá-la pela “divisão do trabalho” imposta pela institucionalidade “circular” no interior da qual se originaram”<sup>231</sup>.

É lógico que sem a devida avaliação crítica dos erros do passado, o processo de renovação das organizações políticas dispostas à transformação socialista finda inócuo. Considerando também que, segundo Mészáros, “a natureza da estrutura organizacional global também determina o caráter de suas partes constituintes”<sup>232</sup>, ou seja, uma mudança em um componente particular deve reverberar plenamente por todos os canais do complexo institucional, trazemos à tona outra dimensão que não pode ser escamoteada ou menosprezada em sua importância e que também se inscreve nos grandes desafios que temos para o futuro: o desenvolvimento contínuo de uma consciência socialista, objeto que trataremos na próxima seção.

### 5.3.1 *Participação genuína: o exercício da tomada de decisão pelo corpo social*

A perspectiva de superação do sistema do capital por outra forma de mediação que regule a sociabilidade humana exige a igualdade substantiva como princípio crucial à abertura da plena participação das massas em todas as esferas de intercâmbio social. Somente por este

---

<sup>231</sup> MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p.793.

<sup>232</sup> *Ibid*, p. 795.

meio a defesa consciente dos sujeitos sociais contra os determinantes econômicos, políticos e culturais do modo de produção capitalista poderá expandir-se.

Mas, como vimos anteriormente, Mészáros demonstra que a ordem social instituída pelas relações capitalistas baseia-se num sistema hierárquico de organização da produção e reprodução do capital. Um sistema formado por elementos centrífugos, em conflito ou em oposição aos elementos que o compõe, sendo que seus micros elementos subordinam-se aos macroelementos, que coordenam todo o processo sociometabólico de reprodução do capital. Destarte, exerce o controle absoluto da produção e reprodução da humanidade, ignorando ou adequando as necessidades humanas ao seu interesse de auto-expansão ampliada.

Nessa abordagem, o desenvolvimento do capitalismo moderno engendra a ascensão de um indivíduo ideal, de consciência reificada, que coaduna com as expectativas de desenvolvimento e acumulação do capital. Esse indivíduo, cooptado e isolado de qualquer vinculação orgânica com sua comunidade, repousa confortavelmente nas ideologias mistificadoras dominantes<sup>233</sup>, essas que repudiam o reflexo do mundo social nos seus conflitos e contradições ou qualquer questionamento da estrutura material da sociedade, difundem explicações plausíveis, ideais à projeção de estabilidade do sistema, atenuação dos conflitos ou a eternização dos parâmetros estruturais do mundo social.

A objetividade de tais postulados implica desdobramentos de longo alcance para a questão da participação do trabalhador nos processos decisórios. O fundamento individualista da modernidade e o triunfo do liberalismo demarcam a identidade das estruturas sociais e institucionais, sempre ajustadas aos interesses da sociedade burguesa e à consolidação do Estado moderno. Indagar pelas condições sociais concretas necessárias ao rompimento irreversível com o capitalismo e o poder hierárquico do capital, de modo que se abra espaço para um novo sujeito social, com capacidade e poder de decisão sobre a organização da produção e reprodução da vida humana é a pergunta que se coloca para desalagar a categoria participação de sua versão reificada, estratégica e decisiva à manutenção das relações sociais vigentes.

No entendimento de Mészáros, em uma ordem social em que as classes sociais são concorrentes, nenhum poder real de decisão é repartido. Para o autor, a “verdadeira

---

<sup>233</sup> As mistificações ideológicas que professam desde o fim da ideologia, o fim do trabalho ao fim da história procuram sobremaneira ocultar as manifestações da crise do sistema do capital. Propõem soluções permanentes para os problemas sociais ou o mero deslocamento das contradições mediante apologias que anunciam a “sociedade pós-industrial”, a “revolução da informação”, etc. Mészáros, conveniente adverte, que o poder da ideologia não pode ser superestimado, na medida que a “ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma força específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 65.

participação” se define como “autogestão plenamente autônoma da sociedade”<sup>234</sup>. Se for menos que isso, “o conceito de participação não tem nenhuma racionalidade louvável”<sup>235</sup>, pois se não estiver associada à “plena participação dos produtores associados na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, cultural e econômico se exclui qualquer possibilidade de contestação ao processo de decisão do capital, geralmente reduzidas ao ritual da “consulta” eleitoral. De forma mais elaborada, Mészáros insiste que a:

[...] participação significa o exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos, trazendo à tona os ricos recursos humanos dos indivíduos, reunidos a um ponto jamais sonhado nas formas anteriores de sociedade. É assim que o modo de intercâmbio social totalmente equitativo discutido há de combinar o princípio da autonomia significativa – pré-requisito da auto-realização dos indivíduos – com a coordenação estrutural geral. Somente assim se concebe a transformação da operação do processo sociometabólico de reprodução num todo integrado – por ser coerente e cooperativo, e não dilapidador e antagônico – e libertador. (MÉSZÁROS, 2004, p. 52-53, grifos do autor)

Sobre o tema da participação, um interessante estudo<sup>236</sup> nos ajuda a compreender com mais profundidade as concepções de participação nas práticas sociais institucionalizadas e a repercussão histórica da temática na relação indivíduo/sociedade. A pesquisa evidencia o desenvolvimento teórico e os fundamentos sócio-históricos que determinaram o movimento do conceito de participação desde a Antiguidade grega às teorias liberais modernas. Conforme destaca a pesquisa, a modernidade concebe o indivíduo isolado e auto-suficiente, constituído pelo desenvolvimento dinâmico das relações capitalistas que exigiam a extensão universal de um modo particular de “liberdade”, de modo que os indivíduos pudessem estabelecer “relações contratuais livres” entre si, com o objetivo de vender e alienar tudo o que lhes pertencia, inclusive sua própria força de trabalho. Por conseguinte, os antigos princípios de liberdade e igualdade mediadoras da relação orgânica do homem com sua comunidade são sufocados pelo dogma da soberania ilusória da liberdade individual e realização egoísta do homem. As consequências sociais concretas da atuação desse indivíduo auto-suficiente, destituído de laços sociais e comunitários fortes e integradores se revelam num tipo de participação, formal, sem grandes arranhões nas relações de dominação capitalistas. O autor(a), portanto, atesta o caráter reificado da participação do indivíduo alienado na

<sup>234</sup> MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 16.

<sup>235</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 230.

<sup>236</sup> FREIRE, Juciley Silva Evangelista. **Participação e educação**: concepções presentes nos estudos da revista educação e sociedade (1978-2010). 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Goiânia, 2011.

construção da sociedade. Sua inferência aponta para a influência do processo de fetichização da mercadoria e seu correspondente efeito “coisificador” na consciência dos indivíduos. Nas palavras do autor(a):

Sua fragmentação interna reflete a fragmentação da sociedade, que o isola em partes fracionadas, retira-lhe o sentido da totalidade social e o personifica como capitalista ou o fixa como trabalhador assalariado, e a ambos como cidadãos políticos que atuam numa esfera pública artificialmente criada para libertá-los das amarras da sociedade feudal, dar-lhes condições de direitos iguais, além de controlar a vida social e manter a ordem dos conflitos gerados pela oposição entre essas duas modernas classes de homens. (FREIRE, 2011, p. 102).

Mészáros, no mesmo horizonte teórico, também se contrapõe à participação formal derivada da concepção de Estado liberal burguês e às formas de exercício do poder da democracia representativa, que dar-se na esfera de ação política, exclusivamente eleitoral. Uma vez eleitos, os representantes do “povo” não mais o representa, deixam de lado os anseios da população e se aferram a seus próprios interesses.

Como já discorri anteriormente, o Estado liberal-democrático é a forma mais avançada de Estado alcançada pelo sistema do capital. Sua representação parlamentar, as garantias democráticas formais e institucionalizadas de justiça, liberdade e igualdade refletem e afirmam importantes conquistas sociais para a classe trabalhadora e, como tal devem ser veementemente defendidas, muito embora a orientação regressiva do sistema do capital tenha mistificado por completo o conteúdo dos valores positivos que influenciam a tomada de decisão. Assim, o mito de “democracia” e “liberdade”, em conjunto com as “eleições livres”, oculta tanto a exclusão radical das massas do processo substantivo de tomada de decisões como garante o “acordo consensual” do sistema parlamentar a favor do capital e dos interesses da burguesia. E como diz Mészáros,

As grandes massas da população receberam apenas direitos formais (como colocar um pedaço de papel entro da urna a cada quatro ou cinco anos), cujo impacto esperado poderia ser anulado sem qualquer dificuldade pelo funcionamento estatal efetivo, mesmo sem a instituição de seus estados de emergência. Dessa forma, o Estado liberal, ao restringir “democraticamente” o processo de tomada de decisão aos poucos escolhidos, apenas denominá-los “muitos” (no interesse da mistificação), na realidade, exclui as massas por definição do processo efetivo de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, converte em virtude o procedimento adotado de exclusão institucionalizada conferindo-lhe, em tom solene, mas extremamente dúbio, o título de “governo representativo” – o qual presume-se combinar plenamente os ideais declarados de “liberdade” e “democracia” – na determinação real subjacente da tomada de decisão. (MÉSZÁROS, 2009c, p. 305, grifos do autor).

O ponto relevante que o autor radicalmente contesta é a exclusão das grandes massas do povo no interesse absoluto e intrínseco do sistema do capital de toda tomada de decisão significativa, o que torna inviável a instituição de mediações não antagônicas, aquelas que garantam a suplantação dos interesses parciais dominantes por uma ação cooperativa sustentada. Nesse sentido, são comuns as argumentações que predizem a democracia direta como sendo a solução reivindicada pelo movimento socialista contra a hierarquia e a dominação e a favor da garantia da participação popular na tomada de decisões também econômicas, e da abertura de novos espaços para o exercício da soberania popular<sup>237</sup>.

Mészáros, por sua vez, considera o argumento da democracia direta “altamente problemático”. Sua defesa alega que o problema é geralmente polarizado entre termos “fundamentalmente políticos”, na medida em que exclui do debate os imperativos estruturais objetivos do metabolismo social inerentes à estrutura produtiva e à divisão do trabalho estabelecida. No seu entendimento, a solução “realista” da contenda é inconcebível sem a “transformação radical de toda a estrutura social, com todas as suas determinações materiais e manifestações institucionais vitais”<sup>238</sup>. Sem que a intervenção prática e comprometida com a conquista do poder de decisão pelo corpo social em sua totalidade seja assegurada, o controle da estrutura de produção, material e objetivamente hierárquica atual se manterá e se arrastará como herança para o futuro.

O envolvimento estritamente formal do povo em rituais eleitorais é muito pouco para o exercício da tomada de decisão substantiva pelos produtores livremente associados em um corpo social cooperativo. Para tal conquista tornar-se exequível, deve-se trabalhar pelo desenvolvimento das “*formas organizacionais*” necessárias à intervenção radical das massas sobre o processo histórico em andamento<sup>239</sup>. Note-se que, ainda que a questão não esteja reduzida à “ação política institucional”, tampouco podemos prescindir desse confronto dentro e fora das estruturas institucionais dominantes, haja vista essa ser uma dimensão necessária, mas longe de suficiente, da luta socialista.

Naturalmente, esse desafio tático tem exequidade somente com a afirmação do sujeito social no processo produtivo geral em negação ao poder do usurpador do capital. Para Mészáros, esse sujeito transformador não é mais representado pela clássica figura do operário industrial. Hoje, o sujeito social da emancipação deve ser “verdadeiramente abrangente”. Deve englobar e combinar a totalidade dos grupos de trabalhadores em seus múltiplos

---

<sup>237</sup> Refiro-me de modo particular aos escritos de BOBBIO (2005, 2003, 2000, 1993).

<sup>238</sup> MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 335-336, grifos do autor.

<sup>239</sup> MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c, p. 307, grifos do autor.

interesses e engajá-los no enfrentamento histórico do capital em prol do interesse comum do trabalho<sup>240</sup>.

O sucesso emancipador dessa tarefa, no entanto, não circunscreve somente a articulação política da classe trabalhadora. Para dar a devida dimensão da grandiosidade embutido nesse desafio tático, nunca é demasiado ressaltar que essa força emancipadora “multifacetada” só conseguirá prevalecer caso se articule, através da crítica radical, às relações sociais, princípios de troca e organização humana em novas maneiras de mediar o intercâmbio entre a humanidade e a natureza.

No que tange aos partidos políticos, não obstante suas articulações defensivas e setoriais, Mészáros reconhece neles uma mediação eficiente e necessária na luta de classes a favor dos trabalhadores. Precisam, contudo, se posicionar ofensivamente contra o poderio sempre crescente do capital em detrimento do trabalho e apontar para a superação do complexo, contraditório e destrutivo sistema que se põe contra a atividade produtiva humana. O êxito da tarefa só terá sustentação se for exercida pelo conjunto dos trabalhadores que, dirigindo suas lutas, assume a genuína e horizontal associação nos desdobramentos do processo sociometabólico. Em termos práticos, a viabilidade dessa articulação estratégica, que se contrapõe à exigência da “unidade das forças socialistas”<sup>241</sup>, exige a afirmação do princípio que Mészáros denomina de “pluralismo socialista”, que segundo o húngaro significa:

[...] engajamento ativo em ação comum que não compromete, mas, ao contrário, constantemente renova os princípios socialistas que inspiram as questões globais – emerge precisamente da capacidade das forças participantes de *combinar*, num todo coerente com implicações socialistas *em última análise* inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista*. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 818, grifos do autor).

A articulação dos múltiplos projetos e forças socialistas em “ação comum que se autodesenvolve” são fundamentais para se confrontar o “pluralismo do capital” vigente, que no plano político, com suas organizações hierarquicamente comandadas e manipuladas, protagonizam a competição pelo mero poder, impõem o interesse da parte sobre o todo e agem como escudo mistificador que desvia toda a crítica a favor do seu círculo de auto-

<sup>240</sup> MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 51.

<sup>241</sup> Para Mészáros, é um equívoco paralisante se esperar a “unidade” no plano político como o único meio de viabilizar princípios socialistas. Isso porque a classe trabalhadora não é, por sua própria condição, unificada e, por isso “não é mais possível conceber as formas imprescindíveis de *ação comum* sem a articulação estratégica consciente de um *pluralismo socialista* que não só reconhece as diferenças existentes, mas também a necessidade de uma adequada “divisão do trabalho” na estrutura geral de uma ofensiva socialista” (p. 812), o que não implica a “barganha sobre princípios”. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 812, grifos do autor.

expansão destrutiva. Como resultado, o “potencial reestruturador” da política revolucionária é anulado, pois se dissipa no curso das tarefas definidas no marco das velhas estruturas as quais coadunam com a revitalização do capital.

#### 5.4 Educação: o desenvolvimento contínuo da nova consciência

Os princípios orientadores necessários ao enfrentamento do capital e à transformação socialista anteriormente discutidos – desde a participação genuína das massas em todos os níveis de decisão até a realização da igualdade substantiva na sociedade como um todo – não terão chance de realização sem o pleno engajamento da educação. Desde a fase inicial da transformação a qual visamos, até mesmo antes da conquista do poder político, a educação é, também, parte vital na condução do processo de desenvolvimento das consciências.

Não resta dúvida que o modo de produção capitalista, estreitamente ligado aos ditames do capital, materializa a anomalia da exclusão e da desigualdade social em todo o globo terrestre. Neste cenário, a educação, resguardada por um significativo aparato ideológico e institucional, desponta como “redentora” da condição de pobreza e alavanca ideal para a transformação da realidade, sem, contudo, pôr em cheque a superação da luta de classes ou os fundamentos que lhe dão base.

Para Mészáros, a educação identifica-se não somente com um período limitado da vida dos indivíduos, mas com o seu caráter universal, de formação contínua, que se dá permanentemente ao longo de toda a vida e que excede a esfera formal ou institucional. Como diz Mészáros, “ninguém passa dez horas sem nada aprender”, de tal modo que este é um processo amplo, abrangente e voltado ao desenvolvimento dos indivíduos e de suas potencialidades para o exercício pleno e consciente do poder de decisão e participação das massas nos destinos da comunidade.

Sob o impacto da lógica incorrigível do capital, contudo, a educação assume o caráter de “internalização” pelos indivíduos da mística e das condutas que reproduzem a sociedade de classes, respondendo às necessidades sociais surgidas e aos antagonismos e interesses exercidos de acordo com as posições disponíveis a cada classe. O sistema educacional da sociedade burguesa é, portanto, responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores, no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins<sup>242</sup>.

---

<sup>242</sup> Mészáros. I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 262.

É comum o entendimento da educação formal como um mero processo de acúmulo de informações, voltadas às qualificações (e aos consumidores) necessárias ao funcionamento da economia e à formação de mão-de-obra adequada à demanda da atual base técnica do processo produtivo. A adoção das perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como lógicas e naturais, contudo, não deve ser creditada somente às instituições formais de educação, pois elas são apenas uma parte importante do sistema global de internalização, que compreende processos não-formais ou informais influenciados dialética e reciprocamente pelas mediações antagônicas de segunda ordem do capital (família nuclear, produção alienada, dinheiro, trabalho assalariado, o Estado e o mercado mundial), as quais imprimem o seu ímpeto sobre as relações humanas e sociais.

Na sociedade do capital, cabe o destaque de que não somente o trabalho, mas também a educação está submetida à lógica que transforma tudo e todos em “fatores de produção”, uma vez que ambos são determinados por todas as mediações alienadas da produção de mercadorias. Para se vincular à perspectiva da prática social responsável e comprometida com a transformação social, a educação não pode assumir a indiferença quanto ao destino do trabalho humano, ao qual está vinculada e é dele dependente.

O homem, diferente dos animais, está sempre em construção, num contínuo vir a ser. É um ser que se descobre inconcluso, que faz história, que tem fome, desejo e carências, e, mediante o trabalho, abre a possibilidade de satisfazê-los. Ainda que imerso na realidade alienada e alienante do capitalismo, é capaz de viver tanto a “resignação completa à necessidade cega dessa condição de alienação” como também a “consciência da consciência”, ou seja,

A alienação é um conceito inerentemente *dinâmico*: um conceito que necessariamente implica *mudança*. A atividade alienada não produz só a “consciência alienada”, mas também a “consciência de ser alienado”. Essa consciência da alienação, qualquer que seja a forma alienada que possa assumir [...] não somente contradiz a idéia de uma totalidade alienada inerte, como também indica o aparecimento de uma *necessidade* de superação da alienação. (MÉSZÁROS, 2006, p. 166, grifos do autor).

Cabe lembrar que relações sociais pautadas na propriedade privada e no trabalho assalariado gestam as condições ideais para a desumanização da atividade humana e materializam uma determinada visão de mundo que assume a forma da alienação. Nesse processo, a satisfação das necessidades humanas ocorre de forma desfigurada na medida em que o homem está alienado da natureza, de si mesmo e de seu “ser genérico”. Sob essa base,

os indivíduos vão construindo o mundo à imagem e semelhança de seus sentidos e reflexos desumanizados, que a eles parece uma lei natural.

Ainda que não seja o objeto principal de estudo deste trabalho, a grande complexidade que envolve a discussão sobre o problema da alienação e da consciência que quebra esse cerco, nos leva a indagar se, no capitalismo, cuja existência do indivíduo está sob o domínio do lucro, do valor de troca e da exploração do homem pelo homem, é possível a formação de homens comprometidos com a humanidade igualitária e o desenvolvimento sustentável do planeta? Como a educação pode se contrapor à legitimação constitucional democrática do Estado burguês, que defende interesses, geralmente opostos a grande maioria do povo? Pode a educação ser fundamento e sustentação de uma forma diferente, não-alienada, de justiça social? O educador, como integrante da sociedade alienada, é capaz de suprimir ou mesmo reverter o processo que resulta na criação de seres humanos indiferentes, alienados e egoístas?

Na contextualização que dá suporte à reflexão de Mészáros, o domínio do “utilitarismo” no século XIX e da “racionalidade instrumental” no século XX moldou a organização capitalista com base na produção da riqueza reificada, como um fim em si mesma, voltada à perpetuação da sociedade de mercadorias. O aprisionamento de todos os empreendimentos humanos ao cálculo adequado entre meios e fins sujeita e doutrina os indivíduos ao ajustamento de suas aspirações de maneira correspondente. A influência desses valores também se aplica à esfera educacional. Mészáros completa:

As determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação” contínua das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da *ordem natural* estabelecida. (MÉSZÁROS, 2007, p. 294, grifos do autor).

A identificação dos indivíduos isolados com os valores da sociedade de mercadorias, que a eles parece “legítima” e “autônoma”, é parte integrante do legado educacional capitalista e de sua permanente doutrinação ideológica que “internaliza” nas consciências a crença de que a ordem social estabelecida não carece de nenhuma mudança significativa nas suas estruturas fundamentais, haja vista todo sistema educacional, quando orientado para a “preservação acrítica” da ordem vigente, só pode estar identificado com os mais “pervertidos” ideais e valores educacionais.

É certo que a defesa do “desenvolvimento dos indivíduos particulares”, geralmente identificados com a ilustração moral, professado por grandes personagens da burguesia na fase ascendente do desenvolvimento capitalista, é louvável e digno de reconhecimento. Não

podemos, no entanto, ser indiferentes às mutilações que as mediações de segunda ordem do sistema do capital, decorrentes da propriedade privada, da troca, da divisão do trabalho, impuseram aos processos de desenvolvimento dos indivíduos. É nesse sentido que Mészáros, quando faz referência à “educação estética dos indivíduos”<sup>243</sup>, idealizada como um possível antídoto à “racionalidade daninha” do capitalismo, a qualifica como “*contra-imagens utópicas irrealizáveis*”<sup>244</sup>. Na sua avaliação,

O verdadeiro desenvolvimento das capacidades e inclinações de alguém – num quadro social livre das exigências paralisadoras da produção de mercadorias, que determina a priori os números admissíveis para o exercício de qualquer atividade particular deprimindo a demanda humana em favor da necessidade comercial – implica necessariamente um significado inerente a todas as funções e atividades do indivíduo em questão. (MÉSZÁROS, 2006, p. 192, grifos do autor).

Ora, não se pode vencer uma força social poderosa, que opera na base da “personificação das coisas e reificação das pessoas”, por meio da ilustração pessoal, ideal ou dever moral dos indivíduos isolados. O horizonte de contraposição às tendências negativas e antagonistas da ordem que deve ser perseguido dar-se-á não somente no nível do desenvolvimento pessoal dos indivíduos, mas no conjunto das determinações vitais do metabolismo social, desde que concretizada uma mudança societária “oniabrangente”. Assim sendo, as medidas e transformações materiais necessárias no curso da transformação radical são “inseparáveis” dos objetivos vinculados ao desenvolvimento contínuo das consciências, o que põe em relevo e não se desvincula, mesmo que de forma relativa, do papel seminal da educação.

A proposta educacional mezariana, como mediação igualmente radical e indispensável à luta pela emancipação da consciência dos obstáculos da realidade, em nada se identifica com o mero repasse de conteúdos ou com o discurso político presente na “agenda do respeito” professada pelas sociedades capitalistas avançadas que buscam, em modelos de comportamentos éticos, imperativos morais para a causa do desenvolvimento sustentável<sup>245</sup>. O movimento, firmemente orquestrado em prol do consagrado *slogan* “pensar globalmente, atuar localmente”, deposita na educação burguesa seu maior instrumento de disseminação

<sup>243</sup> Mészáros se refere às “*Cartas sobre a Educação Estética do Homem*”, de Schiller, escritas em 1793-94 e publicadas em 1795. O conceito schilleriano de educação estética pretendia oferecer à Alemanha um modelo que permitisse obter as conquistas sociais da Revolução Francesa, mas por meios diferentes ao da revolução. MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 297, grifos do autor.

<sup>245</sup> Para maior conhecimento sobre a educação, como “chave” para o “desenvolvimento sustentável e autônomo”, consultar o documento produzido pela UNESCO: **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada**. UNESCO. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

ideológica<sup>246</sup>. Está intimamente associado à internacionalização do capital, comumente apresentado como “globalização” em cuja dinâmica se insere a necessidade de criação de novos mercados para a expansão do capital, na medida em que entende o mercado como solução para os limites impostos pela natureza. Tal discurso, na avaliação de Mészáros, tem implicações problemáticas, pois,

Consiste na ilusória projeção de resolver a *crise de valores* cada vez mais aprofundada – manifesta na forma da crescente criminalidade e delinqüência, ao lado da alienação cada vez pior do jovem em relação à sua sociedade – por um apelo direto e retórico à consciência dos indivíduos, postulando em vão, o adequado “respeito pelos valores da cidadania democrática”. E quando toda essa pregação vazia fracassa, como tem que fracassar, uma vez que evita, como a uma praga, as causas sociais dos sintomas negativos denunciados, as personificações políticas do alto escalão do capital, [...] começam a falar de como podem identificar a futura delinqüência já “no útero da mãe”, indicando as medidas legislativas estatais autoritárias “necessárias” para lidar com a futura criminalidade potencial no estágio mais inicial possível. [...]. (MÉSZÁROS, 2007, p. 300, grifos do autor).

Para transformar a estrutura ética que alicerça e perpetua a sociedade mercantil em “força operativa efetiva” consistente, capaz de romper com os valores postos pela lógica do capital, sempre atrelados ao consumismo e ao imediatismo burguês, os processos educativos, que não se circunscrevem a um limitado sentido institucional, mas englobam a multiplicidade de experiências que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições e movimento sociais, haverão de “confrontar” de forma radicalmente crítica a força mistificadora da cultura da “desigualdade substantiva” que atravessa a consciência social, haja vista que a desigualdade é um dos pilares de manutenção da produção da riqueza reificada e reprodução sempre ampliada do capital.

Na proposição de Mészáros, a educação, em seu sentido mais amplo, é o caminho decisivo da “automediação do homem em sua luta pela autorrealização”<sup>247</sup> e deve promover a interação plena dos indivíduos sociais, tornando-os “autoconscientes” da sua situação

---

<sup>246</sup> Não é de hoje que a educação assume a responsabilidade de execução das prescrições reformistas dos países centrais aos periféricos. O movimento planetário chamado de *Educação para Todos*, idealizado e promovido pelo Banco Mundial e pela UNESCO, na década de 1990, é um importante marco cronológico. Mediante declarações, metas e acordos firmados entre os países membros da ONU, foram consolidadas as reformas requeridas pela ordem neoliberal aos sistemas educacionais. Dentre esses documentos, destacamos a: Declaração Mundial de Educação para Todos ou Declaração de Jomtien, (Tailândia, 1990); Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (Índia, 1993); Fórum Mundial de Educação em Dacar (Senegal, 2000), Declaração de Cochabamba (Bolívia, 2001) e Declaração de Brasília (Brasília, 2004). Minha dissertação de mestrado realiza uma análise mais detalhada desses documentos e sua repercussão na educação.

<sup>247</sup> MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 172.

histórica real, da luta de classes e dos antagonismos postos pelo capitalismo contemporâneo, que a cada dia solapa a rica experiência de luta e organização da classe trabalhadora.

Está claro que a sociedade capitalista impõe obstáculos insuperáveis ao alcance de uma “nova consciência”. Ainda que esta se apresente em germe, ela pressupõe uma ordem de relações diferenciadas, capaz de romper com os impasses e engendrar a superação de sua visão particular por uma compreensão universal das práticas sociais vividas, movimentando dissonâncias que poderão evoluir do primeiro “estado de revolta” e, sob certas condições, motivar o “salto de ruptura” da consciência que se autorrealiza, ou seja, a transformação social qualitativa requer o rompimento com o controle exercido pelo sociometabolismo do capital e as suas mediações alienadas de segunda ordem.

Na medida em que o sujeito partilha a “revolta” não mais do ponto de vista do indivíduo, mas a identifica com a categoria “grupo”, que lhe possibilita a ação coletiva, produz uma investida de qualidade frente à alienação. A busca da compreensão de como funciona a sociedade, o desvelar das aparências e a análise da complexidade das relações sociais conduz à compreensão mais ampla do que é necessário para transformá-la. Nesse sentido, as lutas da classe trabalhadora através dos instrumentos políticos correspondentes, greves e sindicatos, organizam os indivíduos que se apercebem de sua força, de sua importância determinante para o processo de produção e, por conseguinte, o seu poder de barganha frente ao capital que, no entanto, diante da realidade objetiva será sempre limitado e parcial, pois a superação revolucionária exige um pouco mais. As mediações políticas aglutinam, em parte, o esforço de superação da dissonância entre a consciência do indivíduo e a consciência de classe, haja vista o descompasso entre elas e articulam de forma inseparável tanto a dimensão individual quanto a social em vista do coletivo social<sup>248</sup>.

Se o trabalhador percebe que as reivindicações por mudanças representam ganhos parciais dentro dos limites da nossa temporalidade e, por isso, são insuficientes, sua consciência aponta para a transcendência da singularidade individual. Nesse momento, a superação do capital se apresenta como uma necessidade urgente não somente para a classe, mas como um objetivo que deve ser abraçado por toda a humanidade. Nesse nível, o ápice do processo político-social consumado na revolução social se manifesta como um processo

---

<sup>248</sup> Cf. IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

formativo que é inegavelmente educacional, ou no sentido dado por Mészáros, a educação adquire, por fim, o seu significado mais profundo, que é o que se dá como “autoeducação”<sup>249</sup>.

O problema é que o processo de formação da consciência não pode se restringir às relações e experiências moldadas pelos valores burgueses, destinadas aos indivíduos atomizados e autossuficientes, apartados de seus laços comunitários e apensos à desigualdade enraizada do capitalismo. Esta finalidade pode ser facilmente suprida pela educação burguesa, que imprime a marca de uma consciência ilusória, não-plena, uma “pseudopositividade”<sup>250</sup> que precisa ser negada.

A educação para superação do capital se articula e se interrelaciona dialeticamente com os processos formativos que desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições, nos movimentos sociais e manifestações culturais, elevando a consciência ao enfrentamento das condições cada vez mais inseguras de sobrevivência da humanidade.

Por certo, a redução do tempo de vida ao tempo do trabalho, a desigualdade mantida com mãos de ferro pelo estado político e o controle hierárquico de subordinação do trabalho não podem ser fundamento de uma sociedade emancipada do controle do capital. O indivíduo que rompe a barreira da mera aparência da existência e se concebe em radical oposição a todas as desumanidades de nosso tempo abre o caminho para a “transcendência da auto-alienação do trabalho” ao mesmo tempo em que se educa.

Lembramos, no entanto, que a educação, por sua própria natureza, é uma categoria fundada pelo trabalho e mantém, em relação a ele, “dependência” e autonomia relativa<sup>251</sup>. Nesse sentido, enfatizamos que, por si só, a educação não tem a capacidade de provocar uma ruptura com determinado modo de produção ou com os estranhamentos advindos do capitalismo. Tampouco é capaz de fornecer, por si só, uma alternativa emancipadora radical, serve, antes, à reprodução dos interesses hegemônicos, incutindo na consciência dos indivíduos o individualismo burguês como essência imutável da natureza humana. Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade necessita e abre espaço também para o desenvolvimento dos indivíduos, ainda que de forma limitada, o que assegura o papel da educação no desenvolvimento humano. Como diz nosso filósofo, “a consciência pode ser

---

<sup>249</sup> MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 301.

<sup>250</sup> MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 78.

<sup>251</sup> Reconhecer a autonomia relativa da educação significa que não podemos dotá-la de total independência em relação à centralidade do trabalho, embora não possamos também negá-la. O trabalho é o único complexo que está em interação recíproca para com os demais, o que não significa que não estabeleça relações e influências entre os demais complexos sociais.

colocada a serviço da vida alienada, da mesma forma que pode visualizar a suplantação da alienação”<sup>252</sup>.

A importância da conquista pelas massas da consciência livre do jugo do capital é indiscutível. Não podemos, contudo, isolar esta ou qualquer outra categoria da totalidade dialética a qual pertence e esquecer que a questão se insere num conjunto abrangente de determinações recíprocas, caso contrário, incorremos no erro de atribuir autonomia absoluta à consciência, ignorando as contingências objetivas da situação sócio-histórica e o significado que ela adquire na multiplicidade de fenômenos sociais e institucionais a que se interliga. A consciência não será produto de uma educação modificada ou obra do educador iluminado que, como disse Marx nas suas teses sobre Feuerbach<sup>253</sup>, também necessita ser educado.

O desenvolvimento da consciência é um processo dialético, que não se dissocia da atividade prática e crítica. Assim sendo, não pode haver uma determinação histórica mecânica da consciência do ser social que padece o antagonismo estrutural da sociedade capitalista. Não sendo fruto de um processo linear e mecânico, o amadurecimento da consciência pode, e, muitas vezes regride, a etapas anteriores.

Que esteja claro que o grau de compreensão alcançado pelo indivíduo estará sempre em dissonância com a realidade objetiva, se esta não reunir as condições materiais para o salto revolucionário. Assim, as mediações políticas que permitem a contestação da desigualdade estrutural, a política radical como meio de viabilizar a participação dos trabalhadores na tomada de decisões que influenciam suas existências são importantes na medida em que abrem o caminho para as condições subjetivas, ou seja, podem mobilizar a consciência para a ação histórica decisiva da classe trabalhadora em ações revolucionárias de massa que subvertam o velho ao novo tempo da humanidade. Nesse sentido, superar o capital e a sua sociabilidade é inconcebível sem a prática de uma educação transformadora, que permita aos indivíduos tanto a socialização da produção histórica universal como a capacidade crítica de negar a ordem do capital em vista de uma nova forma histórica.

---

<sup>252</sup> MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 58.

<sup>253</sup> Cf MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 100.

## 6 CONCLUSÃO

Não te rendas, ainda é tempo  
de se ter objetivos e começar de novo,  
aceitar tuas sombras,  
enterrar teus medos  
soltar o lastro,  
retomar o vôo.

Não te rendas que a vida é isso,  
continuar a viagem,  
perseguir teus sonhos,  
destravar o tempo,  
correr os escombros  
e destapar o céu. (...)  
Mario Benedetti, (1920-2009),  
poeta uruguaio.

Ao longo deste trabalho, procurei demonstrar que a construção do “modo de controle reprodutivo social” qualificado de socialista<sup>254</sup> não se separa da negação ontológica do modo de controle metabólico social do capital. Para tanto, adentrando na trilha já traçada com brilhantismo pelo filósofo I. Mészáros, lancei-me ao desvelo dos “mistérios” do capital, suas relações, elementos estruturantes e dialéticos, desmistificando as mediações que lhe asseguram a predestinação de seu reinado.

A compreensão de que o entendimento da lógica do capital é fundamental para se chegar a um conhecimento mais profundo da realidade embasa o apreço e a motivação inicial para a investigação da obra do autor supracitado, prescutando o horizonte de uma sociabilidade humana para além do capital. No percurso investigativo, um conjunto de problemas se apresentou inexorável ao enfrentamento: será possível, diante do complexo cenário capitalista mundial do século XXI, a superação do capital e a conquista do socialismo? O controle político do capital pode neutralizar as condições que alimentam a sua reprodução? Pode o trabalho, estruturalmente subordinado ao capital, fazer frente à produção capitalista, que lhe exige conformidade aos critérios de eficiência e vantagem econômica que

---

<sup>254</sup> Como define Mészáros: “O único modo de controle social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao futuro, já que a determinação de sua própria estrutura causal permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 134.

dominam a produção mundial? E não menos importante, quais as implicações dessas questões para o movimento do trabalho e para a ação revolucionária?

Na longa e árdua luta organizada do movimento do trabalho por suas demandas e reivindicações, inegavelmente heróicas, o legado histórico da luta socialista atualmente carrega a desconcertante herança defensiva na linha de menor resistência ao capital. Ora, se o objetivo emancipatório do socialismo visava à superação radical do sistema reprodutivo do capital em sua totalidade, outrora defendido por Marx como a “abolição definitiva do trabalho assalariado”, a possibilidade de êxito desta empreitada repousava justamente na capacidade do trabalho em fazer frente ao poderio de seu antagonista. As contingências históricas, porém, facilitadoras da ascensão e universalização do capital que é a força totalizadora mais abrangente de toda a história, militaram contra a organização mais ampla dos trabalhadores, embargando do mais ressonante grito revolucionário da história operária, como atesta a selvagem repressão desferida à Comuna de Paris, até a mais tímida das tentativas insurgentes contra a tirania da exploração.

No inebriante período da ascendência histórica do capital, no qual se afirmava o sucesso de suas realizações produtivas, o mundo se refestelava com as benesses da produção e do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que fechava os olhos para a insistente permanência do antagonismo estrutural entre as classes sociais e a desigualdade abjeta do capitalismo, convenientemente relacionada às distorções ou incompletude da democracia burguesa.

A história nos mostra que, na regência do capital, o desenvolvimento não se vincula ao progresso, ao contrário, gera miséria e injustiça em escala ampliada. Se, na sua fase áurea ascendente, o capital permitiu a concessão de direitos e garantias sociais à classe trabalhadora, hoje, na sua fase produtiva descendente, a parte que cabe a eles é tão somente os efeitos exasperados da dominação capitalista sobre sua força de trabalho, que marca a ferro e fogo as condições de vida dos explorados, o destino das organizações coletivas do trabalho e das consciências. Cada vez mais, o capital se mostra impermeável à pressão exercida pela luta da classe trabalhadora por suas demandas e, como sabemos, o quadro não é meramente conjuntural, mas resultado tanto da subordinação estrutural do trabalho ao capital como da relação de troca capitalista que, em detrimento das necessidades humanas, submete o valor de uso ao valor de troca em prol da reprodução do sistema.

A classe trabalhadora perde terreno não somente nos países “capitalisticamente” avançados, mas em todo o globo terrestre. O exército de desempregados e subempregados atinge a casa dos bilhões e expõe a chaga que arrasta a força de trabalho para um crescente estado de penúria e miséria: salários baixos, fome, saúde pública decadente, ensino público

despedaçado, condições de moradia depauperadas, transporte público insuportável, marginalidade e violência são os efeitos colaterais da crise histórica de nosso tempo. No pólo oposto, a reprodução ampliada do capital se descola da base da produção, influenciando, recriando ou rompendo relações sociais e econômicas, que se mundializam, centralizam e concentram imperialisticamente a riqueza nas mãos de uns poucos conglomerados multinacionais<sup>255</sup>.

A dinâmica dessas forças parece pôr em causa as prerrogativas da liderança e soberania dos Estados e dos governos nos desígnios sociais e econômicos das nações diante do poderio que o grande capital dinamiza. O alcance de sua influência ultrapassa as fronteiras da produção material e barreiras espirituais, que se deparam reverenciando o deus-mercado para o acesso irrestrito ao reino nada inocente das mercadorias. Os modos de pensar, sentir e sonhar são homogeneizados às conveniências da produção fetichizada, globalizando padrões mundiais não somente na economia e na política, mas também na cultura, nas ideologias, na pobreza e nas desigualdades, que findam por relativizar ou naturalizar as “feridas” do atual modelo de desenvolvimento capitalista como uma etapa inevitável da marcha humana.

No horizonte dessas transformações, os debates acerca da desigualdade comumente giram em torno da reparação de danos sócio-culturais ou na polarização de grupos que reivindicam a conquista de espaços institucionais, salários iguais para homens e mulheres, ou entre brancos e negros, equiparação entre categorias, salários mínimos vitais etc. De acordo com este princípio, a defesa da igualdade no “ponto de partida” para a competição justa entre os indivíduos, como entendeu Bobbio<sup>256</sup>, é o campo privilegiado que orienta a agenda liberal.

A reivindicação por “oportunidades iguais” para mulheres e trabalhadores, ainda que não seja desprezível como tática política, é limitada e incapaz de resolver a opressão consolidada na barbárie capitalista. Nesse sentido, esta tese defende que a **igualdade substantiva** é a mediação ontológica *sine qua non* para a transformação das relações sociais e a auto-satisfação da atividade produtiva desenvolvida pelos indivíduos, na medida em que abre espaço para a negação das contradições e discriminações do corpo social e permite a plena participação das massas em todas as esferas de mediação social.

<sup>255</sup> Um relatório divulgado pela Oxfam International, organização não-governamental britânica voltada ao combate à pobreza no mundo, aponta que em 2016 o grupo com 1% das pessoas mais ricas do planeta vai superar as posses dos 99% mais pobres. Dessas pessoas, 20% estão vinculadas ao setor financeiro e de seguros; Os setores farmacêuticos e de saúde também engrossam a lista dos milionários. Cf. HARDOON, Deborah. **Riqueza: tenerlo todo y quieres mas.** Local: Oxfam, 2015. Disponível em: <<https://oxfamintermon.s3.amazonaws.com/sites/default/files/documentos/files/riquezaTenerloTodoQuererMas190115.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2015.

<sup>256</sup> BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Não restam dúvidas que reivindicar oportunidades iguais, sobretudo na atual conjuntura de regressão das conquistas sociais, é um importante avanço na construção da solidariedade e na luta da classe trabalhadora. O problema reside em generalizar a ficção de que a opressão da vida social pode ser equacionada na esfera da teoria jurídica dominante, em sua abstração das estruturas materiais a que os indivíduos estão subjugados. Nas palavras de Mészáros, esta “ilusão jurídica” ignora as mediações materiais necessárias para que o “impacto das ideias legais” sobre os processos materiais tenha êxito<sup>257</sup>. A condição prévia essencial da igualdade substantiva é a dissolução das relações estabelecidas, que a priori exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade.

Não se trata, portanto, de crer na correspondência direta entre o sistema jurídico e a estrutura da sociedade ou de concentrar a luta por uma desigualdade que seja menos aviltante na conjuntura do capitalismo, visto que esse esforço equivaleria a conservá-la e consenti-la. Nesse sentido, como diz Mészáros, qualquer ação transformadora articulada pelo método político-parlamentar, no âmbito das reformas negociadas está fadada à inoperância.

O quadro traz à tona a concepção “predominantemente” negativa da ação política democrático-burguesa, predita por Marx e reafirmada pelo húngaro, que põe foco no alcance limitado da “política real”, haja vista os limites que o modo “incontrolável” de ser do capital impõe à realização da vontade política e dos interesses sociais. Suas prescrições assistenciais, cada vez mais limitadas, não atacam o fundamento da miséria social nem a estrutura da sociedade capitalista, para a qual não enxerga alternativa diferente além de seguir fiel a agenda do capital.

A política real, deslocada das determinações ontológicas do capital, atribui à participação dos trabalhadores nos processos decisórios um caráter acessório e passivo, concebido verticalmente, onde uns poucos formulam e decidem o que deve ser acatado e seguido pela maioria. A política da sociedade burguesa, na medida em que se descola dos interesses universais da comunidade, se particulariza nas conveniências da sociedade civil e da ordem do capital.

No decurso do modelo neoliberal, o agravamento dos problemas apontados se torna ainda mais emblemático. O endividamento externo permanente das nações para o financiamento da economia significou, no caso brasileiro, a venda de grande parte do patrimônio público nacional, o aumento de impostos e o corte nos investimentos, dilacerando as relações sociais e

---

<sup>257</sup> MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 163.

a capacidade de ação autônoma do Estado, tudo em prol da integração subordinada à economia globalizada.

Frente ao quadro, também defendemos a **política radical** como a segunda mediação essencial ao enfrentamento das estruturas que subsumem o trabalho às condições reificadas e alienadas do capital, que o mantém em grande medida, despolitizado, individualista e vinculado às premissas que estabelecem a sociedade capitalista. A objetividade de tais proposições implica desdobramentos de longo alcance para a questão da participação do trabalhador nos processos decisórios. Sua conseqüência mais imediata é a exclusão da grande massa de toda decisão social significativa, tornando inviável a instituição de mediações não-antagônicas, aquelas que garantem a suplantação dos interesses parciais dominantes por uma ação cooperativa sustentada.

A **participação genuína**, terceira mediação que esta tese defende necessária à negação do capital, requer a superação da participação formal, que não provoca grandes arranhões nas relações de dominação capitalistas, por outra diferente, que se autogestiona e define a plena participação dos produtores associados na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, cultural e econômico adquiridos para o exercício criativo, dos ricos recursos humanos, caso contrário qualquer chance de contestação ao processo de tomada de decisão do capital estará interrompida.

A **educação**, por sua vez, é a quarta mediação que se insere no conjunto requerido à negação do sistema do capital. Subsidiados na teorização de Mészáros, entendo que ela é inalienável em sua dimensão formadora intrínseca e imprescindível ao funcionamento sustentável de qualquer sociedade. Não pode, portanto, ser minimizada em sua potencialidade mediadora na (re)produção dos padrões sócio-culturais, muito embora se encontre refém do poder mercadológico que a classifica como um campo inesgotável de rendimentos para o capital ao mesmo tempo em que a degrada e a destitui da razão de bem público e gratuito. As deficiências do sistema educacional findam por se somar aos fatores que favorecem tanto a concentração de renda como a perpetuação das desigualdades.

Em sintonia com o projeto do capital, a educação cumpre a missão de moldar as subjetividades para a devoção às relações de exploração e antagonismo entre as classes sociais. O conhecimento assume papel acessório diante das informações, qualificações e habilidades demandadas pelas atividades produtivas que enaltecem a capacidade de flexibilidade e adaptação constante da força de trabalho ao “tempo das incertezas”, como o principal fim da mão-de-obra escolarizada.

Conforme a análise de Mészáros aponta, o predomínio das relações de mercado imposta à educação é um mero reflexo da sanha autorreprodutiva do capital, que abarca não somente a esfera econômica, mas todas as outras dimensões da sociedade que estão subordinadas ao capital. Desta feita, na prática, a educação se desenrola não como formação do homem, mas como sua deformação, julgamento que vai de encontro à teorização mezariana que a concebe integrada à teia de mediações que rejeitam o domínio do capital e por sua vez, deve dar amparo à formação/autoformação crítica e ao engajamento político dos sujeitos na causa humana da emancipação.

Nas circunstâncias atuais, os recursos ao enfrentamento das tendências complicadas e geralmente confusas que nos assombram, infelizmente não estão disponíveis no quadro de referência do capitalismo. Como assevera nosso filósofo, o campo para o questionamento do princípio de *causa sui* perverso do capital é exequível apenas no plano dos “efeitos manipuláveis”, o que deixa suas bases causais inalteradas. Por isso, qualquer restrição ou forma de regulação imposta à sua dinâmica auto-expansiva global não pode ser tolerada.

Como pensa Mészáros, não será a mera substituição do poder político, de uma classe por outra, ou a “expropriação dos expropriadores” por decreto que irá alterar a base material das mediações antagonistas de segunda ordem do sistema do capital. Para que seus parâmetros estruturais e sua divisão social hierárquica sobre o trabalho sejam finalmente negados carece a destruição das relações sociais dominantes. Para tanto, a “socialização da economia” (supressão da propriedade privada) e a “socialização da política” (participação efetiva e organizada das massas no planejamento social), em conjunto<sup>258</sup> dialético com o desenvolvimento “conscientemente organizado” da “necessidade de uma revolução fundamental”, são conquistas inegociáveis para o marxismo e para o andamento da nova sociabilidade.

Neste sentido, a introdução de reformas graduais e sucessivas na legislação e nas instituições capitalistas já existentes, a fim de torná-las mais igualitárias ou socialistas, tão ao gosto dos primórdios ideológicos da social-democracia<sup>259</sup>, é mais uma ilusão reformista que

<sup>258</sup> Ressaltamos que o caminho para a materialização da disposição revolucionária das massas não pode ser unilateralmente considerado. Diferentes variáveis se interconectam em paralelo, em proporções e maturação nem sempre coincidentes. Para maior aprofundamento acerca da questão sugerimos o estudo de: ARCARY, Valério. O que é uma revolução? *Revista Dialectus*, Fortaleza, n. 5, p. 51-63, agosto-dezembro 2014.

<sup>259</sup> A passagem na qual Mészáros se pronuncia sobre o assunto diz: “O fato de, com a consumação global da ascendência histórica do capital em nossos dias, o movimento socialdemocrata ter abandonado até suas metas reformistas limitadas e adotado sem reservas a “economia dinâmica de mercado” do capital, transformando-se mais ou menos abertamente numa versão do liberalismo burguês, aponta o fim de uma estrada que constituía, desde o início, um beco sem saída para as aspirações emancipatórias”. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b, p. 289.

inebria a causa emancipatória. Do mesmo modo, crer na onipotência do Estado como agente da promoção social, como quisera a experiência do *Welfare State* e as medidas adotadas pelo sistema soviético, é desconsiderar a força contundente dos imperativos de expansão e acumulação do capital, que sempre foi a força motriz do desenvolvimento capitalista, sobre o desejo subjetivo de controle político do sistema.

É por isso que, para Mészáros, o projeto socialista de sociedade só pode realizar-se a partir da negação do sistema totalizador do capital, o que não se desvincula da participação ativa e consciente das massas. Sua análise, contundente na oposição à emancipação pela via política, contudo, não a descarta como ferramenta importante e necessária para a superação da sociabilidade do capital pela revolução. A mediação política, sobre a qual Mészáros debruça expectativa, em nada se assemelha a ação representativo-burguesa que é exercida por uns em nome de variadas formas de dominação sobre outros. A política que Mészáros defende é atividade consciente e radical, que deve estar em estreita articulação com transformações estruturais irreversíveis na reprodução social metabólica e com a participação consciente do sujeito revolucionário.

Nesse sentido, sempre baseados no húngaro, acreditamos que a mudança estrutural radical no modo estabelecido de controle a ser perseguido pelo movimento organizado de massa requer a realização do princípio *primus inter pares* da igualdade substantiva. e das demais mediações apresentadas, haja vista que a superação definitiva da mediação antagonista de dominação e subordinação exercida pelo sistema do capital, particularmente destrutivo em nosso tempo, depende da adoção de uma estrutura fundamentalmente diferente de reprodução social metabólica para a sustentabilidade da nova alternativa histórica.

As quatro mediações apontadas, que certamente não abrangem a totalidade do “concreto pensado”, devem ser consideradas dialeticamente<sup>260</sup>, como síntese de múltiplas determinações. É conveniente ressaltar que todas elas, no conjunto das interrelações dialéticas e determinações recíprocas insistentemente ressaltado por Mészáros, se relacionam e se determinam entre si, na medida em que a realização de uma, em sentido relativo, requer e abre a possibilidade para a efetivação da outra. E não se trata da introdução de “corretivos parciais” na rede causal do sistema para aperfeiçoá-lo ou mistificá-lo em favor da preservação da ordem social. A orientação de Mészáros recai no extremo oposto: exauridas as concessões permitidas pelo capital ao trabalho, o único horizonte capaz de nos liberar da camisa de força

---

<sup>260</sup> Mészáros aponta outras mediações para o projeto de negação do capital que exigem a realização de uma outra investigação, dentre as quais citamos: a “solidariedade internacional” da classe trabalhadora; o “crescimento qualitativo”; o “planejamento abrangente”, considerado em oposição à dimensão técnica e em favor de um tempo livre humanamente significativo, etc.

do capital e garantir o novo tempo histórico da humanidade emancipada é a revolução humano-social, que materializa nas massas o impulso revolucionário e sua força política conscientemente organizada.

Assim, a ofensiva socialista não pode imobilizar-se na inércia das negociações por ganhos parciais sobre os efeitos usurpadores do capital sobre o trabalho, muito embora não possa abstrair-se desse permanente embate. Para redefinir as condições de vida impostas pelo capital, somente mediações mais profundas e permanentes será capazes de promover a transformação econômica e social, que no âmbito desta tese de doutorado acreditamos envolver: a igualdade substantiva, a participação genuína, a política radical e a educação, sempre na perspectiva de mediações não-antagônicas, capazes de garantir a suplantação dos interesses parciais dominantes.

## REFERÊNCIAS

ABENDROTH, W. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie. *In: Katálysis*. Florianópolis-SC v. 7, n. 1, p. 33-41, jan/jun, 2004. Disponível em: < file:///D:/Downloads/6912-20887-1-PB.pdf> Acesso em: dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Curso dialética e emancipação humana em Lukács e Mészáros**: curso online. 2014. *In: VIRTUEX* Plataforma Virtual de Formação Crítica. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://estudosdotrabalho.org/curso/>> Acesso em: fev/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006a.

\_\_\_\_\_. ANTUNES, Ricardo (org). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

ARCARY, Valério. O que é uma revolução? **Revista Dialectus**, Fortaleza, n. 5, p. 51-63, Agosto-Dezembro 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da reforma do Estado**, Brasília, DF, v. 1, 1997. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno01.PDF](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF)> Acesso em: 2 abr. 2010.

BABEUF, Gracchus. Manifesto dos iguais. *In: MUNDO do socialismo*. [S.l.], 2006. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm#tn1>>. Acesso em 12 jun. 2014.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **O filósofo e a política**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

- \_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento crítico, 63).
- \_\_\_\_\_. **Qual socialismo?:** debate sobre uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CANÊDO, Letícia B. **A classe operária vai ao sindicato**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.
- CIPOLLA, Francisco Paulo. Diferentes teorias marxistas da crise e diferentes interpretações da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 39-59, abr. 2012.
- COSTA, Sílvio. **Comuna de Paris:** o proletariado toma o céu de assalto. Goiânia: Editora UCG, 1998.
- CHAGAS, Eduardo F. A crítica à política em Marx. SOUSA, Adriana S. (Org.). **Trabalho, filosofia e educação no espectro da modernidade tardia**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 67-81.
- \_\_\_\_\_. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n. 19, p. 61-80, 2011.
- \_\_\_\_\_. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *In*: CHAGAS, Eduardo; RECH, Hildemar; VASCONCELOS, Raquel; DA MATA, Vilson. **Subjetividade e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 37-62.
- DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; TULESKI, Silvana Calvo. **A exclusão dos “incluídos”:** uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2011.
- FIORI, José Luís. **60 lições dos 90:** uma década de neoliberalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FREIRE, Juciley Silva Evangelista. **Participação e educação:** concepções presentes nos estudos da revista educação e sociedade (1978-2010). 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Goiânia, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- HARDOON Deborah. Riqueza: tenerlo todo y quieres más. **Oxfan**, 2015. [S.l.]. Disponível em: < [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-es.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-es.pdf) >. Acesso em: 13 maio 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XXI: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KEYNES, Maynard John. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **A guerra civil em França**. São Paulo: Editorial Estampa: Martins Fontes, 1976.

\_\_\_\_\_. A questão judaica. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964.

\_\_\_\_\_. **Capítulo inédito de o capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. de um prussiano. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Vol. II. 23ª. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt**. São Paulo: Editorial Estampa: Martins Fontes, [197?].

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Atualidade histórica da ofensiva socialista:** uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar:** reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009c.

\_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O século XXI:** socialismo ou barbárie. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b.

\_\_\_\_\_. Princípios orientadores da estratégia socialista. **Margem esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n. 11, p. 57-69, maio 2008.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a nova internacional. **Margem esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n. 22, p. 67-90, abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Tempos de Lukács e nossos tempos: socialismo e liberdade. **Ensaio**, São Paulo, n.13, p. 9-29, 1984.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MISSIO, J. F.; JAYME JÚNIOR, F. G. Estruturalismo e neoestruturalismo: velhas questões, novos desafios. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 30, n. 57, p. 205-230, mar. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/20124/18178>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

NETO, Antonio Delfim. Animal esquisito. **Valor**, [s.l.], 28 jan. 2014. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.animal\\_esquisito.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.animal_esquisito.pdf)> Acesso em: abr. 2014.

NETO, José Paulo. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

ORTEGA, Ignácio. Repúblicas bálticas deram o golpe de misericórdia na URSS. **UOL notícias**, [S.l.], 18 ago. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/18/ult1808u72679.jhtm>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda *et al.* **Jornadas de junho**: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2004.

TRATEMBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília, DF: Editora IBAMA, 1999.

WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

## APÊNDICE A – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006b.

\_\_\_\_\_. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARCARY, Valério. A queda do muro de Berlim, vinte e cinco anos depois. *In*: BLOG Convergência. [S.l.], 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/?p=2699>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão, 2008.

CHEOROBINI, Demetrio. Por um partido socialista de orientação estratégica ofensiva: notas a partir de István Mészáros. *In*: BLOG Santa Maria a Contrapelo. Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <<http://mundodosocialismo.blogspot.com.br/2011/11/por-um-partido-socialista-de-orientacao.html>> Acesso em: dez de 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação e política alternativas para uma época histórica de transição**: aproximações à teoria de István Mészáros. *In*: CONFERENCIA ANPED SUL, 10, 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais...** 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2612/204>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. *In*: PRADO JR., Caio; FERNANDES, Florestan (Org.). **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 55-148.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 19. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estratégias para uma esquerda racional**: escritos políticos 1977-1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **A era do capital**: 1848-1975. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JOVINO, Wildiana K. M. **Trabalho, educação e a atual política de formação docente no Brasil**: uma análise à luz da crítica marxista. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

LUKÁCS, Georg. **Por uma ontologia do ser social**. Roma: Riunite, 1981. v. 1. Mimeografado.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MACHADO, Gustavo H. L. A queda do muro de berlim e o sonho da burocracia soviética. *In*: BLOG Convergência. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2694>> Acesso em: 8 nov. 2014.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MORENO, Nahuel. **A ditadura revolucionária do proletariado**. São Paulo. Sundermann, 2007.

MOULOU, Noel; DUBOIS, Jean; COHEN, Marcel *et al.* **Estruturalismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PANIAGO, Ma. Cristina. Mediações políticas e a incontabilidade do capital, segundo István Mészáros. *In*: **Novos Rumos**, Marília, SP, ano 18, n. 40, p. 22-29, 2003.

\_\_\_\_\_. Estado e capital em Mészáros: relação de autonomia ou complemento? *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luís. **Anais...** São Luís, 2005. Tema: Mundialização e estados nacionais: a questão da emancipação e soberania.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. *In*: ENPESS, 11., 2008, São Luís. **Anais...** São Luís, 2008.

\_\_\_\_\_. **A incontabilidade ontológica do capital**: um estudo sobre beyond capital, de I. Mészáros. 2001. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 16. ed. São Paulo: Córtes, 1998.

QUEIROZ, Pablo Polese de. **Política radical e transição socialista:** estudo introdutório sobre a contribuição de István Mészáros à teoria da transição. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.

SADER, Emir. A esquerda depois do muro. **Carta Maior**, [S.l.], v. 3, 7 nov. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1suou03>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

STEWART JÚNIOR, Don. **O que é liberalismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.